



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 167 – SEXTA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissão Temporária

BRASÍLIA - DF

(*) Republicado, em 22/10/2014, para inclusão de atas

MESA DO SENADO FEDERAL *	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)	1º - Magno Malta - (PR-ES)
2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
	3º - João Durval - (PDT-BA)
	4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26 Líder Eunício Oliveira - Bloco (63,70) Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23 Líder Humberto Costa - Bloco (116,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128) Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17 Líder Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 0	PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101) Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)	PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)

EXPEDIENTE	
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

1.1.1 – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias

Ata da 9ª Reunião realizada em 6 de agosto de 2014	4
Ata da 10ª Reunião realizada em 20 de agosto de 2014	33
Ata da 11ª Reunião realizada em 10 de setembro de 2014.....	78
Ata da 12ª Reunião, realizada em 17 de setembro de 2014	136

CONGRESSO NACIONAL

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 6 de agosto de 2014, às 14 horas e 51 minuto, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo**, com a presença dos Senadores **Ciro Nogueira, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Flexa Ribeiro**, e dos Deputados **Marco Maia, Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar e Marcos Rogério**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, José Pimentel, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Álvaro Dias, Mário Couto, Gim e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Lúcio Vieira Lima, Aguinaldo Ribeiro, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Presentes os parlamentares não-membros **Antônio Imbassahy e Júlio César**. Na ocasião, foi ouvido o senhor Jorge Luiz Zelada, ex-Diretor da Petrobras. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos!

Convido os Srs. Parlamentares, membros desta Comissão, a tomarem os seus respectivos assentos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião se destina à oitiva do Sr. Jorge Luiz Zelada, ex-Diretor da Petrobras, que prestará o seu depoimento na condição de testemunha e estará compromissado na forma da lei.

O depoente fará a sua exposição e, em seguida, será interpelado pelos Srs. Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou de 10 minutos, intercalando-se perguntas e respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente e os autores dos requerimentos, a saber: S. Exª o Deputado Líder do PPS, Rubens Bueno, primeiro interpelante; S. Exª o Deputado Carlos Sampaio; S. Exª o Deputado Sibá Machado e S. Exª o Deputado Sandro Mabel.

Peço à Secretaria que providencie a vinda a este recinto do Sr. Jorge Luiz Zelada, com a presença de S. Exª o Deputado Marco Maia, Relator desta Comissão. (*Pausa*.)

Com a palavra, pela ordem, V. Exª Deputado Rubens Bueno, antes de chegar o depoente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Exª, como Presidente desta CPMI e pelo respeito que os membros têm por V. Exª, as providências que foram tomadas diante das denúncias publicadas a respeito dessa fraude montada, com gabaritos expostos pelo Palácio do Planalto e pela Petrobras, em conluio com várias pessoas.

Eu, pessoalmente, fiz um documento a V. Exª pedindo que a Presidência desta Comissão procurasse tomar as medidas necessárias. Assim, seria bom que V. Exª desse alguma informação aos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Apenas o que já é de público.

Tenho o maior prazer – e com respeito a V. Exª – em noticiar que esta Presidência, no uso das suas atribuições e com o dever e a responsabilidade que tem, solicitou ao Presidente do Congresso Nacional e Presidente do Senado Federal a abertura de uma sindicância, o que já foi feito, ao tempo em que oficiou ao Departamento de Polícia Federal, ao Dr. Leandro, as providências necessárias tomadas pela Polícia Federal com relação aos fatos e à denúncia apontada na imprensa nacional.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, quero fazer uma rápida comunicação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente, também coloquei para V. Exª dois requerimentos que apresentei agora, um convocando o Senador Delcídio do Amaral para vir depor na CPMI sobre o seu envolvimento nesse caso, que é muito grave, que envolve dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – E também peço que se convoquem todos os outros envolvidos, como Graça Foster e Nestor Cerveró, para serem ouvidos novamente, porque acho que esses depoimentos estão viciados e nulos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.! Vamos à...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, quero fazer uma rápida comunicação de Liderança.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Antes de falar do requerimento que estou apresentando, quero dizer que nós estamos tratando de duas CPIs diferentes. Sou membro de ambas e posso dizer aqui, como já disse no plenário e digo o tempo inteiro, que nenhuma irregularidade houve naquela CPI. O que lá aconteceu é o que acontece em qualquer uma das CPIs: o Governo apresenta seus pontos de vista em relação a temas que são tratados na CPI; as assessorias, naturalmente, inter-relacionam-se para a troca de informações e de subsídios aos Parlamentares. Não houve vazamento de qualquer documento sigiloso que pudesse facilitar a vida de qualquer um dos investigados. Não houve o que estão dizendo, pergunta e resposta, como se fosse um gabarito. Essa é uma grande bobagem, que estão tentando transformar num escândalo político para atingir o Governo e a Presidenta Dilma.

E há ainda esta bobagem de hoje: o integrante da Secretaria de Relações Institucionais não pode mais se relacionar com o Congresso Nacional.

Eu até tive o cuidado de pegar algumas matérias antigas, da época do Governo Fernando Henrique Cardoso, só para que se tenha uma ideia: “FHC age pessoalmente para barrar CPI que Jader assinou” – esse foi um jantar no Palácio da Alvorada –; “Stephanes negocia acordo com o Relator”; “FHC manda liberar emendas para barrar CPI”; “Planalto se opõe à abertura de investigações”; “Governo de São Paulo manda Secretários para treinar Parlamentares para a CPI do metrô”.

Isso é a coisa mais natural! Vamos parar de bobagem! Vamos investigar com seriedade, sem tentar transformar cortina de fumaça...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ... – eu estou com a palavra – de fumaça em escândalo, em escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – E, por último, estou apresentando um requerimento a V. Ex^a, para que, de ofício, mande investigar o vazamento de informação sobre relatório do Tribunal de Contas da União que foi dado a público. Há fortes suspeitas de que isso tenha partido de alguém que teve acesso a essa documentação.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O que não dá é *media training* da corrupção, treinamento para corrupto, agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Peço-lhe só um minuto.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Quero só fazer uma rápida comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Eduardo Cunha como Líder.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Isso é o que não dá para fazer.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Nem quero usar todo o tempo de Líder. Depois, se eu precisar, eu uso. Farei uma rápida comunicação de liderança.

Sr. Presidente, nesse fim de semana, na revista *Veja*, saíram duas notas na coluna Radar que merecem a nossa repulsa total e que falam de Petrobras e de uma suposta reunião com o Presidente Henrique Alves. Então, este Líder e toda a sua bancada presente nesta Comissão protocolamos requerimento para convocação do Presidente da Caixa Econômica Federal para vir a esta CPI, para explicar seus aportes bilionários à Petrobras. Nós queremos que esse requerimento seja apreciado, aprovado, para que se esclareça aqui, além disso, o teor da nota do fim de semana.

O PMDB não vai abrir mão da presença do Sr. Jorge Hereda, sentado como depoente aqui, para explicar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

Com a palavra, o Sr. Jorge Luiz Zelada, para fazer suas primeiras considerações.

O senhor terá 20 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo; Sr. Relator, Deputado Marco Maia; Srs. Senadores e Deputados membros desta Comissão, eu gostaria de cumprimentá-los, ao tempo em que já me vou colocando à disposição para colaborar com os trabalhos desta Casa.

Eu queria me apresentar. Eu sou concursado da Petrobras. Entrei na Petrobras em 1980, por concurso público. Fiquei na companhia por 32 anos, até me aposentar, em 2012. Sou engenheiro, entrei no cargo de Engenheiro de Equipamentos, na época, no órgão responsável pelos projetos das primeiras plataformas da Bacia de Campos. Era um grupo executivo de projetos, especial, formado para o desenvolvimento desses projetos. Era o momento, na época, de uma nova fase da produção no mar no Brasil. Novas tecnologias estavam chegando, sendo trazidas, com aplicações já, na época, no Mar do Norte. Trabalhei, em seguida, em operações de perfuração, também na Bacia de Campos, também numa fase pioneira, com novas tecnologias. Foi quando a Petrobras adquiriu e passou a operar as primeiras plataformas semisubmersíveis, que depois vieram a ser usadas também como plataformas de produção, e permitiam à Petrobras avançar em direção a alto-mar. Era uma nova fase da operação *offshore*. Nessa época, assumi diversos cargos gerenciais, até ter sido nomeado superintendente daquele órgão de perfurações marítimas.

Voltei, depois, à área de projetos, já no serviço de engenharia, em projetos, agora, de águas mais profundas, na exploração e produção na Bacia de Campos. Também assumi, no serviço de engenharia, diversas funções gerenciais em vários níveis, o que foi compondo a trajetória da minha carreira. E por cinco anos exerci a função de Gerente-Geral da Engenharia, na implantação de projetos de exploração, produção e transporte marítimo para diversos órgãos da Petrobras.

Trabalhei também na Petrobras Distribuidora. Tive uma experiência lá por dois anos, trabalhando em projetos de energia. Em março de 2008, eu fui nomeado pelo Conselho de Administração da Petrobras para ocupar a posição de Diretor.

Eu queria aqui destacar que foi com grande orgulho e satisfação que assumi esse posto, corroborando a evolução da minha carreira dentro da companhia. Tenho uma carreira na Petrobras, portanto, de 32 anos, com muita dedicação à companhia. Tive reconhecimento profissional e gerencial em todos os órgãos por que passei.

Sr. Presidente, já pontuando a cronologia da minha nomeação e participação nos eventos que motivaram a CPI, a minha participação na Diretoria Internacional, nos requerimentos de que tomei conhecimento, pela convocação, pela minha convocação para esta CPMI, eu vi, nos requerimentos, dois assuntos abordados. Um é Pasadena, por ter sido apontado como o responsável pelo resumo executivo para a compra da segunda parte, de 50% da refinaria, e o contrato de SMS que foi aplicado para os ativos nas empresas da área internacional.

Então, eu gostaria de fazer uma breve exposição inicial sobre esses dois temas.

Quanto a Pasadena, a compra da segunda parte foi submetida ao Conselho de Administração no dia 3 de março de 2008, previamente aprovado pela Diretoria Executiva para a submissão ao Conselho em fevereiro, na reunião de 21 de fevereiro. Eu não era diretor naquela ocasião. Por coincidência, essa reunião do dia 3 de março foi a mesma reunião que me nomeou Diretor Executivo da Petrobras. Então, esse resumo executivo já estava elaborado antes da minha entrada, em fevereiro. Como o Conselho de Administração não aprovou a pauta e postergou o assunto para deliberação na reunião de maio, aí, já, eu exercendo a função de diretor, o resumo executivo sofreu uma pequeníssima revisão para incluir duas informações que, pelo andar do tempo, eram importantes – ou deviam ser informadas. Uma, que o governo americano tinha aprovado a transação em março. Então, foi colocada essa informação no resumo. E a outra é que, a partir de 15 de março, estava previsto na negociação feita em 2007, incorrer em juros normais de 5% ao ano. Então, como havia expectativa de o assunto ser apreciado e talvez aprovado dia 3 de março, essa informação, em 3 de março, não era relevante. Então, houve a inclusão dessas duas informações.

No mais, pegar os dois resumos executivos – o feito em fevereiro e o feito em abril – para as duas reuniões, eles têm exatamente o mesmo teor, a mesma redação. É exatamente o mesmo documento.

Então, eu estou querendo pontuar – porque isso foi no momento da chegada, no momento dessa transição em que eu cheguei – que, na realidade, não houve nenhum ato de gestão, na minha parte, quando eu entrei, de uma reunião para outra.

Na reunião de maio, o Conselho de Administração novamente apreciou; ele não aprovou a compra da segunda parte, e o assunto, então, foi retirado de pauta e não mais foi colocado na pauta das reuniões do Conselho subsequentes.

A partir desse momento, o assunto foi enveredando e acabou entrando na esfera jurídica. A Astra, que é a nossa sócia, não ficou satisfeita com a decisão da Petrobras de não comprar e entendeu que as negociações que tinham sido feitas em 2007 eram um compromisso formal. Então, ela abandonou a gestão da refinaria; ela optou por sair da sociedade; unilateralmente, abandonou. A gestão da refinaria era feita pela Astra naquela ocasião. Então, isso foi muito preocupante, porque gerir uma instalação industrial de um complexo de uma

refinaria é uma coisa muito séria. E a Astra optou por simplesmente abandonar. Foi aí que a Petrobras, então, tomou a decisão de entrar com a arbitragem. Quando se fala dessa parte jurídica, ela entrou com a arbitragem para a Astra retornar à sociedade, porque ela fazia parte. No entendimento da Petrobras, a Petrobras não aprovou a compra, e a Astra entendia que havia um compromisso. Por isso que a Petrobras entrou com a arbitragem.

Esse assunto, então, passou sob a coordenação do Departamento Jurídico da Petrobras e não mais... Quer dizer, na área internacional e na equipe que ficou na refinaria, ficou somente a gestão operacional da refinaria.

Nós da Diretoria – eu e os outros diretores – e, com menos periodicidade, o Conselho éramos informados periodicamente pelo serviço jurídico do andamento das ações, porque, com a entrada da arbitragem para a Astra voltar, a Astra entrou com uma ação judicial para fazer valer o seu entendimento de que aquela segunda parte – aquela compra, a segunda parte – era um compromisso.

Quando saiu o resultado da arbitragem... Tem sido noticiado que a Petrobras não aceitou e continuou a ação. Não é que... A Petrobras queria encerrar o assunto com a arbitragem; ela queria pagar o valor que a Comissão de Arbitragem tinha estabelecido. O que ocorreu é que a Petrobras disse: “Não, então aceitamos a decisão da arbitragem desde que a Astra, então, retire a ação judicial.” E a Astra não concordou. Se ela não concordou e ia continuar com a ação judicial, então a Petrobras manteve o curso na esfera jurídica – de novo, sempre acompanhada pelo serviço jurídico da Petrobras.

Essa introdução eu gostaria de fazer, para fazer essa cronologia, viu, Senador?

Quanto ao contrato de SMS, que tem sido também alvo aí do noticiário, eu também queria fazer uma exposição preliminar.

Na nossa gestão, desde que entrei, nós instituímos uma reunião de análise crítica trimestral com todos os executivos de todas as áreas dos ativos no exterior, que são considerados os gerentes gerais e os presidentes das empresas no exterior. Então, nós tínhamos uma reunião trimestral de gestão, periódica, em que discutíamos os aspectos de desdobramento do planejamento estratégico, andamento dos indicadores de gestão, correções de rumo, previsibilidade da produção de petróleo e derivados, quer dizer, era uma gestão dos negócios.

Cada reunião dessas tinha um pano de fundo. Ela sempre tinha um tema para uma discussão mais aprofundada. No meio do ano de 2009, o tema era SMS. Nessas reuniões de acompanhamento e gestão foi que a gente conseguiu passar de um resultado operacional, na área internacional, de US\$500 milhões negativos, em 2008, para ir aumentando, até chegar, em 2012, com resultados de US\$2,2 bilhões positivos, graças a todo esse acompanhamento, esse esforço de toda a equipe.

No meio de 2009, em que o tema era SMS, estava sendo solicitado que as empresas do exterior apresentassem como estava a situação de SMS. Na hora de fazer esse somatório, isso causou uma preocupação bastante grande, porque nós identificamos que o passivo ambiental era elevado nas companhias do exterior. Então, foi decidido fazer um levantamento mais detalhado para que se pudesse planificar e ver a melhor maneira de dar tratamento a essa situação.

Esse foi um trabalho grande e levou mais ou menos um ano, até meados de 2010, quando foi sugerida e discutida a aplicação de um programa bastante semelhante, que eu vou tentar explicar agora, que é o Pegaso – Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional. Esse programa foi elaborado quando houve aquele acidente de vazamento, em 2000, na Baía de Guanabara. Foi implementado um plano para a Petrobras dar um avanço grande em questões de segurança, meio ambiente e saúde, que é o que chamamos de SMS.

No texto do programa, que a gente pode ver pela internet, faz-se referência a esse programa, o Pegaso, como o maior projeto em nível mundial já destinado a um programa ambiental no setor petróleo. E foi encaminhando para desenvolver novas tecnologias na área de segurança, meio ambiente e saúde. É por isso que a Petrobras, hoje, é reconhecida como referência nesse aspecto de segurança, meio ambiente e saúde, por conta daquele acidente que levou a Petrobras a desenvolver esse programa. Houve um outro acidente junto, naquela mesma época, na refinaria do Paraná. Então, a Petrobras desenvolveu muito essa questão. Só que esse programa não foi aplicado nos ativos da área internacional. Ele foi aplicado nos ativos do Brasil. Em 2000, os ativos da área internacional eram muito poucos. Nessa década de 2000, a Petrobras foi buscando se internacionalizar, fazendo aquisições e desenvolvendo novos projetos. Portanto, quando se viu o passivo que existia, buscou-se levar a excelência que a Petrobras tinha em SMS para suas instalações internacionais também.

Foi feito, então, um levantamento, foi proposta uma licitação de planilha de preço unitário semelhante à do Pegaso. Ou seja, cada serviço itemizado, planilhado e precificado. Então, qualquer serviço que fosse ser feito já estava precificado com um valor oriundo de uma licitação.

A estimativa do contrato tem um determinado valor, mas, desde o início, já se previa que só se pagaria aquilo que fosse executado, não se pagaria aquela estimativa do contrato. Por que isso? Porque já vinha se discutindo desinvestimento em alguns países, em algumas unidades, ou seja, serviços que foram levantados

e não seriam feitos. Outros serviços poderiam entrar numa condição emergencial e assim ser tratados, então não haveria necessidade de fazer posteriormente.

Então, é por isso. Não é, como tem sido noticiado, um contrato de preço global. Ele tem uma estimativa, mas sempre foi, desde o início, definido que só seriam pagos os serviços executados.

O resultado desse processo licitatório, quando chegou a mim para ser encaminhado, ele estava completo, com todos os pareceres corporativos. E assim foi aprovado, com a contratação da Odebrecht, que apresentou o menor preço na licitação.

Eu quero deixar bem registrado que eu jamais interferi em licitações, seja esta ou outra da minha área, para beneficiar quem quer que seja, A, B ou C.

Com esses dois assuntos, que foram os assuntos que eu vi abordados nos requerimentos, Sr. Presidente, eu agradeço. Muito obrigado. Como sempre, como foi da vez anterior, na CPI do Senado, eu estou à disposição para contribuir com os trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Sr. Jorge Luiz Zelada.

Passo a palavra, de imediato, ao Deputado Marco Maia, Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

Uma boa tarde a todos os Srs. e Srs. Parlamentares. Uma boa tarde também ao Sr. Jorge Luiz Zelada, testemunha a ser ouvida nesta reunião da CPMI.

Eu queria, primeiro, antes de iniciar as perguntas, aproveitar aqui a oportunidade para fazer dois informes à CPI. Primeiro, eu vou fazer chegar às mãos de V. Ex^{as} um pequeno balanço dos trabalhos realizados pela CPI até este momento.

No dia 6 de agosto de 2014, nós tivemos, ainda para informação, apreciados 320 requerimentos e não apreciados 318. E temos apresentados à CPMI 638 requerimentos. Neste pequeno relatório, V. Ex^{as} poderão ver os tipos de requerimentos que já foram apreciados.

Nós já tivemos duas reuniões deliberativas, quatro reuniões de oitivas. Nas oitivas, nós ouvimos Maria das Graças Foster, José Sérgio Gabrielli, Osvaldo Vicente Cardoso e José Orlando Melo. E estamos ouvindo hoje o Sr. Jorge Luiz Zelada. E tivemos outras duas reuniões que foram de instalação, eleição e apresentação do plano de trabalho.

Mas a informação mais relevante, Sr. Presidente, é que já chegou a esta CPMI, até a presente data, um total de 25,4 GB de documentação. Esses documentos, mais uma vez, é sempre importante ressaltar, estão disponíveis para todos os membros deste colegiado investigativo. Dentre a documentação recebida, eu resalto o recebimento de importantes dados vindos dos seguintes órgãos, entidades e autoridades: Petrobras, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério da Defesa, Justiça Federal em diferentes Estados; bancos que forneceram dados, obedecendo as quebras de sigilos bancários; documentos que vieram do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Coafi; corretoras de câmbio e valores mobiliários; Agência Nacional de Telecomunicações; empresas; entre outros.

Então, volto, aqui, a ressaltar, nós já temos, na CPI, 25,4 GB de documentação, que estão, aí, à disposição, em disponibilidade, para todos os senhores e senhoras, para análise, para, enfim, estudos acerca dos trabalhos da CPI. E nós já estamos com uma equipe ainda em formação com técnicos especialistas oriundos destes órgãos, da Polícia Federal, da Controladoria Geral da União, da AGU, também da Consultoria da Câmara dos Deputados, que estão auxiliando os trabalhos realizados por este Relator.

E, ainda, como informação a V. Ex^{as}, nós montamos um pequeno escritório de trabalho, um pequeno gabinete de trabalho da relatoria, onde vão ficar, Presidente, sediados todos os Assessores responsáveis pela Assessoria e pelo acompanhamento do Relator, que vai ficar no segundo subsolo do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, do Cedi.

Então, também, queria, aqui, já, aproveitar a oportunidade para convidá-los, a todos os Srs. Parlamentares. É um espaço que vai contar, que já conta com segurança, com todos os cuidados necessários para que as informações possam, todas as informações que forem trabalhadas, manuseadas pelos nossos técnicos possam estar resguardadas pelo sigilo necessário. Este espaço já foi, enfim, montado, já, há duas ou três semanas. Portanto, já estava em funcionamento, já está em funcionamento, e está, lá, pronto para receber todos vocês, V. Ex^{as}, caso queiram conhecer o espaço e, ao mesmo tempo, tomar conhecimento dos documentos que estão sendo manuseados pelos técnicos especialistas, que estão a serviço do Relator.

Além disso, nós temos a Secretaria da Comissão, que fica aqui no Senado Federal e que tem, também, à disposição, que tem lá, também, todos os documentos, todas as informações, toda a Assessoria Técnica, que está à disposição da CPMI, como um todo.

Informação, então, fica aqui o convite. Volto, aqui, a informar, a Relatoria da CPMI vai ficar no segundo subsolo do Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, o Cedi, que fica no Anexo II, quem entra pela

porta do Anexo II, sobe a escada em direção à Diretoria-Geral, à esquerda, sobe a rampa em direção à Diretoria-Geral, à esquerda.

Não é um local muito agradável, fica no segundo subsolo – se, no primeiro subsolo nós já não temos sol, imagine no segundo subsolo –, mas é um local ideal para que se possam realizar todos os trabalhos relativos aí, à CPMI, ao trabalho do Sr. Relator.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, falando nessa questão administrativa, eu tenho uma questão pela ordem. É uma questão urgente, se pudesse fazer essa questão pela ordem, eu gostaria de fazer rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator está com a palavra. Se S. Exª permitir...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim. Pediria ao Relator...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) –

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aquilo é só um informe. Não estava nem tratando nada administrativo aqui.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A revista *Veja* desta semana trouxe uma denúncia tão estarrecedora quanto humilhante para esta Casa, para o Congresso Nacional e para o País.

Foi flagrado, em vídeos, a realização de uma reunião na qual teriam sido discutidas perguntas e respostas que seriam realizadas pelos Senadores da CPI da Petrobras aos investigados por aquela Comissão.

Conforme a revista, a Presidente da Petrobras Graça Foster, o ex-Presidente Sérgio Gabrielli e o ex-Diretor da Área Internacional Nestor Cerveró tiveram acesso antecipado às perguntas que seriam feitas pelo Relator, Sr. José Pimentel, do PT do Ceará, e foram orientados por funcionários da estatal sobre a melhor maneira de respondê-las, uma clara combinação de depoimentos, um verdadeiro jogo de cena.

Essa denúncia de enorme gravidade envolve não somente Parlamentares da cúpula do Partido dos Trabalhadores dessa Casa, mas também Assessores dessa Casa, Marcos Rogério de Souza e Carlos Hetzel, respectivamente lotados no Bloco de apoio do Governo e na Liderança do PT.

Sr. Presidente, muito embora a reportagem se refira à CPI do Senado, é indiscutível que a prática espúria adotada naquela Comissão se repete no âmbito desta Comissão mista, até porque a relatoria das duas Comissões é capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores.

Portanto, a fim de garantir um mínimo de credibilidade aos trabalhos desta CPMI, entendo que pelo menos duas medidas devem ser imediatamente adotadas por V. Exª: 1) afastamento imediato dos Srs. Marcos Rogério de Souza e Carlos Hetzel dos trabalhos referentes a esta Comissão Mista, inclusive impedindo o acesso destes a todos os dados sigilosos que foram ou que venham a ser disponibilizados pela CPMI; 2) sejam anuladas as reuniões desta Comissão em que foram tomados os depoimentos da Srª Graça Foster e do Sr. José Sérgio Gabrielli, reconvocando-os para novamente prestar esclarecimentos, inclusive quanto aos fatos noticiados pela *Veja*.

Não obstante tais medidas que – repita-se – são essenciais para que os trabalhos realizados nesta CPMI tenham um mínimo de crédito, apresentamos requerimento de convocação para que sejam ouvidos todos os demais envolvidos e esperamos que a apreciação possa ser feita o mais rápido possível.

Essa era a questão pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebo de V. Exª as sugestões. Está Presidência já tomou as providências que achou necessárias.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Já tinha sido informado das medidas.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Relator, só para me informar. Os documentos que o senhor mencionou devem estar ficando prontos, mas não estão disponibilizados ainda. O que está disponibilizado foi uma primeira leva daqueles que vieram do fórum e tal, mas esses de informações que chegaram da Petrobras devem estar sendo disponibilizados. Acho que o arquivo ainda não está...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou solicitar da Secretaria informações para passar a V. Exª.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A informação que temos é a de que estão todos eles disponibilizados.

Bom, as....

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Onde está um requerimento...Por exemplo, foi aprovado um requerimento. O andamento desse requerimento, se ele voltou, não voltou também é na Secretária?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A Secretaria informará V. Exª.

Com a palavra o Sr. Relator as perguntas à nossa testemunha.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Jorge Luiz Zelada, vou formular as perguntas aqui em dois blocos.

Como V. S^a mesmo já disse, há um período... No período em que foi adquirido, feito o negócio de Pasadena, V. S^a ainda não era Diretor da Petrobras. Mas algumas perguntas precisam ser feitas para que nós possamos coletar aqui a sua opinião sobre essa compra, essa aquisição pela Petrobras. Até mesmo porque V. S^a disse aqui que tem 32 anos de casa, de serviços prestados à Petrobras e, portanto, sua contribuição pode e deve ser importante para que a gente possa, aqui nesta CPI, elucidar todas essas questões ou todas essas circunstâncias que envolveram a compra da refinaria de Pasadena.

Na sequência, há alguns questionamento acerca da sua passagem pela Diretoria Internacional da Petrobras.

Primeiro questionamento. Na época das negociações entre a Petrobras e a Astra, nos anos de 2005 e 2006, visando a compra do complexo de Pasadena, qual o cargo que V. S^a ocupava na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, prezado Relator, estou à disposição, obviamente para contribuir com qualquer questão que eu possa.

Em 2005 e 2006 eu ocupava o cargo de Gerente-Geral de Implementação de Empreendimentos para a Exploração, Produção e Transporte Marítimo do Serviço de Engenharia. Então era uma outra área para projetos do órgão AIP e para o órgão da Transpetro, projetos novos e que ficavam a cargo do Serviço de Engenharia. Eu era o Gerente-Geral dessa área.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ligado à Diretoria Internacional?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Ligado à Diretoria de Serviços.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – À Diretoria de Serviços.

V. S^a participou ou tomou conhecimento dessas negociações de Pasadena, à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Não tomei conhecimento, não participei. Nós tínhamos notícias internas, conforme boletins de que a Petrobras vinha se internacionalizando e vinha discutindo, mas sem absolutamente nenhum detalhe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a sabe se houve a contratação de empresas de consultoria para dar apoio às decisões da Petrobras? V. S^a tem conhecimento, saberia dizer que consultorias foram contratadas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Eu não sei quais consultorias. Agora, o que eu posso dizer é que é normal em negociações de diversos tipos haver consultorias renomadas para apoiar a decisão da diretoria da companhia. Mas não acompanhei esse assunto, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pela sua experiência, a Refinaria de Pasadena era uma boa opção para a Petrobras, uma boa opção de compra? E o valor que foi colocado na compra dos primeiros 50% da refinaria era compatível com o mercado à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quando eu entrei – vou falar agora, posteriormente – na Diretoria Internacional e fui tomando conhecimento dos diversos assuntos, o que me foi informado, e fazia sentido, é que o projeto Pasadena não previa apenas a compra de uma parte da refinaria; o projeto todo era comprar essa parte da refinaria e transformá-la, fazer uma conversão e algum investimento, para que ela pudesse processar o petróleo pesado, principalmente de Marlim, que estava excedente naquela época e vendido no mercado internacional com desconto. Então, a ideia era poder usar essa refinaria para processar esse petróleo pesado, agregar valor, gerando derivados, num mercado *premium*, como é o mercado americano. Então, esse era o projeto. Não era simplesmente comprar Pasadena. Isso é o que me foi relatado na época em que eu entrei. E nesse aspecto é um projeto que faz sentido.

Quanto ao valor, valores de processamento de refinaria, eles oscilam de acordo com o mercado mundial ao longo do tempo. Também está relatado que, naquela ocasião, o valor, vamos dizer assim, o custo unitário por processamento de barril de petróleo era compatível com o mercado da época.

Eu estou lhe informando, Deputado, o que me foi relatado e que fazia sentido para mim, por não ter participado de nenhum detalhe dessas negociações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Desde quando a aquisição de refinarias no exterior passou a fazer parte do plano estratégico da Petrobras? V. S^a entende que, no caso da compra de Pasadena, teria sido necessário uma busca por outras opções? Enfim, a Petrobras avaliou a possibilidade de algum outro negócio à época? Existe algum documento que comprove essas outras alternativas que foram buscadas pela Petrobras, se é que existiram?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, há notícias de que havia diversas negociações. A internacionalização da Petrobras foi um pouquinho antes, ali pelo ano 2000, um pouquinho antes, quando foi criada a Diretoria, numa reestruturação. Já faz... Não sei precisar exatamente o ano, mas foi no início dos anos 2000. Então, a Petrobras foi buscando novas atividades no exterior, inclusive ter capacidade de refino. Por quê? Porque, com a abertura do monopólio do petróleo, a Petrobras entendeu... Na época, eu era um funcionário, um gerente de nível mais baixo, mas a gente tinha informações através de boletins internos da companhia. Então, buscava-se

umentar a operacionalização, a internacionalização da companhia. Eu não vou saber declinar que outras opções, mas, normalmente, em assuntos desse tipo, são analisadas algumas opções, até que alguma faça mais sentido e haja mais interesse de ambas as partes em poder fazer alguma associação, como a que foi feita nesse caso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Em março de 2008, quando V. S^a foi nomeado Diretor Internacional da Petrobras, houve reunião do Conselho de Administração tendo como pauta a compra dos outros 50% da refinaria de Pasadena. Mas a decisão sobre isso teria sido adiada para maio do mesmo ano.

Houve reunião do Conselho de Administração, tendo como pauta a compra dos outros 50% da Refinaria de Pasadena. Mas a decisão sobre isso teria sido adiada para maio do mesmo ano.

V. S^a poderia explicar para esta CPMI como e quando se deu essa decisão e quais foram os resultados dela?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sr. Relator, o senhor está falando de qual decisão? Do Conselho?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tendo como pauta a compra dos outros 50%.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Dos outros 50%. Eu vou reafirmar, essa pauta foi submetida ao Conselho no dia 3 de março, que, coincidentemente, foi a mesma reunião que me nomeou Diretor Executivo da Petrobras. Eu assumi no dia seguinte. Comecei a me inteirar dos assuntos e ali eu tomei conhecimento de que havia tido uma discussão sobre esse assunto e ele ficou postergado para uma reunião subsequente, que aconteceu em maio.

Então, em maio, aí sim, o Conselho achou por bem não aprovar a compra; e isso acabou desdobrando em todas aquelas ações a que eu me referi, na minha exposição preliminar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois bem. Ainda sobre esse resumo executivo, que foi assinado por V. S^a para essa reunião de maio, ele indicava para a compra dos outros 50% da refinaria? Ele fazia referência à cláusula de *Put Option*?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas perguntas. Então, sim, indicava para a compra da segunda parte, porque havia sido uma deliberação da Diretoria Executiva submeter esse assunto ao Conselho, se não me engano, numa reunião da Diretoria, em fevereiro, dia 21, por aí. Então, sim, recomendava a compra.

O resumo, como eu disse, ele era exatamente o mesmo que havia sido elaborado em fevereiro, para a reunião do dia 3 de março, e não fazia referência a essas duas cláusulas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sua avaliação, se o resumo executivo tivesse informado a cláusula *Put Option* a decisão do Conselho de Administração poderia ter sido diferente?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Falar, caro Deputado, por hipótese é sempre difícil. Eu não saberia dizer se seria ou não seria. O que eu posso dizer é que quando eu tomei conhecimento, um pouco mais tarde, de que havia essas cláusulas, elas não me causaram surpresa, porque uma cláusula de saída é normal nesse tipo de negócio. E a cláusula Marlim só seria aplicada naquela situação da Petrobras colocar o seu petróleo pesado para a refinaria. Então, foi uma cláusula que acabou não acontecendo, porque não houve aquela reforma que estava prevista no conceito do projeto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo com o relatório de fiscalização do TCU, a Astra havia adquirido 100% da Refinaria de Pasadena em janeiro de 2005, por US\$42,5 milhões, da empresa Crown. De acordo com a Petrobras, análises indicam que a Astra desembolsou pelo conjunto de Pasadena aproximadamente US\$360 milhões. Desse valor, US\$248 milhões foram pagos à proprietária anterior; e US\$112 milhões correspondem a investimentos realizados antes da venda à Petrobras.

V. S^a conhece essas análises? Poderia detalhá-las?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, eu não as conheço. Foi num período bem anterior. Eu não saberia detalhá-las não, porque quando eu cheguei, nós já estávamos numa outra fase de fazer a gestão da refinaria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a não tem conhecimento?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tenho conhecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Astra se contrapôs à venda dos 70% por US\$365 milhões. A Petrobras formulou nova proposta de compra por US\$470 milhões e 70% das ações. A Astra não aceitou e fez uma contraproposta de US\$745 milhões. Em fevereiro de 2006, as partes celebram um acordo e depois assinam um contrato de compra e venda por US\$360 milhões, 50% da refinaria e da Trading Company.

V. S^a entende que esse valor era adequado à época?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tenho parâmetros dessa época. Foi uma época bem anterior à da minha entrada. Eu posso reafirmar que os valores de processamento de refino por barril de petróleo são variáveis realmente em relação ao mercado mundial...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas pela sua...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Mas eu não sei... Eu não participei dessas negociações, e elas são num período bem anterior ao da minha entrada.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, pela sua experiência, por exemplo, as aquisições no mercado americano à época ocorreram por valores muito diferentes desse?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Um histórico que me foi apresentado, houve aquisições, sim, até em valores superiores, por custo unitário de barril de petróleo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quando V. S^a tomou conhecimento das cláusulas de Marlim e de *Put Option*? V. S^a considera que eram cláusulas centrais para a definição do negócio? Qual a sua visão sobre essas cláusulas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu tomei conhecimento dessas cláusulas numa reunião de diretoria alguns meses depois da minha entrada, quando, numa determinada discussão, isso foi colocado. O que eu posso dizer é que não me causou muita surpresa ter uma cláusula de saída. Isso acontece em vários tipos de negócios de aquisições, quando há algum problema de sociedade. E, quanto à cláusula de Marlim, ela só seria aplicada no caso de a Petrobras exercer uma opção de colocar o petróleo de Marlim, mas isso só seria possível com a reforma da refinaria. A refinaria, com seu parque de processamento, não teria condições de processar o petróleo de Marlim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou lhe repetir a pergunta aqui...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... porque eu queria a sua resposta objetiva a essa pergunta.

V. S^a considera que eram cláusulas centrais para a definição do negócio ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – De novo, é assim...É tentar colocar uma questão hipotética, é difícil falar por hipóteses, mas eu afirmo que não me causou surpresa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não eram centrais, então?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não me pareceram centrais para a definição desse tipo de negócio, mas isso eu estou falando *a posteriori*, quando eu tomei conhecimento da cláusula. Eu não conheço o entorno dessas discussões e dessas negociações, quando foram feitas à época.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo com estimativas da Petrobras, o projeto de adaptação da refinaria para processar o óleo de Marlim teria um custo de US\$588 milhões. Com uma taxa de desconto de 6,9%, o valor presente líquido do empreendimento seria de US\$745 milhões. V. S^a acha que existe alguma irregularidade nesses cálculos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, não me parece. Havia estudos diferentes para apontar qual seria a melhor opção. Uma questão seria os 70% de processamento a 100 mil barris, outra seria 50%, outra opção seria... São vários estudos técnicos e de viabilidade feitos. Havia também um estudo de aumentar a capacidade de 100 mil para 200 mil barris e ter uma capacidade maior de refino. São estudos técnicos de viabilidade econômica e ambiental que são feitos para poder tomar uma decisão. Então, cada tipo de investimento deste, cada projeto tem um valor diferente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas os técnicos do TCU questionaram a cláusula de rentabilidade de 6,9% para a Astra, caso se fizesse o *revamp* para processar o óleo de Marlim. V. S^a acha justo que a Petrobras utilizasse uma taxa de desconto de 6,9% e uma rentabilidade diferente de 6,9%?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não tenho aqui elementos para falar no detalhe dos 6,9%. O que eu posso dizer é que faz sentido ao você impor a um sócio um determinado tipo de projeto que isso seja negociado de alguma maneira, mas eu não fiz nenhum estudo com relação para poder definir. Imagino que os técnicos do TCU...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas mesmo depois, com toda a discussão em torno do tema, V. S^a não se dedicou a estudar melhor?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado Relator, quando cheguei, já estávamos em outra fase, não havia mais essa discussão sobre essa taxa e outras. Quando eu entrei, a preocupação da equipe que estava à frente da refinaria era geri-la da melhor maneira possível como ela estava – temos que lembrar –, naquele momento ou um pouquinho antes, porque havia sido anunciada a descoberta do pré-sal, e isso carrou muitos dos investimentos da Petrobras para projetos de produção. Então, a preocupação era fazer com que a refinaria funcionasse bem e com segurança; já era outro cenário.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tinha um laudo elaborado pela Muse & Stancil, que apontou para uma faixa de valor entre US\$84 milhões, taxa de desconto de 14%, e US\$186 milhões, taxa de 10%. V. S^a entende que essas taxas de desconto representavam bem o custo de oportunidade da Petrobras em 2006 ou V. S^a acha que essas taxas de desconto são mais adequadas que 6,9%?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço esse estudo. Foi em 2006, e eu entrei em 2008, já num outro cenário. Eu não conheço esse estudo, Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esse estudo V. S^a não conhece?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não conheço.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo ainda com os técnicos do TCU, a Petrobras pagou à Astra, pela compra dos primeiros 50% da refinaria, o valor de US\$189 milhões, e, pela compra dos primeiros 50% da comercializadora, o valor de US\$170,3 milhões. Segundo a Petrobras, a operação não envolveu apenas a compra da refinaria, mas, sim, um negócio bem mais amplo e diversificado. V. S^a discorda desses valores e dessas afirmações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, de novo, falando de um histórico anterior à minha entrada, os gráficos que me mostraram e que estão disponíveis, fazem parte do mercado dessa indústria de petróleo, indicam que o valor naquele momento estava compatível com o mercado internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Vamos a algumas perguntas sobre Pasadena a partir de 2008. De forma geral, a descoberta do pré-sal alterou a estratégia de internacionalização da Petrobras?

A crise internacional de 2008 também alterou o cenário de investimentos no exterior?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Totalmente, Deputado. As duas questões foram muito relevantes em relação às operações internacionais da Petrobras. A questão do pré-sal, em que houve a descoberta de uma enorme província petrolífera na costa brasileira, trouxe uma concorrência fortíssima por recursos, não só financeiros, mas também recursos de equipamentos para desenvolvimento desses projetos futuros e que estão em andamento aí. A crise de 2008 também, por conta de ter reduzido barbaramente as margens de refino. Então, esses dois fatores foram, sim, muitíssimo relevantes na estratégia da Petrobras de manter ou não, ampliar ou não a operação dos seus ativos internacionais. Inclusive, podemos ver pelos volumes de investimento, nas revisões do planejamento estratégico da Petrobras, como foram diminuídos bastante a partir de 2008.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nesse período, a informação que nós temos é de que houve divergências entre a visão de gestão da Petrobras e da Astra. V.S^a confirma isso? Se confirma, a Astra ausentou-se da gestão da refinaria quando?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Astra se ausentou a partir do momento em que a Petrobras decidiu não fazer mais a compra dos outros 50%. Ela literalmente abandonou a gestão da refinaria. E a gestão da refinaria, vamos dizer assim, esse gerenciamento tanto da *trading* quanto da refinaria – a Petrobras era sócia 50%, mas a gestão era da Astra – foi um fator muito preocupante.

A nossa equipe gerencial da Petrobras America, lá nos Estados Unidos, ficou realmente muito preocupada porque, se acontece algum problema com uma instalação industrial desse tipo, as consequências são muito sérias. Então, houve uma preocupação muito grande. A Petrobras foi obrigada a assumir gradativamente algumas operações, e foi por esse motivo que a Petrobras entrou com a arbitragem para trazer a Astra de volta para a sociedade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que V. S^a tem a dizer sobre o comitê de proprietários de Pasadena? Foram muitas as reuniões desse comitê? Quem representava a Petrobras nesse comitê?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – No meu conhecimento, quem representava a Petrobras era o diretor na época, o Diretor Paulo Roberto. Mas, no meu conhecimento, nunca houve uma reunião. Quando foi...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nunca houve reunião?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu vou chegar lá, Deputado. Eu me antecipei um pouquinho aqui.

A reunião era só para dirimir, no comitê de proprietários, alguma questão que – vamos dizer – as duas empresas, os gestores, não conseguissem resolver. Isso ocorreu em maio, quando dessa decisão da Petrobras de não comprar os outros 50%, e o abandono da Astra da sociedade. Então, foi convocada uma reunião do comitê de proprietários para tratar desse assunto, e o representante da Astra não apareceu.

Então, a Petrobras passou por esse passo, de convocar uma reunião de comitê de proprietários, para, em seguida, entrar com o pedido de arbitragem. Foi isso que ocorreu.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a conhece os termos da carta de intenções para aquisição dos 50% restantes da refinaria e da comercializadora? Quem assinou essa carta? A pessoa que assinou tinha poderes para isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quem assinou a carta foi o então Diretor Internacional, o Sr. Nestor Cer-veró, e ela resumia uma negociação feita. Essa carta é do final de 2007 e resumia as negociações em que se fazia um entendimento do que tinha sido negociado. Só que, na Petrobras, a competência para aquisições é do Conselho de Administração. Isso foi discutido em uma reunião em fevereiro. Eu estou falando tudo isso de memória, Deputado. Estou falando antes da minha entrada. Em fevereiro, a Diretoria Executiva, então, resolveu submeter o assunto ao Conselho, nessa reunião de 3 de março.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Relator, só uma frase que o Sr. Jorge falou...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade de aquisição, de quem é, na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Segundo o estatuto da companhia, aquisições têm que ser levadas ao Conselho de Administração.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade é do Conselho de Administração?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Elas têm que ser levadas ao Conselho de Administração.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Ótimo. É isso.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Diretoria Executiva... Nem o diretor nem a Diretoria Executiva têm a competência...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – A responsabilidade é de todos os conselheiros?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – ... a competência para fazer a aquisição. É uma pauta...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – É do Conselho, não é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Tanto é que essa pauta foi levada para o Conselho.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – De todos os conselheiros. É só isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, na sua avaliação, o então Diretor Nestor Cerveró tinha poderes para assinar a carta?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A carta era uma carta de entendimento das negociações que foram feitas. Então, ele tinha, como gestor da companhia, que colocar em uma carta. Só que essa carta foi entendida, posteriormente, pela Astra, como um compromisso firme.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Só para entender melhor essa carta de intenções: o valor lá estabelecido seria diferente daquele que decorreria da aplicação dos mecanismos de definição do preço de transferência das ações constantes do acordo de acionistas?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, Deputado, nós estamos falando de um assunto de sete anos atrás. Eu não tenho dados, não tenho nenhum documento da Petrobras, desde que eu me aposentei. Não tenho nenhum documento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas essa carta V. S^a viu?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Na época, eu vi, quando foi submetida a pauta para o Conselho dessa reunião de maio.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois então, o TCU afirma que a definição do valor relativo aos 50% restantes deveria ser calculado em base contratual, assim constante no laudo arbitral que chegou a valores próximos a US\$444 milhões.

V.S^a saberia dizer se a carta de intenções apresentou valores diferentes desse?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, eu não saberia. Eu não conheço os entornos da negociação que foi feita ali naquele segundo semestre de 2007. Realmente eu não conheço. O que eu sei é que houve diversas conversas para poder ver, vamos dizer, como resolver a questão, porque a Astra não estava mais concordando com aquele investimento a ser feito em Pasadena. Então, chegou-se num momento de...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Apenas para fechar aqui a sua opinião – fala-se muito dessa carta de intenções –, V. S^a concorda que a carta abriu precedentes para que a Astra buscasse, judicialmente, um maior valor para a saída do negócio? Como, por exemplo, o Poder Judiciário nos Estados Unidos tratou essa carta de intenções?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Era uma carta de entendimento das reuniões, das negociações – como falei, não conheço o entorno das negociações que foram feitas –, mas a Astra teve um entendimento diferente da Petrobras. A Astra entendeu que era um compromisso firme. Por isso, ocorreram as ações subsequentes. Não havia, por parte da Petrobras... É de conhecimento interno; todo mundo sabe que é um assunto a ser submetido e aprovado pelo conselho. É um termo que é usado, Deputado, assim, *subject to board approval*, e, por algum motivo, a Astra entendeu diferente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a arbitragem e o processo judicial, foi a Petrobras que deu início ao processo de arbitragem. Por que e quando ocorreu essa decisão e qual foi a participação do Conselho de Administração nessa decisão?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, quando a Astra ficou descontente com a decisão da Petrobras de não comprar a segunda parte dos 50%, a Astra abandonou a negociação e retirou seu pessoal da gestão da refinaria.

Então, o pessoal da Petrobras America e todo o corpo técnico da Petrobras ficou muito preocupado com a insegurança da instalação da refinaria e a segurança das operações.

Nesse momento, foi indicado que haveria necessidade, então, do tal comitê dos proprietários. A Petrobras convocou o comitê, e o representante da Astra não compareceu. Então, a AIE (Agência Internacional de Energia)... Não havia outra alternativa, e foram construídas as condições para que a Petrobras entrasse com o processo de arbitragem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Partindo do princípio de que a Petrobras sempre teve interesse na aquisição de toda a refinaria, que a Astra poderia não realizar os investimentos do Revamp e que US\$745 milhões eram um valor adequado, na sua avaliação, pode-se admitir que a Petrobras já esperava que a Astra exercesse o direito de *put option*?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não sei informá-lo o que a Astra estaria imaginando ou não. Realmente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, olhando para essas informações e para esses dados?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Poderia não entrar, poderia continuar discutindo e procurando uma definição de consenso. Era uma sociedade de 50% a 50%. Agora, a Astra entendeu dessa maneira.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nos termos contratuais, a Petrobras só exerceria o controle caso utilizasse o seu direito de sobrepor ou impor decisão, permitindo à Astra exercer o *put option*.

V. S^a não acha que a intenção da Petrobras era exatamente essa, com essas cláusulas?

V. Ex^a não acha que essas cláusulas eram boas, do ponto de vista da Petrobras, que poderia então assumir 100% das ações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não tenho conhecimento de nenhuma intenção da Petrobras que provocasse o desenvolvimento, vamos dizer, do assunto para chegar a essa conclusão.

Realmente, não me parece algo que seja razoável.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso nunca foi discutido na Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca foi discutido.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em relação ao valor, V. S^a se lembra qual foi a decisão da arbitragem?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não tenho os nomes já tem algum tempo, eu não tenho os dados, eu não tenho os números, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a Petrobras aceitou o valor que foi estabelecido?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Petrobras pediu a arbitragem, e a comissão arbitral determinou um valor. A Petrobras estava disposta a cumprir esse valor. Ela só não cumpriu porque a Petrobras queria que a Astra tivesse...encerrasse definitivamente o assunto e retirasse as ações judiciais que estavam correndo em paralelo com a arbitragem...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas por que a Petrobras optou por continuar a disputa judicial, já que a decisão judicial referendou o laudo arbitral?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Petrobras queria fazer, encerrar o assunto no resultado da arbitragem. Como a Astra não deu a quitação, não quis encerrar definitivamente o assunto, então, foi por isso, por uma decisão da Astra, que as ações judiciais prosseguiram.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a sabe se houve um acordo extrajudicial entre a Petrobras e a Astra?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quando entrou nesse aspecto da arbitragem das ações judiciais, o assunto passou a ser conduzido pelo departamento jurídico da companhia, como deve ser mesmo e, no final, depois do resultado da arbitragem e do resultado das ações, a negociação ficou, na época, por conta da chamada Gerência de Novos Negócios, ligada à Presidência, que foi a gerência que acabou por formatar, junto com o serviço jurídico, o acordo final.

Desde que o assunto entrou na esfera jurídica, a área internacional era uma área operacional dos ativos. A preocupação sempre foi fazer a gestão das instalações industriais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – No caso do complexo de Pasadena, no Texas, que inclui uma empresa comercializadora, fornece gasolina e diesel para o exigente mercado americano, e está localizada em uma área estratégica, seria razoável estimar um custo de capital menor que US\$1,5 bilhões para uma unidade similar?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nós estamos falando de duas empresas, né? Uma é a refinaria em si; a outra é a comercializadora, que também tem valores bastante variáveis de acordo com o mercado.

O que eu posso lhe dizer é que a localização de Pasadena era muito boa; ela estava ali no Texas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Era ou é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ela é muito boa; ela está no Texas, no canal com acesso a diversos dutos, e, de novo, Deputado, eu não acompanho mais o dia a dia da empresa, mas eu andei lendo notícias de que a refinaria, hoje, está com uma operação superavitária, principalmente por conta da maior produção do chamado *tight oil*, ali no Texas, que vem das rochas, do xisto, enfim, dessa parte mais betuminosa. E essa produção aumentou; é um petróleo bastante adequado para a refinaria e agrega bastante valor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A partir do valor estabelecido pela Muse & Stancil, de US\$186 milhões, o TCU determinou que dirigentes da Petrobras apresentassem alegações de defesa ou recolhessem aos cofres da Petrobras a quantia de US\$580 milhões, o que corresponde a uma diferença entre US\$766 milhões e os tais US\$186 milhões. V. S^a considera razoável essa determinação?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço o relatório da Muse & Stancil, e eu não tenho elementos para fazer uma avaliação desses valores, mas eu, em princípio, digo...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O TCU está mandando devolver US\$580 milhões.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não tenho elementos para poder comentar isso, Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu gostaria agora de fazer alguns questionamentos sobre os contratos da Petrobras na área internacional. O jornal *Valor Econômico* publicou, em 31 de julho de 2014, uma matéria que trata dos resultados da apuração interna da Petrobras, que teria concluído que quatro dos cinco negócios investigados, conduzidos pela Diretoria Internacional, tiveram sustentação e não foram lesivos à companhia. Contudo, sobre o contrato de US\$ 825,6 milhões, da SMS (Segurança, Meio Ambiente e Saúde), em nove países, celebrado com a Odebrecht, caso não houvesse sido feito um aditivo, que reduziu o valor do contrato a aproximadamente a metade, haveria um potencial de perda para a Petrobras. V. S^a era o diretor internacional à época da celebração desse contrato. Essa comissão detectou potenciais perdas para a Petrobras. Foram, de fato, tomadas as medidas que posteriormente resultaram em um aditivo que reduziu o valor do contrato para US\$ 481,6 milhões?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não conheço o relatório da comissão. Já foi depois que eu saí; não li o relatório. Eu contribuí, pediram-me que contribuísse, dei informações da gestão à época, mas não li o relatório. O contrato, esse contrato específico...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, V. S^a era o diretor internacional à época.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, eu não estou negando isso. O contrato de SMS, para fazer a remediação do passivo ambiental, levantado nas diversas unidades no exterior, era um contrato de planilhas de preço unitário, semelhante ao que foi no Pégaso, em 2000, quando houve aqueles dois acidentes principais, do vazamento na Baía de Guanabara e na refinaria no Paraná. Então, só seriam pagos os serviços efetuados realmente, efetivamente executados.

Agora, o contrato tem de ter um valor estimado, que foi esse valor de US\$825,6 milhões, que contemplava todo o levantamento feito, mas, paralelamente, já vinha acontecendo um plano de desinvestimento da Petrobras, já se vinha discutindo nas revisões de planejamento estratégico desinvestir em algumas áreas em que não se precisaria fazer esse tipo de serviço. Também, durante o tempo...

Para dar um exemplo, eu me lembro de um vazamento de um posto de gasolina na Colômbia em um prédio vizinho. Não daria para esperar um contrato para fazer o serviço. Então, foi feito localmente; esse serviço não foi feito pelo contrato. Tudo isso somado fez com que acontecesse o previsto no contrato, ou seja, de se pagarem somente os serviços executados efetivamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma reportagem da revista *Época*, de agosto de 2013, afirma que o cidadão João Augusto Henriques teria falado abertamente sobre o pagamento de comissões para políticos e para funcionários da estatal. Quem é o Sr. João Augusto Henriques? V. S^a o conhece? O que tem a dizer sobre isso? Existem funcionários em sua Diretoria ligados a esse senhor?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, eu posso afirmar que eu não conheço nenhuma atividade do Sr. João Augusto em relação aos assuntos da área internacional. O Sr. João Augusto foi funcionário da Petrobras; eu o conheci quando entrei na Petrobras. Ele era funcionário da Petrobras e conhece diversas pessoas por conta de trabalhar no mesmo segmento nosso, mas não exerceu nenhuma atividade diretamente ligada... Várias das pessoas que são...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele não é mais funcionário da Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ele não é mais funcionário; já saiu há bastante tempo. Não me lembro em que circunstância.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Existiam funcionários em sua diretoria ligados a esse senhor ou que fossem...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não ligados. As pessoas que trabalhavam comigo na diretoria também eram pessoas que eu conheço há muito tempo, de 30 anos de relacionamento de trabalho e profissional. Há coincidências nesse caso.

Assim como imagino que deva conhecer diversas outras pessoas, diversos outros técnicos, engenheiros, gerentes em diversas outras áreas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas existe, na sua avaliação, a possibilidade de que o Sr. João Augusto tenha exercido influência ou atuado como intermediador de negócio de responsabilidade da área internacional?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca houve isso, Deputado. Nunca houve nenhuma intermediação do Sr. João Augusto em qualquer assunto da área internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, a investigação interna encontrou ligações telefônicas de gerentes para o lobista que disseram ter nomeado diretor, que tinham influência dentro da Petrobras na área internacional. V. S^a, em algum momento, ouviu isso na Petrobras ou teve conhecimento desses fatos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Ele pode ter ligações telefônicas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso está lá na investigação interna que foi realizada pela...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço o relatório da investigação interna, Deputado. Desculpe. Eu poderia ter acesso ao relatório e poder, então, tecer comentários. Eu não conheço o relatório.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O relatório da comissão interna foi encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e há uma investigação ou processo judicial em curso sobre isso. V. S^a é sabedor disto, né? *(Pausa.)*

Segundo, houve oferecimento e aceitação pela Justiça de denúncia contra V. S^a e mais oito pessoas, incluindo um diretor da Odebrecht Engenharia Industrial, o Sr. Marco Duran, por fraude em licitação. O Ministério Público também requereu a perda dos empregos públicos e o pagamento de multa equivalente a 2% do valor contratado. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu tomei conhecimento desse assunto pela imprensa. Depois, eu confirmei que realmente o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ofereceu essa denúncia. Mas eu não conheço o seu teor. Eu ainda não fui citado.

Então, a partir do momento em que eu puder ter conhecimento do teor desse assunto, eu poderia fazer algum comentário. Eu só tive conhecimento desse assunto um, pela imprensa e, segundo, depois confirmando que realmente houve essa oferta de denúncia do Ministério Público. É o que eu sei neste momento, Deputado.

Quando eu tiver mais informações, eu poderei comentar o assunto com um pouco mais de detalhe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Ainda no relatório da comissão, foi mencionado o Sr. Sócrates José Fernandes Marques da Silva. Ele foi assistente de V. S^a?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, sim. De novo, eu não conheço o relatório, não sei em que ele foi citado, mas que ele era meu assistente, era. Eu o convidei para ser meu assistente. Eu conheço o Sr. Sócrates desde quando eu entrei na Petrobras. Nós entramos no mesmo órgão, no mesmo setor. Então, eu conheço ele desde lá.

Depois, nós fomos contemporâneos na época em que eu trabalhei na Petrobras Distribuidora. Ele em uma área, e eu, em outra, mas eu o conheço há 30 e poucos anos. Quando eu cheguei à área internacional, eu tomei conhecimento de que o Sr. Sócrates trabalhava lá, em uma gerência. E, pela confiança mútua – um cargo de assistente é um cargo de confiança –, eu o convidei para ser meu assistente. Isso é verdade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Uma última pergunta. V. S^a tomou a decisão unilateral de centralizar a execução dos serviços de SMS sem anuência do seu corpo técnico e gerencial, além de não ter submetido à Diretoria Executiva as alterações da aplicação do contrato de SMS de Pasadena?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas perguntas. O senhor poderia repetir a primeira porque ela... são duas... A outra fala de Pasadena.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a tomou a decisão unilateral de centralizar a execução dos serviços de SMS sem anuência do seu corpo técnico e gerencial?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Não houve decisão unilateral.

Em junho de 2009, quando nós fizemos aquela reunião em que o tema era SMS, foi apresentado um quadro bastante preocupante por toda a equipe. Foi feito, então, foi discutido, foi um consenso de se fazer um levantamento um pouco mais detalhado e, durante esse levantamento, foi-me trazida a ideia por diversas pessoas da equipe de fazer um programa semelhante ao Pegaso, que é o Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional, que a Petrobras aplicou depois do acidente em 2000, que teve um sucesso retumbante e levou a Petrobras a ter um outro nível de excelência nas questões de SMS.

Então, a sugestão veio da equipe de fazer um trabalho nos mesmos moldes. É por isso que o contrato foi de planilhas. Não houve decisão unilateral para centralizar serviços. Houve um consenso de que fazer um programa Pegaso da área internacional seria uma coisa muito bem-vinda, muito bem vista por toda a comunidade da indústria de petróleo internacional.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Há também a informação de que V. S. não teria submetido à Diretoria Executiva as alterações da aplicação do contrato de SMS de Pasadena. É verdade isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não é verdade.

Quando nós tratamos e discutimos na Diretoria a questão do contrato em si, já se falava em desinvestimento em refinarias. Então, foi uma sugestão minha de nós aprovarmos o contrato como ele estava proposto e que as autorizações de serviço seriam feitas por partes. O primeiro, para todos os serviços de postos, de exploração, produção, etc e tal, e, no caso de refinarias, nós traríamos à Diretoria os assuntos para cada refinaria, porque naquele momento existia uma intenção, por exemplo, de se desfazer de algumas instalações de refino no exterior. Estávamos dando uma volta por conta da descoberta do pré-sal. Então, foi um processo normal de aprovação desses projetos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem, Sr. Presidente. Eram essas as perguntas, os questionamentos do Relator. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Sr. Jorge Luiz Zelada pelas suas respostas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora ouvir os autores dos requerimentos.

Pela ordem, o Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 233. V. Exª tem cinco minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer rapidamente aqui uma abertura e, em seguida, fazer a pergunta ponto a ponto, resposta sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ah, V. Exª usará os dez minutos, fazendo a intercalada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Isso.

Sr. Relator, senhor convidado, nós estamos agora acompanhando há pouco o voto do Relator, Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União, quando ele acaba de, no seu relatório, incriminá-lo também, naquele relatório anterior, dos prejuízos causados à Petrobras nesse negócio de Pasadena, além de também colocar a Presidente atual, Graça Foster. O seu relatório já foi lido e agora, evidentemente, aguarda a votação em Plenário do Tribunal de Contas da União.

Tal fato já aconteceu há poucos dias, no mesmo horário desta reunião, quando lá foi lido e aprovado o relatório, condenando 12 diretores da Petrobras, inclusive um deles preso, o Sr. Paulo Roberto Costa, e ali pedindo a indenização de US\$792 milhões a decisão do Tribunal de Contas da União.

E claro que ainda há mais, há mais coisas, porque agora é uma tomada de contas especial. Não é mais apenas um relatório deste ou daquele auditor. Então, a coisa se agrava a cada momento.

E o senhor foi, recentemente, denunciado pela Justiça do Rio de Janeiro, que atendeu a uma denúncia do Ministério Público, e o senhor é réu, o senhor é réu. O senhor diz que não conhece o teor, mas a audiência já está marcada para o dia 4 de setembro. Como é que a audiência está marcada, e o senhor não tem conhecimento do teor dessa denúncia?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não recebi essa citação, fazendo essa convocação. Isso é verdade; eu não recebi. Eu não conheço o teor da denúncia, isso é verdade.

Desse assunto do TCU que o senhor está colocando eu estou tomando conhecimento agora pelo senhor. Vou também me inteirar da...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Já foi publicado, não é? Já foi publicado. E sempre penso que aquele que está sendo processado e deve dar respostas procura até saber diretamente na Justiça se está confirmada aquela data, até para ajudar a Justiça a processar rapidamente.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim, senhor. Eu tomei conhecimento dessa denúncia do Ministério Público pela imprensa, fui procurar saber e confirmei que o Ministério Público fez essa denúncia ao Tribunal. Nós estamos no meio do andamento desses assuntos. O que eu lhe estou afirmando é que não conheço o teor da denúncia, eu não conheço o que baseou a denúncia. Então, fica difícil comentar. Eu estou buscando isso. Eu não recebi essa citação com a denúncia. Eu não a recebi ainda. Por isso, é que eu lhe estou dizendo que nós estamos no meio do desenvolvimento desse assunto.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A CPMI recebeu documentos que indicam que a sua senha pessoal foi utilizada duas vezes; que teve acesso a documentos sigilosos da Petrobras, repassados à empresa SBM Offshore. Isso consta dos documentos da CPMI.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu vou até agradecer a oportunidade de o senhor ter feito essa pergunta.

Eu, como diretor da Petrobras, li e imprimi, seja em arquivo eletrônico ou em papel, não dois documentos, mas centenas de documentos, porque são documentos – e não sei que documentos são esses! – que fazem parte da pauta da Diretoria Executiva. Então, eu lia, abria, lia, para tomar conhecimento dos assuntos que compõem a Diretoria Executiva. Agora, o que eu posso afirmar é que eu nunca entreguei documento nenhum para qualquer entidade externa. Nunca entreguei! Agora, que eu tenha imprimido alguns documentos, eu posso ter imprimido, mas não foram dois documentos; foram centenas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quer dizer que nem aos documentos que tratam do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Pré-Sal o senhor também não teve acesso, nem os repassou à SBM?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Acesso eu tive, porque era pauta de diretoria.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor os repassou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não repassei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A pergunta é: o senhor os repassou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não, não! Não repassei documento algum para qualquer entidade externa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Júlio Faerman não teve acesso a esses documentos? Ele é o representante da SBM no Brasil.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nunca tive nenhum relacionamento comercial com a SBM. Em todos os órgãos em que trabalhei na Petrobras, nunca tive relação comercial com a SBM. Então, os executivos da SBM, eu nem os conheço. Eu conheci o Sr. Júlio Faerman como representante porque ele é uma pessoa muito antiga no mercado, no segmento da indústria de petróleo do Brasil, há mais de 50 anos. Então, é uma pessoa já de idade e muito conhecida. Por isso, eu o conheço, mas nunca tive...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, faça uma pergunta mais direta.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Mais direta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quem usou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A minha senha era pessoal.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas ela foi usada em dois momentos, e, agora, como o senhor acaba de dizer, em centenas de documentos. E esses documentos foram repassados à empresa SBM. Quem usou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Quem usou a minha senha...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Temos aqui uma festa do Nordeste. Pois não.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A minha senha é de uso pessoal. Agora, o que eu afirmo é que não repassei documento nenhum...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E nenhuma outra pessoa utilizou a sua senha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não acredito que alguém tenha usado minha senha.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Usou ou não usou?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não acredito!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não acredita.

O senhor fez uma viagem, que foi programada. Até a Diretoria da Petrobras, em investigação externa, aliás, em investigação interna, disse que o senhor constava da lista dos convidados da empresa para uma viagem de turismo paga pelo Sr. Júlio Faerman, aqui indicado, para uma excursão enogastronômica a Buenos Aires.

Esta é a pergunta: essas despesas foram pagas pelo senhor ou por Júlio Faerman? Foram vários dias, não é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu fiz uma viagem a Mendoza, visitando vinícolas, porque é um interesse pessoal. Gosto de vinho, gosto de gastronomia e eu já havia feito uma viagem no ano anterior, dois anos antes, para vinícolas no Chile. Uma viagem de férias, normal, e que foi paga por mim. Foi paga por mim. Foi um período de férias.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E o Sr. Renato de Souza Duque estava presente?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Estava. Eu fiz uma viagem com o diretor Renato Duque, num ano anterior, dois anos, para vinícolas no Chile. E estávamos conversando sobre...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor já respondeu.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Já respondi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se o senhor pagou do seu bolso, não há o que mais falar. O seu gosto vale para o senhor.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E tenho certeza, por ser diretor da Petrobras e agora como réu, sendo processado, deve ter bom gosto.

A pergunta também que eu gostaria de fazer é sobre o contrato da Petrobras com a Norberto Odebrecht, que custou US\$860 milhões e depois foi baixado para US\$480, numa auditoria interna. E o senhor respondeu recentemente aqui que desses valores o senhor não tinha conhecimento, mas que tinha conhecimento de valores maiores do que os indicados, na resposta que o senhor deu ao Relator.

Que valores maiores são esses, além deste de US\$860 milhões?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu devo estar com problema de entendimento, Deputado, porque os valores que eu falei sobre o contrato da Odebrecht, um valor é o da estimativa do contrato, e o outro valor, que foi efetivamente pago por serviços efetivamente realizados e que foram a menor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Que foram a menor, US\$330 milhões, que a auditoria identificou como dissociados de qualquer dos serviços contratados. Aí é que está. O contrato já estava feito, já estava andando, e aí a pergunta. O senhor disse que sabia até de valores maiores do que esse. O senhor respondeu ao Relator.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, chamou a atenção a sua presença dentro da empresa e esses valores, mas...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu me lembro de ter falado sobre valores maiores sobre a aquisição de Pasadena. Não sobre esse contrato.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o José Orlando esteve aqui, na semana passada, e disse que a ordem veio do senhor para esse negócio.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Qual negócio, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Esse negócio da decisão arbitral, e aí falando dos valores, finalmente, do que se pagou. Que a ordem veio do senhor para se tomar a decisão de fechar aquela decisão sem fazer com que o recurso pudesse ter sequência. Ou mesmo que o recurso, na sequência, desse um prejuízo maior. Que a ordem teria vindo do senhor.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Nenhum diretor – não sou só eu – tem competência isoladamente para tomar uma decisão dessas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, o senhor a tomou em colegiado.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Foi em colegiado. A Diretoria Executiva...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Com a anuência do Conselho?

(*Soa a campanha.*)

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Esse caso não vai para o Conselho. A Diretoria Executiva, depois dessa ação da Astra de abandonar a sociedade, realmente discutiu que não havia outro caminho senão entrar com o processo de arbitragem. Agora, essa foi uma decisão do colegiado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu agradeço e volto à minha lista de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – À sua lista de inscrição.

Deputado Carlos Sampaio. (*Pausa.*)

Deputado Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT - AC) – Já contemplado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já está contemplado.

Deputado Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Não estou contemplado. Então, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sandro Mabel, V. Exª vai utilizar os cinco minutos isolados ou os dez minutos intercalados?

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vamos ter os dez minutos intercalados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Intercalados.

Com a palavra V. Exª.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Presidente, Dr. Jorge Luiz Zelada, esse assunto da Petrobras me intriga, no sentido de como as tomadas de decisões são tomadas numa empresa dessa magnitude, de negócios dessa magnitude.

A primeira pergunta que eu gostaria de fazer ao senhor é a seguinte: o Conselho de Administração da Petrobras, quando recebe um relatório, e aí diz que tinha *put option* ou não tinha e que tinha isso no relatório ou não tinha, que passaram um relatório furado, como a Presidente Dilma mesma falou. Na opinião do senhor, que está há 32 anos na Petrobras, não é isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Trinta e dois.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Na opinião do senhor, esses membros do Conselho de Administração, incluindo aí a Presidente Dilma, que era Presidente do Conselho, tinham competência para decidir isso aí?

Conheciam do assunto para tomar essas e outras decisões, como a construção da Abreu e Lima, que também foi um negócio que começou com 2,5 bilhões e está em 25 bilhões? O próprio Presidente da Petrobras disse que, se ele fosse dono da Petrobras, ele não teria construído a Abreu e Lima.

A primeira pergunta é esta: o senhor acha que esse Conselho tinha competência, uma vez que ninguém do Conselho perguntou se o contrato tinha *put option* ou não? Porque quem é do ramo sabe fazer essa pergunta. Se o senhor perguntar para mim sobre boi, sobre cavalo, sobre biscoito, eu sei responder. Se o senhor é o presidente de uma fábrica de biscoito, eu falo que essa fábrica faz isso, não faz aquilo... Na sua opinião, tinha?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que uma aquisição, que vem acompanhada de diversos documentos, pode ser analisada pelos assessores de conselheiros, de diretores... Acho que há elementos. O resumo executivo, como ele diz, é um resumo; se ele abranger todos os itens, deixa de ser um resumo. Foi um assunto tratado em 2005, 2006, com toda a negociação, bem antes da minha entrada, e eu não conheço as circunstâncias do encaminhamento ou da discussão da diretoria nesse assunto para ser submetido ao Conselho.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – A resposta do senhor é política. Eu quero uma resposta real, uma resposta técnica. O senhor foi diretor de uma Petrobras internacional, o senhor é uma pessoa que tem um poder de avaliação. Ou então o senhor também foi colocado errado lá, o que eu não acredito, pelo tempo que o senhor tem de Petrobras, pela experiência que o senhor falou que tem... O senhor também esteve participando do Conselho, o senhor viu outras decisões que foram tomadas na sequência...

A minha pergunta é: o senhor acha que esse Conselho tinha competência? Esse Conselho que estava na Petrobras em 2006, em 2007, em 2008, em 2009. Desde que o senhor entrou em diante, o senhor, como membro da Petrobras, conhecia as decisões do Conselho. Pergunto: o senhor acha que esse Conselho tinha competência para isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Bom, eu vou responder objetivamente, Deputado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vamos lá.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que tem competência, sim.

Só quero fazer uma observação: os diretores da Petrobras não participam do Conselho, eles não são conselheiros. Só o Presidente da companhia é que é conselheiro, junto com os demais indicados para o Conselho de Administração. Agora, os diretores sempre participam como ouvintes para prestar alguma informação que lhes seja solicitada.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Está certo.

Eu vou lhe fazer uma pergunta. O senhor viu que Pasadena foi comprada, que se gastou em torno de US\$554 milhões na refinaria, e para comprar a *trading* gastou o senhor US\$341. Aqui todo mundo fala em Pasadena e tal, mas não se separa uma coisa da outra. A refinaria tem máquina, planta, instalações brutas, como diziam, porque tem muito investimento, mas a *trading* não tem nada dentro. Nós pedimos o imobilizado dessa *trading* quando ela foi adquirida, mas as informações ainda não chegaram. Mas eu lhe pergunto: o senhor acha que, por essa proporção por que foi comprada, essa *trading* valia o que se pagou por ela?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor tem razão em dizer que são duas coisas. Uma coisa é a instalação física, a instalação industrial, e outra é uma atividade de comercialização, que também tem seu valor. E esses valores, tanto o de instalação industrial por processamento de barril de petróleo quanto o de uma comercializadora, são muito variáveis ao longo do tempo conforme o mercado mundial – se as margens estão mais altas ou mais baixas. Eu não tenho aqui o gráfico referente a esse período a que o senhor está se referindo para dizer se estava de acordo ou não. Pelos relatos que me foram feitos posteriormente, estava de acordo, sim.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Vou fazer duas perguntas seguidas aqui, que se referem, mais ou menos, ao mesmo tema. O senhor estava entrando no dia 3 de março, no mesmo dia em que foram apresentados para o Conselho, pelo diretor que estava saindo, os outros 50% da Petrobras. Ele estava saindo e colocou essa decisão no Conselho, o senhor entrando, o senhor mesmo disse: “Oh, não, eu fui aprovado nessa reunião!” Isso não parece que foi uma saideira do diretor, que deixou passar mais esse negócio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não me parece, não, Deputado. Não me parece, não. Não foi o diretor que colocou o assunto ao Conselho. Ele foi apreciado pela Diretoria Executiva numa reunião de fevereiro. A Diretoria que aprovou a submissão da pauta ao Conselho. Então, não me parece dessa maneira como está colocada a pergunta.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – A redução do contrato da Odebrecht. Eles dizem que reduziram 50%. Parece que havia 50% de gordura no contrato, que foi reduzido e assim por diante. Reduziram-se 50% do contrato ou reduziram-se, por exemplo, os países. Parece-me que iam fazer em cinco países e passaram para fazer três. Enfim, cortaram escopo de serviço, e não o valor do contrato que estava inflado e, de repente, foi cortado porque alguém chamou a atenção. Qual é a realidade?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A realidade é quantitativo de serviço

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Reduziu-se o quantitativo de serviço?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O quantitativo de serviço, tanto por saída dos investimentos, redução de países; não por gordura.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Então, essa imagem que se passa de que o contrato era de US\$800 milhões e, depois que alguém deu um grito, virou US\$400 não quer dizer que se deu um desconto de 50%. Quer dizer que se reduziu o quantitativo de serviço? Iam-se fazer 100 e resolveram fazer 50? É isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É verdade. É isso.

O noticiário fala em contrato de preço global, quando, na realidade, o valor do contrato era um valor estimado com aquele quantitativo de serviço. Mas já era definido que só se pagaria serviço executado. Diminuindo-se a quantidade de serviço, diminui-se o valor pago.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – E por que se tomou essa opção mesmo de diminuir o serviço? O senhor explicou, mas, que nem o senhor disse, eu estou com um probleminha de compreensão também.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Está bom. A ideia foi fazer um programa de excelência, levar a excelência dos critérios de SMS que a Petrobras já tinha no Brasil para as suas unidades no exterior. Então, fazer de que maneira? Semelhante ao que a Petrobras fez depois do acidente da Baía de Guanabara em 2000, num programa que foi denominado de Pegaso, um programa que teve muito sucesso naquela ocasião. Pegaso seria uma abreviatura do Plano de Excelência de Gestão Ambiental e Segurança Operacional. Então, quando se viu o tamanho do passivo ambiental nas unidades da Petrobras no exterior, a ideia que me foi trazida e que pareceu muito boa era de fazer no exterior um programa que teve sucesso na Petrobras no Brasil. E foi exatamente da mesma maneira, com preços de planilha unitária. Então, por serviço.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Aliás, a Petrobras no Brasil, nessa questão ambiental, é um sucesso, porque você está na praia, vê uma manchinha de óleo, já há uma plaquinha na praia. Você liga, daí a 15 minutos, há uma caminhonete, os caras com a pazinha, jogam tudo aquilo embora. Então, realmente é sucesso.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Agradeço, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Izalci, em nome do Requerimento 411.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, antes de entrar no mérito...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª vai falar os 10 minutos intercalados ou os 5 minutos?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Algumas perguntas ele pode responder. Vamos falar intercalado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os 10 minutos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Antes de entrar no mérito, eu perguntaria a V. Sª: Antes do depoimento na CPI do Senado ou agora na CPMI, V. Sª recebeu alguma instrução, alguma orientação, recebeu alguma pergunta antecipada, uma “colinha”? Foi treinado?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não?

V. Sª disse há pouco que a Petrobras buscou a internacionalização depois de 2001, 2002, e Pasadena já estava à venda há algum tempo, e não se vendia exatamente por questões trabalhistas e ambientais. V. Sª conhece Alberto Feilhaber?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...que foi ex-funcionário da Petrobras?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não conheço.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. Sª sabe que ele era o Vice-Presidente da Astra?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu soube depois, até pelo nome, porque eu não conheço, que ele tinha um cargo na Astra, não sei exatamente qual.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, eu não tenho nenhuma dúvida hoje com relação a essa questão de Pasadena. Essa operação foi toda premeditada com a participação do Alberto, ex-funcionário da Petrobras, que, quando adquiriu, pela Astra, a refinaria, logo em seguida fez a operação com a Petrobras, inclusive com o Diretor Internacional Nestor Cerveró, que conduziu o processo e, inclusive, fez o parecer para o conselho de administração.

É na cláusula que foi feita...o contrato já deixou de fato essa perspectiva de futuramente indenizar – não é nem comprar, é indenizar – a Astra.

Está aí o relatório do Tribunal de Contas que comprova realmente o desvio desses recursos todos. Tivemos o mensalão do Lula, e eu posso dizer que continua ainda o mensalão da Presidenta Dilma na Petrobras. Basta ver o que vem acontecendo em todas essas operações a que vamos chegar logo, logo. Houve uma continuidade. O Sr. José Orlando, quando esteve aqui... participou inclusive, e está respondendo por isso no Tribunal de Contas, da questão da GDK. Está sendo processado por licitação da GDK, que foi exatamente a mesma empresa que deu aquele Land Rover, em novembro de 2004, para o Sr. Silvinho Pereira.

V. Sª conheceu o Sílvio Pereira?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Vou entrar no mérito, então, Sr. Presidente.

V. Sª foi indicado para o cargo diretor da área internacional da Petrobras em 3 de março de 2008, mesma data em que o seu antecessor no cargo, Nestor Cerveró, foi indicado para o cargo de diretor financeiro da BR Distribuidora.

Quem indicou V. Sª para o cargo?

Como se deu essa transição entre Nestor Cerveró e V. Sª na direção da área internacional?

Houve conversa sobre a compra dos 50% remanescentes da refinaria de Pasadena?

Toda a documentação referente à operação encontrava-se organizada?

Como era o relacionamento de V. S^a com Cerveró?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor quer repetir as perguntas uma por uma para eu responder, por favor?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem indicou V. S^a para o cargo?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu estava de férias em 2007 – setembro, outubro – viajando. Eu tinha entrado de férias quando começou a sair notícias.

Eu nunca havia tido essa conversa. Começaram a sair notícias de uma possibilidade de eu assumir a diretoria da Petrobras.

Pelo currículo que eu tenho, quando me apresentei no início desta sessão, para mim é uma coisa natural você ir galgando as posições e tal. O noticiário foi me associando ao PMDB de Minas, mas eu não havia tido contado algum.

Quando retornei de férias, e isso foi em outubro, novembro, o assunto se estendeu até março. Foi quando eu comecei. Algumas pessoas quiseram me conhecer. A pessoa que realmente me contatou, pedindo para me conhecer e mostrar o meu currículo foi o Deputado Fernando Diniz, do PMDB de Minas...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Como foi essa transição com o Nestor Cerveró, essa passagem?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Quando fui nomeado, quer dizer, o Nestor saindo e indo para a BR, nós fizemos uma reunião com a equipe, uma reunião simples, rápida em que trocamos algumas impressões. Praticamente várias pessoas que já faziam parte da equipe internacional permaneceram, e a coisa foi andando...

A transição...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com relação a esses 50% remanescentes houve essa conversa? Como foi esse diálogo? O que foi que ele passou para V. S^a em relação a isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não houve, porque o assunto tinha sido apreciado ali, já pelo Conselho. Já havia passado essa fase. Não houve...

O Conselho não quis aprovar em março e, definitivamente, não aprovou em maio.

Não houve essa conversa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu digo pelo seguinte: o próprio José Orlando, e a gente também percebe em outros depoimentos, que, quando houve a questão do Conselho Arbitral e definiu-se o valor da indenização, a Petrobras resolveu recorrer à Justiça questionando operações que foram feitas da Astra com a Petrobras americana no sentido de que ela estaria ganhando em cima disso, apesar de, na documentação, haver provas de que o representante da Petrobras tinha conhecimento de todas as operações.

V. S^a disse que a Astra é que não aceitou a negociação. O que nós vimos até agora foi exatamente o contrário: a Petrobras é que foi à Justiça mesmo sabendo que iria perder, porque existiam já pareceres dizendo claramente que a Petrobras tinha que indenizar.

V. S^a confirma que realmente a Astra chegou a aceitar essa proposta do Conselho Arbitral, e a Petrobras é que não quis, porque não é isso que foi dito aqui?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu reafirmo o que eu disse aqui.

Agora, era um conjunto, eram diversas ações, de parte a parte, depois que a Astra entrou com ações, e eu não tenho detalhamento de todo o desenvolvimento dessas ações judiciais; a condução delas estava a cargo do Departamento Jurídico da Petrobras, como deve ser. Eu acho que a Petrobras pode lhe dar os detalhes de como até cronologicamente as coisas aconteceram.

Eu estou falando aqui, na posição de diretor que eu tinha à época, como se deu a linha geral. A Petrobras entrou com a arbitragem porque a Astra se recusou a continuar fazendo a gestão do negócio e porque ela tinha a sociedade de 50% com a Petrobras. Foi por esse motivo. A Astra, em contrapartida, entrou com ações, e aí a Petrobras foi se defendendo, entrando com outras. Então, esse detalhamento, eu não saberia lhe informar, mas a Petrobras pode lhe dar com exatidão. Agora, quando saiu o resultado da Comissão Arbitral, a Petrobras queria encerrar a questão definitivamente, a Astra é que não quis retirar suas ações. Então, o assunto prosseguiu na esfera jurídica por esse motivo.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quando o Sr. José Orlando esteve aqui, ele afirmou que não desempenhou nenhum papel no processo de compra da refinaria, a não ser o de acompanhar o processo, e que todo o processo de arbitragem foi totalmente coordenado sob a responsabilidade da diretoria internacional. Então, V. S^a que conduziu todos esses processos? Ele apenas acompanhava as decisões de V. S^a, da diretoria internacional? *(Soa a campainha.)*

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O José Armando realmente não acompanhou. Ele estava preocupado com as operações da Petrobras América, tanto da exploração em produção quanto da refinaria, e com todas essas atividades operacionais, isso é verdade. Agora, a condução da arbitragem e das ações eu reafirmo que quem

fazia não era... A diretoria internacional é uma diretoria de negócio; ela não é uma diretoria jurídica. Foi o departamento jurídico, como deve ser mesmo.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas V. S^a tinha conhecimento de que o Conselho Arbitral definiu uma posição e que a Petrobras recorreu à Justiça sabendo que aqueles argumentos utilizados eram totalmente incompatíveis, já que existia dentro do processo arbitral a concordância do representante da Petrobras com relação às negociações alegadas com relação à Astra?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., é a última resposta no tempo de V. S^a.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu reafirmo: eu tinha conhecimento periodicamente através do departamento jurídico, dentro das reuniões de diretoria, assim como todos os outros diretores. Não havia nenhuma condução da diretoria internacional nesse assunto nem de qualquer outra diretoria. Nós tínhamos informações periódicas de como o assunto estava.

E, quando houve a decisão da arbitragem, a Petrobras não entrou na Justiça; a Petrobras queria encerrar a questão – e isso foi uma discussão –, só que a Astra não aceitou, a Astra não quis retirar suas ações. É como dizer assim: nós chegamos aqui numa decisão arbitrária, então, vamos encerrar definitivamente a questão e vamos retirar as ações da Justiça. A Astra não quis. Foi por isso que o assunto prosseguiu.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., o.k.!

Vamos agora à lista de inscritos.

De antemão, devo agradecer a V. Ex^{as} porque estão obedecendo rigorosamente, para que não existam privilégios. Cada um, nas suas condições e representações, pode exercer seu papel.

Concluimos os autores. Agora, vamos para a lista dos inscritos.

Primeiros três inscritos: Imbassahy, Onyx e Iriny.

Imbassahy, dez minutos.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Pois não.

Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, registro nossa indignação com respeito aos fatos revelados na última edição da revista *Veja*. É verdadeiramente estarrecedor para a população brasileira, Sr. Presidente, que técnicos do Senado Federal, como também prepostos da própria Petrobras, altos dirigentes da Petrobras, utilizando inclusive dependências da Presidência da Petrobras aqui em Brasília, com a participação de técnicos do Palácio Planalto, tivessem feito o que fizeram, no sentido de tentativa de obstruir o funcionamento da CPI do Senado. Mas V. Ex^a está conduzindo o assunto com equilíbrio – registro isso de pronto.

Peço também a V. Ex^a, se for possível, ainda um grande empenho para que esta CPMI não frustre a população brasileira, porque, agora, a responsabilidade nossa passa a ser bem maior. Essa é a expectativa da população brasileira.

Dirijo-me agora ao Dr. Jorge Luiz Zelada, que tem 33 anos de Petrobras, um técnico bem-sucedido, que alcançou, inclusive, uma diretoria importante, Área Internacional da Petrobras.

Para a pergunta que lhe faço, eu gostaria de uma resposta: sim ou não. A compra de Pasadena foi um bom negócio ou foi um mau negócio? Foi um bom negócio? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A compra de Pasadena fazia parte de um projeto maior, que era fazer a reforma...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu gostaria que o senhor dissesse se foi um bom negócio. Foi ou não foi um bom negócio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Não. V. S^a... Eu pergunto a V. S^a se foi um bom negócio ou não foi um bom negócio? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto era um bom negócio.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O conceito do negócio...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O conceito do projeto...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, para V. S^a, foi um bom negócio a compra de Pasadena.

Segunda pergunta: as cláusulas Put Option e Marlim eram fundamentais para a decisão da compra da Refinaria de Pasadena? Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A Put Option é uma cláusula que existe em vários tipos de negócios dessa natureza, e a cláusula Marlim era para poder remunerar uma condição que a Petrobras tinha, de favorabilidade, de elevar seu petróleo, que estava muito barato no mercado internacional, porque ela não refinava aquele petróleo no Brasil. Então, essas duas condições não são estranhas num negócio dessa natureza.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O.k. Obrigado. V. S^a reafirma o que disse ao responder a indagação do Relator Marco Maia, que não se trata de nenhum tipo de cláusula chave ou posição chave para o fechamento do negócio.

V. S^a, durante as perguntas e respostas, afirmou que a compra dos ativos é de responsabilidade do Conselho de Administração da Petrobras. Eu pergunto de maneira objetiva: de quem é, efetivamente, a competência para compra e venda de ativos por parte da Petrobras? É da Diretoria Executiva ou é do Conselho administrativo?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É do Conselho de Administração. A Diretoria analisa e, estando de acordo, submete ao Conselho.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, a responsabilidade pela compra de Pasadena, consequentemente, foi do Conselho de Administração. É essa a resposta que V. S^a me dá.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O.k.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu reitero aqui a pergunta feita pelo Deputado Isalci. Como se deu essa transição em nível de comando da Diretoria da Área Internacional entre V. S^a e o ex-Diretor Nestor Cerveró, que, embora tivesse sido acusado pela Presidente Dilma como principal responsável por uma decisão errada, porque teria omitido cláusulas que seriam decisivas e fundamentais para a realização do negócio, foi nomeado Diretor da BR Distribuidora? Então, eu gostaria de saber como se deu essa transição, se toda a documentação relativa a Pasadena estava devidamente organizada e se havia livre acesso de todos os diretores da Diretoria Executiva, como também de todos os membros do Conselho de Administração.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não participei, nem como ouvinte, dessa reunião do Conselho que nomeou o Diretor Cerveró para a BR Distribuidora e me nomeou substituindo-o na Diretoria Internacional. A transição foi logo no dia seguinte. Nós conversamos sobre alguns aspectos em geral. Toda a documentação de Pasadena estava lá, arquivada nos órgãos que trataram disso. No dia 21 de fevereiro, antes da minha entrada, esse assunto foi submetido à Diretoria Executiva. Então, na Secretaria-Geral da Petrobras, está toda a documentação relativa a esse processo.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, toda essa documentação, todas as informações necessárias para a tomada de decisão estavam devidamente organizadas e à disposição dos demais diretores que compunham a Diretoria Executiva e também dos membros do Conselho de Administração? É esta a resposta: sim?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim. E não só nesse processo. Em todos os processos, era da mesma forma.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas o material estava todo disponível, todo organizado, com relação à Pasadena.

V.S^a participou da reunião do Conselho de Administração da Petrobras ocorrida no dia 12 de maio de 2008. Nessa reunião, foi praticamente rechaçada a possibilidade de se fazer um entendimento do acordo que se procurava fazer judicialmente. Eu gostaria de saber de V.S^a quem, durante a reunião do Conselho de Administração, qual foi o diretor que relatou essa proposta de não aceitar a decisão da arbitragem, a proposta do negócio, do acordo com a Astra. Qual foi o diretor e como foi feito esse relato?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não houve relato de diretor na reunião do Conselho. A matéria já havia sido submetida em março. Não houve relato. Ela ficou postergada para maio, para ser deliberada no Conselho. Nós vamos lembrar que, naquela época, já se vinha revisando o planejamento estratégico da Petrobras, em função do anúncio da descoberta do pré-sal em 2007. É disso que eu me recordo, foi praticamente a primeira ou segunda reunião de Conselho de que participei, como ouvinte. Nós estamos falando de seis anos atrás.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas como se deu essa decisão? Ela estava na pauta, a decisão de aceitar ou não esse entendimento, esse acordo. Como se deu isso, quem foi que leu, quem fez a proposta, como aconteceu a votação, como ocorreu esse relato? Alguma coisa aconteceu. Não se pode reunir o Conselho de Administração e simplesmente alguém não fazer um relato, uma consideração para que os demais conselheiros tomem conhecimento, por conta disso, formem juízo e deliberem. Então, eu gostaria de ter detalhes dessa decisão.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Essa discussão, a maior parte da discussão já tinha acontecido antes, quando eu não estava. Ali foi revisitado o assunto, houve uma discussão breve e havia um entendimento, isso é o que posso lhe dizer, de que não estava mais na hora de fazer outra aquisição, de que havia uma perspectiva de concorrência por recursos financeiros de equipamentos no Brasil muito forte.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem. V.S^a, então, não consegue recordar exatamente o que aconteceu na reunião do Conselho. É isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É, já havia tido essa discussão na reunião anterior, de que não participei.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Estou satisfeito.

O Sr. José Orlando Melo de Azevedo, ex-Presidente da Petrobras America, afirmou aqui nessa CPMI – vou aqui fazer o aspeado: “O processo de arbitragem foi totalmente coordenado e sob a responsabilidade do setor jurídico da Petrobras, que recebia as instruções da Diretoria Internacional”. Ele estava se referindo ao período

em que V.^a dirigia a Diretoria Internacional. E ele conclui: “Todas as decisões estratégicas foram tomadas dentro dessa governança”. Essa afirmativa é verdadeira ou é falsa?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deve ter havido um equívoco de entendimento, porque o Departamento Jurídico da Petrobras não é ligado à Diretoria Internacional nem é ligado à Presidência. Então, a partir do momento em que a questão entrou na esfera jurídica, ela saiu completamente, vamos dizer, da diretoria. Em qualquer diretoria de negócio acontece a mesma coisa. Periodicamente, havia atualizações de informes para toda a diretoria em conjunto, não para um diretor especificamente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem, Sr. Presidente. Eu estou satisfeito, mas quero apenas registrar que, no entendimento do Dr. Jorge Luiz Zelada, tanto a cláusula Put Option quanto a cláusula Marlim não eram peças-chave para a tomada de decisão e que a responsabilidade pela compra de Pasadena é de inteira competência do Conselho de Administração daquela organização.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a pelo uso disciplinado do seu tempo.

Deputado Rubens Bueno e Deputado Onyx.

O Rubens estava na frente aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, vou usar os dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos inverter. O próximo é o Rubens Bueno.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Rubens Bueno estava inscrito para falar antes.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, mas o Rubens me autoriza, por conta do voo que tenho que pegar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou restaurar o tempo de V. Ex^a em dez minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Dez minutos.

Às minhas perguntas eu gostaria de respostas o mais curtas possível.

Por que o senhor protege o Nestor Cerveró?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não protejo o Nestor Cerveró.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Ok.

Por quê? Porque todo litígio judicial se dá baseado numa carta de intenções preliminar que o Sr. Nestor Cerveró, em 2007, encaminha para a Astra propondo uma compra da segunda parte por em torno de 700 milhões... E o que ocorre? Aí a Diretoria Executiva da Petrobras nega, ou melhor, o Conselho de Administração nega e a partir daí se estabelece um litígio.

Quem contratou a empresa Thompson & Knight? Quem assinou o contrato?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não sei. A Petrobras contratou. Eu não sei exatamente...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Quem da Petrobras? Tem que dizer nome. Não pode dizer que foi a Petrobras.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não sei. Eu não sei o nome. Eu não sei dizer quem assinou o contrato. Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Quanto gastou em honorários advocatícios durante o período de litígio?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, quando o assunto entra na esfera jurídica, vai para a condução do Departamento Jurídico. Eu não...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, o Departamento Jurídico da Petrobras é que tem o poder de contratar um escritório dos Estados Unidos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Tem essa competência, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não foi o que disse aqui o depoente da semana passada. Ele disse que a decisão de contratação desse escritório a que me refiro especificamente foi da Diretoria Executiva. Se o senhor é membro da Diretoria Internacional, não o ouviram? O senhor não disse nada sobre isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Vamos lá. Vamos tentar deixar claro.

É possível que, pelo valor do contrato – eu não me recordo –, a competência tenha passado para a Diretoria Executiva. É possível que tenha havido uma pauta do Departamento Jurídico para a Diretoria Executiva aprovar a sua proposição. Nós estamos falando de vários anos, eu não tenho mais documentos comigo, eu não sei, eu não me lembro, mas...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O senhor sabia que era funcionário desse grupo de advogados – é um escritório bastante grande – e que criou uma empresa para dar consultoria na área de negócios, na área de petróleo, o seu colega de Petrobras Renato Bertani, que deixou de atuar na Petrobras América e foi logo contratado pelo escritório que, coincidentemente, é contratado pela Petrobras, via Diretoria Executiva, para fazer uma argumentação em cima de uma carta de intenções que o Sr. Nestor Cerveró fez sem autorização.

É por isto que eu digo que o senhor está protegendo o Sr. Nestor Cerveró: porque já está lá, o Tribunal de Contas já condenou. Agora, o senhor, provavelmente, a partir de hoje, terá os seus bens indisponíveis se o parecer do Relator no Tribunal de Contas for aprovado pelo Plenário do Tribunal, terá a inclusão do seu nome como um dos responsáveis por essa operação que causou prejuízos principalmente à Petrobras, ao povo brasileiro e aos minoritários.

Eu continuo insistindo: em primeiro lugar, quem tomou a decisão de contratar esse escritório? Em segundo lugar, quanto foi gasto? Eu não posso admitir que haja um litígio desse porte, que a Petrobras tem algo tão grave nos Estados Unidos que, quando chega à fase final do litígio, o senhor era o Diretor Internacional, a orientação, o documento interno da Petrobras, que nós lemos aqui, indica que a Petrobras deve sair desse litígio para impedir que o julgamento caminhe para o ato anticorrupção americana, para que se protejam os diretores e os executivos da Petrobras. O senhor sabe disso?

Quando estava no meio do litígio, como diretor internacional, discutindo essa questão, o senhor participou da decisão que a Petrobras tomou, provavelmente através de sua Diretoria Executiva, de procurar sair para que não fosse julgada pela lei americana, que trata especificamente de crimes de corrupção?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço esse detalhamento, Deputado. Agora, se o valor dessa contratação é de competência da Diretoria Executiva, obviamente, houve uma pauta do Departamento Jurídico para a Diretoria Executiva aprovar, mas eu não me recordo. Eu não me recordo, eu não sei dos valores.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O senhor conhece o Estatuto da Petrobras, não é?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O art. 31, §2º, diz que as decisões do Conselho de Administração devem, obrigatoriamente, ter um documento... O senhor está transferindo para o jurídico da Petrobras questões nas quais, não tenho nenhuma dúvida, ou por aconselhamento ou por participação de decisão, o senhor, seguramente, teve participação. O senhor está transferindo para o jurídico da Petrobras várias questões. E o art. 31, §2º, diz claramente que o parecer jurídico tem de ser levado em consideração na análise do Conselho de Administração.

Estou aqui com o parecer assinado pelo Dr. Carlos Borromeu de Andrade que fala claramente tanto na cláusula Put Option quanto na cláusula Marlim. Por que esse parecer não foi ao Conselho? Ou ele foi ao Conselho, e os conselheiros estão mentindo, dizendo que ele não foi base para decisão? Não cumpriram o Estatuto da Petrobras? Essa hipótese é usual na sua vivência dentro da companhia?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Primeiro, se eu dei a entender que estou transferindo todos os assuntos para o Departamento Jurídico, eu não os estou transferindo. Eu coloquei que, cronologicamente, a partir do momento em que o assunto entrou na esfera jurídica, a condução é feita pelo Departamento Jurídico, não mais por uma diretoria de negócios, em qualquer das situações. Os pareceres jurídicos acompanham, sim, todos os processos de projetos. Eles têm de ter um parecer do jurídico, abordando esses aspectos.

Quanto a esse parecer específico, eu não me lembro de qual o parecer a que o senhor está se referindo. Qual é a data desse parecer, Deputado?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Estou me referindo ao parecer de 27 de janeiro de 2006, que embasou a compra, a mesma em que, como o senhor está dizendo, não foram importantes as cláusulas. O senhor está aqui protegendo alguém. Essa é uma coisa evidente. A própria Presidente Graça Foster, que o destituiu – deve ter razões bastante fortes para isso –, disse que essas cláusulas eram importantíssimas para a definição do negócio. E a Presidente da República, que, na época, era membra do Conselho como Ministra de Estado, também disse que ela só aprovou porque as cláusulas foram sonegadas.

Para mim, isso é tão relevante, Dr. Zelada, que o senhor autorizou, em 2008, um repasse de US\$58,7 milhões. O senhor validou um documento interno, pedindo repasses imediatos à Refinaria de Pasadena. E havia uma preocupação muito grande no sentido de reduzir o desgaste político da estatal, em virtude da perda de pessoal qualificado e de prejuízos econômicos irreversíveis. Os recursos necessários, naquela oportunidade, em caráter de urgência, somavam US\$83,7 milhões. E ali a refinaria precisava fazer um depósito imediato para cobrir um déficit no banco, sob risco de encerramento imediato de linha de crédito.

(Soa a campainha.)

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Por que o senhor validou esse documento? Era importante fazer isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Deputado, eu não estou protegendo ou não protegendo o Nestor Cerveró. O que eu disse aqui, e reafirmo, é que quando eu tomei conhecimento dessas cláusulas, já alguns meses depois que eu entrei, as cláusulas não me causaram estranheza, até porque eu conheço a governança da Petrobras e sei que o assunto devia ter sido analisado por pessoas competentes. Não estou dizendo que era... Estou falando que não me causou estranheza – foi isso que afirmei e reafirmo agora – quando eu tomei conhecimento das cláusulas.

Quando, em 2008, houve, sim, um aporte, isso também foi muito discutido também com a área financeira. Não há decisões, ainda mais nesse valor, US\$58 milhões. A decisão é do colegiado ou da diretoria, não há uma decisão de um diretor. Não só eu, como qualquer outro. Então, a área financeira sempre participa também do cálculo desses montantes e do que precisa ser feito para manter as operações, ainda mais com uma refinaria, para ela poder estar funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Rubens Bueno, com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, primeiro, espanta...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os dez minutos?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

Primeiro, Sr. Presidente, espanta que nós temos uma empresa com 60 anos de história, em que profissionais, e milhares deles, procuraram construir algo que fosse o maior orgulho do nosso País, espanta o total descontrole, que é conhecido no meio popular como lambança. O que o PT está fazendo com a Petrobras é algo que é inusitado e não tem parâmetro na história do País.

A Presidente Dilma disse, através de nota, e foi o primeiro ato, quando isso já estava florescendo na imprensa,... Ela veio com uma nota dizendo que se tivesse as cláusulas Marlim e Put Option ela não teria autorizado, não teria assinado. A Presidente Dilma, Presidente do Conselho, e sabemos que há doze anos ela controla todo o setor energético do País, basta ver o que aconteceu recentemente com a política na área do setor elétrico, onde a Eletrobras teve prejuízos, em 2013 e 2012, de mais de R\$13 bilhões, algo inédito na história da Eletrobras.

Veja a lambança, veja a esculhambação, veja a desorganização que estão fazendo com uma empresa orgulho do povo brasileiro.

Quando vem o senhor aqui e diz que não sabe, o outro vem, fala outra coisa, vêm aqui e há um desentendimento, uma contradição, nós estamos vendo que, de um lado, há um certo pacto. Pacto, assim, aquele pacto de silêncio, que na Máfia, na Cosa Nostra, era algo que funcionava e muito bem. Até porque a vida poderia causar ali resultados para poder calar mesmo, definitivamente.

E aqui estou vendo algo que chama a atenção do povo brasileiro. É impressionante. Parece que a *media training* feita pela Petrobras, com o apoio do Palácio do Planalto, do Palácio da Alvorada, com o apoio de ministério, com o apoio da Presidente Dilma, está levando a isso. Lamentavelmente. E o que é mais grave é que não é um governo sério. Porque, se fosse sério, queria ver apurado tudo isso.

Primeiro, não deixou montar a CPMI. Durante tempo, lutando. Não fosse o Supremo Tribunal Federal autorizar, nós não teríamos aqui esta CPMI, porque o Governo jamais deixaria ela se instalar.

Então, eu pergunto ao senhor, já que o senhor aqui hoje não quis responder, mas o senhor já respondeu na CPI do Senado que não era central a questão das cláusulas Marlim e Put Option. Eram centrais ou não eram? Aqui, o senhor não declarou hoje para o Relator.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não estranhei essas cláusulas quando eu tomei conhecimento para esse tipo de negócio. Não considerei centrais. Eu não conheço as circunstâncias...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, o senhor não considera central?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – É. E eu não conheço as circunstâncias em que o negócio foi feito. Nós estamos falando de um título de um parágrafo. Eu não conheço as circunstâncias e os contornos da negociação que foi feita há alguns anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo bem. O senhor...

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, mas isso é importante.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor, como um executivo, um executivo da Petrobras, da importância de um diretor internacional, era central ou não era? Essa que é a pergunta. Sim ou não?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu afirmei que não era central...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Que não era.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – ... e afirmo que não me causou estranheza quando eu tomei conhecimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é. E aí o senhor está dizendo exatamente porque a Presidente da República usa exatamente argumentos para se eximir da culpa de ter feito essa lambança nessa compra de

Pasadena, de US\$42,5 milhões, dando um prejuízo que hoje o Tribunal de Contas condena, de R\$2 bilhões à Petrobras – dinheiro que os diretores, inclusive, o senhor, terão de devolver.

A outra é a notícia de que o senhor estava presente na compra da segunda meta de Pasadena, quando o Conselheiro Faber Barbosa falou sobre a necessidade de desenvolver mecanismos para coibir atos lesivos ao patrimônio da companhia. E vejam só onde já estavam os atos lesivos!

Quais foram os mecanismos apresentados, os quais o senhor também teria aprovado nessa ocasião?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A reunião do Conselho não aprova... A diretoria não aprova nada.

É à aprovação a que o senhor está se referindo?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. O Conselheiro Faber Barbosa disse que se deveria criar mecanismos para evitar atos lesivos à companhia.

Que atos lesivos são esses? Quais seriam esses mecanismos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não me lembro disso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o senhor estava presente. Está aqui!

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Sim; eu poderia estar presente, porém, eu não tenho mais nenhum documento da Petrobras. Eu não tenho as atas do Conselho, que eu recebia como um informativo. Eu nem assinava as atas, como nenhum diretor assina. Só os conselheiros assinam.

Mas isso já faz algum tempo. Não dá para lembrar de tudo. Eu não me lembro dessa frase.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É foi muito bem treinado. De fato, o treinamento é uma coisa espetacular; aliás, para dissimular, nada melhor.

Eu vou repetir uma pergunta que eu fiz ao Sr. José Orlando, que esteve aqui na semana passada. Ele, na ocasião, disse que apenas cumpria ordens e que não sabia de nada. O senhor, pelo jeito, não está repetindo que apenas cumpria ordens, mas também está dizendo que não sabe de nada.

Para convencer a Petrobras a encerrar o caso, teria havido até uma carta do Senador americano Ted Kennedy pedindo que o Brasil não provocasse situações que pudessem piorar as relações entre os dois países.

Qual era o conteúdo dessa carta?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu não conheço essa carta; não me lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Nunca soube?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não lembro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não. O senhor nunca soube dessa carta. Não lembrar é uma coisa; saber... Poderia não saber do conteúdo.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Então, eu não conheço essa carta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não conhece a carta.

O senhor renunciou ao cargo uma semana antes da exoneração dos diretores da área de refino, os Srs. Paulo Roberto Costa, seu companheiro de diretoria, e também o de Serviços de Engenharia, também seu companheiro, Renato Duque – aliás, companheiro de viagens, de passeios etc. Fato esse ocorrido no fim de abril.

Podemos afirmar que houve correlação nesses fatos?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não. Eu conversei com a Presidente Graça, em uma determinada ocasião, e disse a ela que, como estava chegando a minha época de aposentadoria, eu gostaria de tocar outros projetos na minha vida pessoal e, assim, apresentava uma carta de renúncia. Foi isso que aconteceu. Nenhuma relação com outros movimentos de outros diretores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é; mas o que nós estamos observando é a coincidência. Há muitas coincidências em relação ao negócio mal feito lá em Pasadena, do jeito que foi feito, aos milhões, que até agora não chegamos, do escritório de advocacia. São também milhões, mas não se sabe quanto nem o escritório. E acontece tudo isso num período em que nós estamos vendo que houve um valor muito alto para a compra de uma empresa como essa, que, aliás, está condenada pelo TCU, como acabei de dizer. E acontecem exatamente as demissões e renúncias da diretoria.

É uma coincidência muito grande e, ao mesmo tempo, muito grave, lamentavelmente, este governo, o governo da Presidente Dilma, deixar para nós essa herança de uma tristeza tamanha: o orgulho do povo brasileiro ferido nessa compra, pela qual o senhor é um dos responsáveis e réu já na Justiça do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria de colocar em votação – e há quórum regimental – as atas das 6ª, 7ª e 8ª Reuniões, dispensando a sua leitura.

As Sras e os Srs. Senadores, as Sras e os Srs. Deputados que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas.

A próxima oradora é a Deputada Iriny Lopes.

V. Exª usará os cinco minutos ou os dez intercalados?

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Não, Sr. Presidente. Eu estou plenamente satisfeita com tudo o que ouvi do depoente até o presente momento. Se for necessário, ao longo do desenvolver dos trabalhos eu peço a palavra novamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Deputado Marcos Rogério. Querido Deputado, V. Exª usará os dez minutos intercalados ou os cinco minutos?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Pode ser os dez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dez minutos.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. Jorge Luiz Zelada, a Presidente Graça Foster afirmou, em outra oportunidade, aqui no Senado, que o negócio em Pasadena foi um erro, conforme já foi apontado por outros oradores inscritos aqui, e que a empresa foi prejudicada por relatórios que omitiam a existência de cláusulas que obrigariam a Petrobras a comprar a parte da Astra, em caso de desentendimento.

De fato, a Petrobras foi obrigada a comprar a parte da Astra na refinaria, resultando em grande prejuízo para a companhia.

O senhor assumiu o cargo de diretor da área internacional da companhia, em 2008, e defendeu a compra dos outros 50% ainda em 2008, antes de o desentendimento com a Astra se agravar e o litígio terminar na corte arbitral. Como o senhor explica isso? Se o negócio já era considerado um equívoco na época, tendo a empresa se negado a adquirir a parte da Astra em um primeiro momento, por que o senhor continuou com a defesa da compra da totalidade da refinaria, mesmo com as margens caindo, em meio à crise internacional que se agravava mundo afora?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A decisão de submeter ao Conselho a proposta da compra foi em fevereiro, na diretoria, e a reunião, em março, que foi quando eu entrei. Então, é só uma questão de cronologia. E a decisão que a diretoria aprovou de submeter a compra dessa segunda parcela foi baseada em um litígio de gestão que já vinha ocorrendo durante o ano anterior até se chegar a uma negociação, em que um ou outro compraria a parte.

Essa negociação ocorreu antes da minha entrada. Eu entrei no momento em que o assunto foi submetido ao Conselho de Administração, mas já havia alguns meses de negociações e conversas em relação ao que fazer com o desenvolvimento das operações daquela refinaria pela visão diferente que os dois sócios, que tinham 50% cada um, tinham sobre o negócio.

Normalmente existem cláusulas de saída que não é simplesmente exercê-la. Tem que haver algumas condições, algum histórico para poder ser aplicado. A Petrobras teria o direito de fazê-lo também.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O senhor disse à CPI do Senado que as cláusulas omitidas pelo relatório, assinado por Cerveró, não eram cláusulas centrais. E repetiu, hoje, aqui, durante esta oitiva, contrariando a versão, como já foi dito também, da Presidente Graça Foster e da própria Presidente Dilma Rousseff. Como não eram cláusulas centrais, uma vez que foram justamente o motivo do prejuízo da companhia e que eram essenciais para a concretização do negócio? O que seriam termos ou cláusulas centrais para a concretização desse negócio então, se essas não eram? E as duas forças maiores da Petrobras afirmaram ser justamente o ponto de divergência aqui, tanto a Graça quanto a Presidente Dilma?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu disse e reafirmo que não me causou estranheza quando tomei conhecimento, meses depois, de que havia essas cláusulas por esse motivos que expliquei. Uma cláusula de saída não é uma cláusula incomum; e uma cláusula de rentabilidade porque interessava à Petrobras colocar o seu petróleo naquela refinaria.

Mas a questão do negócio, da rentabilidade no negócio, nós temos que ver o projeto, o conceitual do que era. Não era simplesmente comprar a refinaria. Ela também fazia um investimento para poder exatamente pegar o petróleo pesado da Petrobras, agregar valor e utilizá-lo num mercado premium, como o mercado americano.

Esse era o projeto conceitual, que não foi executado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O senhor está na Petrobras há algumas décadas. Faço algumas últimas perguntas apenas para que o senhor dê conhecimento a este Plenário.

O senhor conheceu o Sr. Thales Rezende Rodrigues de Miranda?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não conheceu. Esse moço era o coordenador do departamento jurídico internacional da Petrobras. V. Sª não o conheceu?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, senhor. Não me recordo desse nome. O jurídico, e pode ser o jurídico internacional, não é da área internacional. O jurídico é do departamento jurídico, que atende aos projetos da área internacional.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas ele era coordenador do núcleo jurídico internacional da Petrobras.

V.ª afirma que não conheceu o Sr. Thales de Miranda?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Olha, Deputado, da maneira que o senhor está perguntando ...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não conhecia?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – O senhor falou um nome de que eu não me recordo. Então, eu estou respondendo que eu não reconheci.

Agora, quantas pessoas que participam de reuniões conosco, e você, uma vez ou outra, acaba esquecendo o nome, não lembra. É humanamente difícil.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – É porque é curioso uma pessoa que chefia o departamento jurídico internacional de uma companhia como essa não ser conhecida pelos diretores dessa companhia. Isso é, no mínimo, muito curioso. Eu sei que o volume de funcionários e de profissionais que lá trabalham é grandioso. Mas o chefe de um departamento da importância que tem esse, especialmente quando se discute uma situação como essa que nós estamos a discutir, causa estranheza não ser conhecido.

Mas eu, Sr. Presidente, não farei mais perguntas.

Estou satisfeito também com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Marcos Rogério.

O último orador inscrito é o Deputado Izalci.

Com a palavra, V. Exª.

V. Exª vai falar por dez minutos? Intercalados?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu faço; depois ele responde.

Na reunião do Conselho de Administração da Petrobras, em 12 de maio de 2008, da qual V.ª participou como diretor já da área internacional, a proposta da compra de 50% remanescentes da refinaria pelo valor de US\$700 milhões foi rejeitada. Esses US\$700 milhões se referem àquela carta assinada por Cerveró que, de acordo com o regimento e com o estatuto, não poderia ter assinado porque não tinha autonomia para isso.

Como se deu essa discussão da matéria no âmbito do Conselho?

O que motivou a rejeição da proposta que havia sido aprovada pela diretoria executiva pelo Conselho de Administração da Petrobras?

Qual a justificativa para a segunda metade da Refinaria de Pasadena custar mais de três vezes os primeiros 50%, pelos quais a Petrobras pagou US\$189 milhões?

O laudo do processo arbitral movido pela Petrobras contra a Astra estipulou que à primeira a Petrobras deveria pagar o montante de US\$295 milhões pelos 50% restantes da refinaria, valor significativamente menor do que os US\$700 milhões ofertados por Nestor Cerveró na carta de intenções em dezembro de 2007.

Diante desses dados, o que justifica a decisão da Petrobras de não cumprir a sentença arbitral, acarretando, segundo estimativa do Tribunal de Contas da União, um prejuízo de US\$92,3 milhões de dólares.

Tal decisão foi submetida ao Conselho de Administração?

E para finalizar, V.ª confirma essa informação, ou seja, era efetivamente a diretoria internacional da Petrobras quem dava as instruções ao jurídico da companhia?

Qual o papel desempenhado por V.ª na negociação dos 50% remanescentes da Refinaria de Pasadena e na condução do processo arbitral e dos processos judiciais movidos pela Astra em desfavor da Petrobras?

Nós sabemos – e V.ª disse –, é evidente que a diretoria, o corpo jurídico é que cuida da ação. Mas a orientação evidentemente é dada pela diretoria internacional.

Qual foi a orientação?

É praxe hoje, o que tem acontecido no Governo ultimamente? As coisas erradas normalmente são deixadas para o segundo escalão. Exime-se o primeiro escalão, e joga-se a culpa nos coitados do segundo escalão. Basta ver o que aconteceu agora na decisão do Tribunal de Contas, em que se exime o Conselho de Administração, por incrível que pareça, porque está na Lei 6.404. Ela é muito clara: o Conselho de Administração responde pelas suas decisões. E não adianta justificar que não conhecia, como disse V.ª, porque não ia interferir em nada essa questão de ter a cláusula ou não ter a cláusula. Essa cláusula é padrão em todos os negócios.

Então, ou é incompetência, ou é conivência da Presidenta Dilma. Na prática, é isso.

O que é que aconteceu? V.ª, que assumiu a diretoria, e essa carta assinada por Nestor Cerveró, ninguém apurou nada? Ele assina simplesmente uma carta oferecendo US\$700 milhões, carta que passou a ser referência para o conselho arbitral. Ora, se o conselho arbitral decidiu em US\$295 milhões, e aí vai um diretor da Petrobras e oferece US\$700 milhões. É óbvio que qualquer negociação, qualquer decisão o parâmetro é o que a Petrobras ofereceu.

O que a Petrobras fez com relação a essa decisão do Nestor de mandar uma carta de US\$700 milhões, três vezes mais do que o Conselho Arbitral definiu no sentido de pagar pelo restante dos 50%.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – A carta reflete um número de reuniões, um tempo aí em que se ficou negociando. Eu não conheço a circunstância, nem os contornos dessa negociação. A carta fazia um resumo das conversações e foi levada à Diretoria Executiva em fevereiro para que ela apreciasse e submetesse ao Conselho. Foi isso que aconteceu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A diretoria não questionou essa carta, o fato de ele ter assinado sem ter o respaldo regimental ou estatutário para assinar esse documento? Não aconteceu nada? Ninguém questionou o Nestor Cerveró pelo fato de ele ter oferecido US\$700 milhões sem poder ter feito isso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Essa decisão da diretoria foi em fevereiro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a não tomou conhecimento disso?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não tomei conhecimento, mas o resumo das negociações, a carta – parece que a carta faz o resumo entre as duas empresas – tem que ser subordinada à instância superior. E assim que aconteceu e tomou-se a decisão de não comprar, pelo Conselho.

Quanto à questão da arbitragem que o senhor colocou, a Petrobras não queria continuar com o processo. Queria que todos os envolvidos, ou seja, as duas partes, retirassem as ações na Justiça e o assunto ficasse encerrado definitivamente. A Astra não aceitou, por isso que o assunto prosseguiu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas o que a gente percebe – está muito claro nas negociações, nas decisões inclusive – é que não houve esse argumento na Justiça. O argumento na Justiça é que houve lá, na parte arbitral – e realmente esse Conselho Arbitral deveria ser respeitado –, mas o argumento que a Petrobras utilizou para levar à Justiça foi exatamente de que a Astra teria obtido lucros indevidos em relação à compra da refinaria. Mas o próprio representante da Petrobras e da Astra – porque havia representante dos dois – em todas as operações, assinavam de acordo. Então, não houve desconhecimento por parte da Petrobras de qualquer negociação.

Agora qual foi o argumento que V. S^a, que conduziu o processo, deu para o jurídico argumentar? V. S^a disse isto, para questionar essas operações?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, quando o assunto vai para a esfera jurídica...As diretorias, a maior parte delas, são de áreas de negócio, de operações. O Departamento Jurídico vai, junto com seus advogados, seus escritórios, desenvolvendo ações e vai informando periodicamente. E isso era informado periodicamente a toda a diretoria. Não existe decisão de um diretor numa matéria como essa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas veja bem: há uma decisão do Conselho Arbitral, que tem valor significativo lá nos Estados Unidos. Então, se houve uma decisão do Conselho de indenizar 296 milhões, por que a Petrobras não indenizou e cumpriu a decisão do Conselho Arbitral? Por que a Petrobras não fez isso? Ela poderia ter cumprido isso e questionado a outra coisa depois. Agora, a Petrobras acabou questionando os 296, dando um prejuízo imenso para a Petrobras e para o País.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Até onde eu tenho conhecimento e me recorro, a Petrobras queria encerrar o assunto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Era só pagar, era a decisão do Conselho.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, não era só pagar. A Astra deveria retirar as ações que ela tinha na Justiça e assinar um termo de que estava tudo resolvido e encerrar definitivamente a questão.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a que tomou essa decisão? Quem tomou essa decisão de não indenizar os 296 milhões, decisão do Conselho Arbitral?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não fui eu.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem foi?

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Não, deixe-me explicar: não existe nível de competência de nenhum diretor, não sou só eu, num valor desse tipo. Quando o assunto chegou para a diretoria e a diretoria concluiu que se deveria encerrar essa disputa, esse litígio, com todo o encerramento da questão e das ações, a Astra não aceitou. Nós temos outra parte do outro lado. Foi por isso.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, mas decisão do Conselho Arbitral não depende da outra parte. É uma decisão. A Petrobras cumpre a decisão. Foi feita a opção de não acatar a decisão do Conselho Arbitral.

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – São duas figuras jurídicas. Eu não sou advogado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu também não

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Eu acho que a Petrobras pode explicar com esse detalhe que o senhor está requerendo, mas são duas figuras jurídicas diferentes. Uma coisa é arbitragem e outra coisa é ação judicial, e as duas estavam correndo em paralelo. Então, uma...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem, inclusive, propôs o Conselho Arbitral foi a Petrobras. A Petrobras que propôs a questão do Conselho Arbitral. Ela mesmo propôs e não cumpriu.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE LUIZ ZELADA – Ela propôs, foi o início de tudo, para que a Astra não abandonasse o negócio como, unilateralmente, resolveu fazer. Então, a Petrobras entrou na arbitragem para que a Astra continuasse. Ela era dona de 50% da refinaria e da trade. Por isso que a Petrobras entrou na Arbitragem. Agora, houve um desenvolvimento de ações de parte a parte. A Petrobras queria encerrar a questão.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que a gente percebe é que, na cláusula de indenização da Petrobras, era vantagem da Astra realmente não permanecer na sociedade, até porque a cláusula que foi feita garantia à Astra uma bela remuneração, tanto é que o prejuízo chegou a quase US\$ 800 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Izalci, o seu tempo se esgotou. V. Exª é um democrata e sabe perceber o momento de parar os questionamentos.

Quero agradecer ao Sr. Jorge Luiz Zelada por sua presença aqui, por sua contribuição nesta CPI.

Vamos encerrar esta reunião, antes convocando nova reunião da CPI para a próxima quarta-feira, às 14h30, reunião de oitiva, com o Sr. Nestor Cerveró.

Está encerrada esta reunião. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 37 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 20 de agosto de 2014, às 14 horas e 51 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Gim**, com a presença do Senador **Ciro Nogueira** e dos Deputados **Marco Maia, Iriny Lopes, Sandro Mabel, João Magalhães, Eduardo Cunha, José Carlos Araújo, Izalci, Aguinaldo Ribeiro, Rubens Bueno e Marcos Rogério**. Presente o parlamentar não-membro **Sen. Fleury**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues e Ataídes Oliveira** e os Deputados **Sibá Machado, Lúcio Vieira Lima, Hugo Napoleão, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Arnaldo Faria de Sá, Marcio Junqueira e Enio Bacci**. Na ocasião, foram ouvidos os senhores **Carlos Cesar Borromeu de Andrade**, Gerente Jurídico Internacional da Petrobras e **Pedro Aramis de Lima Arruda**, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras. Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos começar, então, mais uma reunião de trabalho da CPMI da Petrobras, da qual tenho a honra de ser o Vice-Presidente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014. Peço a proteção divina para que os trabalhos possam correr com tranquilidade.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade, Gerente Jurídico Internacional da Petrobras, e do Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, que prestarão seus depoimentos na condição de testemunhas e estarão compromissados na forma da lei.

Peço à secretária que conduza os convocados à mesa.

Peço primeiro que traga o Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade. *(Pausa.)*

Quero agradecer a presença de todos os Parlamentares aqui presentes e do nosso querido Relator, Deputado Marco Maia, e do nobre Deputado Líder do PMDB, Eduardo Cunha.

Após a exposição do depoente, este será interpelado pelos Parlamentares dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para respostas dos depoentes, ou dez minutos intercalando.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida de acordo com a ordem de inscrição, com preferência para o Relator, nobre Deputado Marco Maia, ao Presidente e aos autores dos requerimentos, a saber, primeiro, ao Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 221, e, em segundo, ao nobre Deputado Sibá Machado, autor do Requerimento nº 471, pela oitiva do Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade.

Neste momento, então, passo a palavra ao Relator, nobre Deputado Marco Maia.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Posso fazer uma apresentação antes, ou não? São apenas algumas palavras. Uns quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Algumas palavras. Então, por favor, o senhor tem os quinze minutos.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Boa tarde, Sr. Presidente; ilustre Relator, ilustres Parlamentares, nobre audiência, eu sou Carlos Cesar Borromeu de Andrade.

Sou funcionário concursado da Petrobras, Gerente do Jurídico Internacional da Empresa e formado em Direito pela Universidade Candido Mendes, em 1975. Licenciado em Português e Inglês pela UERJ, Mestre pela Universidade Federal Fluminense, pós-graduado em Comércio Exterior e Finanças Internacionais pela Fundação Getúlio Vargas, com cursos de especialização em contratos internacionais de petróleo, pela Universidade de Dundee e pela Universidade de Houston.

Tenho sido convidado a ministrar aulas e palestras em cursos de pós-graduação de diversas instituições, quando a atividade profissional assim o permite, lá na Petrobras.

Sou autor de alguns artigos nessa área do Direito do petróleo e de solução de controvérsias. E comecei a minha carreira profissional em meados de 1970, na década de 70, primeiro, num escritório de advocacia. Depois, fiz concurso para a Petrobras, onde trabalhei na superintendência de contratos de exploração; depois, fui trabalhar na Braspetro, naquela subsidiária internacional da Petrobras.

No início dos anos 2000, fui para a Petrobras, para compor o Jurídico Internacional da Petrobras. E em 2004, fui designado gerente do Jurídico Internacional da Petrobras, substituindo meu antecessor.

O Jurídico Internacional responde ao gerente executivo do Jurídico da Petrobras. É uma das gerências de primeira linha do Jurídico da Petrobras.

O assessoramento à Petrobras, que nós fazemos, é aos órgãos que tenham alguma atuação no exterior, notadamente a diretoria internacional, as gerências executivas e a supervisão da atividade de duas dezenas de países onde a Petrobras atua, no exterior.

Eu fiz ligeiros tópicos, para ser bem breve na minha fala e me colocar depois à total disposição dos Srs. Parlamentares, para qualquer esclarecimento.

A Petrobras tem regras expressas de governança corporativa que estabelecem todo um rito para a tomada de decisão da Companhia com relação a questões várias, inclusive questões ligadas à aquisição e desinvestimento, porque são de ativos e participações societárias.

Existe um padrão, um conjunto de regras em que isso está disciplinado. Esse padrão prevê a atuação necessária de um grupo multidisciplinar, para que essas atividades sejam desenvolvidas. E esse grupo é formado por representantes de diversas gerências da Companhia nas áreas mais variadas: comerciais, técnicas, de meio ambiente e segurança, de recursos humanos, tributária, financeira e jurídica.

A compra de Pasadena seguiu esse rito. Nós contratamos consultorias externas para assessorar essa compra; inclusive também uma consultoria jurídica externa: um escritório americano com notória especialização, notório conhecimento nessa área, porque era um escritório que há bastante tempo atuava e foi contratado pela Petrobras América para atuar nesse projeto. E nós, a partir da *holding*, supervisionamos a atuação jurídica em relação ao projeto de aquisição da primeira metade de Pasadena.

O trabalho dos advogados do Jurídico é o trabalho de analisar questões legais que lhe são submetidas; de verificar a adequação dos instrumentos contratuais que vão formatar as operações a serem realizadas; verificar se as cláusulas refletem as premissas negociais estabelecidas pela companhia através dos seus negociadores para os negócios; recomendar como deverá acontecer a aprovação corporativa dos negócios realizados pela empresa. Com o assessoramento dessa consultoria externa, então habilitada em direito estrangeiro, pudemos, como aconteceu em Pasadena, emitir o nosso parecer.

As premissas negociais que foram estabelecidas para esse negócio foram premissas que diziam respeito a questões envolvendo aquisição de uma participação numa refinaria no exterior em sintonia com o planejamento estratégico da companhia – premissas que já vinham desde o planejamento de final da década de 90. Essa refinaria iria processar óleo pesado produzido ou de propriedade da Petrobras.

A refinaria que se pretendeu adquirir era uma refinaria que processava óleo leve, portanto, precisaria ser reformada. A operação de reforma é chamada de *revamp*, nesse caso. Nós assumimos a participação de 50% nessa aquisição por conta dos contratos firmados.

Já havia uma gestão estabelecida nessa refinaria, dos antigos proprietários e da própria Astra, que foi quem nos vendeu 50% das ações. Com isso, o que ficou combinado foi que a Petrobras iria realizar o *revamp*, seria realizado sob a batuta, sob a direção de um vice-presidente de *revamp* – esse vice-presidente indicado pela Petrobras – e, depois do *revamp*, depois da reforma, a Petrobras passaria a indicar também o principal executivo da refinaria, o CEO da refinaria. Esse foi o contorno do negócio.

A Petrobras também, por conta do que se estabeleceu nos contratos, teria o direito de se manifestar com relação a esse *revamp*, aprovar esse projeto, estabelecer critérios para que ele fosse realizado. Caso houvesse qualquer controvérsia com relação à orientação dos negócios, à condução da refinaria, ficou estabelecida toda uma sistemática de reuniões dos colegiados da companhia e da sua *trading*, que foi criada por conta dessa parceria que se estabeleceu. Havendo continuidade do impasse, a tomada de decisão seria unilateralmente feita pela Petrobras. Isso ficou estabelecido nos contratos firmados.

Portanto, havia essa condição dos chamados direitos de imposição da vontade da Petrobras sobre a outra sócia em razão do interesse que nós tínhamos de realizar o *revamp*, de manter a propriedade da refinaria, de toda uma série de pressupostos que constavam dessas premissas negociais que nós estávamos procurando colocar como nossas premissas de negócio.

Manter a propriedade da refinaria naquela conjuntura, naquele momento de aquisição da primeira metade, era importante. Daí por que se estabeleceu como contrapartida para a sócia belga uma cláusula de saída na hipótese de ela ser superada na tomada de decisões. Essa é uma cláusula usual em acordo de associações de empresa. E, nesse caso concreto, para ser utilizada pela Astra era preciso que certas condições fossem atendidas. Era preciso que houvesse uma situação de ocorrência de impasse numa reunião do BoD, da diretoria. Era preciso que houvesse a convocação do segundo colegiado, do comitê de proprietários, que também tinha um representante de cada lado.

Esse impasse teria que continuar nesse outro colegiado, e, mantida a situação de impasse, haveria a superação da situação de impasse pela tomada de decisão, de acordo com o que a Petrobras ditasse.

Havendo essa situação, haveria então a opção, a possibilidade de a Astra exercer a cláusula de saída, a chamada Put Option. Essa era a contrapartida da Astra, por conta dessa situação que lhe foi conferida. Pelo fato de não ter a última palavra na tomada de decisões quanto ao *revamp*, quanto à gestão da refinaria, quanto à tomada de decisões, ela poderia então sair da sociedade. A inclusão dessa cláusula permitiu ou permitiria – e, de fato, permitiu – a continuidade da existência da refinaria, porque, na alternativa de existir o impasse, mas não existir uma cláusula de saída como essa, qual seria a sequência? A sequência seria dissolver-se a sociedade, a sequência seria buscar-se alguma outra forma de solucionar a situação de conflito entre os sócios e, de alguma forma, buscar-se superar esse impasse.

Então, a cláusula de Put Option teve essa razão de ser.

A cláusula tem, portanto, um viés jurídico e tem um viés negocial, comercial importantíssimo. Por quê? Porque ela levava a necessidade de calcular o valor das ações com base em uma fórmula matemática que o contrato previu, que o contrato estabeleceu. Essa fórmula foi discutida entre os negociadores de ambos os lados como maneira de se ter esse cálculo estabelecido. Que valor atribuir às ações da Astra? A fórmula matemática assim o dizia, levando em conta os investimentos realizados parte a parte etc. Caso a Astra, superada, preferisse sair, preferisse não continuar na sociedade, então teria a opção de exercer a cláusula da saída. Essa foi a condição incluída na cláusula.

Foi uma questão negocial, comercial, de cuja redação, nesse particular, quanto à fórmula, o jurídico não participou.

Outra cláusula que tem sido bastante comentada é a famosa cláusula Marlim. Essa cláusula é uma fórmula também de conteúdo comercial, que tinha como objetivo proteger a rentabilidade de ambas as sócias na refinaria e na *trading*. As sócias eram a Petrobras América, nossa subsidiária nos Estados Unidos, e a Astra. Ora, a refinaria seria reformada para processar óleo pesado fornecido pela Petrobras. A refinaria teria um contrato de processamento com a Petrobras. Ela teria que se submeter a um direito da Petrobras, de entregar esse óleo para ser processado. Então, ela deixaria se der uma refinaria que poderia utilizar qualquer óleo disponível em uma cesta de óleos existentes no mercado para processar aquele óleo específico apresentado pela Petrobras.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Já estou concluindo. Enfim, essa era a questão, essa era a razão de ser da cláusula Marlim.

A Petrobras, através de um contrato de processamento, teria este direito, de processar o seu óleo. E a cláusula Marlim viria a conferir às duas sócias, Petrobras América e Astra, o direito a uma rentabilidade mínima. E o percentual dessa rentabilidade mínima foi estabelecido com base em uma informação que as áreas financeiras deram de quanto era o percentual da margem de rentabilidade em projetos de refino nos Estados Unidos.

Foi daí que saiu o número que foi incluído no anexo do contrato de processamento, onde está estabelecido a questão da cláusula Marlim.

O fato é que, por razões conhecidas – descoberta do pré-sal, modificação do Plano Estratégico da Petrobras, etc., o próprio desentendimento entre os sócios quanto à realização do *revamp* –, o *revamp*, essa reforma da refinaria não aconteceu. E, por conta disso, a cláusula Marlim não chegou a ser aplicada, aquela rentabilida-

de mínima garantida pela Petrobras às sócias, Petrobras America e Astra, acabou não sendo conferida, acabou não havendo essa garantia de rentabilidade, ou nunca foi aplicada.

O parecer do jurídico internacional. A gerência do jurídico internacional acompanhou a negociação dos contratos com a assessoria de advogados externos americanos, emitiu um parecer em 27 de janeiro de 2006, que foi encaminhado à Diretoria Executiva da Petrobras, e esse parecer resumiu as principais condições do negócio, as principais condições do contrato, a questão dos acordos de acionistas e de cotistas que seriam firmados para regular a relação entre os sócios na refinaria e na *trading* e mencionou a questão de que a companhia poderia, então, processar o óleo de Marlim. Mencionou expressamente que a compra estava sendo feita para processar o óleo de Marlim e mencionou expressamente a cláusula de Put Option, o parecer.

O parecer trazia, como anexos, todas as quatro minutas que estavam sendo negociadas: o contrato de compra das ações, o acordo de acionistas, o acordo de cotistas e o contrato de processamento entre Petrobras e a refinaria. Foi entregue sob protocolo na gerência a clientes, na gerência de Novos Negócios. De acordo com o rito procedimental adotado na Petrobras, a área que recebeu o parecer deu o encaminhamento aos órgãos apropriados para a aprovação corporativa.

A cláusula de Put Option, portanto, é uma cláusula normal em acordo de sócios. A cláusula Marlim, como visto, é uma cláusula sem efeito para esse projeto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... porque não houve o *revamp*, estava atrelado a um plano de investimento para a refinaria, e, como o *revamp* não aconteceu, a cláusula Marlim não foi aplicada.

Houve um momento em que os sócios começaram a se desentender, em seguida, em relação à realização do *revamp* e em relação a certas questões ligadas a tratamento de questões de integridade...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sr. Carlos, como o senhor já abordou o tema; já passou o tempo e o senhor está falando, já há alguns minutos, sobre a compra e os contratos, agradeço a contribuição do senhor, e vamos começar escutando o autores do requerimento... O Relator gostaria de usar a palavra?

Então, por favor, o Relator, pela ordem de prioridade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Veja se ele quer concluir.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor quer concluir?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, acho que é importante ele terminar a fala dele, concluir; ele ainda não chegou ao principal, que é exatamente a segunda metade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quero justamente perguntar sobre o que ele não falou.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor quer concluir? Porque o senhor vai passar por isso...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu fico à disposição dos senhores, totalmente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vamos às perguntas, então.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos às perguntas.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – É.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Está bem. Eu pediria, então, apenas que, se houver algum esclarecimento adicional, o senhor me desse uns dois minutinhos depois.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Claro. Sem problema algum.

Então, vamos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos, então, ao Relator.

Nobre Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma boa tarde a todos e a todas, aos Srs. Parlamentares, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, querido Presidente em exercício desta CPMI, nosso Vice-Presidente Gim Argello, e uma boa tarde também para o Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade, que é Gerente Jurídico Internacional da Petrobras.

Alguns questionamentos que íamos formular aqui, V. S^a já respondeu. Portanto, nós vamos, de forma mais direta, aos questionamentos que entendemos necessários que sejam feitos a V. S^a, para poder esclarecer um pouco mais as negociações havidas em torno da compra da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

Primeira pergunta.

Sabe-se que na indústria de petróleo – essas primeiras perguntas aqui são mais gerais sobre o cenário e sobre o momento da aquisição da Refinaria de Pasadena – o custo de capital padrão para uma refinaria de

100 mil barris por dia é de aproximadamente US\$1 bilhão; de 200 mil barris por dia, US\$2 bilhões, e que a variação do custo de capital depende da localização, da complexidade das unidades, da qualidade dos derivados produzidos.

V. S^a poderia explicar, dentro da sua percepção, quais os principais parâmetros que são considerados na análise de uma negociação ou da negociação em torno da compra de refinarias?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Foge à minha competência como advogado.

Eu pediria que...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Vamos ter que aumentar um pouco o som. (*Pausa.*)

Na análise jurídica V. S^a não olha para esses fatores?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Operador da mesa, por favor, verifique o som do depoente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, esses fatores são negociais, são comerciais. Nós não avaliamos isso não. Por isso é que há um grupo multidisciplinar que atende a essas operações de aquisição e venda de ativos e participações societárias.

Está dando para ouvir bem?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a teria, por exemplo, a informação de quanto custava, à época da aquisição de Pasadena, uma refinaria capaz de processar óleo pesado, com produção similar?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não. Eu estaria fazendo um juízo de valor que foge à minha competência. Eu não poderia lhe responder, ilustre Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma outra pergunta.

Segundo a Petrobras, uma comissão de apuração interna verificou que a Astra havia desembolsado pelo conjunto de Pasadena aproximadamente US\$360 milhões e não os US\$42,5 milhões divulgados por alguns meios de informação.

V. S^a conhece essas análises?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu conheço o que foi objeto de depoimentos e divulgação pela imprensa com relação a esse assunto. Não teria como também entrar na...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso não passou pela análise jurídica à época? O valor, o preço? Quanto é que custaria?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não, porque não nos cabia fazer esse tipo de análise. Por quê? Repito: há uma compartimentalização muito objetiva de trabalhos no âmbito da companhia com relação a esses aspectos. Esses aspectos são aspectos comerciais, são aspectos negociais, e existia uma gerência de negociação internacional que acompanhava esse aspecto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A assessoria jurídica não olhava se o negócio era bom ou não?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, de forma nenhuma. Nós não podemos emitir juízo de valor sobre uma operação comercial. Nós fazemos uma análise das cláusulas contratuais para ver se elas refletem premissas negociais que foram estabelecidas pela companhia e verificamos a coerência das cláusulas no organismo, porque o contrato é um organismo vivo, e verificamos se não há nenhuma ofensa à legislação aplicável. Sempre escudados, sempre respaldados à assessoria de consultoria externa, habilitada a operar naquele ramo do Direito do país alvo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Algumas perguntas relativas a tratativas e documentações que embasaram a aquisição dos primeiros 50% da Refinaria de Pasadena.

Primeira delas: houve um parecer de sua gerência jurídica para a Diretoria Executiva da Petrobras e para a Diretoria Internacional em relação à negociação do complexo de Pasadena? E, se houve, qual o conteúdo desse parecer?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Bom, nós estamos falando do Parecer nº 4.060, de 27 de janeiro de 2006, não é isso? O que foi levado à Diretoria Executiva pela gerência de novos negócios para aprovação da compra dos primeiros 50% da refinaria, não é isso? O conteúdo do parecer foi no sentido de dizer que nós havíamos...

Com base no assessoramento que tínhamos recebido e com base na análise que tínhamos feito, havíamos chegado a minutas contratuais que estavam aptas a serem assinadas pela companhia para a compra dos 50% iniciais da Refinaria de Pasadena, e – há um parágrafo específico dizendo isto – nós ressaltávamos que o nosso parecer não entrava na análise de temas comerciais, negociais, técnicos, financeiros, etc., porque há essa compartimentalização de atuação das diversas gerências da companhia, que atuam com base no padrão de aquisições e investimentos da companhia. Isto é o que acontece nas grandes empresas: cada um com a sua atribui-

ção. O advogado verifica as cláusulas contratuais, verifica a sua adequação às premissas negociais que foram estabelecidas pelos negociadores. E basta isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Foi assinado um memorando de entendimento entre a Astra e a Petrobras. V. S^a confirma isso, não é?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu soube que foi assinado um memorando em 2005.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Esse memorando estabelecia as condições para negociação e fixava algum prazo para que a Petrobras fizesse uma oferta de compra. É verdade isso também, não é?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É. É um memorando inicial.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A sua equipe avaliou esse instrumento?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Era um documento bastante preliminar, só estabelecia as primeiras tratativas visando a uma possível compra. Era um contrato muito preliminar. Não foi examinado pela minha equipe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, V. S^a e o seu departamento não analisou...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não fomos solicitados pela gerência a clientes a examinar este documento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

O contrato firmado pela Petrobras e a Astra previa uma operação conjunta, aumento de conversão e processamento de petróleo pesado. Era isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Havia cláusulas que obrigassem a Astra a arcar com os investimentos necessários para a adaptação e expansão da refinaria?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Havia uma previsão...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – No contrato isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso. Havia uma previsão de que o *revamp* seria revisado segundo um projeto aprovado, mas a Petrobras teria uma certa prioridade em aprovar esse projeto, em coordenar a elaboração desse projeto através de um vice-presidente de *revamp* por ela designado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Elas também constavam no acordo de acionistas?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Também?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sabe-se que o resumo executivo apresentado ao Conselho de Administração não trazia as cláusulas comerciais Put Option e Marlim. V. S^a poderia nos explicar se essas cláusulas eram centrais para a aprovação da compra?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa é uma avaliação que a área de negócios precisava ter feito ou deve ter feito.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas a sua opinião...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não posso, como advogado, julgar o que a minha área cliente deve ou não deve incluir no resumo. Eu estaria indo além da minha competência como advogado. Eu acho que cabia, isso sim, a essa área que encaminhou o assunto à aprovação superior fazer essa análise.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas se V. S^a fosse o comprador e houvesse essas duas cláusulas, V. S^a compraria, faria o negócio da mesma forma ou não?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Muito difícil fazer agora esse juízo de valor, Excelência. Muito difícil. Como advogado, não posso fazer essa avaliação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas pessoalmente não...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Fica difícil fazer essa avaliação, porque é um juízo de valor em relação à gerência a cliente nossa. Nós, como profissionais do Direito, temos de assessorar dentro dos limites do que nos é consultado. Dentro dos limites do que nos foi consultado, nós assessoramos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas nesse caso específico, o fato de não terem constatado essas duas cláusulas ou não ter a informação sobre essas duas cláusulas levou a um questionamento acerca do procedimento que foi adotado para a compra da refinaria. Voltou a lhe perguntar, a insistir na sua opinião: era necessário haver, no processo que estava orientando os conselheiros à compra da refinaria, a presença dessas duas cláusulas?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Mais uma vez, desculpe-me a insistência, Deputado. Certamente é uma decisão, é um juízo de valor que eu, como profissional do Direito, não posso fazer em relação a gerências que assessoro, nem às autoridades que assessoro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, ainda perguntando sobre a cláusula Put Option. Na sua avaliação, era previsível que a Astra fosse exercer essa cláusula?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Impossível avaliar. Impossível avaliar, porque, pelo histórico que se teve do relacionamento inicial entre as sócias, elas estavam no início da sua *joint venture* convergindo no sentido da realização do projeto que havia sido combinado. Se, mais adiante, houve desentendimentos, isso é fruto normal do dia a dia de qualquer acordo de associações. De associações entre empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras firmou contratos com essa cláusula...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso acontece normalmente. Infelizmente, mas acontece em acordos entre empresas haver esse dissenso, essa falta de sinergia, essa falta de convergência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a sabe se a Petrobras firmou contratos com essa cláusula em outras ocasiões?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim. A cláusula de saída é incluída em contratos de diversas associações de empresas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como ela é vista no âmbito internacional?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ela é uma cláusula comum. Se compulsarmos os tratadistas, os autores, os especialistas em compras e aquisições, vamos ver que essa é uma cláusula típica de contratos de acordos de associação. É uma cláusula de saída, que pode existir nos contratos como forma de evitar que se eternize um impasse entre os sócios numa *joint venture*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda na sua avaliação, o contrato não deveria prever a compensação a ser paga pela Astra à Petrobras no caso de saída do empreendimento antes do aporte de recursos correspondentes à metade dos investimentos necessários para adaptação da refinaria?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ela fez investimentos no início da *joint venture*. Ela...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas está no contrato? Não deveria estar previsto no contrato?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ela fez investimentos no início da vida da sociedade, e também havia previsão de que ela seria diluída se não fizesse os investimentos. Portanto, o resultado decorrente da atividade empresarial desenvolvida pela refinaria, que não é um resultado banal... Ela também perderia por conta dessa diluição. Essa é uma penalidade bastante importante. De fato, a partir do momento em que ela deixou de comparecer e se adotou essa estratégia de compeli-la a comparecer, ela foi diluída, tanto que o painel arbitral, quando emitiu o laudo, reconheceu uma diluição de alguns milhões de dólares na participação da Astra na sociedade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De acordo com o Tribunal de Contas da União, a análise dos contratos firmados com a Astra conduz à conclusão de que várias de suas cláusulas impuseram desigual distribuição de riscos e benefícios para as sócias, uma vez que favoreceram de forma excessiva a Astra em detrimento da Petrobras. O que V. S^a tem a dizer sobre essa afirmação?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Também é uma pergunta bastante difícil de responder, na medida em que não temos o processo de tomada de contas encerrado. Sabemos que, agora, vai haver uma tomada de contas especial, haverá oportunidade de os gestores apresentarem suas defesas individuais, prestarem esclarecimentos adicionais...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, na sua avaliação, houve uma distribuição desigual de riscos?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse início da minha apresentação demonstrou que havia, em favor da Petrobras, cláusulas importantes que davam a ela uma situação de primazia em relação ao que lhe interessava, que era ter voz ativa com relação ao *revamp*, indicar quem faria a condução do *revamp*, tomar decisões onde houvesse situação de impasse, superando a outra sócia. Então me parece que essa avaliação, que eu fiz aqui no início da minha fala, ajuda a compreender que realmente houve, por parte da redação do contrato, a inserção de cláusulas que defendiam o interesse da companhia, sim.

Então, espero que, nessa próxima etapa da avaliação do egrégio Tribunal de Contas, possamos apresentar esses esclarecimentos adicionais e que haja um entendimento mais claro, por conta dessa situação, pelos nossos julgadores, de tal forma que eles possam rever essa posição. Eu tenho esperança no senso de justiça dos nossos julgadores.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Quando a Petrobras fez a opção pelo exercício do direito de impor sua decisão, V. S^a emitiu parecer jurídico e prévio a essa decisão?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Desculpe, eu não entendi a pergunta.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É o exercício do direito de impor a sua decisão.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, houve reuniões entre a gerência do Jurídico Internacional, representada por mim, e gestores da companhia, gerentes também, dirigentes da companhia

e da subsidiária americana no sentido de nós buscarmos trazer a sócia recalcitrante, a empresa belga, para a tomada de decisões no âmbito da *joint venture*, para solucionarmos esse impasse, solucionarmos essa situação de absenteísmo, de ausência da Astra.

Então, houve troca de informações, discussões internas; houve consultas aos nossos consultores externos no sentido de identificarmos o que poderíamos fazer; houve a convocação dessas reuniões das diretorias das duas sociedades, tanto da refinaria quanto da *trading*, tudo isso no sentido de buscar chamar formalmente a sócia belga para a tomada de decisões no âmbito da sociedade, da *joint venture*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Vou fazer algumas perguntas agora com relação à compra dos 50% remanescentes.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Adicionais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Adicionais.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Perfeito.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Bom, a sua gerência analisou a proposta enviada pela diretoria da área internacional para a compra dos 50% restantes das ações.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim, nos aspectos jurídicos envolvidos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – OK.

Foram contratadas empresas de consultoria para analisar essa...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quais foram as conclusões das consultorias contratadas para a avaliação do negócio do ativo do complexo de Pasadena?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Houve, de novo, uma avaliação do ativo; houve, de novo, a fixação de um intervalo de valores que poderia ser oferecido com relação a essa compra dos 50% remanescentes; houve, de novo, uma avaliação de todos os aspectos técnicos e comerciais envolvidos. E foi no sentido de que o que se estava negociando tinha uma justificativa comercial, porque iria, por uma solução negociada, encerrar uma situação que se avizinhava de desentendimento importante entre as sócias numa *joint venture*. Era uma forma de se evitar um contencioso entre as duas sociedades, contencioso esse que acabou existindo, porque, por uma razão ou outra, essa compra não aconteceu, até por situações supervenientes no Brasil, porque nós tivemos a descoberta do pré-sal, a escassez de recursos para que essa compra da segunda metade acontecesse, e uma série de fatores que levaram a que houvesse essa reconsideração da compra da segunda metade. São questões negociais difíceis que têm que ser tomadas. Eu não posso emitir juízo de valor sobre elas, mas respeito firmemente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Houve um parecer jurídico internacional da Petrobras sobre as conclusões das consultorias contratadas, não é?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – No que diz respeito às cláusulas cortadas para a compra desses 50% remanescentes, sim. Foi no sentido de dizer que o contrato que estava sendo negociado era um contrato que tinha cláusulas que eram aptas a serem firmadas, e o contrato estava formatado de maneira juridicamente apropriada.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que V. S^a sabe sobre a abertura de uma tomada de contas especial do Tribunal de Contas da União, que apurará a responsabilidade de ex-dirigentes da Petrobras em razão da existência da carta de intenções? V. S^a poderia descrever essa carta e falar sobre o contexto de quando foi elaborada e o seu conteúdo?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim. Eu não participei da elaboração e nem dos comentários dessa carta porque foi negociada no âmbito da Petrobras América e com o envolvimento da diretoria internacional da Petrobras, porém...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não houve uma análise prévia...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Da minha parte, não; na parte Jurídico Internacional, não. Mas foi uma tentativa de a Petrobras justamente solucionar essa situação de desentendimento que vinha se agravando entre as duas sócias. Foi uma forma de encerrar a sociedade de maneira a evitar o conflito.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ela tem efeitos jurídicos, essa carta?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ela não teve efeitos jurídicos, por quê? Porque é um documento preliminar, que foi sucedido pela negociação de um acordo de compra de ações. Esse acordo de compra de ações foi submetido à aprovação dos órgãos colegiados da companhia e não foi finalmente aprovado em definitivo.

Essa carta era uma carta preliminar, uma carta não vinculante. Isso foi reconhecido depois pela própria justiça americana, porque a Astra tentou executar os termos dessa carta de intenções perante a Corte do Texas e duas juízas na Corte do Texas declararam que se tratava de uma carta de efeitos não vinculantes.

Era um documento preliminar de compra e venda de ações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ela não foi considerada vinculante?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Isso, inclusive, foi o que motivou uma composição no futuro, lá na frente, entre Astra e Petrobras para encerrar a *joint venture*.

A gente não conseguia receber mais nada além do que o laudo arbitral de 10 de abril de 2009 lhe havia conferido por suas ações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sua opinião, é correto afirmar, como fez o Tribunal de Contas da União, que a Petrobras pagou US\$79,89 milhões além do devido por causa da carta de intenções?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Mais uma vez eu acho que a gente vai ter oportunidade de esclarecer adicionalmente ao Egrégio Tribunal de Contas e eles certamente vão poder observar com maior atenção esse ponto. Esperam que tenham oportunidade de rever essa posição, porque realmente o que se pretendeu aí não foi isso, não

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda algumas perguntas sobre os processos arbitral e judicial.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em que momento a Petrobras alega que iniciou o processo de arbitragem contra a Astra?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – O processo foi iniciado em 19 de junho de 2008, justamente quando começou a haver essa ausência da Astra da tomada de decisão na refinaria e na *trading*, a retirada de um vice-presidente de *trading* da companhia, a falta de comparecimento financeiro para cumprimento das obrigações que nós tínhamos que atender. E se tornou necessário chamar de volta pela via contratualmente prevista, que era a arbitragem, essa empresa sócia ao convívio da *joint venture*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na visão de V. S^a, houve descumprimento de contratos quanto à gestão conjunta das empresas?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Foi o que nós alegamos nesse processo arbitral e, num certo sentido, nos processos judiciais que se seguiram.

Em alguma medida, um lado e outro teve as suas visões entendidas como corretas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Qual a posição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e da sua gerência sobre o laudo arbitral e seu cumprimento?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Bom, o valor fixado pelo laudo arbitral foi um valor que foi bastante inferior ao que a Astra havia solicitado pelo preço das ações. Portanto, isso representou um ponto positivo. Porém, ele havia omitido, ele omitiu definição quanto a certos aspectos que nós também entendíamos como necessários para dar segurança jurídica à Petrobras e à Petrobras América para encerrar esse contencioso.

Numa pequena cronologia, se o ilustre Relator me permite:

- Em 10 de abril de 2009, o laudo arbitral foi emitido;

- Em 16 de abril de 2009, a Diretoria Executiva aprovou que nós pagássemos o laudo desde que houvesse segurança jurídica para que esse pagamento acontecesse;

- Em seguida, em 21 de abril, os nossos advogados externos encaminharam para a Astra uma proposta de acordo extrajudicial para encerrar todas as demandas;

- Em 22 de abril, a Astra respondeu dizendo que não aceitava os termos de um acordo que encerrasse tudo e que, além do valor do laudo, pretendia receber também mais valores por conta da diferença entre o valor que a arbitragem tinha fixado para as ações e o valor da carta de intenções, o empréstimo que ela queria receber e outros montantes. Chegava a mais US\$400 milhões. Isso foi dia 22 de abril.

- No dia 23, a Astra entrou com mais uma ação cobrando mais uma importância.

Com essa atuação, tornou-se impossível fechar um acordo. Ficou difícil fechar um acordo. Então, prosseguimos litigando. A intenção era justamente ver se conseguíamos, com a atuação seguida em relação a esse contencioso, um momento processual mais oportuno em que houvesse uma convergência em que se tornasse possível, aí, sim, celebrar um acordo sem maiores problemas ou uma convergência que desse maior segurança jurídica à Petrobras, aos seus gestores, em uma atuação prudente, de prudência administrativa, para firmar algum acordo e pagar uma importância tão significativa à Astra. Isso aconteceu no momento em que aconteceram duas coisas: primeiro, por duas vezes, o laudo ou decisão arbitral foi confirmado, portanto, aquele montante atribuído às ações se cristalizou, ficou como devido; e, segundo, a Astra perdeu a ação em que cobrava essa diferença pela carta de intenções em que ela queria receber mais 320 milhões. Ora, com a convergência desses dois momentos processuais, aí, sim, houve uma aproximação e se fechou o acordo.

Essa foi a cronologia dos fatos. Por isso, houve esse não cumprimento inicial do laudo arbitral, e espero que os nossos julgadores no Tribunal de Contas entendam por que não se cumpriu logo o laudo. Foi por isto: porque não havia segurança naquele momento em que foi emitido para que houvesse o pagamento de uma importância tão considerável, sem que houvesse o encerramento de todo contencioso entre a Petrobras e a Astra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Algumas últimas perguntas sobre o acórdão do TCU e sobre as disputas judiciais.

O TCU afirma que a Petrobras teria celebrado acordo extrajudicial por meio do qual se responsabilizou pelo pagamento de US\$820,5 milhões. V. S^a concorda com isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim. Esse foi o montante, porque, como não houve o pagamento do laudo arbitral em 10 de abril, quando ele foi emitido, continuaram incorrendo juros e outros acréscimos, outros custos, que depois tiveram que ser pagos. De qualquer forma, há que se considerar o fato de que foi feita uma avaliação à época e a continuidade do contencioso foi entendida pelos gestores como mais justificada do que o pagamento, em função mesmo do custo do dinheiro que seria desembolsado para pagar, lá atrás, o laudo de 10 de abril de 2009 e o custo de captação de recursos pela companhia para pagar nesse período, em 2009. Então, a correção do laudo arbitral era por 5% ao ano. O custo de captação da companhia era muito maior do que isso. Então, houve, sob o ponto de vista financeiro inclusive, uma justificativa...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais são os números que...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – A nossa área financeira está me confirmando esses dados. Fico devendo essa informação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Seiscentos e trinta e nove milhões e duzentos...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Era o valor do laudo naquela época em que foi emitido, US\$820...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Corrigido monetariamente, transformou-se em US\$820,5 milhões.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É, depois, em 2012, quando houve o acordo. De qualquer forma, houve uma justificativa financeira para que isso acontecesse. De qualquer sorte, sempre o contencioso gerou uma economia, nesse sentido, para a companhia. Esse que foi o sentido de não se pagar o laudo naquele momento, lá, atrás, em 2009, e só pagar em 2012, quando houve a aproximação das partes para o acordo, justamente porque aconteceu essa situação de os dois lados terem situações definidas, ou pelo menos com princípio de definição mais claro, das suas posições: confirmação do valor do laudo arbitral, do preço das ações fixado pelo painel arbitral, de um lado e, de outro lado, a decisão da justiça americana dizendo que a carta de intenções não era vinculante. Portanto, não havia por que a Petrobras pagar duas vezes pelas mesmas ações ou pagar qualquer diferença pelas mesmas ações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Agora, ainda nos termos do acórdão do TCU, o TCU afirma que houve um prejuízo de US\$580,4 milhões resultantes da diferença entre o valor total pago pela Petrobras, de 776,4 milhões, e o valor de 186 milhões, que corresponde ao estipulado pela empresa de consultoria Muse & Stancil. O valor de 186 milhões, de acordo com a consultoria, seria o valor presente líquido da refinaria no estado em que ela se encontrava na data da compra. Nesse contexto...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Estamos falando da primeira metade?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É. Da primeira metade.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nesse contexto, é razoável que esse possa ser o único parâmetro para se estabelecer eventuais prejuízos?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu acho que, a considerar o parecer da consultoria externa, ele estabelece cenários. Esse número é um dos cenários. Os cenários vão até 1 bilhão. Então, não dá para usarmos só esse número aí, só esse cenário para fazer essa comparação. Geralmente, quando se fazem avaliações, quando se fazem situações de avaliação de ativos ou de participações societárias, as consultorias examinam diversos cenários e, com base nesses cenários, vão dizendo: "Olha, se o cenário for esse, o valor do ativo ou da participação societária é esse; se o cenário for aquele, é aquele." E vai subindo ou descendo conforme cada um desses cenários. Esse aí é um dos cenários. Não dá para pinçar um dos cenários e dizer: "Olha, por conta desse cenário mais baixo aqui a diferença é essa."

Para ser mais preciso na resposta, eu acredito que eu precisaria aqui do socorro de um técnico da área comercial, da área financeira, mas é o que eu, na minha visão de advogado, entendo da leitura desse tipo de documento, na medida em que ele fala em cenários, diversos cenários, diversos valores.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O TCU considera ainda outros US\$92,3 milhões de prejuízo supostamente causado pela decisão de postergar o cumprimento da sentença arbitral até o trânsito em julgado de ações que

visavam a desconstituí-la. V. S^a teve oportunidade de conhecer as bases técnicas que levaram o TCU a considerar esse valor como prejuízo? Como V. S^a avalia essa consideração do TCU?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu estou esperando o pronunciamento final do egrégio Tribunal de Contas sobre esse assunto para poder fazer uma avaliação mais precisa com o auxílio dos meus colegas financistas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda não há, não é?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ainda não há. Pode ser até que esteja acontecendo hoje, não sei. Mas, por enquanto, ainda não há. De qualquer forma, nós ainda teremos oportunidade, mais adiante, de haver uma prestação de contas especial, uma tomada de contas especial e, no âmbito dessa tomada de contas especial, nós vamos ter, individualmente, como gestores envolvidos... Eu estou na condição de gestor, não é? De uma forma até meio curiosa, porque eu sou advogado, não sou gestor nesse sentido, mas fui arrolado como gestor também e vamos ter oportunidade individualmente de nos pronunciar, apresentar as nossas razões, apresentar justificativas – cada um, cada grupo de gestores vai apresentar as suas justificativas – e aí vamos ter o pronunciamento final do egrégio Tribunal de Contas. Tenho certeza de que, com o seu senso de justiça e sua preocupação com a transparência, vai saber avaliar corretamente todas as razões apresentadas pelos nossos gestores.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É o seu departamento que tem a responsabilidade de fazer a defesa da Petrobras junto ao TCU?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nem nesse caso de específico?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não. O que a gente pode fazer é responder a perguntas pontuais quanto a questões ligadas a negociações que aconteceram, fornecer documentos etc. Porque nós tivemos um envolvimento lá atrás com relação a isso e é claro que temos condição de fornecer informações, mas não é o meu departamento que faz isso, não. No meu caso havia até...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Tenho algumas últimas questões a fazer aqui.

V. S^a sabe se o TCU, em seu acórdão, analisou os negócios similares feitos à época?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não me recordo. Eu teria de rever o que já existe e foi emitido sobre isso. Eu preferiria aguardar o pronunciamento final do egrégio Tribunal de Contas para poder responder com mais precisão ao senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Por último, como V. S^a avalia a compra de Pasadena em 2006 e nos dias atuais? Se o *revamp* de Pasadena tivesse ocorrido, o valor presente líquido complexo seria ainda maior que o estimado em 2006?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Também é um juízo que eu, como advogado, não posso fazer. É um juízo de valor que deixo para os órgãos e gestores competentes fazerem. Ilustre Relator, eu me permito não fazer...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sua análise jurídica, V. S^a...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não está dentro da minha competência técnica. Há uma compartimentalização bastante precisa de funções dentro da atividade da companhia. O que se ouve são visões, e, na verdade, seria machismo da minha parte comentar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.! Muito obrigado, então, ao Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade, gerente jurídico internacional da Petrobras.

Eram essas as perguntas do Relator, Presidente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Estou à disposição.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço ao nobre Relator, Deputado Marco Maia. Agradeço a exposição feita e as perguntas respondidas pelo Dr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade. Vamos passar a palavra, então, agora, como diz nosso Regimento, com preferência, para os autores do requerimento.

O primeiro autor do requerimento é o nobre Deputado Rubens Bueno. S. Ex^a é autor do Requerimento nº 221.

V. Ex^a tem a palavra, nobre Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, boa tarde!

Boa tarde, Sr. Relator e senhor convidado Dr. Borromeu!

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma questão de ordem, antes de iniciar minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O art. 121 do Regimento do Senado indica que o Presidente, *ex officio*, pode apresentar em qualquer reunião requerimento extrapauta para poder ser deliberado. Aqui, essa não é uma questão de quebra de sigilo. Essa é uma questão de oitiva apenas.

Nós tivemos um caso recente que chamou a atenção do País todo, que foi a questão da contadora das empresas do Sr. Alberto Youssef, a Sr^a Meire Poza. Ela, ao se apresentar, ficou à disposição do Conselho de Ética. Eu participei, na semana passada, do Conselho de Ética, com o Deputado Izalci e com muitos outros que são membros das duas comissões, e lá eu fiz uma pergunta a ela, se ela estaria disposta a participar da CPMI da Petrobras. Por que estou dizendo isso? Estou dizendo isso porque o Sr. Alberto Youssef, Sr. Relator, fez negócios com a Petrobras, mais de 700 negócios com a Petrobras. Foram mais de 700 negócios com a Petrobras! Ele foi intermediário. Ele é que pegou as empreiteiras, colocou e tirou dinheiro, abasteceu partidos, candidatos etc.. Então, é fundamental para a CPMI a presença de uma pessoa dessas, até porque ela mostrou muita firmeza e muita sinceridade nos debates no Conselho de Ética.

Então, apresento um requerimento a V. Ex^a como um apoio, até porque, quando nós a questionamos, ela disse que estaria disposta a vir não naquele dia, porque ela já estava de volta, mas a qualquer momento que a CPMI da Petrobras indicasse para ela agendar e estar aqui conosco.

Então, faço um apelo à Mesa dos trabalhos para que isso ocorra o quanto antes, Sr. Presidente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Essa mulher não está presa, não é?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Hem?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ela não está presa, não é?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, não!

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – (*Fora do microfone.*) Está livre.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ela é contadora.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas, pelas informações que ela tem, ela deveria estar presa, para poder passar as informações com bastante precisão, não é?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Para a Polícia Federal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É, exatamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo que ela falou, tudo que foi divulgado foi baseado...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Acho que nós deveríamos, inclusive, fazer um pedido para que essa cidadã fosse levada...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas aí é papel do Ministério Público, não é? Estou dizendo do nosso papel apenas. Estou apenas pedindo para cumprir...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Estou achando que há alguma coisa aí que não está bem contada nessa história.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quem sabe possamos dirimir a dúvida do Relator aqui, na reunião?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Quem sabe possamos dirimir a dúvida aqui, na reunião?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Parabéns! O senhor é sempre zeloso no seu trabalho.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Até porque o Youssef precisa vir aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Deputado Rubens Bueno, eu concordo com V. Ex^a e vou deferir favoravelmente à sua questão de ordem. Nós vamos incluir isso, então. O senhor pode construir esse requerimento, se já não o tiver construído. E nós incluimos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas já está constituído o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, já vou incluí-lo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Inclusive, o Relator apresentou um requerimento também.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ah, muito bem! Então, acho que...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Vamos incluí-lo, sim. Só há uma dificuldade: é preciso quórum para votação. De acordo com o que a Mesa está me orientando aqui, o Presidente da Comissão, *ex officio*, sobre o requerimento do Senador, poderá mandar incluí-lo na pauta dos trabalhos.

Então, está incluído. Concordo com sua questão de ordem. Na próxima, então, nós já votaremos esse requerimento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Há, inclusive, a primeira semana de setembro, em que temos o esforço concentrado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu fiz a contagem aqui, e nós não temos ainda. Mesmo com a passagem dos Deputados que aqui estiveram, Sandro Mabel, Eduardo Cunha, João Magalhães, não temos ainda quórum suficiente. Mas a questão de ordem está aceita.

Parabéns a V. Ex^a, sempre zeloso pelos trabalhos desta CPMI e pelos trabalhos do Congresso Nacional.

Também vejo da mesma forma que V. Ex^a. É muito importante escutarmos essa contadora aqui nesta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, me permita uma segunda questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Segunda questão de ordem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Apenas acaba de ser publicada uma notícia que é da maior gravidade, da maior gravidade, envolvendo a Sr^a Graça Foster e o Sr. Cerveró.

Um dia depois que a Presidente Dilma anunciou publicamente... Segundo informação, ela teria redigido esse documento, em que haveria as cláusulas Put Option, Marlim, etc.. Ela não teria autorizado, no Conselho de Administração da Petrobras, a compra de Pasadena. E tudo mostra até agora o contrário. Mas não é isso que vem ao caso. A questão é que, no dia seguinte, a Sr^a Graça Foster repassou seus bens para terceiros para fugir de uma possível condenação do TCU. Não foi diferente com o Sr. Cerveró. Ora, se eu tenho bens, tenho consciência de que tenho razão, certeza de que fiz o correto, por que eu repassei meus bens para terceiros?

Então, é muito grave isso, Sr. Presidente.

Eu estou chamando a atenção da Mesa dos trabalhos, porque nós não podemos deixar passar em branco isso que está acontecendo, para que esses bens não possam provocar amanhã uma possível fuga para poder responder à decisão do Tribunal de Contas da União, que condenou os diretores da Petrobras a ressarcir em US\$792 milhões. Inclusive, o depoente, que está aqui pela decisão do TCU, US\$92,300 milhões a ressarcir por danos e prejuízos provocados a Petrobras e, portanto, ao interesse do povo brasileiro.

Então, eu gostaria apenas de trazer essa notícia e pedir que a CPMI procure tomar alguma providência para que isso não fique dessa forma.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria de recorrer à Mesa. Não há nenhuma questão de ordem colocada na fala do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Ele fez uma primeira questão de ordem, e a segunda só considere um comentário.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – E necessariamente notícias que são veiculadas precisam, primeiro, ser apuradas. Então, espero que a CPI não tome ao pé da letra a questão que foi aqui colocada com base na veiculação de uma notícia que nem sequer o Deputado pode comprovar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está comprovado nos documentos publicados no dia 19 de março de 2014.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Essa matéria está no TCU, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não está no TCU.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Está, sim, senhor. Está.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Isso foi uma investigação do jornalismo brasileiro que a senhora quer controlar.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Que jornalismo brasileiro! Eu não quero controlar nada!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Investigativo da imprensa brasileira, que foi aos cartórios do Rio de Janeiro identificar para retirar os bens daqueles que têm que responder pelos prejuízos causados ao povo brasileiro. A empresa é da maior importância.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Eu não quero controlar nada! O que eu não quero de novo é que esta CPI seja aqui palanque eleitoral. Não vamos aceitar palanque eleitoral nesta CPI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não é a senhora que vai aceitar.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Exatamente!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É o povo brasileiro que não aceita tamanha roubalheira, que assalta o patrimônio do povo!

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – O povo brasileiro está assistindo ao que se quer apurar nesta CPI.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está comprovado nos cartórios do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – E a preservação da Petrobras.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tanto do Sr. Cerveró quanto da Sr^a Graça. Está comprovado nos cartórios do Rio de Janeiro isso que aconteceu em março deste ano. Em 16 de março e 19 de março. É só comprovar. É só pegar a documentação.

Por isso é que esta CPMI, que está aqui para apurar também denúncias veiculadas, como estamos apurando várias... Essa é mais uma denúncia grave daqueles que estão fugindo à responsabilidade de responder com seus bens.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Não há nenhuma fuga de responsabilidade, inclusive a Graça Foster esteve nesta CPI, esteve na outra CPI, esteve na Câmara, esteve no Senado.

Então, acho que a gente tem que tratar as coisas aqui com um pouco mais de serenidade e menos foco eleitoral.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não havia essa denúncia. Há essa denúncia, e ela poderia ter falado. Ela se omitiu de falar sobre isso.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Ela foi perguntada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A Srª Graça Foster e o Sr. Cerveró omitiram essa informação, que é de março de 2014. Não é de agora.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Todos os dois foram devidamente sabatinados pelos Deputados e pelos Senadores.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Porque não havia essa informação. Agora há essa informação.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – O senhor está exacerbando, Sr. Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não estou exacerbando. Essa informação é de hoje.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Está exacerbando, sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora é que está exacerbando em defesa de quê? Da quadrilha do mensalão?

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – O senhor está me acusando de alguma coisa? O senhor está me acusando de alguma coisa? O senhor está me acusando de...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora está na quadrilha do mensalão? Porque o Procurador-Geral da República diz que é uma quadrilha...

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – O senhor não exagere! O senhor não passe dos limites!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ... que tomou de assalto o poder no Brasil. Quem disse foi o Procurador-Geral da República. A senhora, não.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Aqui dentro... A resposta de que não estamos tratando desse assunto aqui.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora está aqui... Eu estou aqui dizendo um fato de hoje, que a senhora nem sabe do que está falando. A senhora não sabe do que está falando.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Aqui esteve a Srª Graça. Aqui esteve o senhor... Eu sei muito bem.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu estou dizendo que é um fato que foi divulgado agora, às 15 horas.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – E o senhor me respeite. O senhor me respeite!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora é que tem que me respeitar. A senhora é que tem que me respeitar. A senhora fique no seu lugar.

(Soa a campainha.)

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – O senhor me respeite. O contraditório aqui está colocado livremente, mas o senhor está exagerando nas palavras que o senhor está colocando aqui...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu não estou exagerando. Esta informação é das 15 horas de hoje.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – ... a meu respeito.

Ah!

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se a senhora não sabe, não fale. A senhora não sabe, e não fale.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Então, o senhor faça um requerimento dentro do que são as regras deste Parlamento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A senhora está querendo falar do que não sabe. Quem fala do que não sabe fala da própria ignorância.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Deixe... Eu sei muito bem do que o senhor está... Aqui existe um Regimento, tanto o Comum como o Regimento da Câmara e o do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu agradeço... Eu agradeço aos nobres Parlamentares... Eu agradeço aos nobres Parlamentares...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, Sr. Presidente. Quero fazer meus posicionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu gostaria de perguntar ao nobre Deputado Rubens Bueno se, da forma como foi até fruto desse mais acalorado debate, se V. Exª gostaria também de apresentar um requerimento, que eu também aceito e concordo colocar na próxima sessão nossa, administrativa, para os cartórios, para a Anoreg do Rio de Janeiro, para saber se esse procedimento que foi trazido à baila...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Vou fazer durante a sessão, Sr. Presidente, porque a notícia é de agora, às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem, Deputado. Então, sua questão de ordem, segunda questão de ordem, é baseada no requerimento que V. Exª vai apresentar, para que a gente possa verificar nos cartórios do Rio de Janeiro se essa notícia é verídica.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de contribuir. Só para complementar, se desse para a gente fazer esta reunião na terça-feira, a gente aprovasse o requerimento para na quarta já ouvir algumas... Para ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não. Nós temos que fazer isso dentro do nosso esforço concentrado, que vai ser no dia 2.

Eu gostaria de, neste momento então, passar a palavra ao autor do requerimento, que tem preferência, o nobre Deputado Rubens Bueno, autor do Requerimento nº 221, de convocação do Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade.

V. Exª está com a palavra.

O senhor gostaria de usar que formato?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pergunta e resposta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pergunta e resposta.

Então, V. Exª está com a palavra.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Dr. Borromeu, sabemos que a Petrobras contratou um escritório de advocacia para defender os interesses da empresa nessa contenda contra a Astra. Eu pergunto: quanto foi pago pelo escritório? Que escritório é esse? Aqui, nos Estados Unidos ou em algum outro ponto do mundo? Porque até agora está muito nebuloso. Ninguém respondeu que advogado, que empresa foi contratada para atender os interesses da Petrobras. *(Pausa.)*

Eu não estou ouvindo aqui, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse contrato foi feito pela Petrobras América, a nossa subsidiária internacional nos Estados Unidos. O escritório chama-se Thompson & Knight...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como é que é? Não estou ouvindo, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse contrato foi feito... Esse contrato foi feito pela Petrobras América...

Alô! Está ouvindo bem, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, agora sim. Melhorou.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse contrato foi feito pela Petrobras América, a nossa subsidiária nos Estados Unidos. Esse escritório já trabalha para o sistema Petrobras há década. E...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O nome, qual é o nome?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É Thompson & Knight. T-H-O-M... E Knight: cava-lheiro...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, sim. Esse nome já foi ventilado aqui.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois bem...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas ninguém mais foi contratado? Nenhum outro advogado? Nenhuma outra empresa de consultoria no ramo jurídico?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Na área jurídica, tanto quanto eu saiba, esse escritório é o escritório que a Petrobras América usou para... É óbvio que nós tivemos que usar consultorias...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor tem o valor recebido pelo escritório?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Tenho, tenho. Esse... Considerando... Nós pedimos ao gerente jurídico da Petrobras América que nos informasse porque isso não passa por mim. Não passava por mim. O número que nós tivemos, que nós recebemos, ilustre Deputado, foi envolvendo a assessoria na arbitragem, na defesa com relação à homologação do laudo arbitral e cobrança, a assessoria com relação a todos os processos judiciais...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O valor?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Foram US\$7,9 milhões. Foi um contencioso de quatro anos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Dr. Borromeu, nós estamos... Nós temos aqui um histórico que mostra que...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Foi uma informação que a Petrobras América me deu.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, sim. É que aqui nós temos informações sobre a preparação desse documento que o setor jurídico da Petrobras deu para a compra de Pasadena. E eram premissas evidentes, não é?

Nesse documento, o senhor não exigiu, nos contratos, cláusulas prevendo sanções contra a Astra, numa hipótese, por exemplo, de deixar de aportar recursos para financiar investimentos previstos para aquela refinaria de Pasadena. O senhor deixou de passar outras cláusulas totalmente desfavoráveis aos interesses da Petrobras. Por exemplo: a participação prioritária e paritária na governança da refinaria e na companhia de *trading*, abdicando da prerrogativa do controle decisório da Petrobras, que é uma empresa gigante se comparada com a Astra. Outras: a cláusula que permitia à Astra o exercício do direito de vender a sua participação acionária à Petrobras pelo valor calculado de acordo com a fórmula que já embutia a reforma completa da refinaria, o que nunca ocorreu, e a cláusula da diluição da participação da Astra nas duas empresas sem perder a governança sobre as duas empresas. Enfim, são cláusulas óbvias, escandalosamente óbvias.

E, afinal, o senhor estava representando quem: a Petrobras ou a Astra?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu acho que o ilustre Deputado não está correto.

Primeiro, o fato de nós... O contrato previa a diluição de quem não aportasse recursos aprovados pelos dois sócios.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o limite...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Tanto que a Astra foi diluída.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – E os árbitros reconheceram isso no laudo arbitral.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o contrato dizia quanto? Quantos por cento de investimento?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não havia essa previsão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Havia a previsão de 25%, não havia? Ou seja, se a Petrobras investisse 75%, a Astra, com 25%, continuaria com três dos seis membros, e, mais, indicando o CEO, que é quem comandava e desmandava o operacional e o financeiro.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa distribuição deixaria de existir após o revamp. Após o revamp nós teríamos inclusive a possibilidade de indicação do CEO.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas isso não aconteceu.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim, mas não aconteceu por interesse da própria Petrobras.

E agora vou pular para a cláusula de penalidade.

Imagine se nós tivéssemos estabelecido penalidade pela falta de realização de investimentos. Nós, por que não fizemos o revamp, também estaríamos sujeitos a ela. O senhor acha que a Astra iria aceitar pagar a penalidade por não investir se a Petrobras também não tivesse que pagar a penalidade por não investir?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas por que esse desequilíbrio?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não houve desequilíbrio. Houve, aí sim, uma situação de não existência de penalidades para uma ou para outra, porém a atribuição, à Petrobras, de toda a capacidade de dizer “vamos fazer ou não vamos fazer o revamp”, “vamos fazer com este projeto aqui que eu estou oferecendo”. Isso aí foi atribuído à Petrobras.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E porque, aqui, no parecer de sua autoria, o senhor deixa clara a menção à cláusula Put Option?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E a Presidente Graça Foster afirmou que esse anexo não integrava e não foi levado à Diretoria Executiva da Petrobras.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – O anexo ao meu parecer?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É, eu não me recordo dessa fala da Presidente, mas isso aí não me cabe conferir, porque ao Jurídico Internacional cabe emitir parecer e entregar à gerência e aos conselheiros que...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas ela diz que não recebeu. Disse na CPML.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ou ela está mentindo?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – À época, ela não era integrante da diretoria. Isso foi em 2006.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, mas ela garantiu, como Presidente da Petrobras, que não chegou às mãos...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Depois houve uma apuração... Depois houve uma apuração e, pelo que me parece, houve essa identificação... Isso não foi.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu vou ler para o senhor duas linhas apenas. Notas taquigráficas da CPML, ela dizendo: “E esses anexos não estavam fisicamente e materialmente presentes na documentação que foi levada à Diretoria Executiva da Petrobras”. Palavras da Srª Graça Foster.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois bem. A informação que eu tenho, da minha Secretaria e da Secretaria-Geral da Petrobras, é que, do parecer que foi recebido, constava...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ou foi combinado para favorecer a Presidente, que, à época, era a Presidente do Conselho, a Dona Dilma, que, à época, era a Presidente do Conselho? Porque parece que aqui é um jogo de cartas marcadas: “Não, você diz que não recebeu, que não teria que ir para o Conselho”. Aqui eu vi o seu parecer. Eu estou dizendo porque eu vi o seu parecer jurídico indicando essas cláusulas.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – O senhor viu o final do parecer, no pé da última página?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Anexos, e tem os quatro contratos referidos. Não é?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – E eu tenho o protocolo de entrega do parecer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois é. Então alguém está mentindo aí. Tem que ver a questão do juramento, que é uma fórmula aqui que é formal.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Mas eu não vejo incongruência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas os anexos... O senhor está dizendo que os anexos foram entregues, o Conselho de Administração disse que não recebeu, ela disse que não recebeu, o senhor disse que tem o protocolo...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – A questão não é... Eu não sei exatamente que dossiê é submetido ao Conselho de Administração. Isso não me cabe apurar nem informar, porque a companhia exatamente terá órgãos apropriados para ver isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas vamos imaginar o senhor presidente do conselho ou presidente da companhia. Vamos imaginar, apenas imaginar. Se o senhor tivesse interesse, o senhor não pediria uma cópia desse parecer jurídico?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não posso fazer esse juízo de valor, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ah, é?!

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não posso fazer esse juízo de valor.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então o senhor também não estava preparado, como eles não estão preparados para assumir a diretoria ou a presidência da Petrobras ou do Conselho de Administração.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Isso está além da minha competência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não está além da sua competência. Essa é uma coisa mínima de gerência, examinar um contrato que vai gerar milhões e milhões de dólares, bilhões de reais. Uma decisão gravíssima de interesse nacional.

Bom, aí eu pergunto para o senhor: por que o acordo de acionistas... Aquela questão, voltando aos 50%. Por que é que nós não tivemos, contratualmente, maioria naquele momento, ou pelo menos a indicação do CEO para poder dirigir essa empresa lá nos Estados Unidos? Qual era a dificuldade? Por que isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Nós tínhamos uma empresa já funcionando, uma empresa que precisava prosseguir com suas atividades conforme existia. Então, a premissa negocial que nos foi passada foi no sentido de que, enquanto não acontecesse o *revamp*, enquanto não ficasse estabelecida uma situação em que a instalação estaria adequada a atender ao processamento do óleo pesado da Petrobras, haveria essa situação. Após essa situação de *revamp*, nós passaríamos a indicar o CEO.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E por que nesse acordo de acionistas...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso constou expressamente do acordo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. E por que nesse acordo de acionistas a decisão tomada por maioria, sabendo-se que jamais alguém tomaria decisão por maioria, sendo que era 3 x 3. Ou seja, só poderia...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Havia maioria. Porém, havendo impasse, a Petrobras podia impor a sua vontade. Isso está explícito lá.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Poderia impor a sua vontade?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como é que está escrito lá se nós pagamos uma multa tamanha para adquirir a outra parte?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Multa não. Nós pagamos o valor estabelecido numa fórmula matemática...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não é multa, não. Desculpa. É o valor arbitrado.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Nós pagamos um valor arbitrado pelo Painel, com base no contrato e na avaliação dos árbitros, que eles entenderam como um valor justo pelas ações.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor foi da equipe que redigiu esse acordo de acionistas?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu fui da equipe que participou da negociação da redação disso tudo. Sim, com a consultoria externa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Veja só: como é que pode? Se foi 3 x 3, empatou, provocou-se um impasse; se está colocando milhões e milhões de dólares, esse impasse vai dar prejuízo para alguém. Isso não foi pensado?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Foi. Tanto foi que há uma cláusula dizendo: “Houve impasse? Então, vamos para o órgão superior. Permanece o impasse? Prevalece a decisão da Petrobras.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. Mas como é que prevalece a decisão da Petrobras se nós pagamos uma fortuna por uma empresa que era apenas um...?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, eu não me fiz entender. Desculpe-me.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É, eu não entendi.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não fui claro.

Vamos supor que o senhor é a Astra e eu sou a Petrobras. Vamos a uma reunião. O senhor quer que seja tomada a decisão A, eu quero que seja tomada a decisão B, não chegamos a um acordo na diretoria. Convoca-se o comitê de proprietários. Vêm os membros de um lado e do outro do comitê de proprietários.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, tudo bem; isso paralisou a empresa durante seis meses.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Permanece o sócio A e o outro sócio B. No final...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Paralisou a empresa durante seis meses.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não precisa...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tanto é verdade, tanto é verdade, que havia um pacote de uma empreiteira que queriam colocar goela abaixo da Astra, e foi aí que ela disse: “Não, eu não concordo”. Aí paralisou a empresa.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não foi, não foi...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E aí a Astra pediu para sair.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não foi assim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não foi assim?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso foi imediato. No mesmo dia...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Os documentos que eu tenho aqui indicam isso.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – No mesmo dia, houve a reunião dos dois colegiados. Em seguida, o início da arbitragem para compelir a Astra a participar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, eu não estou dizendo que não houve a reunião do colegiado. Eu estou dizendo que houve impasse.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, houve impasse. Não resolvido num colegiado, passa para o outro. No outro, permanece o impasse? Prevalece a vontade da Petrobras e a Astra é vencida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E por que, durante seis meses, isso não aconteceu? A Astra pediu para se retirar porque havia uma proposta de US\$2,5 milhões...?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Porque se tentou fazer uma composição sem o litígio.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) –

Eu só não entendo que uma empresa como a Petrobras – e o senhor é um homem que chegou lá evidentemente preparado – possa fazer negócios com outra empresa que é muito menor... Nada de maior contra menor. Estou dizendo na questão da magnitude do processo. Faz um negócio e entrega para a menor as mesmas condições desta empresa, que é quem vai investir.

Tanto é verdade...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não estou lhe dizendo...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A história está aí: US\$42,5 bilhões foram parar em US\$1,2 bilhão. Ou é brincadeira isso?

O senhor falou em algum momento, duas vezes no seu depoimento. Aqui são 30 vezes mais. Trinta vezes mais!

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse número nós já sabemos que não é mais 42, não é isso?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como é que não são 42? Quanto é que a Astra Oil pagou à Crown?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Diretamente, naquele momento, isso, mas nós sabemos que houve outros pagamentos que foram feitos por conta do contrato de processamento, por conta de investimentos de US\$112 milhões e outros pagamentos que foram feitos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O fato é que se fez um negócio com uma empresa, e se sabia que ela não tinha condições de aportar capital. Este é o fato: ela não tinha condições de aportar recursos para poder atender à demanda...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não aportando seria diluída, como de fato começou a ser.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Começou a ser e nós pagamos US\$1,2 bilhão para uma refinaria sucateada, enferrujada, paralisada!

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Que agora acabou de ganhar um prêmio de segurança e esse ano está fazendo lucro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas, meu Deus, custando 30 vezes mais, até eu ganho prêmio, companheiro! Não é possível! Está chamando a gente de quê?! Custando 30 vezes mais? Não é possível! Não vai ganhar prêmio? Pode até comprar prêmio! Não é possível!

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não, não, não...

Nós estamos fazendo um juízo de valor que escapa a minha...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas eu tenho que fazer juízo de valor, senão não estaria aqui.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sem dúvida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu não estaria aqui, não é?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu é que não posso fazê-lo. Está além da minha competência como advogado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu fico para a minha inscrição seguinte e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós que agradecemos, nobre Deputado Rubens Bueno.

O seguinte seria o nobre Deputado Sibá Machado, mas, na ausência dele, vamos passar então para a lista de inscrição dos Srs. Parlamentares.

O primeiro Parlamentar inscrito, novamente o nobre Deputado Rubens Bueno, na condição de titular desta Comissão.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela ordem, nobre Senador Fleury.

É uma honra ter V. Exª presente novamente à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fleury. Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Eu queria perguntar ao Diretor da Petrobras se ele tem filho e neto.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, eu não sou diretor da Petrobras, nem tenho filho nem neto.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Porque, se o senhor tivesse filho e neto, como eu tenho, o senhor ia chegar em casa de cabeça baixa, porque é duro um neto ver um avô mentir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa é sua pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A lista de inscrição começa com o nobre Deputado Rubens Bueno. V. Exª...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Izalci, eu só tenho uma pergunta apenas, só isso, até para não...

É que eu estava lendo aqui o parecer do Tribunal de Contas, que deixei aqui para o segundo momento, mas é só uma questão apenas. Pode ser até como Líder. Não é nem pergunta.

O que o Tribunal de Contas da União disse, Senador Fleury?

Disse aqui no seu 106 ponto, da página 317:

Quanto à responsabilidade dos agentes por essa parte do suposto prejuízo, que merecem ser citados, entendo válidas as ponderações e conclusões contidas na instrução do senhor auditor que sinalizam solução similar para a parte do dano ora investigada e para aquela decorrente da fase inicial da operação de aquisição da refinaria.

A fase inicial, a preparação para a aquisição.

Deixo, no entanto, de acatar a proposta de audiência do Conselho de Administração em relação a esta parte do prejuízo. Valho-me para tanto de suas ressalvas no sentido de que houve omissão de informações relevantes sobre o direito e a jurisprudência norte-americanos.

E prossegue:

Isso porque a decisão do Conselho teria sido subsidiada por uma recomendação do Jurídico da Companhia, Sr. Carlos Cesar Borromeu de Andrade, no sentido de que a Petrobras não deveria honrar o pagamento determinado na sentença arbitral. Houve igualmente falha no assessoramento jurídico e, com isso, o TCU considerou, pois citada a decisão de postergar o cumprimento da referida sentença arbitral, resultou em prejuízo à Petrobras no valor de US\$92,3 milhões.

Apenas esse comentário, Sr. Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, nobre Deputado Rubens Bueno. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Não, não. Foi só um comentário. S. Exª não fez nenhuma pergunta.

Então, eu gostaria de, neste momento, passar a palavra ao nobre Deputado, representante da Bancada do Distrito Federal, Izalci Lucas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu cheguei um pouco atrasado porque estava na reunião do Conselho de Ética, onde definíamos a questão do Deputado André Vargas. Assim, gostaria de perguntar a V. Exª, primeiramente, se a testemunha se encontra compromissada, na forma da lei, no início.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – A testemunha, conforme a lei, encontra-se compromissada. Foi avisada...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nos termos do art. 342 do Código Penal.

Obrigado, Sr. Presidente.

Assim, eu perguntaria a V. Sª, que deve ter tomado conhecimento da reportagem da revista *Veja* sobre a questão da CPI do Senado, a CPI “chapa branca”, se tomou conhecimento de que alguém teria participado de algum treinamento, como naquela reunião que houve na Petrobras entre alguns servidores que viriam aqui prestar esclarecimentos.

V. Sª participou ou recebeu alguma instrução? Vocês discutiram essa questão da CPMI antes de virem para cá ou mesmo à CPI do Senado?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE *(Fora do microfone.)* – ... não essa mencionada no vídeo...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Aumentem o som, por favor. Não estou ouvindo.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu recebi um treinamento de imprensa, como todos os executivos da Petrobras recebem, antes de vir para cá, sim, porque...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas com perguntas e respostas relacionadas a esta questão?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não; um treinamento postural, com relação a esta CPMI e a instrução de ser transparente e dizer a verdade.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas não recebeu nenhum questionamento ou qualquer pergunta antecipada, algumas perguntas que seriam feitas?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, porque essas questões... Nenhuma das questões que me foram feitas aqui eu conhecia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O senhor está com alguma dúvida?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Por isso que eu perguntei. Tenho algumas dúvidas. Posso perguntar a V. Exª algumas outras questões, mas vou deixar para depois.

Com relação ao mérito, primeiramente, V. Sª conhece Alberto Feilhaber, ex-funcionário da Petrobras e Vice-Presidente da Astra?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Vim a conhecer depois, quando do negócio. Não conhecia à época...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não conhecia antes, quando era funcionário da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não; porque ele foi funcionário da Petrobras dez anos antes do momento em que houve essa negociação da primeira metade da compra das ações.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. Sª participou desde o início dessa transação com a...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Desde 2005, sim, fora um pequeno período em que estive fora, adoentado, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Na aquisição inicial, V. Sª participou?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a teve conhecimento... Evidentemente que essa refinaria já estava à venda há algum tempo, e, por questões mercadológicas, ambientais e trabalhistas, não estavam conseguindo vendê-la.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – E soube também que houve saneamento dessas questões antes da venda.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E, depois disso, imediatamente, a Petrobras assumiu... Depois de um mês que a Astra comprou, imediatamente a Petrobras...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Após o saneamento.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a não saberia dizer por que motivo a Petrobras não comprou diretamente, antes dessa operação?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, essa é uma questão que não me...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não houve nenhum comentário econômico sobre isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não soube.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a é filiado a algum partido político?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não? Relativamente a essa questão que está agora no Tribunal de Contas, há algum advogado cuidando de sua defesa nessa causa, pago pela Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Por enquanto, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Petrobras é que, normalmente, responde a isso no caso específico desse processo?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – No meu caso, tendo em vista que existe um seguro para essas situações, provavelmente, eu vou contratar um advogado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a vai contratar?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim. Já estive tomando providências nesse sentido.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem indicou V. S^a para esse cargo que ocupa hoje na Petrobras ou ocupou à época? Foi por mérito simplesmente ou alguém o indicou?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu, como disse aqui, no início da minha fala...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É que eu não estava aqui no início.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ah, bem. É que eu tenho mais de 30 anos de empresa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Foi por mérito apenas.

Não houve nenhuma indicação política para esse cargo?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a sofreu alguma pressão ou recebeu algum pedido para se manifestar com relação a essa decisão de descumprimento da decisão arbitral? Foi uma orientação especificamente feita por V. S^a ou alguém sugeriu ou pediu que V. S^a administrasse essa questão para que houvesse o descumprimento da decisão arbitral? Foi uma decisão de V. S^a ou alguém pediu que V. S^a, como advogado, pudesse viabilizar isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa questão de não cumprir imediatamente o laudo arbitral foi objeto de discussão interna envolvendo a Petrobras América, a Petrobras, diversas gerências e alguns integrantes da Diretoria Executiva à época, a Diretoria Internacional, a Diretoria Financeira, a Presidência à época, porque era uma importante decisão a ser tomada e a prudência administrativa recomendou que não se pagasse naquele momento, como eu disse no início da minha fala.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nessas discussões, alguém disse assim: “Nós vamos cumprir a decisão.” Ou não? Que seria talvez o melhor. Alguém sugeriu isso nessas discussões?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Vamos cumprir, desde que haja segurança jurídica. Essa foi a orientação que se teve.

Na medida em que não houve essa segurança porque a Astra relutava em assinar um acordo que encerrasse todas as demandas, e na medida em que a Astra inclusive iniciou demandas adicionais buscando valores além do que o laudo arbitral previa, isso tornou-se impossível.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A quem V. S^a se reportava – ou ainda se reporta – na estrutura da Petrobras? Era diretamente à Presidência?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Eu me reporto ao Gerente Executivo do Jurídico; e me reportava e me reporto a quem estiver na Diretoria Internacional e nas gerências executivas da área internacional.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual é a relação de V. S^a com José Sérgio Gabrielli? Alguma relação direta?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Nenhuma.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nenhuma?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Nenhuma.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nessas discussões da compra e nas decisões houve a participação do Gabrielli com relação a isso? Essas discussões de cumprir o...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Da primeira metade?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual era a posição do Gabrielli com relação a essa questão específica da decisão arbitral? Ele se manifestou favoravelmente?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Houve discussões no âmbito da Diretoria, envolvendo...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Lembra-se da posição dele?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – A posição dos diretores de um modo geral era de cumprir o laudo desde que houvesse segurança jurídica. Como não havia, a decisão que a prudência administrativa recomendava era de prosseguir litigando até que houvesse uma oportunidade mais propícia para que isso acontecesse, como de fato aconteceu mais adiante.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O Diretor Cerveró foi quem apresentou ao Conselho de Administração a situação da compra...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Da primeira metade, sim.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E a Presidente Dilma, como presidente do Conselho, disse que tomou a decisão porque foi mal orientada; faltaram realmente algumas informações, por isso ela tomou a decisão equivocadamente. Portanto, atribuiu ao Cerveró essa compra que ela não faria se tivesse conhecimento dessas cláusulas. Ela disse isto claramente: que se tivesse tomado conhecimento das cláusulas, ela não teria autorizado a compra. Então, ficou como se o Cerveró fosse o culpado disso.

Da mesma forma aconteceu agora com a decisão do Tribunal de Contas da União. Na decisão do Tribunal de Contas da União, a culpa da Presidenta Dilma foi afastada também com relação à segunda compra dos 50% exatamente com o argumento de que houve uma falha do assessoramento jurídico: "Informações relevantes sobre o direito e a jurisprudência norte-americana".

Então, V. S^a concorda com essa afirmação? Ou seja, o assessoramento jurídico prestado por V. S^a ao Conselho de Administração da Petrobras foi realmente falho? V. S^a tem conhecimento satisfatório sobre o sistema jurídico norte-americano? Considera que os membros do Conselho de Administração da Petrobras que endossaram a sua estratégia de descumprir a decisão arbitral devem também ser responsabilizados pelos prejuízos decorrentes de aludido descumprimento?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ilustre Parlamentar, essa crítica ao pronunciamento do Jurídico Internacional que o senhor mencionou é de apenas um dos auditores da equipe técnica que se manifestou. Outros integrantes dessa equipe técnica não tiveram essa interpretação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Então V. S^a discorda?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não sei se o senhor leu todo o processo?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Li. E li muito mais do que o processo.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Tem o pronunciamento de dois auditores de campo. Tem o pronunciamento do diretor técnico. Tem o pronunciamento do secretário da Secex no sentido de não identificar impropriedade com relação a essa decisão do descumprimento do laudo arbitral.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a disse há pouco aqui, e colocou a questão cronológica...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Então, são quatro pronunciamentos não vendo impropriedade e um pronunciamento de um auditor dizendo que havia impropriedade.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é. Então, você não concorda. Realmente, V. S^a...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Não posso concordar!

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k. Essa foi a pergunta que eu fiz: se V. S^a concorda. Então, o senhor está dizendo que não concorda.

Mas V. S^a acha que o Conselho de Administração está isento de todas essas decisões? Porque a lei é muito clara. Pelo menos a Lei nº 6.404 diz que o Conselho de Administração responde pelas decisões. E não adianta o presidente ou a presidente do conselho simplesmente alegar que desconhecia qualquer coisa.

(Soa a campanha.)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Se não conhecia, devia conhecer para tomar a decisão.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Inclusive o nosso pronunciamento, como Jurídico Internacional, incluiu a análise sobre a questão do cumprimento ou descumprimento de laudos arbitrais. Não sei se o senhor viu. Há referência também nesse aspecto nos pronunciamentos da equipe técnica, em que há uma referência ao fato do meu pronunciamento, em que eu digo expressamente que há uma tendência a se

honrar as decisões arbitrais, porém, há também uma possibilidade, ainda que remota, de se conseguir reverter essa decisão com questões processuais, procedimentais.

Como havia, por prudência administrativa, esta preocupação dos gestores da companhia no sentido de evitar um pagamento considerável, havendo uma situação de insegurança jurídica com relação ao cumprimento do laudo, por razões que foram alegadas pela Petrobras América nas ações judiciais que se seguiram, em que se discutia se havia ou não a possibilidade de cumprimento do laudo, havia, portanto, justificativas técnicas para prosseguir litigando. Essa foi a coisa. E veja...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Deixe eu só... Não querendo interromper, mas já interrompendo, eu conheço a decisão arbitral. E a arbitragem diz muito claramente que, para você questionar essa decisão arbitral, só há três situações. Primeira, o emprego de fraude por uma das partes. Segunda, a corrupção ou parcialidade dos árbitros. Terceira, outras formas de desvio de conduta por parte do árbitro.

Quem propôs o conselho arbitral foi a Petrobras. Ela que acordou isso e assinou o conselho arbitral. Eu analisei o conselho arbitral e, na prática, o que V. S^{as} os advogados da Petrobras alegaram, para entrar no processo, era que a Astra estaria vendendo produtos para a Petrobras e ganhando em cima disso. Só que, de acordo com o representante da Petrobras Sr. Sergio Baron testemunhou – e tinha todas as operações da Petrobras com a Astra – teve o aceite e a concordância da Petrobras. Portanto, nessa questão foi alegada para entrar na Justiça não há nenhuma justificativa que coubesse em nenhum dos três itens.

Mas eu quero aqui...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Posso comentar um instantinho só?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pode, mas deixe só eu complementar, porque aí V. S^a já responde também.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a deu uma cronologia aqui, que, dia 10 de abril de 2009, no laudo arbitral, foi definido seiscentos e poucos milhões de dólares, US\$639 milhões. Mas, por incrível que pareça, V. S^a quis alegar aqui que talvez fosse mais vantagem financeiramente, porque o juro era de 5% ao ano – V. S^a está dizendo isso – e talvez o custo do pagamento imediato não fosse vantajoso, mas a decisão do conselho arbitral foi em dezembro de 2008. Em dezembro de 2007, a própria Petrobras chegou a oferecer US\$700 milhões mais US\$85 milhões. Portanto, não deve ser questão de vantagem financeira, já que a Petrobras ofereceu um valor superior à decisão arbitral. Então, esperava-se que a Petrobras, tendo uma decisão do conselho arbitral inferior ao que a Petrobras propôs a comprar, era razoável que a Petrobras não só aceitasse como imediatamente fizesse o acordo para definitivamente acabar com essa questão.

Agora, evidente que, tendo o conselho arbitral decidido o valor e a Petrobras pago esse valor, bastaria homologar essa decisão arbitral nas outras ações judiciais. E aí vem o tribunal que dá essa decisão realmente de que houve esse prejuízo imenso na questão de não cumprimento daquilo que foi solicitado pela própria Petrobras, que foi o conselho arbitral. Então, acho que realmente V. S^a disse que acha, pelo que entendi, que a decisão de recorrer à Justiça foi mais financeira do que propriamente jurídica, pelo menos eu entendi dessa forma...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – E de prudência administrativa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... porque V. S^a disse inclusive a taxa de juros.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – E de prudência administrativa. Agora, a...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Por isso que eu perguntei: V. S^a foi orientado? Alguém: "Olha, nós aqui estamos sem dinheiro para pagar. Vamos enrolar isso aí ou vamos aproveitar que, talvez não pagando agora, seja economicamente inviável." Então, V. S^a, como advogado, "vamos jogar isso para frente para pagar isso depois". Por isso que eu perguntei se V. S^a foi orientado.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sempre há esse tipo de discussão quando há uma condenação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas precisávamos realmente ter uma...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Deixa eu lhe fazer um comentário...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu gostaria que V. S^a nos desse uma posição definitiva, porque ao que estamos assistindo em relação...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... a Pasadena é que cada um que vem aqui... Se acompanharmos desde o primeiro depoimento, do Nestor Cerveró, depois Graça Foster, depois novamente, percebemos que parece um roteiro: as pessoas vão ajustando as respostas em cima...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não estou dizendo V. S^a, mas até agora essa foi a realidade.

Então, eu gostaria que V. S^a deixasse muito claro essa questão que, para mim, não está clara.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Vou lhe trazer um dado que não sei se o ilustre Parlamentar conhece. A primeira iniciativa da Astra de homologar o laudo arbitral foi perante a corte federal no Texas. Essa corte federal, no Texas, se declarou, infelizmente, incompetente para homologar o laudo, e a Astra perdeu essa decisão, porque teve de começar de novo na corte estadual. Mas, em seu pronunciamento, o juiz federal disse expressamente que havia esse indício de que os árbitros teriam atuado de forma indevida com relação a não permitir a produção de provas totalmente no âmbito da arbitragem. E mais: tanto da corte federal quando a corte estadual, quando examinaram essas questões todas – e vínhamos tentando postergar o cumprimento do laudo –, claramente, em nenhum momento, identificaram qualquer atuação de lide temerária ou de má-fé por parte da Petrobras América no sentido dessa postergação.

Portanto, elas entenderam que era legítimo, à frente de uma condenação tão importante, que a parte condenada a pagar lutasse com as forças que fossem disponíveis para postergar esse pagamento. Outra coisa: a lei federal americana sobre arbitragem estabelece critérios para o questionamento do laudo arbitral. São critérios ligados à condução pelos árbitros da forma inadequada da arbitragem, e esse foi um dos motivos que alegamos. No caso, dizemos que a Astra não entregou os documentos que eram necessários para podermos provar essa atuação com conflito de interesses.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Todos os documentos alegados pela Petrobras ela assinou concordando. Quer dizer, a Petrobras deveria ter os documentos. Talvez tenha sido uma forma de...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, mas aí...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Tudo bem.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Mas ninguém disse que isso era temerário ou má-fé da nossa parte.

A atuação dos árbitros foi com excesso de poder na medida em que deixou de atender às regras do contrato, que exigiam que a Astra...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... transferisse as ações livres de gravames e ônus, não exigiram que a Astra nos entregasse livros e documentos fiscais e contábeis, e, em terceiro lugar, os árbitros deixaram de garantir que as transferências das ações para a Petrobras América acontecessem com a garantia de que não haveria qualquer tipo de questionamento por parte de uma empresa para a qual a Astra, antes da emissão do laudo arbitral, transferiu as suas ações.

Então, essas três motivações foram as que usamos nas ações de questionamentos de laudo arbitral. Então, em nenhum momento houve qualquer declaração das cortes que examinaram essa discussão sobre o cumprimento do laudo de que estávamos agindo de forma temerária. Não houve nenhuma manifestação no sentido de declarar que estávamos agindo de má-fé. Portanto, estávamos nos valendo de legítimo direito de defesa de uma parte condenada em um processo para recorrer, para buscar uma decisão mais favorável ou um momento processual mais favorável. Esse momento processual aconteceu lá na frente, mais adiante, quando aquele pleito adicional que a Astra tinha de receber mais alguma coisa pela carta de intenções lhe foi negado pela justiça americana.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Como a Petrobras...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa foi a estratégia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A Petrobras ofereceu, um ano antes do laudo, 700 milhões mais 85 milhões, um ano antes da decisão arbitral. Aí vem a decisão arbitral menor do que foi oferecido, e a Petrobras recorre de uma decisão arbitral sendo que ela mesmo ofereceu, lá atrás, que, se colocassem os juros, como disse V. S^a disse, de 5% ao ano, daria muito mais. Quer dizer, a oferta da Petrobras deve ter atingido os 800 milhões, por isso que, talvez, tenha concordado com os 800 milhões...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, mas a Astra não queria só os 639, ela queria mais 400.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas querer é uma coisa, o arbitral, o laudo é para isso.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, mas veja: eu pagava os 639 do laudo e eles continuavam com as ações em paralelo, cobrando mais 400. Qual o sentido disso? Eu estaria...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É só homologar o que foi pago do laudo arbitral na sentença. Mas, só para encerrar...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, mas como eram outros processos...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... deixe-me fazer mais uma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... esses outros processos continuariam, e nós seríamos condenados a pagar valores adicionais. Se não houvesse um acordo fechando todo o contencioso, esses outros processos poderiam nos condenar em valores adicionais ao laudo arbitral, ilustre Parlamentar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, poderiam, mas...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Por isso é que nós não fechamos o pagamento do laudo arbitral. Essa que foi a razão...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu perguntaria a V. S^a o seguinte: no dia 14 de setembro...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... de prosseguir postergando o pagamento do laudo. Não sei se me fiz claro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – No dia 14 de setembro de 2007, houve uma reunião na Dinamarca.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Esse que foi o motivo, entendeu?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não, é porque V. S^a, quando falou aqui, deu a entender que a questão financeira também...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sem dúvida.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... que os juros, o custo de captação era maior.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sem dúvida.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E eu estou dizendo exatamente o contrário: que, lá atrás, se tivesse levado em consideração o custo financeiro, daria um valor maior ainda. Mas, só para encerrar essa...

Dia 14 de setembro de 2007, houve uma reunião na Dinamarca, com a presença, inclusive, de Paulo Roberto Costa; coincidentemente, o Presidente Lula também estava...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Isso aí, eu não sei dizer.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Estava também Nestor Cerveró, como Diretor da Área Internacional. Nessa reunião da Dinamarca é que houve, de fato, os entendimentos, tanto é que, logo em seguida, houve a proposta dos 700 milhões. V. S^a integrava essa missão na Dinamarca?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – V. S^a tomou conhecimento?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Só depois, mais tarde...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não tem conhecimento dessa reunião?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, não. Eu não sei, inclusive, quem participou.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradeço ao Deputado Izalci Lucas, tendo em vista que...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu quero me reinscrever, quero falar pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. O senhor fala pela Liderança daqui a pouco, na sua inscrição.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Neste momento, eu passo a palavra ao nobre Deputado Marcos Rogério.

V. Ex^a tem os dez minutos regimentais, tendo em vista que o Deputado Izalci pediu para falar novamente. Então, vou seguir agora o prazo regimental ordenado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Presidente, que V. Ex^a seja tão benevolente quanto com os demais. Mas prometo ser fiel ao tempo.

Segundo documentos divulgados em abril pelo jornal *Folha de S.Paulo*, Sr. Carlos Borromeu de Andrade, em 2007, antes da disputa judicial com a Petrobras, o grupo belga quis comprar de volta a metade da refinaria, que tinha sido vendida dois anos antes. Todavia, o então Presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli, não aceitou a proposta. Depois disso, ainda em 2007, a Petrobras insistiu no negócio, decidindo fazer uma proposta de compra da parte da Astra, que foi prontamente recusada pelos belgas.

Dessa forma, diante da intenção demonstrada pela Petrobras em gastar dinheiro com a refinaria e por falta de acordo entre as partes, o caso acabou na justiça. O resultado, todos conhecem. A Astra acabou se valendo da cláusula Put Option.

Após o exercício da cláusula de saída por parte da Astra, arrastaram-se nos tribunais americanos ações que definiriam o valor a ser pago pela Petrobras à Astra. Após várias perdas, em 9 de julho de 2009, segundo documentos internos da empresa, o senhor defendeu que a estatal continuasse litigando com a Astra nos tribunais americanos, mesmo com o prejuízo da Petrobras já tendo alcançado US\$639 milhões. Como resultado, a Petrobras perdeu e teve que pagar US\$885 milhões pela outra metade da refinaria.

Sr. Borromeu, o que explica a sucessão de escolhas erradas feitas por parte de quem comandava a Petrobras à época?

Partindo do pressuposto de que a cláusula Put Option é uma cláusula comum em contratos do tipo, por que a Petrobras agiu de forma negligente, sabendo que poderia ser acionada e que seria obrigada a realizar a compra da parte da Astra? Ou o jurídico também desconhecia essa cláusula?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ilustre Parlamentar, primeiro, eu não sei por quanto, não tenho detalhes sobre essa oferta da Astra de comprar de volta a participação da Petrobras. Seguramente, se houve, não foi por um valor que justificasse a venda. O senhor tem esse valor aí?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Não tenho o valor aqui neste momento. Mas essas questões ligadas à Petrobras, até agora, nos depoimentos que tivemos aqui, pouca gente sabia de muita coisa dentro da Petrobras.

Como já foi dito aqui na CPMI, Pasadena fazia parte do plano de negócios da companhia.

Eu pergunto: esse plano de negócio era, por acaso, um plano de prejuízo?

Por que, então, a companhia sempre optou pelo caminho mais danoso?

Após ser acionada, por que a Petrobras não optou por negociar um acordo com a Astra, para que fossem minimizados os prejuízos?

Por que não houve a tentativa de buscar o acordo?

O Deputado que me antecedeu também bateu nessa mesma tecla, chegando ao final com a arbitragem dos valores que nós tivemos que pagar.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não sei se o Deputado estava aqui quando eu fiz a cronologia. Logo que saiu o laudo, nós propusemos um acordo à Astra, em 21 de abril. O laudo foi em 10 de abril. Em 21 de abril, nós propusemos um acordo para pagar o laudo e encerrar todas as demandas. Em 22 de abril, os advogados da Astra responderam, dizendo que não queriam receber só o laudo, queriam receber mais. Entraram em 23 de abril com uma outra ação cobrando mais US\$35 milhões, e por isso é que não houve o acordo.

Por isso que nós recomendamos que se continuasse litigando, lá em julho de 2009, para que se chegasse a um momento processual mais oportuno, que acabou acontecendo mais adiante, quando a Astra perdeu a ação judicial que vinha propondo para receber alguma coisa pela carta de intenções. Esse é que é o ponto.

Outra coisa: o acordo foi 820,5 e não 885, como referiu o ilustre Parlamentar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a também considera que, à época, o negócio da Petrobras com Pasadena também era um bom negócio, assim como afirmou o ex-presidente Gabrielli?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu já mencionei ainda há pouco, comentando uma pergunta que me fez o ilustre Relator, que a nossa tarefa é assessorar nos aspectos jurídicos ligados aos negócios da companhia e não aos aspectos negociais.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Então, pergunto V. S^a sobre os aspectos jurídicos.

A Petrobras é mal assessorada ou alguém tinha interesse nos resultados que se produziram a partir do negócio de Pasadena?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu só posso responder pelo Jurídico Internacional. Eu fiz o que era, dentro da minha competência, possível e o impossível para bem assessorar a companhia. Me cerquei de todas as consultorias cabíveis para fazê-lo e busquei assessorar a companhia da melhor maneira, na busca de uma decisão que lhe desse segurança jurídica para fazer pagamentos importantes em relação a esse projeto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a está na Gerência Jurídica Internacional da Petrobras há quanto tempo?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Há 15 anos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Há 15 anos como Gerente Jurídico da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É. Eu tenho cargos de gerência na Petrobras desde 1985.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Mas na Gerência Jurídica Internacional da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Desde o início do ano 2000. Desculpe-me. É um pouquinho menos; desde 2004. Perdão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O senhor sempre dirigiu a Gerência Jurídica Internacional da Petrobras?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Como?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Nesse período, V. S^a sempre dirigiu a Gerência Jurídica da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Em 1985, eu era gerente jurídico setorial em uma subsidiária da Petrobras e, depois, fui para a Petrobras. Em 2004, passei a ser Gerente do Jurídico Internacional, com a saída do meu antecessor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Quem foi o seu antecessor?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Marcelo Mello.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a conheceu o Sr. Thales Rezende Rodrigues de Miranda?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Era um dos 30 advogados que trabalhavam comigo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Qual era o papel dele na Gerência Jurídica Internacional?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ele participou, junto com outros profissionais do jurídico, da minha a gerência e de outros jurídicos, da *due diligence* e aquisição de Pasadena.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Até que momento ele permaneceu na Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ele permaneceu na Petrobras até 2012, 2013. Ele emitiu vários pareceres sobre esse projeto, inclusive... não o parecer de janeiro de 2006, porque ele estava viajando, à época, mas outros pareceres ele emitiu, inclusive o parecer sobre um aditivo ou contrato de compra das ações, de março de 2006, emitiu uma *legal opinion* que suportou o fechamento, o *closing* da operação de compra em agosto de 2006. E, durante os anos 2005 e 2006 foi várias vezes ao Texas para participar desse projeto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a está afirmando que o advogado Thales de Miranda participou da construção dos pareceres que justificaram a compra de Pasadena, é isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim. Ele participava da equipe do jurídico que assessorava nesse assunto.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a está seguro da informação que está prestando a esta CPMI?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Há documentos que provam isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a era o chefe dele?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Um aparte, Deputado.

Assim que o senhor assumiu em 2004 o cargo maior do senhor na carreira, quem era o Presidente da República?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Em 2004, era o Presidente Lula, não é?

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Está certo. Obrigado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sr. Borromeu, em que momento o Sr. Thales de Miranda deixou a assessoria jurídica da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Como?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Em que momento o Sr. Thales de Miranda deixou a assessoria jurídica da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu não sei precisar, porque ele já não estava na minha gerência. Ele saiu da minha gerência em 2010, 2011 e, depois, esteve em outras três gerências do jurídico e saiu em 2000 e... Não sei. Não posso precisar a data.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Sabe informar...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Um aparte aqui?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O Relator me pede um aparte e eu não deixarei de ouvi-lo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É uma pergunta do nosso querido Senador.

V. S^a tem alguma filiação partidária?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Foi filiado a algum partido em alguma oportunidade?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Inclusive defendi gestores da Petrobras em outros episódios envolvendo governos anteriores, inclusive o afundamento da P-36...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Voltando à sequência dos questionamentos que faria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Perante o Tribunal Marítimo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Questiono V. S^a. V. S^a disse que não sabe precisar o momento em que o Sr. Thales de Miranda deixou a Petrobras. Sabe as razões que levaram-no a sair da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu sei que ele recebeu uma proposta. Depois, soube que ele teria ido para a iniciativa privada, algum escritório. Mas não acompanhei. Depois que ele saiu da minha gerência, eu não acompanhei o dia a dia da sua atividade. Sei que ele transitou por mais umas três gerências do jurídico da Petrobras.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – V. S^a reafirma que ele participou da construção do parecer para a compra de Pasadena como parte da equipe?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – De qual parecer o senhor está falando?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Do parecer...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – De 2006, de 27 de janeiro?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Exatamente.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Esse parecer fui eu que fiz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – E dos anteriores?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Dos anteriores ele esteve na *due diligence* em Pasadena.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Ele participou inclusive vistoriando?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Exatamente. Ele esteve lá junto com a consultoria externa do escritório Thompson & Knight e depois continuou participando de negociações, envolvendo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Ele também chefiou o núcleo jurídico internacional da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Ele era um coordenador sob minha responsabilidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k, Sr. Presidente.

Não farei mais questionamentos com relação a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Voltamos, então, à inscrição.

Na condição de líder, por cinco minutos, nobre Deputado Izalci Lucas.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nobre Presidente, pode ser a minha inscrição? Eu quero só fazer mais duas perguntinhas rápidas, porque, como líder, ele não poderá responder. Então, fico com a minha inscrição.

Eu gostaria de saber, primeiro, se V. S^a conheceu o Sr. Paulo Roberto Costa, trabalhou com ele?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não. Eu conheci assim: em algumas reuniões de diretoria de que eventualmente participei ele lá sentado, mas no âmbito do colegiado...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas ele era o representante da Petrobras lá no conselho?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – No Senior's Owners Committee, o comitê de proprietários?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Isso.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – A área Internacional entendeu por bem indicar esse senhor como representante da Petrobras nesse colegiado superior, que era uma espécie de conselho de administração da refinaria.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Isso.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Quando houvesse o impasse na diretoria que cuidava do dia a dia da refinaria e da *trading*, a situação seria submetida ao comitê de proprietários do qual participava o Roberto Costa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nesse impasse que houve – e houve vários impasses com a Astra –, por algum momento...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Que eu saiba só houve uma reunião em que ele participou.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E qual foi a posição dele relacionada à questão da Astra, à compra dos primeiros 50% e, depois, dos outros 50%? Qual foi a participação dele nesse episódio, a decisão?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Desconheço, porque... Eu acredito que tenha sido favorável, porque as decisões dos colegiados da Petrobras são assim: quando o jurídico é chamado a participar – no caso, por exemplo, da primeira compra, eu não participei da reunião da Diretoria Executiva –, quando a gente vai à sala de reuniões dos colegiados, nós entramos o negociador faz uma apresentação para os diretores ou para o CA; nós ficamos ali para suportar eventual pergunta técnica que precise ser respondida; depois, saímos, e eles deliberam.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Entendi. Então, V. S^a não teve conhecimento de qual foi a posição dele, especificamente, como...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, especificamente...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ele era o presidente da comissão. Ele era o representante da Petrobras no Conselho de Administração.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É, que só se reuniu uma vez...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É, mas nessa reunião...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... nesse momento em que houve o conflito. E uma reunião que foi uma reunião de papel, na medida em que a Astra não compareceu. Ela foi realizada apenas para que se cumprisse...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas tomaram uma decisão.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – ... para que fosse cumprido o formalismo previsto no contrato, no sentido de que fosse possível tomar uma decisão que superasse a decisão contrária da Astra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Está bem.

Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar: uma das alegações que foi colocada no processo judicial, contrária à decisão do conselho arbitral foi exatamente de que a Astra teve lucro em cima da Petrobras, vendendo derivados, com preço superior ao mercado; e, depois, foi comprovado que a própria Petrobras, o representante da Petrobras, tinha conhecimento disso. V. S^a, como jurídico, saberia se houve algum processo contra esse servidor, por exemplo, que aceitou e deu o “de acordo”? A Petrobras tomou alguma providência para ser ressarcida do prejuízo daquilo que ela alegou, dizendo que a Astra estava ganhando indevidamente...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Nós não conseguimos provar por falta de documentos. Desconheço...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não foi exatamente o argumento que vocês usaram para entrar com a ação?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Sim, porque precisávamos dos documentos que a Astra detinha para podermos fazer prova. Nós precisávamos saber a cadeia de compras...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas a Petrobras não tinha controle... A Petrobras comprava e pagava e não tinha controle nenhum?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, nós precisávamos ter documentos que comprovassem esse...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas é só o preço. É só pegar as operações para saber se comprou ou não, por preço maior, ou não.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é, mas, para saber os valores, eu precisaria ter toda a cadeia de compras.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Algumas dessas compras não ficavam dentro dos arquivos da refinaria para...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas teve algum processo, pelo menos, para apurar isso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não sei. Desconheço.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O jurídico não...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não sei.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Por parte do jurídico, não houve nenhuma ação contra essa operação, para saber disso?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Desconheço. Não cabia ao jurídico tomar essa iniciativa.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas a grande alegação do jurídico foi essa.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Pois é.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – “Entrei na justiça porque a Astra estava operando indevidamente”.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não conseguimos provar. Pedimos aos juízes que nos dessem direito de exigir isso da Astra, e os juízes entenderam que essa matéria já era coisa julgada e que tinha sido apreciada no âmbito da...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Talvez por esse tipo de decisão tenham perdido por duas vezes do Conselho. Exatamente por isto, porque a justiça por duas vezes deu exatamente.... A decisão foi exatamente em cima disso: que a própria Petrobras, o próprio funcionário da Petrobras, como testemunha, comprovou que realmente a Petrobras tinha conhecimento das operações.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – É....

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Então, Sr. Presidente, só para encerrar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Deputado Izalci, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Apenas para complementar os questionamentos que fiz ao convidado com relação ao advogado Thales de Miranda...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nobre Deputado Marcos Rogério, só deixe o Deputado, porque o tempo dele já se esgotou. Então vou deixá-lo fazer as...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – É uma pergunta muito curta. Não insistirei. Apenas para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, por favor. Por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Para complementar a informação.

V. S^a disse que o Sr. Thales de Miranda trabalhava sob sua gerência e que, depois, teria saído de sua gerência. E que, portanto, nesse período, V. S^a não teria maiores informações. Por qual razão ele saiu da gerência de V. S^a? O que o levou a sair ou a ser afastado de sua gerência?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ele pediu para trabalhar, e houve uma decisão de parte a parte de ele ir para uma outra gerência. Ele saiu, levando o cargo de coordenador e foi trabalhar numa outra gerência coirmã nossa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – Ele nunca foi afastado?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Afastado? Não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PDT - RO) – O.k.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu só gostaria de manifestar aqui, pelo que eu li e estudei sobre isso, e que V. S^a confirma: o Sr. Alberto, ex-funcionário da Petrobras, na época vice-presidente da Astra, coincidentemente, por todos os problemas que ocorreram na refinaria – ambientais, trabalhistas e uma série de outras coisas –, depois de alguns anos tentando vender essa refinaria, aparece o ex-funcionário da Petrobras, juntamente com o Diretor Internacional Nestor Cerveró, imediatamente à compra da Crown, um mês depois da compra, é encaminhada ao Nestor Cerveró uma carta manifestando interesse da Astra em vender para a Petrobras.

A Petrobras aceita isso, faz esse contrato, em que há, inclusive, prevista a questão dos investimentos, do *revamp*.

Eu até tenho uma informação no processo, e há testemunha no processo, de que a Astra, inclusive, por uma ou duas vezes, ofereceu-se para comprar a parte da Petrobras. Alguém aqui disse que foi tão irrelevante que não se levou em consideração. Ora, mas, se foi irrelevante, houve a proposta.

V. S^a tem conhecimento de que houve essa proposta de a Astra comprar da Petrobras?

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Eu respondi há pouco a pergunta e perguntei ao ilustre Deputado que me fez a pergunta se ele tinha o montante que tinha sido oferecido, porque eu não sabia...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas ninguém sabe.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Ninguém sabe. Eu não sei. Desconheço essa informação. Não tenho essa informação...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas, se o próprio diretor da Petrobras diz que foi a proposta, mas era irrelevante. Se foi irrelevante, teve um valor...

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Essa informação não transitou pelo Jurídico Internacional. Essa informação não transitou pela minha gerência e nem foi do meu conhecimento. Não posso responder pelo que não conheço.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É, Sr. Presidente, tem mais um ainda para a gente fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Tem.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Então, está bom. Eu fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu lhe agradeço, nobre Deputado Izalci, agradeço ao nobre Deputado Rubens Bueno, ao nobre Deputado Marcos Rogério e ao nosso querido Relator. Agradeço também ao depoente e pergunto se V. S^a tem mais alguma consideração a fazer. Se não tiver, vou dar por encerrada a sua participação.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Não, eu espero que tenha esclarecido suficientemente as questões.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Agradecemos a participação do Dr. Carlos Cesar Borromeu. Peço à assessoria, então, que o acompanhe.

Muito obrigado.

Dentro da mesma reunião, vamos continuar já de imediato.

Convido o novo depoente, o Sr. Pedro Aramis de Lima Araújo....

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Desculpe, Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras. (*Pausa.*)

Podemos, sim, liberar o Dr. Borromeu para ir embora.

E agradeço a lembrança do nobre Deputado Marco Maia, de que o sobrenome correto é Arruda. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda. (*Pausa.*)

Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, V. S^a prestará depoimento na condição de testemunha. Estará compromissado na forma da lei. V. S^a pode fazer uma exposição inicial, se assim o desejar, e, logo em seguida, começaremos, então, as perguntas, como sempre pelo nosso estimado Relator, Deputado Marco Maia.

V. S^a gostaria de fazer uma exposição inicial?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – E V. S^a precisa de quanto tempo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Quinze minutos? Então, V. S^a os tem.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Senhores membros da Mesa, boa tarde! Srs. Parlamentares, demais presentes, senhoras e senhores, é para mim uma satisfação estar aqui e poder contribuir com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Eu gostaria de dizer algumas palavras iniciais, começando pela minha identificação. Sou um velho soldado e um jovem petroleiro. Velho soldado porque estive nas fileiras do Exército como oficial de infantaria por 33 anos. E jovem petroleiro, porque já estou na Petrobras há 12 anos.

Entrei para academia, fiz o curso, servi na academia como instrutor em dois períodos; depois do curso de Estado Maior, tive oportunidade de servir aqui em Brasília na Presidência da República. Tive também oportunidade de cumprir duas missões no exterior, uma nos Estados Unidos, na Escola de Guerra do Exército; e outra em Angola, que constituiu para mim uma experiência muito interessante, uma vez que, ao chegar lá, encontrei um país em guerra, com todas as dificuldades a viver num país em guerra, do ponto de vista pessoal, mas também colhendo uma experiência profissional muito enriquecedora.

Quando retornei de lá, algum tempo depois, passei para a reserva remunerada, em 2001, quando em dezembro fui sondado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República se eu aceitaria um cargo na Segurança Empresarial da Petrobras. Entendi que seria uma oportunidade interessante para aplicar na vida civil o que, no tempo de caserna, eu havia aprendido e praticado em termos de avaliação de riscos, mitigação de riscos.

Então, ao chegar à Segurança Empresarial, tive a oportunidade de estimular as ações de natureza preventiva, que consistem, principalmente, em treinamento e conscientização, não apenas de profissionais de segurança, mas de todo corpo funcional da Petrobras. Trabalhamos também com a parte de normatização, ou normalização, como queiram, robustecendo bastante o conjunto de padrões da Petrobras com relação à segurança da informação e à segurança em geral, no sentido de proteção em geral.

O que é a Segurança Empresarial na Petrobras? Eu já falei da atividade de treinamento e conscientização, e nós temos também um processo que se destina a buscar antecipar as ações adversas; temos outro conjunto de processos destinados a fazer a avaliação de riscos relativos a uma instalação ou a um processo; recomendar medidas mitigadoras desses riscos; apresentar um projeto de segurança e, posteriormente, avaliar a sua implementação, recomendando medidas corretivas e complementares.

A Segurança Empresarial tem também a obrigação de proceder a investigações. Temos um processo que eu considero bastante interessante, que é o chamado “apoio a empregados”, cujo objetivo é atender a empregados em situações consideradas muito difíceis. Nós não garantimos que vamos ajudar, mas temos uma sincera disposição de ajudar empregados em qualquer circunstância em que ele se julgue em muita dificuldade.

E temos também um processo relacionado às comissões internas de apuração. O que são essas comissões? As comissões são fruto de uma designação por uma autoridade competente dentro do corpo gerencial da companhia. Elas têm por principal objetivo esclarecer fatos, situações, buscando identificar eventuais prejuízos, responsabilidades e fazer também recomendações, tanto de natureza de melhoria de processo quanto também, quando é o caso, de natureza disciplinar trabalhista.

Quando de natureza legal, também recomendamos o encaminhamento ao Ministério Público e demais órgãos de controle e de governo. Essas comissões trabalham buscando constituir provas por meio de documentos, materiais, perícias, apoio técnico das áreas e, ao final dos trabalhos, produzem um relatório submetido à autoridade que as constituiu.

Entrando especificamente na comissão que tratou do caso da SBM, no dia 13 de fevereiro deste ano, o jornal *Valor Econômico* publicou um artigo em que caracterizava uma possível percepção de benefícios pecuniários por empregados da Petrobras pagos pela empresa SBM ou por seu representante aqui no Brasil, o Sr. Julio Faerman, e as empresas Faercom e Oildrive. A partir desse momento, foi constituída a comissão, uma comissão multidisciplinar de alto nível.

Essa comissão buscou, inicialmente, identificar os contratos que a Petrobras tinha com a SBM, analisar esses contratos por uma auditoria. Tentamos, logo em um primeiro momento, ouvir alguém da SBM para esclarecer de que se tratava aquela denúncia. Veio, aqui, ao Brasil, o Sr. Sietze Hepkema, que é o gerente de conformidade e governança da SBM. Tivemos oportunidade de entrevistá-lo. Como decorrência dessa entrevista, identificamos a conveniência de se fazer uma visita a Holanda, onde nos foi prometido apresentar uma série de informações e alguns documentos. Então, viajamos para Holanda, uma equipe de quatro profissionais. Chegando lá, realmente, tivemos acesso a um conjunto grande de informações e pudemos visualizar, em tela, um conjunto razoável de documentos de interesse das relações entre a Petrobras e a SBM, que poderiam, de alguma forma, ter correlação com a denúncia apresentada. Retornando ao Brasil, analisamos todo esse material e

fizemos entrevistas com as pessoas não apenas citadas no material, mas também com pessoas que de alguma maneira tinham correlação com esse processo. Analisamos uma série de informações referentes a contatos entre pessoas da Petrobras, pessoas da SBM, pessoas dos representantes da SBM, por meio de verificação de contatos telefônicos, *e-mails*, visitas. Enfim, buscamos identificar como as relações da Petrobras com essa empresa se davam, quais os contratos, se havia fragilidades nesses contratos. Esse trabalho foi particularmente feito pela nossa auditoria, e, ao final, apresentamos um relatório que, uma vez encaminhado à Presidente da Petrobras, teve acolhida a recomendação de encaminhá-lo ao Ministério Público, à CGU e ao TCU.

Lembro ainda que, por ocasião do início dos nossos trabalhos, procuramos contato com o chamado Openbaar Ministerie, que é o Ministério Público holandês, e com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que, segundo a denúncia, estariam investigando o caso. Em um primeiro momento, essas tentativas foram frustradas. Apenas mais tarde, tivemos oportunidade de um contato com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

Então, senhor, dentro do tempo que me foi concedido, eu fiz uma apresentação rápida.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Para mim, eu acho que já...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – ... está bom.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Passo, então, para o nosso Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Primeiro, seja bem-vindo aqui...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Muito obrigado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ..., Sr. Pedro Aramis de Lima Arruda, Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, que aqui vem colaborar com a investigação sobre o nosso Eixo 2 da CPMI, que é a SBM Offshore: indícios de pagamento de propina a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa para obtenção de contratos junto à estatal.

As minhas primeiras perguntas eram sobre a sua formação, trajetória profissional e como se deu o seu ingresso na Petrobras, o que já foi prontamente respondido anteriormente por V. S^a. Então, vamos direto às perguntas sobre os contratos com a SBM Offshore, já que V. S^a foi o responsável, coordenou essa comissão interna de apuração da Petrobras que averiguou os fatos relativos às denúncias que abrangiam a empresa holandesa SBM Offshore.

Primeiro questionamento: V. S^a conhece os contratos firmados pela Petrobras com a SBM Offshore certamente. V. S^a poderia aqui nos dizer quais são os valores e os prazos constantes desses contratos?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Esses contratos tiveram valores e prazos crescentes desde 1999, quando ocorreu o primeiro contrato, até os dias atuais. A Petrobras tinha campos, áreas de exploração na Bacia de Campos, com potencial relativamente limitado, com capacidade de produção estimada para sete, oito anos, estourando, dez anos. Então, a Petrobras contratava FPSOs, fossem próprios, fossem afretados, para trabalho durante esse período.

Mais recentemente, com a descoberta do pré-sal, a Petrobras passou a fazer afretamentos por 20 anos ou mais, porque passaram a ser descobertos campos com potencial muito maior. Consequentemente, haveria oportunidade de emprego desses navios por um prazo muito mais amplo. Assim, se os primeiros contratos giravam em torno de US\$1 bilhão, os mais recentes chegam à casa dos US\$5 bilhões para uma operação por cerca de 20 anos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. Na sua opinião, qual o grau de dependência do sistema Petrobras em relação ao grupo SBM e quais os riscos a que a Petrobras estaria exposta quanto a eventuais impactos nos empreendimentos em curso na área de exploração e produção na hipótese de interrupção da relação comercial com esse grupo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu gostaria de esclarecer aos Parlamentares que infelizmente eu não vou poder responder a essa pergunta, porque a minha área é a área de segurança. Essa pergunta ficaria melhor respondida por alguma pessoa ligada ao negócio.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Na sindicância que V. S^a...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não se cogitou isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não, senhor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não se levou em consideração o tamanho dessa empresa e os negócios que ela tem com a Petrobras?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Isso foi considerado, mas não com esse enfoque que o senhor apresentou na sua pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem. O Presidente está perguntando o total dos contratos. V. S^a saberia informar?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim. Nós tivemos inicialmente dois contratos já extintos: FPSO 2 e FPSO Brasil. Depois tivemos mais sete contratos de afretamento e um contrato de construção. Esses contratos todos perfazem um total de US\$27 bilhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Sobre a comissão interna de apuração da Petrobras: como e quando foi que a Petrobras tomou conhecimento sobre denúncias por supostos pagamentos de subornos a empresas e funcionários de empresas e de governos por parte da SBM?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Aí nós temos dois momentos bem distintos.

Um, durante reuniões de negócio em 2012/2013, o Sr. Presidente da SBM apresentou ao nosso Diretor de Exploração e Produção o conhecimento de que a SBM estava fazendo uma investigação relativa a potencial pagamento de valores indevidos na África. Na ocasião, o diretor perguntou objetivamente se havia algum fato ou alguma questão relativa ao Brasil ou à Petrobras. E a resposta foi que não.

Quando foi publicada a reportagem do *Valor*, então nós tomamos conhecimento, e surgiu a oportunidade – ou quase a imposição – de que a Petrobras tomasse alguma medida para esclarecimento, um procedimento que a companhia usualmente adota; quando há alguma denúncia, ela procura investigá-la e tratá-la adequadamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Qual a composição da comissão de apuração? E qual mesmo foi o papel desempenhado por V. S^a nessa comissão?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu fui o coordenador da comissão. Qual é o papel do coordenador? É cuidar da parte administrativa, responsabilizar-se pela elaboração do relatório e conduzir os trabalhos, apresentando os convites para a participação de entrevistas, liderando o grupo.

Esse grupo foi constituído pelo gerente executivo da nossa Auditoria, pelo gerente executivo do nosso Jurídico, um assessor especial da Presidente...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O senhor sabe o nome desses...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Poderia ir dizendo o nome.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Perfeitamente.

O do Jurídico é Nilton Antonio de Almeida Maia; da Auditoria é Gerson Luiz Gonçalves; o assessor da Presidente é o Sr. Jorge Salles Camargo Neto, e da área de exploração e produção é a Sr^a Solange da Silva Guedes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O. K.

Quais foram os documentos analisados e quantas pessoas foram entrevistadas? Que funcionários da Petrobras e de representantes comerciais da SBM foram ouvidos?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Iniciando pelos documentos, foram analisados os documentos referentes a todos os contratos da SBM com a Petrobras. Foi um trabalho basicamente desenvolvido por nossos auditores. Foram entrevistadas 24 pessoas.

E qual foi o outro item que o senhor perguntou, por favor?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre funcionários da Petrobras e representantes comerciais... É isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Funcionários da Petrobras e da SBM.

Foram ouvidos todos aqueles funcionários da Petrobras que haviam sido listados na documentação encontrada lá na SBM, quando fizemos a visita na Holanda; e também todos aqueles empregados que tinham alguma correlação com as contratações da SBM.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O. K.

Em 10 de abril de 2012, a própria SBM Offshore publicou uma nota na qual declarou que certas práticas de venda envolvendo terceiras partes poderiam ter sido “inapropriadas” – aspas da empresa.

Foi mencionada ainda, nesta nota, a criação de um departamento de governança na empresa. Sabe-se que o chefe de *governance* e *compliance* da SBM, em depoimento à Comissão de Apuração Interna da Petrobras, afirmou que na *due diligence* conduzida pela SBM nada de conclusivo teria sido encontrado a respeito do Brasil. V. S^a tem conhecimento se essa posição está mantida?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim. O Sr. Sietze Hepkema, tanto aqui no Brasil quanto na lá na Holanda, confirmou essa posição.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre o valor noticiado de US\$ 139 milhões, destinado ao pagamento de comissões pela SBM Offshore a representantes comerciais, foi apurado se esse valor realmente foi destinado a representantes comerciais? Quem seriam eles e qual a natureza dessa comissão?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – A SBM tinha contratos com as empresas Faercom e Oildrive. Os contratos com a Faercom previam taxas de 1% a 5% conforme fosse a natureza do negócio. E essas taxas eram pagas pela SBM aos seus representantes; não havia pagamento direto da Petrobras a esses representantes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, esse valor realmente foi destinado a esse...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Pelo que nós pudemos apurar, o valor era pago, esse valor... Não chegamos a 139 milhões. Nós chegamos ao valor em torno de 130 milhões, e esses valores eram pagos a essas empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De dólares?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – De dólares.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

A SBM Offshore pratica o pagamento de comissão a representantes comerciais em outros países?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Ela praticava até 2012. Em 2012, quando ela se apercebeu de práticas impróprias na África, ela suspendeu os pagamentos a essas pessoas e empresas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre o Sr. Julio Faerman, bastante citado em reportagens e documentos recebidos por esta CPMI, o que V. S^a teria a comentar sobre a relação dele com a Petrobras, com a SBM e com as denúncias? Houve algum pagamento direto da Petrobras a esse senhor?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não. A Petrobras não teve nenhum pagamento direto. Como eu expliquei, a Petrobras paga à SBM, e a SBM paga a seus representantes. É uma relação comercial entre SBM, Faercom e Oildrive. O que o Sr. Julio Faerman tem com a Petrobras, inicialmente, é que ele foi empregado da Petrobras, se não me engano, entre 1964 e 1968.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Houve depoimento do Julio Faerman à comissão de apuração?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Perfeitamente!

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que foi afirmado por ele?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Ele negou as acusações relativas a pagamento de propina. Durante a entrevista, que foi feita na presença dos dois sócios e de um advogado dele – foram as condições que nós não podíamos impor, ele aceitou para poder nos conceder a entrevista –, então, ele teceu uma série de considerações a respeito das relações dele com a Petrobras nesses diversos contratos e demonstrou um grande conhecimento tanto técnico quanto do relacionamento com a exploração de petróleo pela Petrobras.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O. K.

Bom, V. S^a já havia dito aqui anteriormente que as empresas Oildrive Consultoria Energia e Petróleo Ltda. e Faercom Energia haviam recebido comissões por parte da SBM. V. S^a confirma isso, não é?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Foi publicado na imprensa que outras quatro empresas registradas no exterior poderiam estar ligadas ao grupo Faerman. V. S^a conhece essas empresas?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Por ocasião de nossa visita à Holanda, nos foi concedida uma documentação a respeito dessas empresas; documentação essa que já foi entregue às autoridades, cuja menção se encontra no relatório que já foi entregue a esta Comissão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então existem essas empresas?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Perfeitamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Sabe-se que a SBM Offshore reportou sua investigação interna ao Ministério Público da Holanda e ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos. V. S^a tem conhecimento do que já foi apurado por essas instituições?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não. Com o Ministério Público da Holanda nós tentamos contato mais de uma vez; não logramos êxito. Com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos, houve um primeiro contato nosso, cuja resposta veio quase dois ou três meses depois. Então, nós fomos recebidos lá, fizemos uma apresentação e respondemos a uma série de perguntas feitas pela equipe desse Departamento de Justiça, da divisão criminal deles.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a investigação em curso pelas autoridades da Holanda, da Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos por supostos pagamentos de subornos em vários países por parte da SBM, V. S^a é sabedor dessa informação?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu acabei de informar que realmente há uma investigação na Holanda, que, segundo informes publicados agora no início desta semana, teria já concluído e estaria em

vias de aplicar uma multa à SBM pelas operações indevidas na África. Nos Estados Unidos, ainda não há conclusão. No Reino Unido, nós não temos qualquer indício de que haja um processo instaurado no Reino Unido.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

A informação que nós temos é de que existem várias investigações, neste momento, em curso envolvendo a SBM. Inclusive a Controladoria-Geral da União, a CGU, no dia 28 de abril de 2014, teria aberto um processo de apuração e feito um pedido de cooperação internacional às autoridades da Holanda por meio do Ministério da Justiça.

Ainda teria sido enviado um representante da CGU à Europa e aos Estados Unidos, onde teriam sido mantidos contatos com representantes do Ministério Público da Holanda e do Departamento de Justiça da Comissão de Valores Mobiliários do Estados Unidos. V. S^a tem conhecimento dessas informações?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Apenas pela imprensa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A comissão de sindicância não...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Nós temos cooperado com... Não, nesse nível de informação, não temos. O que temos feito é uma série de contatos com as autoridades que nos apresentam alguma demanda, e procuramos responder. Algumas vezes pedem o comparecimento para algum esclarecimento; temos feito esses esclarecimentos. Os trabalhos investigativos prosseguem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma última pergunta: dois documentos confidenciais da Petrobras teriam sido encontrados em poder da SBM e teriam sido acessados por uma chave determinada. Na oitiva do Sr. Jorge Luiz Zelada a esta Comissão, foi perguntado se a senha pessoal dele teria sido utilizada para acessar esses documentos. O Sr. Zelada negou as afirmações, enfatizando que nunca teria entregue documentos da Petrobras para entidades externas e que não acredita que outras pessoas a tenham utilizado. O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que posso comentar é sobre as evidências concretas que nós identificamos. Havia, na Holanda, dois documentos de caráter confidencial da Petrobras. Esses documentos foram exibidos para nós, em tela, durante a nossa visita. Na ocasião, fizemos algumas anotações referentes a esse documento no sentido de que acreditávamos que ele permitiria identificar quem o gerou. Só que isso não foi verdadeiro. Então, ao chegar ao Brasil, começamos um trabalho de, por meio de uma forense digital, identificar essa autoria. Isso somente foi conseguido posteriormente com apoio da própria SBM, que nos facultou novo acesso a esses documentos. Então, temos identificados na Petrobras todos os empregados e terceiros que tenham uma participação mais frequente. Nós os temos identificados por um grupo de quatro caracteres alfabéticos e numéricos.

O arquivo em PDF que foi encontrado na Holanda foi gerado pelos caracteres alfanuméricos correspondentes ao Sr. Jorge Zelada. Nós não identificamos um envio desses documentos da Petrobras ou do Brasil para a Holanda ou para qualquer representante da empresa. O que constatamos é que havia na Holanda esses documentos, e estava nitidamente caracterizado que haviam sido gerados com a chave dele, ou seja, com os quatro caracteres que identificam o Sr. Jorge Zelada.

Agora, a senha é como uma assinatura digital e pertence a cada um. Então, não vemos muita oportunidade de que seja gerado algum documento sem a aplicação da própria senha da pessoa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a chegou a aprofundar as investigações para saber o que ocorreu nesse caso? Quem utilizou, etc.?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que conseguimos evidenciar foi que os documentos foram gerados a partir da chave do Dr. Jorge Zelada. O que nos foi possível avançar foi na tentativa de identificar que recursos teriam sido utilizados para envio desses documentos. Lamentavelmente, como esses documentos tinham algo em torno de quatro anos, não conseguimos mais processar uma forense digital nas máquinas porque já haviam sido substituídas.

Então, sabemos que o documento que está lá tem correspondência com a chave dele, mas não conseguimos uma comprovação do rastreamento desse documento entre a Petrobras e a SBM. Um dos documentos passou pelo Sr. Julio Faerman.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ainda perguntando aqui sobre seu trabalho na comissão de sindicância: no âmbito da investigação, foi analisada alguma movimentação financeira de algum investigado, ainda que fornecida voluntariamente?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não, senhor. Pelas entrevistas que nós fizemos, as pessoas não apresentaram indícios de terem auferido qualquer tipo de benefício. Então, não se chegou a solicitar esse tipo de providência.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O resultado final da comissão era de que não houve nenhum tipo de pagamento de propina a nenhum funcionário da Petrobras?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O resultado final da comissão é que a comissão não identificou qualquer tipo de pagamento de propina a empregado da Petrobras. Isso é o que podemos afirmar. Não identificamos nada que fosse consistente em relação a isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nem dúvidas?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Essa pergunta eu não posso lhe responder porque... Posso lhe responder pelo que nós fizemos, inclusive, constar do nosso relatório: que nada foi identificado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado.

Eram essas as minhas perguntas, meus questionamentos, nobre Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu que agradeço, nobre Relator desta Comissão, Deputado Marco Maia.

Eu gostaria de fazer uma pergunta. Todo mundo aqui já notou, Dr. Pedro Aramis de Lima Arruda, que V. S^a é zeloso no cumprimento do seu dever na função de Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras. Vou aproveitar seu conhecimento e seu zelo para fazer duas perguntas que sempre vêm à tona aqui nesta Comissão.

Primeiro, sobre uma empresa chamada Sete Brasil, sobre o tamanho dos contratos que ela tem e se o senhor se sente tranquilo, na condição de Gerente de Segurança Empresarial da Petrobras, sobre a condição de ela entregar o volume de contrato, o tamanho dos contratos que ela tem, porque a gente fala e vê muitos atrasos, e se ela tem tecnologia. O senhor, que realmente faz um trabalho muito cuidadoso na sua área, fale-nos um pouquinho sobre essa Sete Brasil.

Também o que o senhor falou da África me lembrou a operação que foi levantada aqui, tempos atrás, por alguns Parlamentares, de uma compra da Petrobras África, que tinha uma avaliação de 4,8 bilhões como valor investido da Petrobras lá e que foi vendida muito aquém desse valor, sendo que tinha uma avaliação de cerca de US\$7 bilhões ou US\$8 bilhões, e foi vendida por um valor muito menor.

O senhor tem informações sobre esses dois casos específicos?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Lamento dizer, mas as informações que tenho sobre esse caso são apenas as informações veiculadas na imprensa, e, no âmbito da empresa, não houve ainda qualquer demanda específica para a Segurança Empresarial ou qualquer apresentação de fato que ensejasse uma investigação ou uma comissão interna.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – No caso dos estaleiros montados no Brasil, o senhor não tem que acompanhar, dentro dessa função de Segurança Empresarial, saber se está indo bem, como está indo, se tem previsão, fazer um acompanhamento? O senhor não tem de acompanhar?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Quanto aos estaleiros, nós temos, na Segurança Empresarial, um acompanhamento bastante intenso em relação aos movimentos sociais, greves e outras atividades que afetam o dia a dia nesses estaleiros. Então, essa é uma atividade que temos acompanhado. Agora, não temos também outra atividade relativa a esses estaleiros que não essa. Ou melhor, temos também a questão dos projetos de segurança para as instalações de alguns desses estaleiros, que são de responsabilidade da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – E as plataformas, os navios, o senhor não entra nisso, não participa disso? Ou só quando da entrega de um navio? Porque houve um caso em que foi entregue um navio que teve problema, não é? O senhor não participou? Não sabe nada sobre isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não, porque são atividades do negócio que são tratadas pelo negócio. A Segurança Empresarial é demandada a partir do momento que a companhia identifica algum indício de irregularidade, alguma suspeita de irregularidade ou há alguma denúncia mais específica que indique esse tipo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sobre essa operação da África, o senhor não tem dado nenhum sobre ela?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que tenho é a mesma coisa que todos aqui têm, com origem na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Sobre a Sete Brasil, o senhor sabe o volume de contratos que há, o que foi contratado?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Poderia dizer um número aqui equivocado, porque eu também só tenho acompanhamento pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Vamos passar, então, a palavra aos Parlamentares e inscritos. O primeiro inscrito é o nobre Deputado Rubens Bueno.

V. Ex^a tem a palavra.

O senhor vai seguir qual modelo, Deputado?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pergunta e resposta.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pergunta e resposta. Está muito bem. V. Exª tem dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Antes disso, Presidente, antes dos dez minutos, eu só queria encaminhar a V. Exª o requerimento a que me propus apresentar, requerendo averiguação, junto aos cartórios de registro do Estado do Rio de Janeiro, das requisições colocadas aqui e denunciadas hoje à tarde pelo jornal *O Globo Online*, quando informa que Graça Foster e Nestor Cerveró doaram imóveis a parentes, após estourar o escândalo, em março deste ano, depois da nota oficial da Presidente Dilma Rousseff.

Então, eu gostaria que nós buscássemos isso aqui, porque é muito grave essa denúncia apresentada hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem. Então, a Secretaria da Mesa irá protocolar e, como foi uma questão de ordem levantada por V. Exª, já fica pautada para a próxima reunião administrativa, para colocarmos em votação.

V. Exª está com a palavra por dez minutos.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor convidado, iniciando pelo Dr. Zelada. Ele esteve aqui e, às perguntas a ele colocadas, ele se eximiu de qualquer culpa de que a sua senha teria por ele sido utilizada, que teria recebidos documentos. O senhor afirma o contrário: ele recebeu esses documentos, e esses documentos foram parar na sede da SBM, na Holanda.

Então, eu pergunto: é possível afirmar que ele teve alguma responsabilidade nisso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Isso é uma questão... A identificação de responsabilidade é uma questão que hoje se encontra na Justiça. Qualquer coisa que eu possa tentar adiantar aqui eu posso estar...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas que documentos eram esses?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Foram dois documentos internos da Petrobras. Um deles versando sobre uma possível contratação com a empresa McDermott, e um outro era um documento que tinha uma análise abrangente sobre os planos da Petrobras para o pré-sal.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E quem vazou essas informações para a SBM?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que eu posso precisar ao senhor é que, nos arquivos da SBM, havia dois documentos, cujo...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o documento para chegar à sede da empresa na Holanda, alguém o levou, alguém o enviou...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, eu vou repetir para o senhor o que eu sei e o que eu posso afirmar.

Na sede da empresa, na Holanda, havia dois arquivos do tipo PDF, que foram gerados com a chave do Diretor Zelada, à época Diretor Zelada. Agora, como esses documentos saíram da Petrobras e chegaram lá, eu não sei lhe dizer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas o senhor acha que é grave isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Senhor, o que eu posso lhe dizer é que nós estivemos lá, identificamos esses documentos e encaminhamos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, isso o senhor já disse! Eu estou lhe perguntando se o senhor acha grave isto: um documento de uma empresa, uma senha de um diretor, cujos documentos foram vazados e entregues à sede da empresa, na Holanda. Só isso!

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. O senhor acha grave?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito bem.

Eu tenho aqui, Coronel, informações que estão aí expostas pela imprensa o tempo todo, sabendo que a SBM pagou comissões ao Sr. Faerman, e o dinheiro teria sido repassado como propina aos funcionários da Petrobras. Essa é a notícia que se tem.

Então, eu vejo aqui que, na audiência pública, a Srª Graça Foster afirmou que a Petrobras tem uma política de segurança empresarial que faz parte da rotina da companhia. É uma política tão importante que passa pelo Conselho de Administração da empresa, gestão dos bens, das pessoas, informações, riquezas que geramos. É muito importante.

Eu pergunto: durante esse período... O senhor falou que foi para a Petrobras em 2001?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu iniciei no dia 1º de abril de 2002.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor falou 2001...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Em 2001 foi quando eu fui convidado para a Petrobras, em dezembro de 2001.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois não. O senhor falou antes também de Angola, para conhecer petróleo, que o senhor é um aprendiz...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, não; não foi petróleo não. Lá eu fui adido de defesa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Adido de defesa.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Coincidentemente, o relatório que o senhor apresentou aqui mostra que as práticas irregulares da SBM, confessada por ela, tem Angola também. Nada com o senhor, por favor.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Perfeitamente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu estou apenas dizendo que a Petrobras fez muitos negócios na África. E, nesses negócios na África, está aqui, citado pelo SBM, das suas práticas impróprias naquela região.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que eu posso lhe dizer é que a Petrobras não teve negócios com a SBM na África.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não. Eu não estou dizendo isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu estou dizendo o que eu posso dizer...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É que há tantos negócios e tantos terceiros e tanto vazamento... Chega um documento confidencial lá que... O senhor tem a data desses documentos em PDF que foram parar na Holanda?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu posso consultar aqui e lhe informar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois não. Por favor, o senhor me informe.

E qual a revelação dessa irregularidade lá da Petrobras? O senhor disse que não houve problema nenhum. Então, o senhor defende que a marca da retidão, de que nada aconteceu na Petrobras nesses doze anos?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Obviamente nesses doze anos vários problemas aconteceram e tiveram o tratamento previsto pelo regimento interno da companhia.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor também mencionou no seu depoimento que a questão da suspeita de pagamento de propina da SBM foi levantada por executivos daquela empresa durante reunião de negócios com a Petrobras em 2012 e afirma também que os representantes da Petrobras presentes àquela reunião perguntaram se havia algum indício de envolvimento nessa suspeita. A resposta do executivo foi negativa. Aí, qual a pauta da reunião e qual a preocupação da Petrobras de se reunir com a SBM para levar esse assunto à pauta?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O senhor há de convir que uma contratação no valor de bilhão de dólares requer que haja reuniões de compromissos, de acertos de negócios. Essas reuniões foram feitas na sede da Petrobras em presença de mais um empregado. Então, foram reuniões para discutir negócio, a maneira como se vai construir, a maneira como se vai operar, os compromissos assumidos em torno disso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não. Aqui há suspeitas. A Petrobras levantou esse assunto de suspeita nessa reunião.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Desculpe-me, mas acho que eu não entendi bem o que o senhor falou ou há um equívoco aí. Quem levantou o problema foi a SBM e aí a Petrobras...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim. E por que a Petrobras, com essa suspeita, vendo...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não, não. A SBM levantou que havia suspeitas em relação à África, e o que foi feito pela Petrobras foi perguntar: há alguma coisa relativa à Petrobras ou ao Brasil? E a resposta foi "não", o que levou a companhia a não tomar nenhuma providência em relação a isso, porque não se vai tomar providência quando não há nada de suspeito ou de irregular.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Bom, estamos vendo que a SBM apresentou essas denúncias. O jornal *Valor Econômico* divulgou e um ano e meio depois é que a sua diretoria, a sua gerência...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu acho que o senhor está cometendo, o senhor me perdoe, algum equívoco. Essas denúncias foram veiculadas no Brasil no dia 12 de fevereiro deste ano – 12 ou 13 – e no mesmo dia foi instaurada a comissão. Eu acredito que o senhor esteja...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Estou com o seu relatório aqui.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O senhor está com o documento aí.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Aliás o seu relatório é interessante. Eu o tenho aqui nas mãos e ele fala: já comentado, nada a comentar, nada a comentar, nada a comentar, nada a comentar e vai por aí afora. Olha o tamanho do relatório final! Por isso que eu vi inclusive essas práticas impróprias da SBM na África em vários países, na Guiné Equatorial, Angola, etc.

Interessante que a Petrobras tem muitos negócios por lá. Imagine o que pode estar envolvido nisso tudo, lamentavelmente! Até nem imagino, mas, com tudo que está acontecendo, é de se imaginar.

Mas acontece que o jornal *Valor Econômico* quando denunciou em fevereiro – o senhor disse a data, 2012...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Vamos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor acabou de dizer.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Vamos... Não, não. Não acabei. Perdão.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor falou *Valor Econômico*...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O *Valor Econômico* noticiou agora, este ano. Eu falei, talvez, 12 de fevereiro.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Doze de fevereiro deste ano.

O SR. CARLOS CESAR BORROMEU DE ANDRADE – Em 12 ou 13 de fevereiro deste ano.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo bem, mas só que isso aqui já era do conhecimento há um ano e meio atrás. A minha pergunta é por que é que a sua...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que é de conhecimento há um ano e meio atrás, por gentileza?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Da SBM. Já tinha dito isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – A SBM – eu vou repetir mais uma vez – foi à Petrobras tratar de negócios. Durante a tratativa desses negócios, ela fez uma afirmativa: que havia identificado problemas na África. Foi uma denúncia...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eram executivos a SBM. Não era pouca coisa.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Era o Presidente da SBM.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pronto.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Ele comentou que um representante da Noble havia apontado irregularidades na África. Então, eles iniciaram um processo investigativo e, quando instados a responder... (*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – ... se esse processo investigativo envolveria Petrobras ou Brasil foi respondido que não. Então, isso é o que eu posso dizer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O Sr. Faerma recebeu US\$139 milhões. É uma coisa comum uma pessoa receber US\$139 milhões de comissão?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Nas atividades de segurança, como nas atividades de auditoria, nós temos um termo – o senhor perdoe, mas é um termo no idioma inglês – *red flags*, que são bandeiras vermelhas...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Cartão vermelho no futebol.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não é bem o cartão vermelho porque ele não elimina um caso; ao contrário, ele traz um caso à nossa consideração. Então, o fato de esse senhor, nas duas empresas dele, ter recebido US\$139 milhões constitui uma *red flag*, sim, e isso está consignado no relatório.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E quebra do sigilo bancário? A comissão não avançou nisso para saber se houve propina para alguém no Brasil?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Nós entregamos toda...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Para esclarecer, afinal, há uma denúncia.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Senhor, nós entregamos todas as informações de que dispúnhamos às autoridades que têm competência para providências como a que o senhor acaba de mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito bem.

Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Só um minutinho, Presidente. Quero encerrar apenas. Não se preocupe. Quero saber se há algum empregado da Petrobras sendo investigado com relação a esse negócio. Apenas isso. E, se houver, o nome.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Hoje, não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Nenhum?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Aliás, também não encontrei no organograma da empresa essa diretoria que é tão identificada pela Graça Foster.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Ela não é uma diretoria. Ela é uma gerência.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – No organograma a que a Presidente deu tamanha importância.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – O próximo orador inscrito, o próximo Parlamentar inscrito para fazer suas perguntas, os seus questionamentos, é o Deputado Izalci.

V. Exª tem o prazo de 10 minutos, que poderá ser utilizado cinco minutos com mais cinco.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Vou fazer pergunta e resposta.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Pois não. Pergunta e resposta.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu nem vou fazer as preliminares, porque tenho um respeito muito grande por V. Sª, que é militar, e militar realmente aprende realmente a servir à Pátria e falar a verdade.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Muito obrigado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu até vou mudar a pergunta que tenho aqui, porque, de fato, ao Ministério Público no Rio de Janeiro o Sr. Philippe Jacques Levy afirmou que integrantes da Petrobras sabiam da suspeita de pagamento de suborno desde 2012; no Ministério Público. No dia 3 de abril também, em mais um depoimento, o Levy, que é francês, disse que anualmente a CEO da SBM tem reuniões com a diretora da Petrobras e reafirma aqui que José Miranda Formigli, o gerente executivo da área, Erardo Barbosa, e o gerente-executivo Osmond Coelho, da área internacional, todos eles sabiam já, desde 2012, que havia suspeita de pagamento de propina por parte da SBM. E também, num depoimento em 1º de julho de 2004, inclusive depoimento prestado à comissão interna, declarou no dia 21 de fevereiro de 2014, ou seja, antes do depoimento de V. Sª à CPI do Senado, informou que a Presidente Graça Foster tinha conhecimento, tinha sido informada sobre isso. E foram várias oportunidades em que isso foi comentado na Petrobras.

Eu pergunto, então: depois da apuração toda, V. Sª não falou nada, à CPI da Petrobras, se a Presidente Graça sabia ou não disso, ou se teria sido informada disso, ou não.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, vamos lá.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Esse pessoal estaria mentindo, então? Ou chegou a se apurar isso, essa questão? V. Sª já poderia responder mais o restante.

V. Sª chegou a afirmar que as investigações foram empreendidas até onde possível. O que ou quem limitou essas investigações, se houve limitação com relação à apuração dessa questão da Petrobras?

E eu queria, Sr. Presidente, também registrar que, no depoimento que foi feito aqui pelo Zelada, que é ex-diretor da Petrobras, ele afirmou, categoricamente – está registrado nas notas taquigráficas –, que ele não repassou nenhuma informação da Petrobras à SBM, contrariamente ao que foi dito aqui, ou seja, que, inclusive, o documento foi repassado pela senha do Zelada, não é? Houve apuração de quem utilizou? Chegou-se à alguma conclusão de que alguém teria invadido o computador e teria acesso à senha ou alguma coisa assim?

E ainda: essas ações da Segurança Empresarial só acontecem quando são demandadas? Ou, por iniciativa própria, a Segurança Empresarial, em algum indício, apura alguma coisa?

Por exemplo: Paulo Roberto Costa. Não sei se V. Sª o conheceu, mas, pelas apurações que nós estamos fazendo aqui não só na CPMI, mas em outros acessos, a Operação Lava-Jato, etc., há uma quadrilha muito grande já operando na Petrobras há muitos anos, e está muito claro isso hoje. Bilhões e bilhões foram desviados. Essa Segurança Empresarial teria como missão também ou como função apurar esse tipo de coisa, porque já há algum tempo o Paulo Roberto Costa vem utilizando a Petrobras com superfaturamento? A gente observa não só em Pasadena, mas também em Abreu e Lima e outros. V. Sª, ou a Segurança Empresarial chegou a levantar alguma coisa com relação a essas operações utilizadas pelo Paulo Roberto Costa?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, vamos lá.

Essa declaração que o senhor apresentou referente ao Sr. Philippe Levy já foi desmentida em mais de uma ocasião pelo próprio Sr. Philippe Levy, inclusive com publicação de notas na imprensa, porque foram extraídos trechos do depoimento dele incompletos, levando a crer que havia sido informado à Petrobras uma denúncia relativa à companhia, quando tal fato não ocorrera. Então, caso requeira ao Ministério Público os autos da entrevista, ou melhor, lá é depoimento, do Sr. Philippe Levy, o senhor terá a oportunidade de constatar o que eu estou lhe informando.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Só uma observação. Foi declarado pelo Ministério Público que Bruno Chabas e Oliver Kassam teriam declarado isso, que teriam participado e que tomaram conhecimento. Isso, pelo menos, no relatório do Ministério Público.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Ao que eu tenho conhecimento, quem foi ouvido pelo Ministério Público foi o Sr. Philippe Levy. Então, ele foi quem declinou os nomes dessas outras duas pessoas, como também foi ele quem declinou o nome das pessoas presentes por parte da Petrobras, agora, dentro desse contexto que lhe informei em que ele mencionou isto: que estava sendo feita uma reunião de negócios, foram apresentadas práticas potencialmente irregulares na África e que a companhia havia iniciado uma investigação em relação a isso. E, no próprio depoimento dele ao Ministério Público, consta que, uma vez perguntado pelo Diretor Formigli se havia alguma coisa relativa ao Brasil, eles responderam que não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E esse depoimento tomado por V. S^a do Sietze Hepkema, não é isso?...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sietze Hepkema. É um nome difícil de falar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ele teria também, nesse depoimento, na comissão interna presidida por V. S^a, declarado isso em 21 de fevereiro de 2014, antes...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Perfeitamente. Foi antes da declaração do Philippe Levy ao Ministério Público e consta no nosso relatório a declaração dele. Aliás, a declaração dele está em anexo. No corpo do relatório tem apenas uma descrição sumária dos pontos mais relevantes dessa declaração do...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas, quando ele fez esse depoimento, V. S^a, quando esteve na CPI da Petrobras, não falou sobre isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sobre...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sobre essa declaração dele de que ele disse em 21 de fevereiro de 2014, quer dizer, antes da declaração da CPI do Senado, que ele teria informado a Graça Foster sobre essa questão, sobre esse...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu acho que aí tem um equívoco nessa sua colocação, porque, até onde o Sr. Sietze comentou e ficou registrado no corpo do nosso relatório e seus anexos, ele não apresentou nenhuma informação de que a Presidente Graça teria sido informada de irregularidades na Petrobras.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas tem uma declaração aqui: “Afirmou taxativamente.” Está no relatório: “Nós o fizemos em várias ocasiões, geralmente com o Sr. José Miranda Formigli, Diretor de Exploração e Produção de Petróleo, discutido com a Sr^a Foster há cerca de um ano atrás.”

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, vamos lá, porque a coisa fora de contexto fica um pouco prejudicada e aí eu vou ter todo o prazer de explicar ao senhor o contexto dessa pergunta.

A SBM foi instada a responder por que, uma vez que ela tinha uma obrigação contratual de nos informar a respeito de qualquer irregularidade nos seus procedimentos, ela não o teria feito.

Então, em resposta a essa pergunta, é que surgiu esse texto que o senhor está lendo, mas que se refere, quando se analisa todo o contexto exatamente às mesmas informações que têm sido repetidas pela equipe da SBM em várias oportunidades, que o que foi avisado foram as informações na África.

Eu apenas faria um complemento para esclarecer ao senhor que, quando nós estivemos na Holanda, nós fomos apresentados ao escritório De Brauw Blackstone, que é um escritório de advogados que foi contratado para fazer uma verificação do caso na Holanda. Foi também contratado um escritório chamado Paul Hasting, que é um escritório americano especializado em investigação de fraudes. Esse escritório Paul Hasting recomendou a contratação de uma auditoria, a Price, para analisar todos os procedimentos da SBM. E, se não me engano, Paul Hasting também contratou a Kroll para fazer uma investigação. Em todos esses trabalhos, nada foi evidenciado em relação ao Brasil e isso foi obtido lá na Holanda, já depois da publicação da revista *Valor*.

Então, é o que eu posso aqui lhe afirmar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – E com relação a essa iniciativa, a Segurança Empresarial tomava iniciativa de apurar as coisas só quando fosse demandada?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, vamos lá.

A Petrobras dispõe de quatro canais para comunicação de denúncia. O primeiro é pela linha gerencial. Eu suspeito de alguma coisa, procuro o meu gerente e denuncio.

O segundo é o chamado Canal Cliente, em que nós costumamos receber denúncias até vindas de fora do sistema Petrobras. O outro canal é a Ouvidoria. E o outro canal é a própria Segurança Empresarial.

Quando nós recebemos uma denúncia, qual é o trabalho que nós fazemos? O primeiro trabalho é de verificação de pertinência da denúncia. Então, se há uma denúncia que não apresenta consistência, são dados vagos e de que não se consegue tirar nada daquela denúncia, nós simplesmente paramos ali e deixamos aquilo aguardando para ver se vai surgir... Não abandonamos, deixamos ali aguardando para ver se vai surgir alguma outra informação. E às vezes isso acontece.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas no caso específico do Paulo Roberto Costa?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Paulo Roberto Costa era um diretor da companhia que tinha um comportamento, até onde nos era dado alcançar, normal. Não se via nenhum indício de comportamento anormal por parte do Diretor Paulo.

O senhor perguntou também, de uma maneira ainda que indireta, se eu o conhecia e qual seria a relação. Eu tenho, por força da minha função, relação funcional com todos os diretores da Petrobras, e nada além disso.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas, sem querer interromper, mas interrompendo, veja bem: vamos falar da Abreu e Lima. Foi anunciado pelo Presidente da República, lá atrás, que a Abreu e Lima seria construída e que seria um investimento de 2,5 bilhões e que o Hugo Chávez era sócio, que iria entrar com a metade, etc. Depois,

chegou a um determinado momento em que os técnicos da Petrobras já diziam que, se chegasse a 10 bilhões, já estaria inviável. E já está em 20 bilhões e a coisa ainda não aconteceu.

Esse departamento de Segurança Empresarial, que é quase uma corregedoria, não ficou atento a isso? Alguém não tomou a iniciativa de verificar o que estava acontecendo com a Abreu e Lima, por exemplo?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, vamos lá...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O que está acontecendo é que a Segurança não foi instada a opinar sobre isso, porque temos processos abertos no Tribunal de Contas da União. Esses processos estão sendo respondidos pelo nosso corpo técnico e também pelo nosso jurídico. Então, não se fez pertinente o envolvimento da segurança empresarial nesse primeiro momento.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O.k. Então, na prática, é basicamente sobre demanda.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Basicamente sobre demanda ou provocado por alguma denúncia.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – É, mas Pasadena já estava, por exemplo, com denúncia, há muito tempo, na imprensa.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – E hoje tem uma comissão...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é. Por que a comissão...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – A comissão está apurando, ainda não está concluído o trabalho...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não chegou a nenhuma conclusão com relação a Pasadena?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Por enquanto, ainda não. Por enquanto, é prematuro qualquer coisa que eu diga aqui. A comissão ainda não fechou seu relatório.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Trabalho em conjunto com o Tribunal de Contas da União ou alguma coisa assim?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim, porque temos prestado muitas informações a esses órgãos. O trabalho da comissão é um trabalho independente em si, mas tenho ciência que a companhia tem prestado uma série de informações a esses órgãos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Com relação a essa decisão do Tribunal de Contas agora, qual é a posição da Secretaria com essa decisão do Tribunal? Vocês, em princípio...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não tenho nada a informar a respeito.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Está bom, Presidente. Estou satisfeito, até porque sei que tem muita gente querendo ir atrás de voto. Eu também preciso de voto. Preciso fazer algumas reuniões, mas está bom.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito bem.

Deputado Iriny Lopes.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, nosso depoente, demais Parlamentares, boa noite, já!

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Boa noite.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Quero, primeiro, fazer um breve comentário.

Estive observando aqui a consistência do relatório que o senhor apresentou. Quero fazer esse registro porque, evidentemente, tem razão o Parlamentar do PPS que aqui disse anteriormente que, em alguns pontos do relatório, o senhor disse “nada a comentar”. São poucos pontos do relatório, e não dizem respeito ao mérito da questão, mas, sim, a matérias veiculadas pela imprensa. Faço esse registro porque as pessoas que estão assistindo a esta reunião merecem ser esclarecidas sobre esse elemento que ficou pairando aqui no ar.

Tenho quatro perguntas. Presidente, quero fazer desta maneira: farei as perguntas e, em seguida, o senhor responde.

A primeira pergunta que quero fazer aqui ainda diz respeito à questão da denúncia de propina paga pela empresa SBM Offshore e da decisão da empresa em fazer investigações internas. A sua gerência alterou algum procedimento de segurança institucional na empresa ou adotou alguma outra medida para precaver eventuais fraudes ou práticas corruptoras, a partir da denúncia feita?

Minha segunda pergunta. Haveriam três procedimentos em curso na Procuradoria da República do Rio de Janeiro. O primeiro refere-se ao procedimento investigatório criminal, localizado no gabinete do Dr. Renato da Silva de Oliveira. O segundo refere-se à notícia de fato, localizada na 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, em decorrência da promoção de declínio de atribuição para o Ministério Público estadual. Ela foi exarada pelo Dr. Carlos Alberto Bermond Natal. E o terceiro refere-se à notícia de fato, vinculado ao gabinete da Drª Ana Cristina Bandeira Lins.

O senhor tem conhecimento desses procedimentos? O senhor saberia informar a esta CPMI a existência de funcionários da Petrobras que foram inquiridos pelo Ministério Público?

Minha terceira pergunta: o Dr. Renato Silva de Oliveira, Procurador da República, teria informado que o procedimento continua em andamento, sendo previsível que se terá de prorrogá-lo. V. 5ª tem conhecimento do andamento desse procedimento?

Por fim, minha última pergunta é: a Petrobras está respondendo a alguma ação por conta dessas denúncias? Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Deputada.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Muito obrigado também.

Então, a Petrobras tem um programa preventivo em relação à corrupção que passa por uma série de treinamentos. Primeiro, tem uma base normativa, uma base de governança. Depois, ela passa por uma série de treinamentos e trabalhos de conscientização das suas equipes de empregados para que eles ajam dentro dos padrões éticos que são estabelecidos no nosso Código de Ética. Tem também controles internos que são desenvolvidos pela própria auditoria interna, temos auditorias externas, aliás, bastante rigorosas, e temos também uma área que é designada como Controles Internos. Então, é uma área que faz uma checagem, basicamente por meios eletrônicos, de todas as transações feitas pela companhia e qualquer anomalia nas transações essa área normalmente identifica e demanda algum tratamento, alguma verificação. Então, não tem sido em decorrência de denúncias que a Petrobras tem adotado medidas para melhorar os seus processos. Poderia adiantar à senhora que a cada comissão interna de apuração que se realiza surge um conjunto de recomendações que normalmente passa a integrar a base normativa da companhia.

A senhora me perguntou a respeito do Dr. Renato, se eu tenho conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por ele. Sim. E é estabelecida uma cooperação. Quando há oportunidade, nós temos algum fato novo, nós informamos ao Dr. Renato; quando ele tem alguma demanda específica, ele nos solicita. Então, temos acompanhado dessa maneira.

Em relação à 5ª Câmara, eu fui o coordenador da comissão que deu margem a essa denúncia. Agora, não tenho o acompanhamento de como ela está transcorrendo na 5ª Câmara.

Em relação à Drª Ana Cristina, é total novidade para mim. A senhora me perdoe. Talvez até eu devesse saber, mas confesso que não sei.

A Petrobras não responde a qualquer processo relacionado a essas denúncias a não ser os processos que estão em curso nos nossos órgãos de controle: TCU, CGU.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Estou satisfeita. Só sugiro que o senhor procure informações sobre a 5ª Câmara.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Está o.k.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Caso o senhor tenha que retornar aqui ou, em algum outro momento, responder sobre isso.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O.k. Agradeço a senhora pela orientação.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Nós agradecemos.

Para o senhor depoente Pedro Aramis. O senhor tem lá um programa preventivo contra a corrupção, que tem padrões éticos e tal, mas não soube nada do que aconteceu com o BTG e com essas outras séries de denúncias que motivaram a instalação desta CPMI. Eu gostaria de perguntar ao senhor: o senhor conhece ou sabe dizer quem são os corretores das empresas que fazem as corretagens das plataformas, essas plataformas que o Brasil alugou tantas agora. A maior quantidade de plataformas em grandes profundidades no mundo foi o Brasil que alugou. O senhor sabe o nome dos corretores que fazem esse trabalho na Petrobras, das empresas que fazem essa corretagem?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não. Eu conheço apenas quando há algum desvio, como é o caso do Sr. Julio Faerman, do Sr. Marcello Faerman e do Luis Eduardo Campos Barbosa da Silva. Desses eu tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Dentro dessa sua gerência de Segurança Empresarial da Petrobras, o senhor não sabe quais são as outras empresas que alugam normalmente a plataforma, quem faz esse tipo de aluguel?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Sim. O mercado mundial apresenta quatro...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Quais são os corretores nacionais? Para se ter um conhecimento mais específico, quais são os corretores nacionais, as empresas nacionais que fazem isso diretamente com a Petrobras?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu não os conheço. Há quatro empresas que prestam esse serviço de maneira mais destacada no mundo. Eu me esqueci do nome da primeira agora; depois, eu lembro.

A SBM é a segunda, a terceira é a Teekay, e a quarta é a BW. E a primeira – está vindo um nome torto aqui, mas já corrijo isso – é a Modec. A primeira é a Modec. Então, eu não só não conheço os pontos de contato dessas empresas com a Petrobras, como também não conheço os diversos pontos de contato das outras empresas, porque a Petrobras tem uma abrangência de negócios muito ampla, e eu não teria como controlar todas...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Quantos são os navios alugados que a Petrobras tem hoje? O senhor tem ideia?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Tenho, tenho. Há um quadro aqui. São 18 afretados, 15 próprios, num total de 33.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – São 33 embarcações. Então, dessas, o senhor sabe quais foram afretadas? O senhor sabe quem negociou ou intermediou isso na Petrobras, as 33 embarcações?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Quem intermediou, não. É como estou dizendo para o senhor: a Petrobras tem um conjunto muito grande de negócios.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – São 33 embarcações? É isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Exatamente, exatamente. A Petrobras é líder mundial em construção, em afretamento e, por fim, em emprego de FPSOs, por uma razão muito simples: é que a principal província petrolífera que a Petrobras explora se encontra em águas ultraprofundas e em distâncias da ordem de 200 quilômetros da costa, o que inviabiliza o lançamento de dutos ou torna muito mais oneroso o lançamento de dutos. Se a gente tem condição de lançar duto, não precisa de FPSO. Agora, se a gente não tem essa condição, o FPSO se caracteriza como útil, porque, na realidade, ele é um casco de navio com capacidade de armazenar milhões de barris de óleo e, periodicamente, transfere esse óleo para outro navio chamado aliviador. Daí o nome de FPSO: o "F" é de *floating* – ele boia –; o "P" é de *production* – ele produz –; o "S" é de armazenamento, *storage*; e o "O" é de *offloading*, que é justamente a transferência do óleo que ficou armazenado no FPSO para outro navio, o navio chamado aliviador.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Certo. E, desses, o senhor sabe quem faz os aluguéis do FPSO ou desses navios aliviadores? Devem ser poucas empresas, poucas pessoas no Brasil. Será que não?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O senhor vai me desculpar mais uma vez, mas eu não tenho o nome dessas pessoas. Sei quais são as empresas.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Quais são?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu posso lhe dizer: SBM, Modec, Teekay, BW Offshore. São as empresas com as quais nós temos contrato e que mencionei há pouco. O que posso explicar ao senhor é o processo que é utilizado na Petrobras para a contratação dessas empresas.

Então, há uma primeira decisão: se a unidade vai ser uma unidade afretada ou se vai ser unidade própria, uma unidade construída pela Petrobras. Quais são os fatores levados em consideração? Em relação ao prazo de exploração do poço ou da área, da província, quanto menor o prazo, maior a conveniência de se fazer um afretamento. Para exploração por prazos mais longos, há uma tendência de ser vantajosa a construção de uma unidade própria. Acontece que, quando nós nos defrontamos com um volume de investimentos como o que temos agora diante do pré-sal, torna-se muito vantajosa a aplicação do sistema de afretamento, porque, nesse sistema, a Petrobras só faz o primeiro desembolso junto com o primeiro óleo, com a produção do primeiro óleo. Então, quem imobiliza capitais, quem faz financiamentos é a empresa afretadora.

Agora, como se processa a contratação disso? Então, é tomada a decisão por uma ou outra opção. A diretoria é instada a decidir sobre a conveniência dessa contratação. Então, é feita uma apresentação para a diretoria, que diz se essa contratação deve seguir ou não. A partir daí, nós temos dois caminhos – ou até três. Se está acontecendo uma situação emergencial, como, por exemplo, o afundamento da P-36, nós precisamos recuperar a produção do campo. Então, no caso do campo de Roncador, a SBM tinha uma plataforma praticamente com fácil adaptação ao campo de Roncador. Então, essa plataforma foi contratada, e a curto prazo ela estava operando no Brasil, mas essa é uma situação de excepcionalidade. A condição normal: se o campo é inteiramente da Petrobras, a Petrobras contrata de acordo com o processo simplificado de contratação da Petrobras, que recomenda a contratação fazendo uma licitação internacional, fazendo uma consulta aos principais provedores do mercado, e, normalmente, a empresa contacta todos os grandes fornecedores.

Agora, há uma outra situação, que é a situação em que a Petrobras é sócia com outros parceiros de um determinado campo. Nesse caso, nós temos o chamado JOA – *Joint Operating Agreement*. Esse JOA vai regulamentar como deve ser o procedimento dentro daquele contrato. E aí, normalmente, são estabelecidos os regramentos do que o operador, no caso de ser a Petrobras, pode ou não pode fazer. E quando a Petrobras é operadora, ela segue exatamente as mesmas regras que ela seguiria se o campo fosse exclusivamente seu e ela tem que prestar satisfação aos sócios antes de cada operação.

Mais um dado para os senhores: quando é feito um trabalho de decisão sobre afetar ou construir, são feitos levantamentos de viabilidade técnico-econômica para as duas hipóteses. Então, em função desses elementos é que é tomada uma decisão. A companhia tem dinheiro para construir ou não tem? Há possibilidade dessa construção? Há conveniência? Então, por aí é que reside a tomada de decisão.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Dr. Pedro, as quatro grandes, o senhor tem aí? Quais são elas? A maior é...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – A maior é a Modec.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – O valor de contrato com a Petrobras quanto é?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu não tenho esse dado, não, mas ela é um pouco maior do que o que a gente tem com a SBM.

Eu posso lhe dizer o seguinte: nós temos nove contratos com a Modec, oito com a SBM, três com a Teekay, três com a BW Offshore. Agora, quem são os maiores produtores? A Modec tem 20 plataformas, a SBM tem 18, a Teekay tem 16 e a BW tem 13.

Então, a proporção de distribuição da Petrobras pelos contratantes é exatamente...

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Das outras o senhor também não tem os valores, não? Dá uma olhadinha.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu tenho valores aqui apenas da SBM. Infelizmente, eu não trouxe valores de outros contratos que não da SBM. O que eu posso lhe afirmar é que estão dentro dessa proporcionalidade.

A Petrobras, de 1996 até 2012, contratou em afretamento 13 bilhões e, em operação, 2 bilhões, em dólar. Com uma característica: o contrato feito de afretamento é pago em dólar, normalmente no exterior, por uma subsidiária da Petrobras no exterior, para a empresa locadora, que também se encontra no exterior. E dos contratos de prestação de serviços são feitos pagamentos pela Petrobras ou por uma subsidiária da Petrobras a uma subsidiária da empresa mãe aqui, sediada em nosso País.

Então, a SBM tem várias empresas. Normalmente, a indústria de petróleo constitui empresas para cada projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, vamos lá. Se é um pouco maior, se a SBM tem US\$27 bilhões, então, essa outra, Modec, deve ser um pouco maior, uns US\$30 bilhões. É isso?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não posso lhe afirmar porque sem os números aqui eu...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Então, o senhor poderia depois remeter para a CPMI?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Não tem problema nenhum. Mandamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – O senhor, por favor, nos mande.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – O senhor especificando exatamente o que deseja, nós providenciamos.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Eu quero saber o valor dos contratos dessas quatro empresas, as afiliadas delas no Brasil, quem são os representantes de todas as quatro aqui no Brasil, quem são os que participam disso efetivamente. Porque foi colocado aqui que o aluguel de cada navio desses é no valor de US\$1 milhão por dia. São valores, assim, gigantescos. Quero saber quantos são, quem participa, quantas empresas. No mundo só tem quatro. O senhor colocou que a Petrobras faz com quatro empresas.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – É que são as quatro principais. Foi como eu falei. Ela tem aqui, olha,...

Se o senhor quiser, o senhor pode ficar com este quadro, não tem problema nenhum. Eu posso disponibilizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Mas eu precisava que o senhor me mandasse esses outros dados. Eu posso ficar com esses quadros, sim.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu vou mandar os dados também, mas já lhe adianto este quadro.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem. Eu fico com esse quadro, mas eu queria que o senhor nos mandasse, então, só dessas quatro a que o senhor faz referência. Mas pode ser de todas, certo? E quem são as parcerias que a Petrobras tem...

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu lhe confesso que eu até tenho esse material em meu poder, só que não trouxe para cá. Eu não sei se está aqui em Brasília ou se ficou no Rio. Mas eu cheguei a pegar uma relação completa dos contratos de FPSOs. Mas eu providencio isso...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Das FPSOs e dos navios também.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Navios que o senhor fala...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Esses que fazem alívio, que o senhor fala?

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Aliviadores.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Aliviadores.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Então, eu vou somente pedir que o senhor me passe... Bom, o senhor quer que mande...

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Aqui para a CPML.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Eu acho mais fácil o nosso representante aqui. Ele procura o senhor ou o Carlos Henrique. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Pode ser. Pode ser.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – E se por acaso o que vier não lhe satisfizer completamente, basta o senhor sinalizar para ele que eu providencio lá e mando lhe trazer.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Está bem.

O SR. PEDRO ARAMIS DE LIMA ARRUDA – Nós não temos nenhum interesse em ocultar informação.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Combinado, Dr. Pedro Aramis.

Pergunto se mais algum Parlamentar gostaria de tirar alguma dúvida.

Sr. Relator. *(Pausa.)*

Deputado Marco Maia. *(Pausa.)*

Gostaria de agradecer, então.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. – Senador **Gim**, Vice-Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 27 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 10 de setembro de 2014, às 14 horas e 45 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** com a presença dos Senadores **Humberto Costa e Antônio Aureliano**; e dos Deputados **Marco Maia, Afonso Florence, João Magalhães, Lúcio Vieira Lima, Carlos Sampaio, Izalci, Rodrigo Maia, Mendonça Filho, João Carlos Bacelar, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Arnaldo Faria de Sá e Enio Bacci**. Presentes os parlamentares não-membros **Senador Fleury** e o **Deputado Antônio Imbassahy**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Acir Gurgaz, Aníbal Diniz, Mário Couto, Jayme Campos, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e Ataídes Oliveira**; e os Deputados **Sibá Machado, Sandro Mabel, Hugo Napoleão, José Carlos Araújo, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos, Júlio Delgado e Marcio Junqueira**. Na ocasião, foi ouvido o senhor **Nestor Cerveró**, ex-Diretor da área Internacional da Petrobras Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 2/2014.

Conforme a convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras. O depoente fará a sua exposição, em seguida será interpelado pelos Parlamentares, na forma do Regimento Interno, que V. Ex^{as} já conhecem tão bem. Apenas para esclarecimento, a preferência será dada ao Relator, na forma regimental, depois aos autores dos requerimentos, a saber: Deputado Rodrigo Maia, Deputado Francischini, Deputado Rubens Bueno, Senador Alvaro Dias, Deputado Sibá Machado, Deputado Sandro Mabel.

Peço à Secretaria que conduza o convocado à Mesa.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, o senhor poderia dar a informação de como é que ficou o seu contato com o Ministro Teori Zavascki?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essas informações eu estou concluindo e, oportunamente, apresentarei à Comissão.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Mas houve...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Houve já. Já estamos adiantando.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, aproveitando, eu gostaria de, também, enquanto chega... Nós aqui também produzimos um acordo informal com o Presidente e com o Relator sobre aquela votação dos requerimentos e quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sei.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E nós encaminhamos – de acordo com o combinado – a relação das prioridades. E eu encaminhei as minhas 21 prioridades dos cento e tantos requerimentos que ainda não foram apreciados. Então, reitero o pedido ao Relator e ao Presidente, para que, numa primeira oportunidade, votemos esse requerimento. Até porque temos que pegar as empreiteiras. É com elas que nós vamos passar o Brasil a limpo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Feito o registro de V. Ex^a, o Relator está tomando as providências.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, também enquanto não chega...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois, não, Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós temos a confirmação já da condução coercitiva do Sr. Paulo Roberto Costa?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi feita. Já officiei...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Muitos estão perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já officiei à Justiça Federal para que ela possa tomar as providências necessárias. O ofício acabei de assinar.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Às 14h, quarta-feira, então.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Às 14h, quarta-feira.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, a alegação do Deputado Francischini de condução coercitiva é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Já foi feito no ofício.

O.k.? Tudo bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Chegou?

Solicito à Secretaria que conduza o convocado à Mesa. *(Pausa.)*

Fique à vontade.

Concedo a palavra ao depoente, Sr. Nestor Cerveró.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor terá 25 minutos, prorrogáveis por mais 20.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Sr. Presidente, eu queria que ele declarasse o nome do seu advogado. Quem é o seu advogado?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Dr. Edson Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Edson Ribeiro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Edson Ribeiro.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, eu gostaria só que o senhor, inicialmente, nos colocasse qual é a posição, hoje, do Sr. Nestor Cerveró: se ele está como testemunha, ou se ele está como investigado pela CPMI, porque os fatores jurídicos que advêm desta posição do Sr. Nestor Cerveró são importantes: se ele é testemunha, ou se ele já está como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele está como investigado. Nesta condição vai prestar o seu depoimento.

Com a palavra...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Tem que prestar depoimento, então, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Prestar depoimento.

Com a palavra o Sr. Nestor Cerveró.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Só uma pergunta, Sr. Presidente: investigado... Qual é a acusação que está colocada em relação ao diretor? Só para eu me informar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele não é acusado! Ele não é acusado!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Ah! Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele é investigado. Não é acusado. Ele não tem acusação sobre ele.

Com a palavra, o senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não é acusado não.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Só para me esclarecer: quais são as consequências disso em relação ao depoimento dele aqui?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Se me permite, Presidente, se fosse testemunha, prestaria compromisso de dizer a verdade. Como investigado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Se fosse testemunha, prestaria compromisso. Como investigado...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ...não presta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...ele não pode produzir provas contra ele. Com a palavra, o senhor. *(Pausa.)*

O SR. NESTOR CERVERÓ *(Fora do microfone.)* – Bom, eu só queria pegar o material que eu trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode pegar. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.)* – Está baixo o som.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, com relação a investigado ou como testemunha. Se investigado, deverá ter a investigação... Ele está sendo investigado de quê? Eu só gostaria que fosse esclarecido o objeto da investigação.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.)* – Poderia falar ao microfone?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A investigação é o papel do Sr. Nestor Cerveró como diretor internacional da Petrobras nas denúncias que foram feitas, motivadoras da instalação desta CPI.

O SR. EDSON RIBEIRO – Se tem responsabilidade sobre eventual prejuízo de Pasadena.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. EDSON RIBEIRO – Então eu gostaria até, antes de passar às mãos de V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. *Fora do microfone.)* – Tem que aumentar o som.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Melhore o som.

O SR. EDSON RIBEIRO – Melhorou?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só um instante. Estou ouvindo, depois passo ao senhor.

O SR. EDSON RIBEIRO – Quero passar às mãos de V. Ex^a o depoimento feito por Nestor Cerveró na Comissão Interna de Apuração da Petrobras, bem como uma defesa que fiz nesta Comissão e também uma defesa que fiz na Comissão de Ética Pública da Presidência da República, em que demonstro, na forma estatutária, que é impossível a responsabilização de Nestor Cerveró por eventual prejuízo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP. *Fora do microfone.)* – Isso é questão nossa.

O SR. EDSON RIBEIRO – Não, não, não. Estou passando...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB - SP) – Presidente, isso é questão nossa; não é questão dele, não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Recebi e mando anexar ao processo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu gostaria de requerer a V. Ex^a – e para isso solicito apoio – que o depoente fosse ouvido como testemunha sobre o caso Paulo Roberto Costa – conviveu com Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele vai.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Acho que como testemunha ele poderia contribuir muito mais, até porque vai ter que prestar juramento. Acho que essa decisão... O Plenário pode dar amparo a essa decisão de que ele seja ouvido como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele vai se posicionar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, se ele concordar em ser ouvido como testemunha, presta compromisso e é ouvido como testemunha e não como investigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não há nenhuma dificuldade.

Com a palavra, o Sr. Nestor Cerveró.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ele já assinou o termo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Assinou.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De prestar sob juramento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já. Já assinou o termo.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Assinou, Dr. Cerveró?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Assinou.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Assinei.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor concorda que, se mentir, poderá ser preso em flagrante hoje?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu assinei um termo de comparecimento. Não conheço... Desculpe, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Melhor o som.

O.k., vamos ouvi-lo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, não conheço as nuances de testemunha, não. Eu vim aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Veja, é preciso ver se assinou como testemunha ou se foi um termo só de comparecimento.

O SR. EDSON RIBEIRO – Apenas como comparecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Até para que a gente evite, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Termo de comparecimento. Ele assinou um termo de comparecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ...esses histrionismos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor. Ele assinou um termo de comparecimento, e nós vamos ouvi-lo. A responsabilidade do que ele disser recairá sobre ele, eventualmente na condição que nós vamos apurar.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente, se tiver condições de aumentar o microfone dele, ou ele colocar... Porque não estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Melhor o microfone do Sr. Nestor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está me ouvindo?

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Presidente, Presidente, acho que até para melhor esclarecimento. São duas situações distintas: testemunha ou investigado. Porque se alguém aqui entender que ele, como testemunha, está faltando com a verdade, pode... Então, acho que tem que ficar claro até para proteção do...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele está como investigado e veio convocado por esta Comissão.

Por favor, com a palavra.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Boa tarde. Desculpe a confusão, mas boa tarde, Ex^{mo} Sr. Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão; Sr. Deputado Marco Maia, Relator da Comissão; Srs. Parlamentares, senhores da imprensa, senhoras e senhores.

Quero agradecer a oportunidade de, mais uma vez, poder comparecer a esta Casa para prestar esclarecimentos sobre – eu me proponho a isso – a aquisição, que está em pauta, da Refinaria de Pasadena, assunto sobre o qual eu já compareci em abril deste ano, no dia 16 de abril, com alguns dos senhores – aliás, vários dos senhores – presentes, na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, onde eu fiz uma apresentação um tanto quanto extensa, procurando relatar e descrever todo o processo de aquisição de Pasadena, inclusive com a questão do conflito, da disputa, e encerrando com a arbitragem, quando se encerrou a questão de Refinaria de Pasadena. Posteriormente, eu estive também presente na Comissão Parlamentar de Inquérito presidida pelo Senador Vital do Rêgo, onde eu não fiz apresentação, pois eu deixei uma cópia da apresentação que já tinha sido feita na Comissão de Fiscalização e Controle. Então, é a terceira vez que eu venho a esta Casa.

Eu não vou, se os senhores me permitirem, repetir a apresentação, porque é uma apresentação longa, de mais de uma hora, inclusive os mesmos dados, os mesmos valores, os mesmos números já foram apresentados, também nesta própria Comissão, pelo ex-Presidente Gabrielli e pela Presidente Graça, da Petrobras, que estiveram aqui presentes e também fizeram apresentação sobre isso. Vou usar o meu tempo simplesmente para contar um pouco da minha história na Petrobras e relatar a situação que hoje eu vejo sobre Pasadena. Existe um fato novo, sobre o qual, aliás, já tinha me manifestado em reunião de comissão do Senado, e que agora está amplamente confirmado, que é um cenário extremamente positivo dentro do mercado americano. Eu vou falar sobre isso ao final do meu histórico, do meu currículo na Petrobras.

Eu gostaria de informar que sou profissional concursado. Sou engenheiro químico e prestei concurso para a Petrobras em 1974, sendo admitido em janeiro de 1975. Portanto, completei mais de 39 anos como profissional da casa. Eu iniciei a minha carreira após o curso de extensão que é feito na Petrobras para os profissionais de engenharia, e iniciei minha carreira exatamente na área de refino. Tive oportunidade de trabalhar durante três anos na Refinaria de Betim, próximo a Belo Horizonte, onde fui convidado a participar do grupo pioneiro de engenharia básica no Centro de Pesquisas do Rio de Janeiro, que é o maior centro de pesquisas

da América Latina, um dos maiores do mundo, especializado na área de petróleo. Esse centro de pesquisas, na época, criou – e eu fui do grupo pioneiro – um grupo de engenharia básica, engenharia essa que permitiu o desenvolvimento e a criação de todos os projetos de ampliação e expansão do parque de refino da Petrobras.

Depois, essa engenharia básica foi a base para a engenharia básica criada na área de exploração de produção e hoje é um motivo de orgulho para a companhia e para o País, tanto a engenharia básica na área de refino como a engenharia básica na área de exploração e produção. Foi esse grupo de engenharia básica que, inclusive, desenvolveu a tecnologia, as reformas e as ampliações necessárias para processar o petróleo pesado brasileiro. Por que isso? Porque todas as refinarias brasileiras – e a última que entrou em operação, há 34 anos, foi a refinaria do Vale do Paraíba, a Refinaria São José dos Campos – não tinham condições, não foram projetadas, a exemplo de Pasadena, para processamento de petróleo pesado. Então, todas as nossas refinarias tiveram que ser adaptadas, modificadas e ampliadas para poderem processar o petróleo pesado descoberto na Bacia de Campos, que, durante muito tempo, foi a nossa única e principal fonte de produção de petróleo, totalmente modificada agora com a questão do pré-sal. Isso, inclusive, nos dava a tranquilidade, nos deu a segurança – no momento em que a Petrobras decide, no final da década 90, em 1999, no planejamento estratégico, e confirmado depois no planejamento estratégico de 2004 –, nos deu a garantia e a certeza da capacidade que a Petrobras tinha de adquirir refinarias no exterior e adaptá-las para processamento de petróleo pesado. Esse foi um dos motivos, uma das bases de aquisição de Pasadena e das análises de outras refinarias feitas durante esse período.

Bom, após isso – não vou me estender muito –, fui transferido para a área de refino propriamente dita, área industrial. Trabalhei na área de energia, de eficiência energética, área de refino. E, aí, tenho o orgulho de dizer aos senhores que fui responsável pela criação do grupo de energia da Petrobras.

Hoje, a Petrobras tem mais de 5 mil ou 6 mil megawatts instalados, que garantem a segurança do sistema energético, do sistema de fornecimento de energia elétrica no Brasil. Isso teve início com nosso trabalho, e particularmente tive a satisfação de liderar esse grupo. Fui o primeiro gerente executivo da Petrobras. Então, esse programa de termelétricas foi fruto de um trabalho desenvolvido por uma equipe de alto nível que tínhamos na área industrial. Ela deu início à construção de termelétricas de congelamento, que são as de maior eficiência, que operam praticamente em base e são o seguro do nosso sistema energético.

Após isso e já com 28 anos de casa, 28 anos decorridos da minha entrada na Petrobras, em 2003, fui convidado para assumir a Diretoria Internacional. Isso foi no início do governo do Presidente Lula, em 2003. Então, de 2003 a 2008, fui diretor internacional, fui o segundo diretor internacional da Petrobras.

A Diretoria Internacional da Petrobras foi criada no ano de 2000. Anteriormente, não havia essa diretoria na Petrobras, e eu fui o segundo diretor internacional da Petrobras e também tive a oportunidade e a satisfação muito grande de atuar na expansão da área internacional da Petrobras. A área internacional da Petrobras, quando entrei, operava somente em oito países; quando eu saí, operava em 26 países. Estendemos a nossa participação para toda a América do Sul, exceto Guiana e Suriname. Todos os países da América do Sul têm a marca Petrobras ou através da área de exploração e produção, ou através da área de refino, ou através da área de distribuição. Expandimos nossa presença para a África, em maior quantidade de países. Fomos para a Índia, para o Japão. Entramos no Irã, o que, à época, era um desafio altamente contestado pelo governo norte-americano, que, inclusive, dificultou até a conclusão da operação de Pasadena devido à nossa presença no Irã.

Mas o importante é o seguinte – e é uma satisfação muito grande: essa área internacional da Petrobras, graças às aquisições que fizemos... Eu me permito um parêntese, um detalhe: embora tenha ficado muito em evidência a questão de Pasadena, quero esclarecer que o orçamento da área internacional da Petrobras – e isso continua, sempre foi assim – em 80% ou 85% é dedicado à atividade de exploração e produção. Daí, o nosso sucesso. E por que isso? Porque a área internacional da Petrobras é muito mais antiga. Não criei, não inventei a área internacional.

Temos grandes feitos internacionais. O de maior destaque foi a descoberta do campo de Majnoon, maior campo de petróleo no Iraque. Isso na década de 70. Então, a atividade principal de área internacional da Petrobras, inclusive comigo, foi estender a nossa presença e desenvolver toda a atividade de exploração e produção da área internacional, com destaque para a costa ocidental da África e Golfo do México. No Golfo do México, é um motivo de satisfação – acho que foi mencionado na última vez que aqui estive – tivemos a introdução do primeiro navio de produção no Golfo do México. Isso só foi possível pelo reconhecimento da capacidade, da tecnologia da Petrobras na utilização de navios de produção. Isso era proibido pela Guarda Costeira americana. Então, por meio de uma série de reuniões com o pessoal responsável e de várias demonstrações técnicas, conseguimos instalar o primeiro FPSO, que é a sigla em inglês utilizada para navios de produção, E esse foi o primeiro navio de produção a operar no Golfo do México. E isso foi feito durante a minha gestão, de 2003 a 2008.

Adquirimos, em seguida ao planejamento estratégico e à refinaria de Pasadena, a refinaria de Okinawa, no Japão, e examinamos uma série de possibilidades de aquisição de refinarias, já que, pelo planejamento estratégico de 2000 e 2004 – ou seja, confirmado em 2004 –, era premissa, era estratégia estabelecida pelo Conselho da Petrobras, já que os planos estratégicos da Petrobras são definidos pelo Conselho de Administração, refinar 300 mil barris de petróleo pesado brasileiro no exterior. Então, além de Pasadena, nós examinamos outras refinarias, já que, com a mudança do cenário em 2007/2008 pela descoberta do pré-sal, toda essa preocupação de agregar valor ao petróleo pesado brasileiro deixou de ser prioridade dentro da Petrobras e passou a ser todo o foco... Aliás, os senhores acompanham muito bem, porque foi uma revolução energética no Brasil a descoberta do pré-sal; foi um marco histórico, que mudou completamente o cenário da Petrobras. Então, essa estratégia foi abandonada e já não se procurou, tanto que a própria refinaria de Pasadena não chegou a ser adaptada, como constava do projeto original, para o processamento de petróleo pesado.

Após isso, em 2008, eu fui substituído na Diretoria Internacional e assumi a Diretoria Financeira da BR Distribuidora, que é, talvez os senhores não saibam, a segunda maior empresa em faturamento do País. É a responsável, é o braço de distribuição da Petrobras. A BR Distribuidora tem cerca de 40% do mercado total de combustíveis – e, aí, não é só gasolina e óleo diesel, não; é todo tipo de combustível. A BR Distribuidora é a maior companhia distribuidora de combustíveis do País. E permaneci à frente da Diretoria Financeira da BR Distribuidora por seis anos, até o início deste ano, mais precisamente março deste ano.

A grande realização não se deve ao meu trabalho, mas tive o prazer de ver a BR crescer, de ver o mercado crescer de forma fantástica nesses últimos seis anos; e, no último ano, ganhamos prêmios de transparência, na Diretoria Financeira, pela qualidade dos demonstrativos da área financeira da BR, culminando com a obtenção de um lucro líquido de cerca de US\$1 bilhão. Ora, um lucro líquido para a BR Distribuidora de cerca de US\$1 bilhão é algo extremamente impactante e impressionante, porque – e talvez os senhores não saibam – a atividade de distribuição tem um faturamento gigantesco, mas uma margem que pouco passa de 1% do faturamento. Então, quando se obtém um lucro líquido de US\$1 bilhão, é um feito realmente impressionante. E isso se deve não à Diretoria Financeira, evidentemente, mas à qualidade, à garra e à determinação do pessoal que trabalha na BR Distribuidora, a exemplo do pessoal que trabalha em todos os setores, pela sua qualidade técnica, pela visão de mercado, tanto do pessoal da Petrobras quanto da BR.

Então, esse é o meu histórico dentro da Petrobras, encerrado agora, em março de 2014. Eu fui desligado da Petrobras; não sou mais empregado. Atualmente, eu não tenho nenhum vínculo empregatício. Eu já estava aposentado. Como tenho quase 40 anos de Petrobras, eu já havia me aposentado anteriormente à minha saída.

Para encerrar, Senador, para não me estender muito, queria falar sobre essa informação, que não foi devidamente anunciada, isto é, não teve a merecida repercussão, com respeito a Pasadena, relativamente à mudança, à revolução energética que ocorre e vem ocorrendo nos Estados Unidos há três ou quatro anos e que tem um impacto enorme no desempenho de Pasadena.

O que acontece? Os senhores devem estar acompanhando que o mercado americano, hoje, tem os chamados *tight oil* e *shale gas*, que são o óleo e o gás provenientes da extração do xisto. Este mercado de xisto modificou completamente o cenário energético americano, a ponto de a lei americana que impede, que proíbe a exportação de petróleo americano para o exterior estar sendo modificada, porque os Estados Unidos estão com uma quantidade de produção de óleo tão grande que têm condições de exportar óleo de boa qualidade, e, por felicidade ou questão de oportunidade, Pasadena processa, e vem processando na capacidade máxima há mais de um ano, há quase dois anos. Ela processa 106 mil barris por dia e é uma refinaria que foi projetada, ou seja, seu conceito é para otimização de gasolina a partir desse tipo de petróleo leve, esse petróleo que tem uma vantagem muito grande em termos de aquisição de Pasadena. Por quê? Porque esse petróleo, embora seja petróleo leve e, em tese, tenha um preço maior que o petróleo pesado, tem o problema do escoamento, da dificuldade do transporte. Então, o preço, o custo dele para Pasadena foi significativo, e vai significar, porque a produção desse petróleo vem crescendo e é um cenário que mudou o mercado americano.

Pasadena – inclusive isso foi divulgado no próprio *site* da Petrobrás –, só no primeiro semestre de 2014, teve um lucro líquido de quase US\$80 milhões. Ora, isso antes do verão americano, quando a margem é maior. Quer dizer, agora, no segundo semestre, que pega o verão, deve ter um lucro líquido maior ainda, mas, conservadoramente, podemos considerar que, este ano, Pasadena terá um lucro, somente no ano de 2014, da ordem US\$150 milhões. Não tenho os números finais, mas a Petrobrás já divulgou esse resultado, do primeiro semestre, até junho, e, com certeza, o segundo semestre deve repetir, no mínimo, esse mesmo valor. E o cenário favorável, é que a oferta do *tight oil*, do óleo leve de xisto, está sendo incrementada no mercado americano. Com isso, o cenário de Pasadena é altamente favorável, nos próximos anos, para que o lucro obtido neste ano venha a se repetir nos próximos anos.

Essa informação acho que é muito importante, porque foi dito e foi amplamente divulgado que esta é uma refinaria sucateada, que não tinha condições de processar petróleo, que causava um prejuízo enorme. Pelo contrário, essa refinaria, graças a uma série de otimizações que foram feitas, dentro de um processo normal de qualquer refinaria, hoje, processa, em sua capacidade máxima e atende plenamente a produção de gasolina, que é o grande demandante, o grande produto demandado no mercado americano.

Então, eu queria transmitir essa informação aos senhores, como uma informação positiva, já que se colocou muita imagem negativa em relação à Pasadena, o que não corresponde à verdade atual. Ou seja, a mesma mudança de cenário, ou fazendo uma analogia, a mudança de cenário que aconteceu no mercado brasileiro, com a entrada e a descoberta do pré-sal, que impediu – ou melhor dizendo –, que inibiu o investimento na modificação, no *revamp* de Pasadena, para processar petróleo pesado, agora, essa mudança no cenário mundial, no cenário americano, que é o principal consumidor de petróleo no mundo – os senhores sabem disso –, beneficia diretamente a nossa refinaria. Quer dizer, do mesmo jeito que a mudança no cenário impediu que fosse concluído o projeto que traria um resultado muito mais positivo para Pasadena, uma nova mudança no cenário já tem, de 2010/2011 para cá, beneficiado diretamente Pasadena e vai continuar beneficiando, porque isso não é uma questão sazonal, isso é um cenário de alguns anos por diante. Ou seja, o mercado americano parou de importar petróleo – parou é exagero, mas reduziu significativamente a importação de petróleo –, afetando os grandes produtores de petróleo pesado, como a Venezuela e o México, e isso motivou...

Tenho alguns artigos aqui, posso até deixar para os senhores, sobre o mercado americano de refinarias. As refinarias americanas não tinham investimento há muito tempo, há hoje uma demanda muito grande por ampliação de refinarias no mercado americano, inclusive se cogita de construir novas refinarias, o que seria um marco, já que a última refinaria inaugurada ou nova nos Estados Unidos foi em 1976, para os senhores terem a dimensão do que significa essa mudança de cenário no mercado americano.

Senhores, era isso.

Eu me coloco à disposição para as suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, por favor, me inscreva como Líder do PT.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Boa tarde a todos e a todas, Srs. Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, assessoria presente, imprensa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O som está muito ruim, com eco, com dificuldade de audibilidade.

Por favor.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Alô! Teste! Alô! Melhorou?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Queria agradecer a presença aqui do depoente, o Sr. Nestor Cerveró, ex-diretor da área internacional da Petrobras, saudar também o nosso Presidente e iniciar, portanto, os questionamentos dessa relatoria.

Algumas perguntas iniciais V. S^a já respondeu na sua apresentação e eu, portanto, não as repetirei. Pretendo, à medida dos questionamentos e também pulando aquelas perguntas que porventura V. S^a já tenha respondido... Algumas perguntas são necessárias serem feitas primeiro preliminarmente e depois, à medida dos questionamentos, nós vamos tratando mais sobre os temas específicos, que são afetos ou inerentes ao trabalho desta Comissão.

Primeira pergunta: há um grande questionamento sobre os planos de investimento que a Petrobras articulou ou pensou durante essa última década para a companhia. V. S^a saberia dizer qual era a produção e o refino de petróleo pesado da Petrobras entre 2005 e 2007 e se foram feitos investimentos para agregação de valor ao petróleo pesado no Brasil?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Os números exatos fazem parte da apresentação que estou deixando aqui presente, dessa apresentação que foi feita na Comissão de Fiscalização e Controle. Mas o cenário que havia em 2005 e 2007 era de um crescimento... A Bacia de Campos, toda ela, é produtora de petróleo pesado e, como eu disse, Deputado, todas as nossas refinarias tiveram que se adaptar – todas, do sul ao norte – para poder processar esse petróleo pesado. Entendeu? Então, a quantidade exata eu não sei por que... Teria que... Mas se eu ficar consultando, é muito número. Eu posso dizer que praticamente 80% do petróleo produzido nessa época aqui no Brasil era de petróleo pesado.

Então, as medidas tomadas, que faziam parte do planejamento estratégico para agregar valor a esse petróleo pesado esbarravam, no caso do mercado brasileiro, na limitação do próprio mercado. Ou seja, o Brasil produzia – e hoje produz mais, com o pré-sal – na faixa de 2 milhões de barris por dia. Desses 2 milhões, a maior parte era de petróleo pesado. Só que o mercado brasileiro não tinha condição de absorver todo o petróleo produzido. O mercado brasileiro, como está visto aqui na minha apresentação, mercado de combustíveis, permaneceu estagnado durante alguns anos, justamente nesse período de 2004 a 2007, 2008.

Então, a alternativa de agregação de valor era... E esse petróleo pesado – eu passei direto – sofre um desconto de preço, ele tem um preço menor do que o petróleo de referência, o Brent ou o WTI.

Então, as refinarias brasileiras foram adaptadas para poder atender ao mercado brasileiro e processar o petróleo pesado, mas, para agregar valor e não somente exportar petróleo pesado, que sofre um desconto no preço, justamente surge a estratégia de refinar petróleo pesado no exterior. E, para isso, são necessárias refinarias que teriam que ser adaptadas para processar os trezentos... Esse número eu me lembro vem: valor que consta do planejamento estratégico da quantidade de petróleo pesado que deveria ser processada no exterior, que é de 300 mil barris por dia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A Petrobras, à época, avaliou várias opções de compra de refinarias nesse período. V. S^a tem informação de quais foram esses negócios, essas opções de compra avaliadas pela Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nós estabelecemos...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais foram efetivamente compradas, adquiridas, no período entre 2000 e 2010?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Entre 2000 e 2010... Em 2000 se inicia com a compra que não foi diretamente da refinaria... Bom, nós compramos as refinarias da Bolívia e as refinarias da Argentina, quando compramos a Perez Companc. Só que essas refinarias não tinham capacidade de processamento de petróleo pesado.

Então, a primeira refinaria... Aí nós examinamos, já a partir de 2000, quando se define o planejamento estratégico em 2000, uma série de refinarias no mercado internacional, só que nós colocamos algumas premissas, ou seja, houve várias ofertas e examinamos várias refinarias. Houve propostas de acordo de parceria, além de Pasadena, nós tivemos... Me lembro que ficamos quase um ano negociando com a Marathon Oil, uma das maiores empresas americanas, que queria expandir uma refinaria na Louisiana para processar. Ou seja, a Petrobras entraria como sócia na expansão da Marathon, nessa refinaria, num modelo semelhante ao de Pasadena. E adaptaria para processar petróleo pesado. Porque todas aquelas refinarias, principalmente as refinarias do golfo do México, que vai da Louisiana até o Texas, tinham como grande mercado supridor o mercado mexicano, que é um petróleo caracteristicamente pesado e o petróleo venezuelano.

Daí, o nosso petróleo pesado sofria uma concorrência muito grande no mercado porque a oferta de petróleo pesado mexicano e venezuelano reduzia o nosso preço. Não só o nosso, como o preço do petróleo... Existe um desconto nesse preço.

Então, nós examinamos junto com alguns refinadores uma série de refinarias e colocamos premissas, ou seja, tinha que ser no mercado *prime*. E refinarias que, primeiro, tivessem condições de ser adaptadas para processar petróleo pesado; uma capacidade acima de 100 mil barris/dia, porque em refinarias menores o custo de adaptação não compensaria esse investimento nessa associação; e que tivessem acesso aos mercados *prime*, ou seja, nós examinamos principalmente refinarias nos Estados Unidos, que é o melhor mercado do mundo, e algumas refinarias na Europa.

Esse foi o critério utilizado para balizar a procura dessas refinarias.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Em 2001, a Petrobras adquiriu a refinaria de Baía Blanca, da Repsol. Vou lhe fazer aqui algumas perguntas sobre ela.

1) O senhor sabe quais foram as condições de compra e os resultados após a aquisição dessa refinaria?

2) Em janeiro de 2002, a Petrobras teria contabilizado um prejuízo de R\$790 milhões com essa refinaria de Baía Blanca. V. S^a tem conhecimento desse fato?

3) A troca de ativos estaria sendo investigada por diversos órgãos para apurar denúncias de que ela teria causado um prejuízo de US\$2,5 bilhões. Nesta CPMI foi apresentado um requerimento que solicita ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) cópia de processos que tratam da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol. V. S^a poderia explicar os termos da troca de ativos entre a Petrobras e a Repsol ou como V. S^a avalia essa troca de ativos?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Olha, eu vou me considerar... Porque eu não fazia parte. Nessa época eu ainda era gerente da área de energia. O que eu posso lhe dizer é que houve uma troca, pelas informações que eu conheço, os detalhes, uma troca de ativos entre a Repsol e a Petrobras. Essa troca de ativos incluiu a refinaria de Bahía Blanca, do lado da Repsol, e, do lado nosso, incluiu 30% de capacidade da refinaria Alberto Pasqualini,

em Canoas, Rio Grande do Sul. Além disso, houve troca também de postos de distribuição, postos de grande porte aqui no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. Quer dizer, foi uma série, uma troca de ativos, alguma participação da Repsol em campos de petróleo nosso, direito nosso de exploração de alguns campos de petróleo e gás da Repsol na Argentina. Agora, Deputado, eu vou me sentir... Vou pedir desculpa porque eu não tenho... Nessa época... Eu só assumo a internacional em 2003. Em 2003, não só já tinha sido feita essa operação de troca de ativos com a Repsol como tinha sido recém-adquirida...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas e esse processo do Superior Tribunal de Justiça (STJ)? V. S^a tem conhecimento disso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu sei que caminha, mas eu não tenho, não conheço os detalhes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não foi V. S^a que fez a defesa desse processo depois?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Na indústria de petróleo, sabe-se que o custo de capital padrão para uma refinaria de 100 mil barris por dia é de US\$1 bilhão, por consequência, de 200 mil barris, de US\$2 bilhões. V. S^a poderia estimar o custo de capital para uma refinaria similar a Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, Pasadena custou, ao final, isso também faz parte, o custo da refinaria de Pasadena... Porque é bom lembrar sempre que nós compramos a refinaria e compramos uma comercializadora, uma *trading*, que é a Astra. A grande experiência, a grande sinergia que se buscou com a associação com a Astra era o conhecimento do mercado americano, o acesso aos contratos de utilização de *pipelines* de oleodutos, o conhecimento tributário do mercado americano, dessa *trading*, e a refinaria. A refinaria, ao final de todo o processo, isso está colocado, custou US\$550 milhões, o que dá US\$5,5 mil por barril, dividindo a capacidade do custo de capital pela capacidade de refino. Então, US\$550 milhões por 100 mil barris, dá US\$5,5 mil, muito abaixo da média de aquisições, na época, de refinarias. Nessa época houve muita compra de refinaria no mercado americano, justamente visando a esse tipo de processo de adaptação para petróleo pesado, visando aumentar as margens, ou seja, o petróleo pesado, a refinaria adaptada para petróleo pesado tem uma margem maior, na época, do que uma refinaria que só processava óleo leve. Então, esse valor de US\$1 milhão para 100 mil barris, de US\$10 mil, é um valor de referência. E eu não sei hoje qual seria o valor de referência. O senhor está dizendo que US\$1 bilhão seria para 100 mil barris. Isso significaria um custo, por barril, de US\$10 mil. Pasadena custou muito menos do que isso. Pasadena custou US\$5,5 mil por barril.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo. Mas esse valor que é, enfim, um dado até... V. S^a concorda com esse valor de US\$1 bilhão para 100 mil? O mercado?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O mercado hoje é.. Por isso que o motivo de não... Porque, reparem, a gente não construiu... o nosso objetivo não era construir uma refinaria. O nosso objetivo era adaptar uma refinaria existente. Porque uma refinaria é... Desculpe eu me estender nisso, Deputado, mas eu sou um homem criado no refino, é o que os americanos chamam de *grassroots*, ou seja, como são essas refinarias novas no Brasil. Uma refinaria nova tem um custo muito maior, porque é necessária toda a infraestrutura, toda a parte ambiental, tudo isso tem que ser desenvolvido. Isso vale para o Brasil e para qualquer outro lugar.

Então, o nosso projeto – daí a vantagem – de adaptação da refinaria era muito menor do que o custo de uma refinaria nova. Entendeu? Então, quando se fala em uma refinaria...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas essa é a tal da conta de padeiro, não é?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não faço conta de padeiro. Não é conta de padeiro. É uma realidade.

Lembrem-se de que, no Brasil, a última refinaria a entrar em operação, nova, foi em 1980; nos Estados Unidos, em 1974; e, na Europa, não se constrói refinaria nova há mais de 50 anos, porque o custo não é somente do equipamento, não são somente as torres de destilação, os fornos. O custo é toda infraestrutura associada em tratamento de afluentes, suprimento de utilidade, na questão de tratamento ambiental. Então, o custo de uma refinaria nova é muito superior a esse valor. Esse é um valor criado pelo mercado na década de 50 ou 60, que hoje não tem nenhum vínculo com a realidade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E sobre Pasadena? Ouvimos muito fala aqui que Pasadena era uma refinaria, uma unidade de alta complexidade e que, ao mesmo tempo, na verdade, não foi negociada apenas uma refinaria, mas sim uma refinaria e mais uma comercializadora...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Uma *trading*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... portanto, envolvendo aqui um complexo empreendimento. V. S^a concorda com essa afirmação de que era uma unidade de alta complexidade?

A segunda pergunta: Pasadena era uma refinaria antiga? Quais foram os principais atrativos para adquiri-la? O que levou a Petrobras a adquirir uma refinaria com essas características?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A primeira pergunta: a questão da complexidade é mais uma complexidade do mercado americano. A *trading*, a comercializadora, nós adquirimos porque para operar no mercado americano... O mercado americano, este sim, é um mercado extremamente complexo e sofisticado, com atuação de centenas de refinarias e dezenas de *tradings* e comercializadoras.

A decisão de adquirir também uma participação na *trading* foi para conhecer. Tínhamos intenção, como disse, de entrar no mercado *prime* americano, o mercado de maior volume do mundo, e, para isso, não tínhamos conhecimento desse mercado. Então, a Astra dispunha de uma série de acessos já estabelecidos há muitos anos, de contratos de comercialização, de contratos... Isso é fundamental para o mercado americano.

O mercado americano é totalmente suprido por oleodutos. Ao contrário do mercado brasileiro, em que tudo é feito por caminhão, o transporte de derivados no mercado americano é feito através de grandes oleodutos. A Astra tinha... No caso, a Astra já tinha contratos de transporte desde o Golfo do México, onde ela fica, ali próximo a Houston, no Texas, aos dois principais oleodutos que ligam essa região do Golfo do México, onde se concentra a maior parte das refinarias americanas, à costa leste. O mercado americano tem preços diferenciados. Não é como no Brasil onde a gasolina custa a mesma coisa no Acre e no Rio Grande do Sul. A gasolina em Nova York, a gasolina na Flórida é mais cara do que no Texas, é mais cara do que em Oklahoma. A gasolina na Califórnia é bem mais cara. Por quê? Porque a taxa ambiental...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aqui no Brasil, não é igual também. A gasolina não é igual.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Praticamente. O custo de distribuição – o custo final não é igual – é praticamente o mesmo. Existem diferenças muito mais marcantes no mercado americano.

Então, a Astra tinha direito de utilização desses oleodutos que levam gasolina e diesel desde o Texas até Nova York ou Maine, Colonial Pipeline, e outro que é Plantation Pipe Line, que vai até a Flórida. Isso tem um valor significativo, e nós tínhamos...

Outra coisa, a refinaria operava, o que é um modelo americano, no Brasil não usamos esse modelo, no modelo do *tolling*, aluguel da refinaria. Então, a comercializadora aluga os serviços de refino, paga um *fee*, uma taxa pelo refino e quem compra e vende o combustível não é a refinaria; é a comercializadora.

Então, essa é a complexidade que se diz da operação de Pasadena. Não da refinaria em si; a refinaria de Pasadena é complexa, mas não tem nenhuma característica especial de complexidade. O negócio em si é que era complexo. Entendeu? Por isso, a divisão que foi feita, a separação. Nós, além de adquirirmos a refinaria, adquirimos também 50% de participação na *trading*.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ela era considerada uma refinaria antiga?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ela é uma refinaria antiga. Não existe, Deputado – desculpe –, refinaria moderna nem nos Estados Unidos, nem no Brasil. A nossa refinaria mais moderna tem 35 anos. Então, as refinarias nos Estados Unidos, dada a dificuldade, de novo, o custo inicial, o custo de uma refinaria *grassroots* – *grassroots* é quando se pega um terreno onde não há nada e se constrói uma refinaria – é muito maior do que o da... Foi o que nós fizemos. A Petrobras fez isso em todas as suas 12 refinarias. Ao longo da década de 80 e 90, todas as nossas refinarias, desde a Refap até a Refinaria de Manaus, foram um...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

O SR. NESTOR CERVERÓ – ...com o nosso pessoal, o pessoal da engenharia básica do Cenpes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

A Petrobras tinha conhecimento de que a Crown estava interessada na venda da refinaria de Pasadena? Chegou a avaliar a possibilidade de compra da refinaria diretamente da Crown?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, nós não chegamos a fazer isso. Nós tivemos... A Crown comprou, negociou. Quem negociou com a Crown, e foi um negócio bastante complicado – isso depois soubemos; já foi mostrado aqui... A Crown estava numa situação muito complicada, e uma das exigências, naquelas premissas a que me referi no começo... O critério de seleção das refinarias para negociação envolvia não só capacidade, como condições de adaptação para petróleo pesado, como também todo e qualquer impedimento em termos trabalhistas ou ambientais. E a refinaria da Crown, quando foi comprada pela Astra, a Astra teve de solucionar uma série de problemas trabalhistas, greves permanentes.

Então, esse tipo de refinaria nós não examinávamos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Segundo a Petrobras, uma comissão de apuração interna, instaurada em março de 2014, verificou que a Astra Oil havia desembolsado, pelo conjunto de Pasadena, aproximadamente US\$360 milhões, e não os US\$42,5 milhões divulgados por alguns meios de informação. V. S^a conhece essas análises?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Faz parte... Claro que conheço. Esse trabalho não fui eu que fiz. Isso foi feito a partir do questionamento, a partir do pedido de investigação sobre Pasadena, porque se criou uma imagem muito prejudicial de que Pasadena tinha custado... É o melhor negócio do mundo. Tinha-se comprado uma refinaria por US\$42 milhões e vendido por US\$300 ou US\$400. Não é verdade isso. Como eu disse, além do... Foi uma negociação; depois tivemos acesso, nas auditorias feitas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não é verdade isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não é verdade o quê?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esses números que contam...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, os US\$360 milhões são verdade. O que não é verdade é que a refinaria tenha custado somente US\$42 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – A Astra teve de desembolsar, entre adaptações, negociações sindicais, correções ambientais e operação de refinaria... Bom, o somatório disso é nessa faixa de US\$360 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a informou, em depoimento anterior, que a Astra realizou investimentos de US\$112 milhões na refinaria. Esses investimentos foram realizados antes da parceria com a Petrobras? Ou V. S^a saberia dizer qual foi o período desses investimentos?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esses investimentos foram realizados parte antes da aquisição – isso foi parte da negociação. Esses investimentos se referem principalmente a uma unidade de tratamento de gasolina ou de remoção de enxofre de gasolina. A Astra conseguiu um *waiver*, um perdão, um prolongamento da utilização dos oleodutos, e teve a contrapartida desse *waiver*, dessa condição de extensão da licença de uso do oleoduto, que era tratar a gasolina para poder atender às severas...

O que nós temos no Brasil hoje em dia, nos Estados Unidos já era uma realidade. Então, grande parte desse investimento já havia sido realizado e foi complementado depois da nossa participação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k..

A Astra Oil adquiriu a refinaria de Pasadena em janeiro de 2005. No mês seguinte, o ex-funcionário da Petrobras Alberto Feilhaber procurou V. S^a oferecendo parceria da Astra com a Petrobras na refinaria. Teria havido o envio de uma correspondência registrando essa intenção. V. S^a confirma essas informações? Desde quando V. S^a conhecia o Sr. Alberto Feilhaber?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O conhecemos... Na realidade, nos recebemos a proposta de... Como eu disse, nós estávamos examinando uma série de possibilidades. Ou seja, o mercado americano conhecia perfeitamente o nosso interesse em entrar no mercado americano. E a nossa capacidade, a nossa reconhecida capacidade, de processar petróleo pesado, que é o interesse dos refinadores americanos, e, principalmente no caso da Astra, porque a Astra não era uma refinadora. A Astra tinha adquirido essa refinaria da Crown – a Crown, sim, é uma empresa antiga de refino – e propôs examinar uma parceria, como outra que nós estávamos examinando. Então, realmente nós recebemos essa carta e foi quando – a partir do início das negociações – eu conheci o Alberto Feilhaber, que era um dos diretores da Astra nos Estados Unidos.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Anteriormente V. S^a não o conhecia?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não. Eu fiquei sabendo... Ele saiu da Petrobras muito antes. Ele saiu num dos planos, como esse que houve agora recentemente. Ele se aposentou da Petrobras seis ou sete anos antes. Então eu não... E ele era de outra área...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a saberia dizer se a Astra já tinha planos de parceria com a Petrobras antes de fechar o negócio com a Crown?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não posso dizer, porque...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ouviu falar disso em alguma oportunidade durante a negociação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não, não. Não ouvi falar porque eles nos procuram com uma proposta de estabelecimento de parceria e que atendia... Quer dizer, nós mandamos... Bom, o processo de análise e avaliação, como está colocado na apresentação, durou mais de um ano entre consultorias e negociações. Então, o que eles propuseram é algo que nós já vínhamos examinando com outros refinadores americanos. Entendeu? Então, nós não...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se fala muito num acordo de confidencialidade que haveria sido assinado entre as duas empresas.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isso é verdade?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Verdade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quem teria assinado esse acordo? E quando isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso foi logo no começo, Deputado. Porque esse tipo de negociação demanda a troca de informações sigilosas, sejam dos resultados, do balanço...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem assinou isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deve ter... Eu não me lembro. Eu não me recordo. Não fui eu, porque esse acordo de confidencialidade... Creio que não fui eu. Agora já não... Isso foi em 2005. Normalmente é feito pelo gerente executivo de desenvolvimento ou alguma coisa assim. Não há necessidade de o diretor assinar. Mas eu não me recordo. Vou ser sincero. Não me recordo se eu assinei ou não. Mas esse é um documento que é a partida, ou seja, estabelece um prazo para que as empresas troquem informações sem que essas informações sejam divulgadas a terceiros. Isso é uma prática normal nesse tipo de negócio.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Houve uma comissão ou uma equipe de avaliação preliminar de Pasadena, com visitas técnicas, com avaliações das condições financeiras da refinaria. V. S^a integrou essa equipe de avaliação preliminar?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Foi V. S^a que determinou, que escolheu as pessoas que fossem fazer essa...?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Exatamente... Não é só em refinaria, em qualquer tipo de aquisição, qualquer tipo de negociação, a Petrobras dispõe, felizmente, de um corpo de técnicos em todas as áreas muito amplo e de muita qualidade. Então, antes de avançar, quer dizer, o acordo de confidencialidade permite que seja feito esse tipo de visita, esse tipo de avaliação. Então, é escolhido, é selecionado um grupo que visita. O diretor não participa, não é praxe na Petrobras o diretor participar dessas negociações, não é o meu caso, isso fica em nível da gerência que, depois, encaminha os relatórios. E aí, após isso... isso foi a fase inicial só de uma avaliação se valia a pena ou não seguir no processo de negociação, porque, depois disso, vai ser assinado um memorando de entendimentos, aí, sim, não vinculante, mas já estabelecendo condições e objetivos dessa negociação, entendeu? Mas o acordo de confidencialidade é simplesmente para permitir essa primeira troca de informações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Depois, teve um memorando de entendimentos entre a Astra Oil e a Petrobras. Esse memorando estabelecia as condições para a negociação e fixava algum prazo para que a Petrobras fizesse uma oferta de compra. Isso é verdade, não é?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, é verdade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O objeto desse memorando previa que a refinaria de Pasadena seria adaptada para processar o mínimo de barris por dia de petróleo Marlim.

V. S^a se lembra quais eram esses percentuais que estavam estabelecidos?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, claro. Era condição *sine qua non*. Lembrem-se de que o plano estratégico definia que a nossa... não era simplesmente comprar refinarias no exterior. Essa nossa entrada no mercado americano ou o que foi examinado no mercado europeu, mandatoriamente obedecendo à determinação estratégica da companhia com o objetivo de agregar valor ao petróleo pesado.

Então, já nesse memorando de entendimentos, consta que nosso interesse era ter pelo menos 70% de capacidade de processamento de petróleo pesado. Aí, chamam de Marlim, mas Marlim era só uma referência. É um dos petróleos pesados que a Petrobras produzia na época. Existiam outros petróleos em menor quantidade, como o Albacora, Cherne, que também – quer dizer, o acordo não falava em Marlim, falava em petróleo pesado da Petrobras. Mas pode ser simplificado assim. Daí ficou esse nome Marlim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Houve várias etapas de negociações, a realização de diligências adicionais, prazos novos para todo o processo de negociação.

Quais setores internos da Petrobras estavam envolvidos nesse processo de negociação, compra, diligências, análises em relação a Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, nós, uma vez assinado – quer dizer, após essa primeira avaliação, é assinado o memorando de entendimentos –, contratamos além do nosso pessoal. E, quando eu falo nosso pessoal, eu falo de todas as áreas, porque aí entra não somente a área técnica diretamente relacionada à refinaria, como também a área financeira, a área tributária, a área ambiental, e, para isso, para apoiar esse trabalho, foi contratada uma série de consultorias no mercado americano, conhecedoras dos processos e das características. Isso também faz parte da apresentação, a parte jurídica...

Então, isso tudo foi o trabalho desenvolvido com essas consultorias e que levou praticamente todo o ano de 2005 até a conclusão do acordo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Iniciado o processo de negociação, V. S^a poderia informar qual foi a posição da Diretoria Executiva da Petrobras sobre a oferta de aquisição parcial de Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nós levamos esse processo... Porque, na realidade, a etapa final de aprovação cabe ao Conselho de Administração. Quero deixar bem claro que o que houve foram etapas intermediárias, em que nós levamos – quando digo “nós”, falo da Diretoria Internacional – a uma área da Diretoria Internacional,

e submeteu-se à aprovação colegiada da Diretoria uma primeira oferta que foi feita para aquisição de 70% da refinaria. Por que 70% da refinaria? Justamente porque era o que correspondia ao nosso objetivo de processar 70 mil barris ou 70% da capacidade da refinaria com o petróleo pesado da Petrobras.

Isso foi aprovado, mas a Astra recusou a oferta e fez uma contraproposta, que, depois, aí sim, foi negociada e, de novo, levada à Diretoria para conhecimento. E, somente após as negociações e todo o trabalho de...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais foram os percentuais que foram discutidos?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nós oferecemos... o valor eu tenho que olhar, mas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Porque, em depoimentos anteriores, aqui, falou-se em 50%, 70%...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, nós oferecemos adquirir 70% da refinaria e, aí, fizemos uma proposta em valor para esses 70%. A Astra recusou e fez uma contraproposta com um valor mais alto. Isso, então, demandou uma série de novas análises, de novas sensibilidades de preço e tudo isso...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E a Diretoria Executiva participou desse processo todo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A Diretoria Executiva foi informada e autorizou...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Acompanhou todo esse processo de negociação, os valores?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Existe uma decisão de Diretoria – isso faz parte da apresentação – autorizando que fosse feita uma nova oferta...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E após a discordância da Astra em relação às propostas iniciais, de quem foi a decisão de continuar as negociações?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A decisão foi da Diretoria Executiva, ou seja, ela autorizou que fosse feita uma nova oferta, limitada àquele valor que a Astra... *(Ininteligível.)*

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da Diretoria Executiva?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, sim. As decisões na Petrobras só têm validade no âmbito de investimentos no colegiado da Diretoria...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É que... Só para termos uma informação, é que, dado que o valor de 50% das ações da refinaria já eram superiores ao que a Astra pagou meses antes, por 100% da refinaria, por que a Petrobras insistiu na compra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nós insistimos na compra porque reparem que é aí que entra todo o trabalho de avaliação que foi feito não só por nossas equipes, mas por uma série de empresas altamente reconhecidas no mercado americano, que validam, validaram essa proposta. Nós tínhamos interesse em adquirir, em refinar o petróleo e, nas avaliações que foram feitas, esse valor se enquadrava dentro das análises feitas, inclusive – aí já estou indo mais adiante, já que o senhor... Após todas essas validações, todas essas análises que foram feitas, nós decidimos, para criar um referencial final, contratar um banco de alto nome, como o Citigroup, para validar todos os valores envolvidos. Quer dizer, então, não é pela questão de quanto tinha sido pago, é de quanto valia essa refinaria para o nosso objetivo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem era a Diretoria Executiva na época?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desculpe só me estender um pouquinho. Então, só para lembrar, essa refinaria, seu custo médio por barril... Por isso que todas as consultorias e o próprio Citigroup... Ela fica abaixo da média de aquisição das refinarias americanas de capacidade semelhante.

Então, a Diretoria, respondendo sua pergunta, Relator. Na época, 2005, a Diretoria... O Gabrielli era Presidente; o Estrella, Diretor de Exploração e Produção; Ildo, Diretor de Gás e Energia; Almir, Diretor Financeiro, e eu, Diretor Internacional. Esqueci alguém? Ah, e o Paulo Roberto, Diretor de Abastecimento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

Quando se contrataram consultorias... Aliás, foram contratadas consultorias especializadas para analisar o negócio. Quais foram essas consultorias?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Aí eu vou ter que consultar. Pode consultar? Porque aí já não me lembro mais. Desculpe.

Bom, nós contratamos...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Foram duas, não é?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, várias.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Várias.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Várias porque envolve uma série... Como eu falei, já de maio a junho de 2005, foi realizada uma *due diligence* preliminar nas áreas: legal, ou seja, jurídica; recursos humanos; tributária; ambiental; finanças; informática; processo; contabilidade e auditoria. Então, além dos técnicos da Petrobras, foram contratados consultores da Deloitte, a Muse Stancil, a Thompson & Knight e a Jacobs Consultancy, que são empresas especializadas do mercado americano. Isso tudo leva a, em agosto, como eu disse... Em 19 de agosto é que foi feita a primeira proposta de 70% de aquisição à Astra.

Depois disso, a Diretoria... Aí já voltando à pergunta anterior, em 29/9/2005, a Diretoria internacional foi autorizada pela Diretoria da Petrobras – aí já foi uma decisão de Diretoria colegiada – a negociar a aquisição de 60% a 70% da Refinaria de Pasadena, limitada à contraoferta da Astra e condicionada à realização de *due diligences* adicionais.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

A informação que temos aqui é que o estudo realizado pela Muse Stancil indicou o valor da refinaria em US\$180 milhões. V. S^a poderia dizer se concorda com essa premissa, com essa avaliação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse é um esclarecimento importante. Vou me permitir, se o senhor me permitir, estender mais nisso, porque isso inclusive...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Essa foi uma consultoria contratada pela própria Petrobras.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu sei. Essa consultoria foi contratada não para estabelecer o preço. Isso é importante que fique claro, e vou me permitir falar sobre isso, já que agora é do conhecimento, embora não tenha sido concluído, ainda não apresentamos a defesa... O resultado do julgamento do TCU saiu sem a nossa defesa, ainda sem o nosso esclarecimento e esse é um dos equívocos cometidos na análise feita pelo TCU. A Muse Stancil é uma empresa especializada em projetos de refinaria e era uma das consultoras. Ela recebe uma série de cenários e de premissas estabelecidas pela Petrobras. Ela produziu – e isso faz parte do relatório – 27 cenários de preços, 27 cenários de valores para essa refinaria, cenários esses que variam desde a refinaria *as is*, expressão americana para dizer a refinaria como ela está no momento até a refinaria com a *revamp* de óleo pesado. Então, são 27 cenários de preços, preços diferentes, com uma característica que, aí sim, é o equívoco principal do TCU: quem estabelece o custo do capital não é a consultoria; a consultoria recebe a informação, as premissas, da Petrobras.

Então, ela cria cenários que permitem a avaliação e o julgamento do prelo a ser ofertado, a ser negociado, ou seja, que balizam. Isso vale não só para refinaria, isso vale para qualquer tipo de aquisição. Quando se contrata uma consultoria – isso vale para aquisição... quando a gente compra a Ipiranga, quando a gente compra a Pérez Companc, os bancos, os consultores não dizem: “o preço é x”; eles dizem: “o preço varia, tomadas essas determinadas condições, de x até z”.

Então, tenho aqui esse quadro, são 27 cenários de preços, que variam pela condição da refinaria, pelos investimentos em cada um dos casos e pela taxa de desconto, ou seja, o custo de capital. E, aí, não sei por que, o indicado na análise do TCU foi que o valor a ser utilizado era 10%, quando não é. As premissas de taxas de custo de capital para cada investimento na Petrobras, bem como todas as estratégias de aquisição, são determinadas pela Petrobras e têm que ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Então, a taxa que nós usamos – e isso consta da apresentação à Diretoria e ao Conselho de Administração... Cada tipo de investimento tem um custo de capital para cada região do mundo. Ou seja: uma refinaria nos Estados Unidos tem um custo de capital mais baixo – e isso faz todo sentido – do que se a gente for fazer essa refinaria na Nigéria, ou se formos fazer essa refinaria em Angola, ou se formos fazer na Argentina, ou no Brasil.

O custo de capital – e isso é conhecido –, o menor custo de capital de qualquer investimento no mundo é o mercado americano ou, então, o mercado alemão. Então, a nossa taxa, o que utilizamos para estabelecimento do valor – não é o valor da refinaria, da faixa de valores a ser ofertada à refinaria – é 6,9%, e não 10%, que corresponderiam a US\$186 milhões. Quando essa taxa vai para 6,9%, essa refinaria passa para US\$359 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a está dizendo que o TCU está equivocado em sua análise?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estou dizendo, e isso... Não só estou dizendo, como estou afirmando. E isso estamos... Ainda não tivemos oportunidade, isso faz parte da nossa... Desculpe, Sr. Deputado, nós recebemos essa informação recentemente. Quer dizer, só tivemos acesso a essas informações do TCU há coisa de um mês, quando saiu. Depois acabou tendo que ser mudado e ainda não saiu definitivamente.

Mas essa é a questão que foi colocada, inclusive é a principal questão do prejuízo atribuído pelo TCU. Essa diferença é tão significativa que causa uma diferença. Daí a diferença. Quando se considera esse valor de US\$186 milhões para o valor efetivamente pago, a diferença é muito grande. Então, isso faz parte... Nós estamos elaborando... Quando tivermos oportunidade, na Tomada de Contas Especial (TCE), isso vai ser plenamente esclarecido. Entendeu?

Foi bom o senhor ter me perguntado isso, pelo que agradeço. Porque é uma diferença... Quer dizer, não é uma decisão que foi tomada aleatoriamente, não. Queria deixar isso registrado. O custo de capital para cada investimento da Petrobras é estabelecido com base em premissas da área de planejamento da Petrobras e premissas financeiras da área financeira da Petrobras, que são submetidas ao Conselho e aprovadas pelo Conselho. Então, não é um valor aleatório; é a taxa a ser utilizada para aquele tipo de investimento, e não simplesmente

uma escolha do tipo: “Ah, é melhor 10 ou é melhor 12”. Porque, nesse caso, poderia ser menor que 10, poderia ser 12, ou melhor dizendo, quanto mais alto o custo de capital, menor o valor da refinaria. Então, não é só uma decisão unilateral. Havia uma negociação também.

Então, a faixa de 27 preços aqui colocada é que nos permitiu ter uma faixa de preço a ser negociada com a Astra, como efetivamente foi, dentro da faixa do nosso custo de capital.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

A Petrobras contratou também o Citigroup para analisar toda a documentação do negócio, avaliar os estudos econômicos e analisar o preço de aquisição. É verdade isso? *(Pausa.)*

O Citigroup emitiu um relatório final. Qual a opinião do Citigroup?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O Citigroup analisa todas as informações que foram avaliadas, todos os dados avaliados. Esse é um trabalho feito pelos grandes bancos, não só o Citigroup. Nós contratamos o Citigroup, mas poderíamos ter contratado o Parisbas. Ou seja, são bancos que têm esse tipo de trabalho – e cobram caro por isso, porque o nome do banco está associado a essa opinião, à opinião de adequação e de correção do preço que está sendo negociado.

Para lhe dar uma informação, já que o senhor citou o Citigroup, o preço de referência do Citigroup, nós fechamos acordo... E eu gostaria que isso fosse registrado: o acordo que nós fechamos para a aquisição de 50% da refinaria de Pasadena ficou US\$8 milhões, quase US\$9 milhões, abaixo do piso recomendado pelo Citigroup. O Citigroup não diz que o preço é “x”; o Citigroup diz que o preço pode variar, conforme as condições, de tanto a tanto. O preço que nós fechamos pela refinaria – e isso consta do relatório do Citigroup – ficou US\$9 milhões abaixo do preço considerado *fairness opinion* do Citigroup. Ou seja, mesmo no caso do Citigroup... E o preço da *trading* fica no meio da faixa. Está certo? Por isso que – até o Sérgio Gabrielli disse isso – essa refinaria foi comprada por um preço abaixo da média de mercado. Tanto é assim que o Citigroup, que é um profundo, talvez o maior conhecedor do mercado americano, colocou uma faixa de preço em relação à qual nós conseguimos fechar negócio com a Astra US\$9 milhões abaixo. Ou seja, aqueles US\$189 milhões dos 50% da refinaria – e isso me lembro agora –, o piso do Citigroup – eu vou fazer questão, inclusive, de mandar uma cópia do relatório do Citigroup aos senhores, é um relatório extenso, mas esse é o quadro em que eles fazem um resumo –, o piso para aquisição de 50% da refinaria do Citigroup era de US\$198 milhões, para 50%; nós pagamos US\$189 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Quais foram as participações das áreas jurídicas e financeiras nas negociações que culminaram com a realização do negócio?

O SR. NESTOR CERVERÓ – São as análises normalmente feitas pelas áreas jurídica e financeira. Toda a questão de contratos, pagamento, taxas de juros. São inúmeras questões, Deputado, inerentes à atividade jurídica e...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas a negociação não foi feita com eles; somente a análise técnica.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; a negociação foi feita a partir desses valores que estou lhe dizendo. Isso já é uma negociação final.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E qual foi a participação da presidência da Petrobras América na condução das negociações?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, a Petrobras América teve um envolvimento direto, mas não na decisão. Quer dizer, a Petrobras América...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O presidente da Petrobras América veio aqui e disse que ele não tem nada a ver com isso, que ele...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tem nada a ver. É um pouco de... *(Risos.)* Ele tem razão quando diz que a negociação final não é de atribuição dele. Realmente não é, porque em termos de hierarquia, vamos colocar assim, o presidente das subsidiárias no exterior é equivalente a... A Petrobras, continua assim a hierarquia: Presidência... Bom, Conselho de Administração, Presidência, Diretoria, os diretores, abaixo dos diretores, os gerentes executivos e os gerentes das áreas, ou seja, do nosso escritório na Argentina, na PAI, a Pesa, a Petrobras Energia, no Chile, ele tem *status* de gerente-geral. Ou seja, ele é um nível abaixo de gerente executivo. Então, realmente ele não tem... Ele participou, evidentemente, e todo o pessoal da Petrobras América, nas análises e na conclusão, porque, como a compra – aí que entra talvez essa confusão – não pode ser feita no mercado brasileiro, a gente comprou uma refinaria no mercado americano. Então, o que o Conselho determina é que a Petrobras América pague aquela quantia aprovada pela refinaria e pela *trading*. Então da decisão o gerente da época não teve participação na negociação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

Eu vou lhe fazer aqui agora algumas perguntas com relação à efetivação da compra. V. S^a sabe que uma das grandes polêmicas nesse negócio foi a existência das cláusulas de Put Option e Marlim no contrato ou nos

documentos de aquisição da Refinaria de Pasadena. V. S^a poderia explicar como foi essa situação? Nós temos a informação de que os diretores executivos ou o Conselho de Administração da Petrobras, ao ser orientado, ao receber a orientação acerca do negócio, da compra, não foi conhecedor ou não teve a informação da existência dessas cláusulas de Put Option e Marlim.

Se fala muito aqui num resumo que detalhava as cláusulas de opção de saída Put Option e Marlim e que esse resumo não chegou a todos os membros do Conselho de Administração, que essa informação não era de conhecimento de todos. Enfim, essas cláusulas eram centrais para a aprovação da compra? Elas foram apresentadas? Todo mundo sabia da sua existência? Enfim, quais foram as circunstâncias que levaram a essa decisão da diretoria executiva e do Conselho de Administração para a efetivação dessa compra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, deixa eu dividir, se me permitir, a resposta em duas. Uma coisa são as cláusulas, para tentar explicar a cláusula Put Option, que é a cláusula de saída, e a cláusula Marlim, que, em realidade, é uma cláusula de petróleo pesado.

A cláusula Put Option foi... No acordo final, nós ficamos... Eu vou tentar resumir, mas para simplificar...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Aqui dizem que V. S^a não informou essas cláusulas.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Isso não é verdade. Desculpe. Essas cláusulas constavam da documentação... É que há uma confusão em relação ao que é documentação enviada para aprovação e resumo executivo. Então, eu só queria fazer uma rápida explicação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como é que funcionou isso? Como é que foi esse procedimento? Como é que... V. S^a botou debaixo do braço os documentos e foi à reunião do Conselho de Administração, mandou anteriormente...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não.

Bom, se o senhor permitir, eu gostaria de explicar primeiro as cláusulas, que são cláusulas do acordo e que constavam de todos... Os documentos, todos os documentos são colocados à disposição tanto da Diretoria – tem que ser colocados –, como do Conselho de Administração. Então, todas as informações estão disponíveis.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Disponíveis onde?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Em todos os documentos enviados. Toda a documentação com o parecer jurídico, tudo isso é enviado para aprovação inicial da Diretoria, porque, na realidade... Deixa eu só seguir, vou tentar fazer a explicação das cláusulas e, depois, vou dizer como foi o encaminhamento.

Essas cláusulas Put Option e Marlim foram colocadas como uma contrapartida em relação ao nosso poder de decisão dentro do acordo da Refinaria de Pasadena, Nós compramos 50% da participação da refinaria e da *trading*. Só que, pelo acordo, nós tínhamos direito de *override*, de colocar 70% do nosso petróleo pesado a nosso critério, uma decisão exclusiva nossa e até de definir os investimentos necessários.

Então, em função disso... Isso é normal. A cláusula Put Option é a cláusula de saída e que, na sociedade, existe normalmente. Essa cláusula existe também na Refinaria de Okinawa e também não foi colocada no resumo executivo. Porque não é uma cláusula... Ninguém aprova – isso eu quero dizer – um negócio pela cláusula de saída. Isso é uma condição normal de negociação.

E a cláusula Marlim dizia respeito à obrigatoriedade de processamento de petróleo pesado, cláusula esta que nunca foi utilizada. Independentemente das condições da cláusula, esta cláusula só teria validade após a conclusão da modificação da refinaria para processamento de óleo pesado.

Resumindo é isso. São cláusulas...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, na sua avaliação, não eram centrais para aprovação da compra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. E por não serem centrais, ou seja, toda a documentação é encaminhada para o Conselho de Administração. Por quê? No caso de Pasadena, no caso da refinaria, ou no caso de aquisição de ativos, ou de participação societária, é atribuição exclusiva do Conselho a aprovação dessa participação. Está certo? Isso faz parte... É o art. 29 do Estatuto, que diz o seguinte. Vou ler aqui: “A constituição de subsidiárias, participação em sociedades controladas ou coligadas...”

Bom, o art. 29 começa:

Art. 29. Compete privativamente ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias:

I- Plano Básico de Organização...

II- autorização para aquisição de ações...

III- aprovação da permuta de valores mobiliários...

IV- eleição e destituição dos membros da Diretoria Executiva;

V- constituição de subsidiárias, participações em sociedades controladas ou coligadas, ou a cessação dessa participação, bem como a aquisição de ações ou cotas de outras sociedades.

Então, o que é feito nesse resumo executivo, que é um resumo de duas páginas... Eu tenho até a cópia desse resumo por aqui. O resumo apresenta as condições principais daquele ativo, ou daquela aquisição, ou daquela negociação, ou daquela empresa que está sendo comprada ou associada. Na decisão, inclusive...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esse resumo foi elaborado por quem? Pela Diretoria Internacional?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse resumo... Claro! Porque faz parte, na apresentação, essas pautas são encaminhadas... Passam pela Diretoria e a Diretoria não aprova, a Diretoria toma... Aprova preliminarmente, toma conhecimento e – é jargão – encaminha para aprovação do Conselho e o Conselho, por ser uma atividade de exclusiva responsabilidade do Conselho, aprova a aquisição.

Agora...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras já tinha firmado, em outros contratos, essa cláusula de Put Option?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim. Não exatamente a mesma. Cláusulas Put Option são cláusulas de sociedades que são feitas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Então, V. S^a levou à reunião do Conselho de Administração o resumo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. A gente leva o resumo... Não só o resumo, como é feita também uma apresentação. Ou seja, a pedido dos Conselheiros, é feita uma apresentação, ou não, e o resumo é simplesmente para ter referência para que os Conselheiros conheçam as condições principais envolvidas e, no caso de dúvidas ou caso de existência... E nós temos esse caso em outras refinarias. Quando, em julho de 2006, nós chegamos a aprovar no Conselho uma refinaria no Canadá que não foi... Chegamos, não, ela não chegou a ser aprovada porque houve um pedido de vista. Nós tínhamos fechado, a Diretoria tinha aprovado a compra da refinaria e encaminhamos para o Conselho exatamente dentro do mesmo modelo. É uma refinaria ao norte dos Estados Unidos, na fronteira com o Canadá. E um determinado conselheiro, não me lembro quem, na época, pediu, não se sentiu suficientemente esclarecido. A refinaria chamava-se Come-by-Chance, uma refinaria que fica ao sul, perto do Estado de Nova York.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, permita-me. Presidente, eu queria, se V. Ex^a me permitir e o Relator também, indagar quantas perguntas existem e qual o tempo estimado para o interrogatório do Relator, só para que a gente tenha uma ideia de quantos minutos nós teremos. Porque a gente já completou uma hora do debate Relator e o investigado, ou a testemunha. E eu gostaria de ter uma ideia, até para que os Deputados e Senadores se programem aqui para a gente se preparar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É reservado ao Relator o direito de fazer as suas perguntas. Esse o esclarecimento ao Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não. Eu só queria saber o tempo que ele estima.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu entendo. Até para V. Ex^a se programar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Para a gente se programar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exato.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu não posso informá-lo com precisão, porque muitas perguntas que estão aqui já foram respondidas ou são respondidas na pergunta anterior e a gente vai adaptando aqui de acordo com a necessidade dos questionamentos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Estamos dormindo aqui.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Uma estimativa. Uma estimativa.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. Ex^a pode sair, pode ir para o seu gabinete, voltar. Não tem...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Está dando sono.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, essas perguntas são de bastante profundidade, pertinentes. Vamos dar continuidade.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nós temos a noite toda para ficar aqui e o dia todo.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Está na linha boa das perguntas, porque o senhor está condenando a Dilma. Então, continue nessa linha que está bom.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pelo contrário. O Relator está de parabéns, porque está na linha de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos continuar. Sr. Relator, com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas não tem estimativa? O Relator não tem estimativa de quanto tempo durará?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não. São mais dez, quinze, vinte minutos, meia hora, uma hora...*(Risos.)*

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O.k..

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Por aí.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Dez, quinze, vinte minutos, uma hora, duas horas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não tenha pressa, porque o assunto é muito complexo, Deputado.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Vamos contratar aquela consultoria de 180 milhões...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Dá uma interrompida e a gente volta daqui a pouco.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Vamos lá. V. S^a estava explicando aqui o...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, na realidade, os documentos necessários para a aprovação foram encaminhados. O resumo, da mesma forma da apresentação que é feita, é uma oportunidade de discussão dos conselheiros ou de aprofundamento do conhecimento dos conselheiros sobre determinados temas. Eu estou citando como exemplo essa refinaria, fui ver... Essa refinaria foi levada ao Conselho em julho de 2006, já depois da aquisição de Pasadena, e não foi aprovada porque houve um pedido de vista, quer dizer, um dos conselheiros não se sentiu confortável ou satisfeito com as informações, ou seja...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Qual foi o conselheiro?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Hein? Eu não me recordo, Deputado. Eu sei que houve um pedido de vista. *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. NESTOR CERVERÓ – É. Isso aí faz parte... É, mas isso não é, não é uma particularidade. Pode ser um ou mais conselheiros que não se sintam... Não é? Depois disso...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k..

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Um último questionamento era sobre esse tema. Nós já tratamos muito aqui sobre os motivos, o que levou ao descumprimento de contratos, ao rompimento entre a Astra Oil e a Petrobras. Na visão de V. S^a, houve descumprimento de contratos quanto à gestão conjunta das empresas, inclusive quanto à implementação do plano de negócios e investimento em segurança, meio ambiente, saúde, que são os que são colocados como motivos para esse rompimento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, bom...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Daqui se advêm ou posteriormente se constroem as condições para a compra dos outros 50%. Então, quais foram os problemas que levaram a este rompimento, que levaram a esta situação de rompimento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – São duas etapas, Deputado, desculpe. Na realidade, o que levou à decisão de aquisição dos outros 50%, ou seja, à decisão que a Diretoria aprovou e que o Conselho não aprovou, porque já não havia... Havia mudado o cenário, havia sido descoberto o pré-sal, havia todo um direcionamento de investimento no pré-sal. Não houve um rompimento; houve uma mudança de posição com relação aos investimentos necessários a serem feitos para adaptar a refinaria. Essa refinaria tinha uma capacidade de receita enorme, se fosse levada a 200 mil barris, como constava...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Chegou a ter estudos para isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Só teve estudo para isso. Ficamos meses estudando isso com a participação da Astra, do pessoal técnico da Astra, contratado no mercado americano. O pessoal do Texas, ou seja, o pessoal da Astra aprovou o plano de investimentos, aprovou o projeto, mas a Astra Holding, que é uma *trading*, não tinha essa disposição de colocar aquele volume de investimentos que levaria a refinaria a um resultado muito melhor. Só para lhe dar uma ideia, nós tínhamos aprovado essa refinaria com uma taxa de retorno de 6,9%. Esse investimento levava essa refinaria para uma taxa de retorno de 18%, com valor presente de quase US\$3 bilhões. Só que isso representava um investimento pesado, da ordem de US\$2,5 bilhões – metade para cada um. E a Astra não quis acompanhar esse investimento. Aí começam as negociações para a compra da metade, que culminam com uma proposta que foi aprovada pela Diretoria, mas que o Conselho não aprova. A partir da não aprovação do Conselho, a Astra se sente desobrigada de continuar... Aí já fica um pouco prejudicada a minha informação, porque coincide a minha saída, a minha substituição justamente um mês antes de o Conselho não aprovar a compra dos 50%, mas o que eu posso dizer é o seguinte: isso foi o que motivou o pedido de arbitragem e a disputa judicial.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quem participava dessas reuniões entre a Petrobras e a Astra em que se tratavam os assuntos relativos à administração e aos investimentos em Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Para isso havia os comitês de administração da Astra, da refinaria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas quem era?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Era um pessoal... Os nomes não lembro, mas era o nosso pessoal que tinha... Um dos nomes de que me lembro – fui eu que mandei para lá, até pela grande competência e conhecimento de refino – é o do atual Diretor de Abastecimento, o Cosenza. Cosenza é um homem que tem uma experiência enorme de processamento de refinaria. Foi superintendente da Refinaria Alberto Pasqualini, e um sujeito com capacidade de administração muito grande. Então, ele foi colocado lá justamente porque nós tínhamos

todo interesse que essa refinaria operasse dentro dos nossos padrões. Desse nome eu me lembro, mas tinha outros nomes.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ele responsável pelo quê? Pela gestão?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pela condução do projeto de ampliação da refinaria. A gestão da refinaria era feita pelo pessoal americano especializado, contratado no mercado americano. E havia o pessoal que foi para lá trabalhar e desenvolver as atividades de *trading* junto com o pessoal da Astra também. Agora, os nomes... Eu me lembro do Consenza porque...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O Paulo Roberto Costa era o...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Paulo Roberto Costa...

Desculpe-me. Posso responder?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pode, pode.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, mas o Paulo Roberto Costa era...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Representante da Petrobras no Conselho.

O SR. NESTOR CERVERÓ – No comitê, no supercomitê, como chamava. Paulo Roberto não tinha nenhuma atividade. Só teve no final, quando surgiu o impasse e aí se decidiu. A atividade que o Deputado me perguntou era... Não. A gestão não era feita pelo Paulo Roberto, porque a gestão era feita... O Consenza morava nos Estados Unidos, como o nosso pessoal foi morar nos Estados Unidos. A ideia era ter pessoal nosso de alta capacitação cuidando não só da refinaria, do acompanhamento da refinaria, como – o mais importante – nós tínhamos uma preocupação com que o projeto de ampliação tivesse o sucesso esperado e, para isso, precisava de gente com alta capacitação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Para a compra dos outros 50% se chegou a uma carta de intenções. É isso não é?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Uma carta...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Como se chegou ao valor de US\$700 milhões?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso foi um processo negocial também e suportado, melhor dizendo, apoiado de novo por essas consultorias, algumas das quais eu já citei, pela a própria Muse Stancil – nesse caso, ela referenda esse valor; não existe, ela simplesmente dá uma faixa de valores – e de novo pelo Citigroup, que considerou adequado o valor de US\$700. Repare, desculpe-me a insistência, são US\$700 milhões pela refinaria e pela *trading*. Não é...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Cinquenta por cento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Os 50%.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Os outros 50% restantes que eram da Astra Oil.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Exatamente, mas não é só da refinaria; é da refinaria e da *trading*. A compra, e ficou assim...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A Petrobras já havia pagado quanto pelos outros 50%?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nós pagamos US\$359 milhões, e pagamos, sendo que, na refinaria, foram pagos a vista US\$189 milhões, e em duas parcelas – isso também reduziu o preço da *trading* – de 12 e 24 meses, de US\$85 milhões, para comprar a *trading*.

Na oferta final, inclusive, constavam os US\$85 milhões, porque já decorriam dois anos da negociação. Então, esses US\$700 milhões são validados por esses consultores, ou seja, a faixa de preço, e aprovados pela...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – E quanto a Petrobras pagou efetivamente pelos outros 50%?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, aí já foi motivo de...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De arbitragem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – É, de arbitragem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Aí, já são os US\$820 milhões, que é o que consta da arbitragem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso levou... Mas somente em 2012 é que se encerra a arbitragem.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.K.. Muito bem.

Sobre a decisão do Tribunal de Contas da União. Consta do Acórdão nº 1927/2014, do Plenário do Tribunal de Contas da União, que a divisão de riscos e oportunidades da Petrobras e da Astra Oil, fixada no contrato de compra e no acordo de acionistas, não foi devidamente contemplada na avaliação do negócio.

O que V. S^a tem a dizer sobre isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Tenho a dizer que não concordo com isso. Isso, de novo, vai ser alvo da nossa defesa. Estamos já, justamente... Pela primeira vez, vamos ter a oportunidade de argumentação junto ao TCU. Isso é uma opinião do auditor, o que não corresponde, a nosso ver, à verdade das condições que foram negociadas.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Do acórdão, também consta que, em 7 de maio de 2012, as partes chegaram ao acordo que totalizou US\$820,5 milhões, referenciado a 30 de abril de 2012, e que o preço pago por 100% das ações da refinaria e da comercializadora foi de US\$1,246 bilhão. V. S^a afirmou, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que o custo total da aquisição foi de US\$1,233 bilhão.

Há, então, praticamente, uma concordância quanto ao total pago.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – No entanto, eu gostaria que V. S^a esclarecesse a questão dos estoques. Qual o valor dos estoques considerados por V. S^a no preço total? E V. S^a sabe qual o valor dos estoques considerados pelo TCU?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, desses valores eu não me lembro.

O que eu quero concordar é com isto mesmo: depois de toda a disputa judicial, entra uma série de juros e custos adicionais. Por isso, na apresentação a que o senhor se refere, que é esta aqui, o valor é o mesmo que consta da informação da Petrobras. O valor total, considerando todos os custos processuais, da refinaria e da *trading* para a Petrobras foi na faixa de US\$1,2 bilhão.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – US\$1,2 bilhão.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O que – permita-me fazer essa digressão – ainda fica – isso para a *trading* e para a refinaria – muito próximo do valor médio de aquisição. Repare que só de juros e pagamento de empréstimo ao Paribas e tudo isso são quase US\$200 milhões. Ou seja, mesmo com todos os problemas, essa refinaria e essa *trading* ficam abaixo do preço médio de aquisição daquela época. Ou seja, esse prejuízo não é verdadeiro. O que foi comprado foi totalmente dentro do mercado e totalmente confirmado... Por isso, a gente fica com certa ansiedade de... Porque não foi uma decisão inconsequente. Não. Nós fizemos uma série de consultorias, fizemos uma série de avaliações e, depois, por uma decisão estratégica do Conselho, não se complementa o projeto previsto.

Então, esse projeto não era simplesmente para compra de uma refinaria como ela está hoje, que felizmente está dando lucro muito alto. Essa refinaria daria um lucro muito mais alto se tivesse sido feita a ampliação e a adaptação para óleo pesado, que, por uma decisão estratégica, que não é incorreta... É muito melhor investir no pré-sal do que investir em refinaria. Disso, eu não tenho dúvida alguma. Isso é incontestável. Em qualquer companhia de petróleo do mundo, o grande investimento, o grande foco é a produção de petróleo. Isso vale para a Petrobras, vale para Saudi Aramco, vale para a Exxon. A refinaria é uma necessidade que pode ter um resultado melhor ou não, porque ninguém usa petróleo no automóvel.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k..

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ninguém usa petróleo em casa, usa gasolina, usa gás de cozinha. Então, a refinaria é um dos itens que tem que ter o custo otimizado e que pode ter uma margem grande, dependendo das situações de mercado. Mas o grande objetivo de uma companhia, e a Petrobras foi beneficiada com essa descoberta, é a produção de petróleo. Então, todo o recurso da Petrobras – eu concordo plenamente – tem que ser utilizado na produção do pré-sal.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

O TCU imputou também a V. S^a a responsabilidade em razão da carta de intenções. Por isso esta Relatoria entende ser importante voltar a esse tópico, solicitando a V. S^a que descreva esse documento, seu conteúdo e se é um documento vinculante.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse documento não é vinculante...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esta carta estaria sujeita à prévia aprovação da Diretoria Executiva?

O SR. NESTOR CERVERÓ – No, não. Desculpe, Deputado, a minha intensidade. Essa é uma carta preliminar. E, por não vinculante, não há necessidade de aprovação. É uma carta que estabelece condições para negociação final. Após a assinatura dessa carta... E isso é tão significativo que a justiça americana, a corte federal americana que examinou – porque houve uma tentativa de a Astra usar essa carta como um compromisso – não reconheceu a validade, porque esse tipo de compromisso só é válido, ou seja, a aquisição de ativos só é válido, estatutariamente, pela aprovação do Conselho. O que essa carta não... Não há necessidade e também não há previsão que seja encaminhada. Isso foi uma série de cartas, não foi só uma carta, em que nós trocamos correspondências com a Astra para procurar um preço de acordo.

Então, essa carta de intenções, embora no TCU seja considerada como... Ela não existe em nenhuma referência de definição de preço, nem na arbitragem nem no acordo final. Quer dizer, ela não teve impacto nenhum. Então, não é correto considerar que essa carta tenha tido consequências para o resultado final.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Nos termos do acordo do TCU houve um prejuízo de US\$580,4 milhões em decorrência da celebração do contrato junto a Astra Oil. Para o TCU, o prejuízo de US\$580,4 milhões seria resultante da diferença entre o valor total pago pela Petrobras de US\$766,4 milhões e os US\$186 milhões, que

correspondem ao valor estipulado pela empresa Muse Stancil. Esse valor de US\$186 milhões, de acordo com a consultoria, seria o valor presente líquido da refinaria no estado em que ela se encontrava na data da compra, utilizando-se uma taxa de desconto de 10%. Sendo assim, pergunto – dando a oportunidade para que V. S^a, de novo, responda sobre isso –: existe alguma possibilidade, ou existia alguma possibilidade de a refinaria continuar no estado em que ela se encontrava? Essa possibilidade foi prevista no contrato? E, nesse contexto, V S^a analisa o parâmetro de US\$186 milhões adotados pelo TCU como verdadeiro?

O SR. NESTOR CERVERÓ – De novo – manifestei-me sobre isso –, há um equívoco com relação à taxa de custo de capital utilizada pelo TCU. A Muse Stancil não determina o preço. Ela determinou 27 condições de preço. E nós, quando usamos... O valor que é usado pela Petrobras para compra é o *as is*, ou seja o valor que é usado para negociação. *As is* significa refinaria como ela está. E foi esse o critério usado. Só que quando se muda isso de 10% de custo de capital para 6,9 a diferença fica nisso, fica muito grande, vai de 186 para 359.

Além do que, existe um outro erro no valor de quanto foi pago pela refinaria. O valor pago pela refinaria final não foram US\$700 milhões, foram US\$550 milhões. Porque o TCU – aí eu não sei por que, vamos ter que ver isso na tomada de contas especial – não analisa ou não reconhece a compra da *trading*. E a compra da *trading* é que leva esse valor a mais alto. Então, esse valor de US\$580 milhões está errado nas duas pontas, tanto na referência, porque não existe essa referência, a nossa referência era 359, e no valor final. Entendeu? Então, não há esse prejuízo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Bom, aqui algumas informações, ainda da análise do TCU, que eu gostaria que V. S^a pudesse confirmar ou não.

Para a Petrobras, o valor presente líquido da refinaria depende da diferença de preços, o spread do óleo Marlim em relação ao óleo Brent. Para um spread de longo prazo, de US\$3,4 por barril, o ativo teria um valor de US\$745 milhões. Esses valores foram calculados utilizando-se uma taxa de desconto de 6,9%. Nesse caso, seria mantida a capacidade de refino de 100 mil barris por dia, sendo 72 mil barris por dia de óleo da Bacia de Campos, Marlim. O custo de capital seria de US\$519 milhões para esse Revamp, incluindo os investimentos que estavam sendo feitos. Dessa forma, pergunto: seria razoável um valor presente líquido na refinaria no estado em que se encontrava, de US\$186 milhões?

O SR. NESTOR CERVERÓ – De novo...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Seria razoável que esse possa ser o único parâmetro para se estabelecer os eventuais prejuízos?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, porque 745 milhões é um dos valores, dos 27 valores que a Muse Stancil coloca. É uma alternativa que implica investimentos. Esse valor não foi utilizado para balizar preço, porque nós balizamos o preço considerando a refinaria como ela estava. E 745 milhões seria o valor presente na refinaria após uma série de investimentos, não o total dos investimentos; era uma das alternativas de investimentos que a Muse coloca como sensibilidade. Entendeu?

Então, por isso que também não é... Não tem nada a ver com 186 milhões.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

O acórdão do TCU também estimou um prejuízo de US\$79,89 milhões resultantes das tratativas com a Astra Oil e da consequente assinatura da carta de intenções para aquisição dos 50% remanescentes das ações do complexo de Pasadena por valor superior àquele que decorria do acordo de acionistas e ao valor estipulado pela Astra. O que V. S^a tem a dizer sobre os valores previstos no acordo de acionistas e o que foi efetivamente aceito pela Petrobras para os 50% remanescentes?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desculpe... Como eu disse, a carta de intenção – existia esse equívoco –, a carta de intenção não tinha nenhum valor vinculante e nós não tínhamos ainda... O que foi feito depois...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Esse prejuízo de 79,89 milhões não existe, na sua avaliação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não existe, na minha avaliação. Isso é o trabalho, desculpe, Deputado, nós vamos ter que... Porque é um trabalho técnico. Isso implica uma série de informações que estão sendo compiladas e que vão ser apresentadas por ocasião da tomada de contas especial. Então, posso dizer que esse valor não existe.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O TCU também considera outros US\$92,3 milhões de prejuízo supostamente causado pela decisão de postergar o cumprimento da sentença arbitral até o trânsito em julgado de ações que visavam desconstituí-la. Nesse período, V. S^a ainda era diretor da área internacional da Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, esse acordo foi proposto já em 2009 e eu saí em março de 2008. Mas, de qualquer maneira, também... E aí estou já também... Que envolve dois diretores que não estavam na diretoria anterior, mas eu também acho que não há, porque isso foi uma decisão baseada numa possibilidade jurídica, quer dizer, não concordo com isso.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a também acha que essa...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu acho também que não é...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... que esse prejuízo não é real?

O SR. NESTOR CERVERÓ – ... não é real.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O TCU também atribuiu prejuízo no valor de 39,7 milhões, que teria sido causado ao patrimônio da Petrobras pela dispensa de cobrança à Astra Oil do valor previsto contratualmente, relativo a passivos tributários e a bônus salariais a serem pagos. V. S^a tem conhecimento dessa dispensa de cobrança de cláusula contratual?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso, inclusive, foi uma decisão negociada localmente. Também tem explicação, tem toda justificativa. Isso foi negociado, faz parte da negociação final. Quer dizer, não vou concordar, não concordo com nenhum desses prejuízos indicados pelo TCU porque, como ele diz, está sendo devidamente explicado. É importante que eu diga isso, porque nós não tivemos oportunidade ainda de apresentar defesa ao TCU.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a já foi citada pelo TCU?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não formalmente, porque...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Já foi citado?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, ainda não, porque, o senhor está acompanhando, há essa dúvida em relação a essa fase final, à mudança dos diretores. Então, não recebi ainda a citação formalmente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – V. S^a teve seus bens colocados em disponibilidade?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ainda não; ainda não. Se se cumprir a decisão, terei, é claro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Certo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O que, aliás, é um negócio também que chama a atenção, porque isso é inédito no âmbito do TCU, mas não vou discutir.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sobre a participação de Paulo Roberto Costa na compra de Pasadena, qual foi a participação do Paulo Roberto Costa na compra da refinaria de Pasadena? Ele participou diretamente das negociações com a empresa Astra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas para um comentário.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Estamos concluindo já, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas estamos há duas horas, Sr. Relator. O bom senso... Fazer uma rodada...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Estamos concluindo.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas, com todo o respeito, eu conheço o seu bom senso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não é isso também, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É pela importância...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não é isso. Então... Mas está apavoradinho.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, é pelo bom senso apenas. Faz uma rodada, uma hora para o Relator; faz uma rodada, volta outra hora. Mas ficarmos aqui mais de duas horas aguardando acho que é até uma deselegância com os colegas, acho que é isso. E V. Ex^a tem bom senso, eu o conheço.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu sei que eu tenho.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu quero registrar que fico contemplado com a profundidade da discussão tecida pelo Relator.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É claro que está contemplado, é evidente que está contemplado, mas eu não estou contemplado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero lembrar, Presidente, que o Regimento fala em 15 minutos, quando é para discutir um relatório, e o Relator tem o dobro. Então, o bom senso indica que, se temos cinco minutos, dê meia hora ao Relator. Mas, sinceramente, uma hora e meia, duas horas, acho que é uma questão até de respeito aos colegas. Tenho apreço e respeito pelo Deputado Marco Maia, mas acho que já está passando do limite.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Eu gostei, porque ele foi no ponto.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.*) – Jogou uma oxigenada...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos lá. Deputado Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Volta: qual foi a participação do Paulo Roberto Costa na compra da refinaria de Pasadena? Ele participou diretamente das negociações com a empresa Astra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, o Paulo, o Paulo participou da indicação dos membros da equipe de refino, dos membros que depois foram trabalhar na área de *trading* – isso era do pessoal da área do Paulo –, mas, das negociações, o Paulo não participa, não. Quer dizer, ele aprova, na diretoria, como colegiado, mas não se envolveu diretamente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O.k.

De acordo com a revista *Veja*, Paulo Roberto Costa teria dito que a operação de Pasadena também serviu para abastecer o caixa de partidos e para pagar propina a alguns dos envolvidos na transação. O que V. S^a tem a dizer sobre isso? Houve desvios na compra de Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Desconheço. Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em alguma oportunidade, ouviu falar sobre isso, sobre essa possibilidade?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, também não.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Excelência, apenas para complementar, Marco: desconhece ou não houve? Não entendi bem a resposta. Desconhece ou não houve desvio?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu desconheço, eu desconheço, eu desconheço qualquer tipo de participação, esse tipo...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – E nunca ouviu falar sobre isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Também não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Segundo noticiado pela imprensa em... Vou fazer-lhe uma pergunta, porque isso foi noticiado pela imprensa e é óbvio que será fruto também desta investigação, já há requerimentos nesta direção e, portanto, acho que é importante fazer esses questionamentos aqui.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Claro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Segundo noticiado pela imprensa, em 2008, foi aberta em Montevideu a Jolmey Sociedad Anonima, oficialmente em nome de um fundo de investimentos. V. S^a tem conhecimento desse fato?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso aí acho que já diz respeito ao que foi publicado pela *Veja* sobre o apartamento. Não é?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Isto.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Já que o senhor tocou no assunto, esse apartamento, no próprio artigo, eu aluguei esse apartamento em 2009, 2008. Aliás, foi a minha mulher que alugou, porque ela gostou do imóvel. Eu moro, eu moro em um alugado, já há algum tempo. Antes desse imóvel, eu já tinha... Depois que a minha neta nasceu, quis trazer o meu filho para perto, e ele foi morar num apartamento em que eu morava. E, dada a urgência, a gente alugou um apartamento que não foi esse. E, três anos depois, surgiu essa oportunidade de alugar esse apartamento que foi noticiado pela *Veja*. E, agora, há três meses, eu tive que sair, porque fiquei desempregado.

Quer dizer, nesse período, eu era diretor da Petrobras, eu era diretor financeiro da BR. O meu salário era um salário elevado, que me permitia pagar um aluguel de um apartamento de melhor qualidade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – De que valor? Valor real? O valor do aluguel que o senhor pagava.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, isso, na época, foi na faixa de 4 a 5 mil reais por mês. Isso já faz 6 anos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não; há 3 meses, o senhor pagou o último aluguel.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não me lembro agora. Mas é por aí: 7, 8 mil. Porque isso foi...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor esquece o valor do aluguel?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; não esqueço, não. Estou dizendo que é nessa faixa de 7, 8 mil reais por mês.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O advogado, Sr. Marcelo Oliveira Mello, teria sido sócio da Tauil, Chequer & Mello, parceira do escritório Thompson & Knight, responsável pela defesa da Petrobras em processos que envolveram a aquisição da refinaria de Pasadena da Astra. V. S^a conhece esse advogado e essas empresas?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não... O Marcelo Mello trabalhou na área internacional até pouco depois de eu entrar. Ele era da Braspetro, que é o braço internacional da Petrobras, e depois saiu para trabalhar... E ele é um especialista em... Ele representa – eu conheço o Marcelo – uma série de empresas internacionais aqui no Brasil. Ele é advogado, inclusive, da Sinopec, de empresas chinesas, empresas... Ou seja, tem um conhecimento de atividades de empresas internacionais. Eu conheço o Marcelo, claro.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Em 2008, a Petrobras teria gasto US\$7,9 milhões nessa defesa. V. S^a confirma esse gasto?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não sei. Não me lembro.

A Thompson & Knight, acabei de citar – essa outra empresa eu não conheço –, a Thompson & Knight é uma empresa centenária americana, que é contratada nossa, é contratada pela PAE. Ela trabalha... Ela não só deu assessoria a Pasadena, como dá assessoria às nossas atividades nos Estados Unidos.

Agora, essa associação eu não conheço.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Essa Jolmey teria comprado por R\$1,5 milhão um apartamento na Rua Nascimento Silva, em Ipanema. O imóvel teria sido avaliado pela prefeitura do Rio de Janeiro em R\$7,5 milhões. Houve um contrato de locação, assinado pelo Sr. Marcelo Oliveira Mello, em nome da Jolmey, firmado com a Srª Patrícia, sua esposa. O valor do aluguel era esse que V. Sª já informou, de 4 mil...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – De 3.650, Presidente.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – De 3.650.

Esse valor era compatível com o praticado no mercado à época?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Imagino que sim. Eu não...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.*) – De uma quitinete, sim.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não... Isso, nós estamos falando de 2008, 2009.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Alguma imobiliária intermediou a locação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; foi feito um contrato direto com o Marcelo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Qual a relação de V. Sª com o Sr. Marcelo Oliveira? Já o conhecia antes da locação do referido imóvel?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Já. Acabei de dizer que ele trabalhou na área internacional, até 2004, quando saiu para trabalhar por conta própria.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – A relação de V. Sª com o Sr. Marcelo influenciou de algum modo para que o contrato de locação fosse firmado?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; foi uma oportunidade. Quer dizer, a gente estava procurando um outro apartamento – queríamos sair do que a gente estava morando, alugado, – e surgiu essa oportunidade, e ele era o administrador, aqui no Brasil, desse apartamento.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O advogado, Sr. Marcelo Oliveira Mello, teria feito recentemente uma alteração contratual na Jolmey: teria se desligado da sociedade e mudado a sede brasileira da empresa, do centro do Rio para a cidade de Saquarema. Nesse endereço, haveria uma casa abandonada. V. Sª tem conhecimento desse fato?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não, porque o meu relacionamento não era com... era, simplesmente, de locação. O que a empresa fazia eu não sei.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não era do seu conhecimento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Ao sair da Jolmey, o advogado, Sr. Mello, teria passado a sua cota para o Sr. Selson Ferreira, que, indagado sobre o assunto, teria pedido auxílio ao seu chefe, Sr. Armando Bento. O Sr. Bento teria dito que o advogado, Sr. Mello, teria pedido que um funcionário seu assumisse a representação da Jolmey apenas para comprar o apartamento em que V. Sª e sua esposa moravam. O que V. Sª tem a dizer sobre isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nada. Nós mudamos desse apartamento tem 3 meses. Quer dizer, eu não tinha mais condições de pagar o aluguel e, aí, me mudei. Agora, essas modificações da empresa eu desconheço, entendeu? Eu não sei. O que o senhor está perguntando eu desconheço. Meu relacionamento era de pagamento de aluguel.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não havia nenhum outro tipo de...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... de relacionamento...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; o relacionamento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... negócios?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. O meu negócio era pagar o aluguel que eu podia pagar e, aí, eu agora estou fazendo frente a uma série de despesas muito grandes. Então, tomei a decisão de me mudar para um apartamento, que é um apartamento...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quanto foi o valor do último aluguel? V. Sª não lembra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não me lembro, mas é nessa faixa, porque o aluguel, a partir de..., foi sendo corrigido. Acho que nessa faixa de R\$8 mil.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Oito mil reais.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Muito bem.

Sr. Presidente, eram esses os questionamentos, as indagações que este Relator tinha a fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora iniciamos com os autores dos requerimentos.

O Deputado Rodrigo Maia é primeiro autor por ser seu o Requerimento nº 002. V. Exª possui o direito de indagar durante 10 minutos alternadamente ou 5 minutos direto. V. Exª...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Vou fazer os 10 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os 10 minutos, intercalando...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Com a sua boa vontade, vou descumprir o Regimento, como o nosso Relator. Estou brincando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Intercalando respostas...

Com a palavra, o Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Vamos lá.

Bem, numa das perguntas do Relator, Deputado Marco Maia, o Sr. Cerveró tratou da questão do art. 29, por consequência, o art. 31, §2º, que trata das responsabilidades do Conselho de Administração. Vou tentar ser bastante objetivo.

A responsabilidade de aquisições na Petrobras é do Conselho de Administração? Gostaria só da objetividade: “sim” ou “não”.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse tipo de aquisição, sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Então, de Pasadena, a responsabilidade de aquisição é do Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – O senhor acha que é uma injustiça o TCU bloquear os seus bens e de outros diretores e não bloquear os bens da Presidente da Petrobras e do Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso é um juízo que cabe, que tem que ser perguntado ao pessoal...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Perguntei se o senhor acha que é justo ou injusto...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu entendi... Para mim...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – ... ele, o TCU, ser político. Porque o TCU foi político, é verdade.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado Rodrigo Maia, o que chama a atenção é a decisão de bloquear os bens independente de, sem ter havido ainda a apresentação de defesa.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Eu entendi. Eu perguntei se a responsabilidade é do Conselho de Administração... Vamos dizer que, em tese, o TCU tenha razão. É justo bloquear bens de uma parte dos responsáveis pela aquisição e não os dos principais responsáveis, o Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É... No caso, é verdade, quer dizer, a responsabilidade não é da diretoria.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, me permite uma questão... Pela ordem, apenas para uma informação. É possível que ele consulte o advogado antes de fazer... Responda-me se sim, pelo fato de ele estar aqui como acusado. Preciso saber, porque, se ele está como testemunha, é evidente que o advogado não pode...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR. *Fora do microfone.*) – Como investigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ele está como acusado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – (*Fora do microfone.*) Ele está como investigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ele está sendo investigado de crimes.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – (*Fora do microfone.*) De sua participação com relação àquilo que está...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, é muito clara a minha pergunta...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Ou, então, é testemunha, Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ...muito objetiva e muito correta, pode ter certeza absoluta. Se ele está sendo acusado de crimes, como acusado, ele pode ser orientado pelo seu advogado. Se aqui estiver como testemunha, não. Não existe assim: sou acusado, mas de crime nenhum; ou é acusado de crimes ou não o é.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós estamos investigando...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Nós estamos, mas existem outros órgãos investigando.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós estamos investigando, e outros órgãos também, e ele está sendo investigado por sua participação nesses processos que estão supostamente denunciados.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – No esquema criminoso de Pasadena. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou devolver mais um minuto ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Com bônus, porque agora meu raciocínio foi para o espaço; tenho que voltar.

Sr. Cerveró, olhando matérias da pré-demissão do Sr. Gabrielli e de outros diretores – o seu caso é um pouco diferente –, o Gabrielli, Zelada e Paulo Roberto, nós sabemos da má vontade da Presidente Dilma com todos eles – eu lhe pergunto –, e, pelas matérias de jornais, o Presidente Lula pediu à Presidente Dilma que deixasse Gabrielli mais um tempo.

Você acha que a Presidente Dilma mentiu essa semana, quando disse que não tinha informação de nada, ou, quando ela demitiu o Sr. Paulo Roberto, Gabrielli e Zelada, ela tinha efetivamente as informações verdadeiras, de que a Petrobras tinha virado um balcão de negócios?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não tenho informação... A questão não é questão mentir. O Gabrielli saiu da Petrobras em 2012 e o Zelada saiu também em 2012, foram substituídos. Não, mas, Deputado Rodrigo Maia, não é uma decisão exclusiva da Presidente; é uma decisão – como está aqui – do colegiado do conselho. E substituição de diretores é atribuição do conselho. Então, da mesma forma que fui substituído e que outros... Não existem diretores permanentes na Petrobras. O diretor, a substituição de um diretor é um processo normal, que já foi mais frequente, já foi menos frequente. No governo passado, houve substituições bem mais frequentes na diretoria. Isso é um processo normal de substituição. Então, não é uma questão de julgamento, se mentiu... Não coloco isso.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Sr. Cerveró, na época da pré-nomeação do Sr. Paulo Roberto, a gente ouvia o ex-Presidente da Câmara, Severino, dizendo que ele queria nomear o diretor da diretoria de fura poço. Diretoria de fura poço nós sabemos qual é. Está aí, está aí explícito ao Brasil o que aconteceu.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, fura poço é a diretoria de exploração e produção.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Calma, calma, calma. Todos nós sabíamos o caminho.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está bom. Está bom. Está certo.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Eu quero saber do senhor: o senhor tinha informação da forma como operava o Sr. Paulo Roberto?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O Paulo Roberto é um profissional de muitos anos da casa. Ele trabalhou muito tempo na área de exploração e produção; depois, trabalhou muito tempo na área de gás. Não tinha nenhum tipo de, nenhuma, quer dizer, nada que eu conhecesse, nada. A única coisa que eu conhecia era o tempo de trabalho dele como profissional.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Não havia nenhuma informação sobre...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Ninguém via. A informação que se tem é que há 60 políticos, possivelmente alguns podem estar justamente numa lista... Mas essa informação ninguém tinha, só a gente aqui fora?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, o senhor vai me desculpar, mas o senhor está pedindo minha opinião. Eu não posso... Opinião é uma coisa subjetiva. O senhor não está me pedindo informações. O senhor está me pedindo minha opinião: se eu conhecia, se ela sabia. Quer dizer, eu tenho o mesmo tipo de informação que o senhor tem. Eu não... A única coisa que eu conheço, é inquestionável, é que é evidente que eu conhecia o Paulo Roberto, sendo funcionário antigo e, inclusive, por ter sido meu colega na Diretoria da Petrobras. Agora, opinião...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Vamos voltar aqui para o que eu acho que é mais importante.

O senhor está com o Estatuto. O senhor podia ler o §2º do art. 31, por favor?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É:

As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas com a decisão da Diretoria Executiva, as manifestações da área técnica ou do Comitê competente, e ainda o parecer jurídico, quando necessários ao exame da matéria.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Esses documentos estavam à disposição do Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estavam.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Era de responsabilidade do Conselho de Administração votar em base ao §2º do art. 31? Se o senhor fosse conselheiro da Petrobras, o senhor teria votado com o parecer, o resumo executivo, ou teria votado com o §2º do art. 31?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse é o... Eu nunca fui conselheiro da Petrobras.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Mas, se o senhor fosse?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, mas não sou. Então, é o tipo da hipótese que é muito difícil...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Não, é uma hipótese. O senhor foi funcionário da Petrobras, o senhor conhece o estatuto da empresa. O senhor respaldava seu trabalho como diretor em base ao Estatuto, até por isso o senhor encaminhou a documentação necessária para decisão do Conselho...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Então, por isso eu pergunto: o senhor votaria em base aos documentos que V. Ex^a encaminhou ao conselho ou com resumo executivo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, o resumo executivo ele não é suficiente para...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Não é suficiente. Então, claro, votaria com...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – ... o Estatuto.

Claro, o senhor tem, deve ter em mãos – eu tenho, mas não tenho aqui, está com a minha assessoria – o parecer jurídico da votação de Pasadena pelo Conselho de Administração, certamente o senhor tem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – O que diz o item 7 do parecer jurídico?

O SR. NESTOR CERVERÓ – *Shareholders agreement* é o acordo de acionistas. E o termo de participação, por sua vez, contempla cláusulas necessárias ao relacionamento entre as sócias respectivas, dos grupos Astra e Petrobras. Encontra-se ali prevista a possibilidade do exercício de direito de exclusão ou de diluição da participação societária da parte que respectivamente esteja inadimplente ou se recuse a contribuir com as necessidades financeiras do processo de Revamp da refinaria, reforma de óbvio interesse do sistema Petrobras para que se processe o óleo pesado de Marlim. E a previsão da compra pela PAI – entre parênteses – (*put option*) da participação da Astra em situação de impasse.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Então essa informação a Diretoria-Executiva encaminhou ao Conselho de Administração?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É. Essa informação consta do parecer jurídico.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Consta do parecer jurídico. Então todos os conselheiros tinham a informação da cláusula *put option*?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deveriam ter.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Obrigação deles?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, é o que é encaminhado.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – É o que manda.

Então significa, Sr. Cerveró, que se qualquer um dos conselheiros votou com o resumo executivo, sem ler o parecer jurídico, e nada fez depois de ter a informação de que o resumo executivo era falho, prevaricou. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Essa é a sua opinião.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Não, essa não é a minha opinião.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, eu não...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – O senhor encaminhou um parecer jurídico. O senhor está sendo colocado como responsável pelo prejuízo de bilhões, ou de bilhão, que a Petrobras teve na refinaria.

Eu quero saber o seguinte: na hora em que um Conselheiro tem essa informação e depois vira Presidente do País e diz que votou errado porque votou com o resumo, com omissão do Item 7 do parecer jurídico, o senhor não considera que essa pessoa prevaricou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, é uma questão de ordem relevante.

O Regimento Interno do Senado é claro ao afirmar, no §2º, que os indiciados – caso dele – e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas no Código de Processo Penal.

O Código de Processo Penal é claro ao estipular, no art. 185, §5º, que em qualquer modalidade de interrogatório o juiz garantirá ao réu o direito a entrevista prévia e reservada, nunca concomitante, portanto, nunca ao mesmo tempo.

Ele tem o direito de se negar a responder ou de responder. Não dá mais para fazermos aqui esse interrogatório no formato em que nós perguntamos, ele ouve e responde. Eu não estou querendo ouvir o advogado; eu quero ouvi-lo. E ele tem o dever de responder perante nós. E, se não quiser, diga: eu me dou o direito de não responder a essa pergunta. Não dá mais para ficar o seu advogado orientando. Eu não vim aqui para ouvir o advogado do Cerveró. Eu vim aqui para ouvi-lo.

Peço que V. Ex^a faça cumprir o Regimento e o Código de Processo Penal.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, pela ordem também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, por favor.

O Sr. Cerveró está aqui como investigado. Ele ainda não foi denunciado por esses crimes que estão sendo apurados. Esse é o ponto.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O advogado está aqui para auxiliar na condução, não conduzir, não conduzir, não conduzir...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – É que V. Ex^a não está de frente para ele; eu estou. A todas as perguntas que são feitas o advogado responde.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...o denunciado.

Eu gostaria que V. Ex^a me permitisse...

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Todas as perguntas feitas, o advogado responde.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu gostaria que o senhor me permitisse...

Por favor, eu estou com a palavra!

O senhor se porte dentro dos limites da sua atuação, por favor.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, é o que eu estou fazendo. Prévia... É a cada pergunta. Não é previamente, antes do interrogatório. A cada pergunta que for feita...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – É mesmo? V. Ex^a pode ser... Eu, como Promotor há 27 anos, nunca vi...

O SR. EDSON RIBEIRO – Eu sou advogado há 33 anos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ...um juiz fazer a pergunta e o réu falar assim: um minutinho...

O SR. EDSON RIBEIRO – Sim, mas é um direito. É um direito do réu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Um minutinho: resposta prévia. Pois não, Sr. Juiz.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O advogado não pode instruir.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Você deve estar de brincadeira comigo!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O advogado não pode instruir, por favor.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pelo amor de Deus, Excelência! Pelo amor de Deus, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor. Vamos cumprir.

Deputado Rodrigo Maia...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Vergonhosa a colocação de V. Ex^a aqui. Vergonhosa!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. V. Ex^a tem razão.

Conclua, Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Bem, Sr. Presidente, é claro que ele não vai, infelizmente... Acho que ele deveria ser mais objetivo em algumas respostas, mas o que eu tenho tentado aqui, desde a primeira audiência, é mostrar que o rito da compra de Pasadena responsabiliza, em tese, a todos, inclusive o Conselho de Administração, independente de a ex-Presidente do Conselho agora ser Presidente do Brasil e de ter membros importantes da sociedade brasileira que faziam parte à época da compra da refinaria.

As informações que eu já trouxe, que o Sr. Cerveró leu, provam que há crime por parte da Presidente do Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senhoras e senhores, vou passar a palavra ao Deputado Francischini, reiterando que quem está sendo ouvido é o Sr. Nestor Cerveró.

O senhor tem todo o direito de não responder, de responder o que sabe, de permanecer calado, mas a condução é do depoimento de V. S^a. Por favor.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem, V. Ex^a poderia informar a lista só para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou informar a lista. Primeiro, agora, o Deputado Francischini; depois, o Deputado Bueno; depois, o Deputado Sampaio, Deputado Sibá, Deputado Sandro. São os autores. São os autores. Aí, nós vamos voltar à lista de inscrição.

Deputado Francischini, com a palavra.

O SR. EDSON RIBEIRO – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor tem dez minutos.

O SR. EDSON RIBEIRO – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Sou eu aqui, o advogado do Sr. Nestor Cerveró.

Entendo e gostaria que ficasse consignado que o exercício da ampla defesa está sendo violado neste momento ao não ser permitido ao advogado orientar o seu cliente devidamente, como determina o Estatuto da Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Feito o registro de V. S^a.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Francischini, dez minutos ou cinco minutos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quería, Presidente, primeiro, saber do Sr. Nestor Cerveró se ele participou...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Francischini, por favor, refira-se a mim, pergunto a V. Ex^a...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Dez, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dez direto.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Saber se ele participou da *media training* da corrupção; se ele foi treinado da última vez que ele veio aqui, se ele recebeu as perguntas antes – e o advogado já não está aguentando. O senhor recebeu? Quero saber do senhor, não dele. O senhor foi treinado? Teve isso? Recebeu as perguntas?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Posso responder, Deputado?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Claro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor se lembra, o senhor inclusive participou da apresentação...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu perguntei isso ao senhor, o senhor lembra? Estavam muito rápidas as respostas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR. *Fora do microfone.*) – Na ponta da língua.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não... Eu posso, se o senhor me permitir, sem interferência do meu advogado...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Claro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estive aqui, não nesta sala, mas estive na Comissão de Fiscalização em 16 de abril, antes da instalação de CPI e tudo isso, e fiz questão de responder a todas as perguntas, como estou respondendo hoje, e vim voluntariamente, na condição de esclarecimento. Tenho todo o interesse, porque é lamentável a gente ouvir que em Pasadena houve crime. Isso, para mim, é um absurdo. Isso que acho uma injustiça, Deputado Rodrigo Maia, dizer que houve crime no caso de Pasadena. Pasadena é um processo normal e dentro dos padrões da Petrobras.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu não ouvi. Não houve treinamento? O senhor não recebeu as perguntas? Desculpe.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Então, o Paulo Roberto mentiu.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Como o senhor me citou, eu disse que houve crime da Presidente da República.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Meu horário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A palavra está com o Deputado Francischini, por favor.

Deputado Francischini, com a palavra.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O que quero dizer é o seguinte: fui convidado pela Petrobras para fazer – o que aliás já fiz várias vezes ao longo da minha carreira – o *media training* de comportamento em relação a argumentação sob pressão. E as perguntas... Quer dizer, é uma equipe de profissionais que simula as condições de...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor fez *media training* então?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Fiz, fiz. Mas nunca neguei isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Quem pagou essa *media training*?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Essa *media training* foi feita pela Petrobras. Eu fui convidado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Pela Petrobras, Presidente?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso já é de conhecimento público. Foi admitido pela Petrobras. Quem pagou...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vamos para a segunda pergunta, aqui, Presidente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mas não recebi... Sim. Então, esse *media training* se limita a isso, a um treinamento, porque é muito difícil.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Presidente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – É muito pesado, muito complicado, não tenho essa experiência que o senhor tem de ficar aqui durante horas. O que foi feito foi isso. Agora, não recebi pergunta nenhuma.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor já estava fora da Petrobras, não estava? O senhor já estava fora. Quem chamou o senhor de volta à Petrobras para fazer esse...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ninguém me chamou de volta, isso foi um convite feito para...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então... O senhor já estava fora. Quem chamou, ligou para o senhor e falou: “Venha à Petrobras que nós vamos dar um treinamento para o senhor vir”?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso foi feito pelo pessoal lá do treinamento, não me lembro exatamente quem foi, porque a Petrobras tem o contrato desse tipo de...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Não, mas o senhor não estava mais na Petrobras.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mas sou ex-diretor. Aí há um esclarecimento: tenho...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Vou para a minha segunda pergunta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso fazer um esclarecimento, Deputado, sem querer entrar em contradição?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Com certeza.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Faz parte do Estatuto da Petrobras. O ex-diretor da Petrobras tem direito inclusive ao pagamento de defesa, ao pagamento de seguro, isso faz parte, não só os diretores...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor sabe se o Sr. Paulo Roberto Costa está tendo advogado pago pela Petrobras também?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não sei, não sei, não sei. Naquilo que diz respeito a assuntos ligados à atividade de administração, atividade de direção gerencial da Petrobras, é estatutário o pagamento da Petrobras, o apoio a esse tipo de defesa.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Só faltava esta agora, a gente descobrir isso mais.

Queria fazer um resumo para o senhor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Nestor Cerveró, um resumo.

A Astra Oil compra Pasadena – e eu vou dizer os números da opinião pública e da mídia brasileira – por US\$42 milhões, mais o que vocês acrescentam aí; a Petrobras vai, três meses depois, compra, tá bom, por US\$550 milhões; acusam o senhor de omitir a cláusula Put Option, e o Conselho diz que o senhor omitiu, e daí se compra. O preço final acabou em US\$1,3 bilhão, da compra dessa refinaria; entre os custos finais está um acordo judicial em que os honorários chegaram a US\$7,9 milhões; recebeu esse valor de honorários o escritório de advocacia que defendeu a Astra Oil, porque obrigou a Petrobras a comprar outros 50% da refinaria. Esse escritório, Thompson & Knigh, era parceiro, associado, um acordo de associação com Tauil, Chequer & Mello – Mello vem do Sr. Marcelo Oliveira Mello, que o senhor diz que é seu amigo, que alugou seu apartamento. Aqui, no currículo do Sr. Marcelo Oliveira Mello, diz que ele trabalhou 20 anos na Petrobras, sendo que no currículo dele diz que coordenou juridicamente projetos em 30 países na área internacional. Aí, de repente, o Sr. Marcelo Oliveira Mello sai desse contexto – isso foi em 2008 – e, no ano seguinte, ele passa representar uma *offshore* uruguaia, que se chamava Jolmey Sociedad, que no Brasil ficou Jolmey do Brasil; e esse Marcelo Oliveira Mello compra o único imóvel dessa empresa por R\$1,5 milhão em Ipanema, cuja avaliação era de R\$7,5 milhões, mas ele paga R\$1,5 milhão: um apartamento duplex, 300 metros quadrados, com piscina, onde o senhor morou durante cinco anos. A revista *Veja* denuncia que o senhor pagava inicialmente R\$3.650,00 de aluguel, e que o aluguel foi feito em nome de sua esposa, a Sr^a Patrícia Cerveró.

A minha pergunta nesse contexto todo, o senhor explicou anteriormente, quero saber, como é que o senhor pagava esse aluguel: cheque, transferência ou depósito?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu pagava em cheque.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Em cheque?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Em cheque.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da sua conta corrente?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Da minha conta. Claro.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu queria saber também se o senhor sabe a avaliação de mercado da região onde o senhor morava há cinco anos.

Porque eu trouxe aqui uma avaliação, na mesma rua do senhor, de uma quitinete por R\$3.800,00 – fica a quatro quadras da sua casa; trouxe um de dois quartos, na mesma rua: Rua Nascimento Silva, R\$3,5 mil; trouxe um apartamento de 200 metros quadrados, sem piscina – não é a mesma coisa de onde o senhor morava – R\$20 mil, R\$20 mil, na mesma rua do senhor, e não tem piscina, não é um duplex.

Minha pergunta é direta para o senhor. Falei, na última vez que o senhor veio: o senhor vai virar o próximo mártir? O senhor viu as perguntas do Relator como mudaram para o senhor?

A sua cabeça vai ser entregue numa bandeja, Dr. Nestor Cerveró. Eu acho que o senhor deveria fazer delação premiada também. Esse caso aqui é um caso rumoroso.

O senhor sabe que esse aluguel aqui é um aluguel que não demonstra realidade. Isso não era um contrato de locação. A relação de proximidade do senhor com o Sr. Marcelo Oliveira Mello bota ele no mesmo cenário, um imóvel de milhões de reais, no cenário de Pasadena.

Nós achamos que o senhor tem muito a falar, Sr. Nestor Cerveró. O senhor viu a mudança, o senhor mesmo. Eu vi a cara que o senhor fazia a cada pergunta do Relator. Mudou. Não sei se o senhor mudou, do *media training* da Petrobras ...

Eu ainda não acabei minha pergunta, para o senhor poder responder.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, desculpe-me.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Da *media training* paga para o senhor pela Petrobras, hoje o senhor teve... E eu dou parabéns ao Deputado Marco Maia, que, sensivelmente, notou a mudança dos rumos deste caso, que não é mais confronto político-ideológico e, sim, um caso criminal de desvio de milhões de reais, de dólares do patrimônio público brasileiro.

E eu pergunto para o senhor, as minhas duas últimas perguntas para o senhor, e são perguntas para o senhor responder à vontade. O senhor acha que foi delatado também pelo Sr. Paulo Roberto Costa? O senhor faz parte de uma organização criminosa como o Sr. Paulo Roberto Costa no caso Pasadena e em outros casos lá dentro?

Porque isso muda tudo em relação ao nosso procedimento e em relação às quebras de sigilo a que o senhor vai permanecer agora. Eu acho que chegou a hora de o senhor também colaborar.

O senhor se lembra do caso Marcos Valério em relação ao mensalão, aquele que não contribuiu com as investigações, e sempre por trás diziam: “Colabore.”, “Não delate.”, “Não entregue.”? Está cumprindo 40 anos de prisão.

Então, fica a minha pergunta para o senhor: se o senhor acha que o senhor está sendo delatado nesse momento; se esse caso é um caso de locação, e, aí, o senhor está cometendo um crime de falso testemunho perante uma CPI.

Porque eu acho importantíssimo o senhor se posicionar, desta vez, de uma forma verdadeira. O senhor está com a sua família presente, com a sua família, com certeza, assistindo a isso, e eu acho que chegou ao limite a sua condição.

A partir do Sr. Paulo Roberto Costa fazendo uma delação, entregando Deputados, Senadores, autoridades, pessoas de alto quilate, ministros, ex-governadores,...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... o senhor está no meio, o senhor é o elo de muitas coisas que aconteceram.

Então, eu acho que o senhor é o elo fraco dessa corrente, e vai sobrar para o senhor no final tudo isso, Sr. Nestor Cerveró.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, é que agora eu me perdi. Qual é a pergunta? Desculpe.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Eu quero saber – e aí as informações são importantes para o senhor saber – se o senhor está sendo delatado neste momento pelo Sr. Paulo Roberto Costa; se o senhor teve algum negócio que envolveu a diretoria dele,...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ... se o Sr. Marcelo Oliveira Mello tinha essa proximidade com o senhor, depois de tantos anos trabalhando juntos; e se isto é uma coincidência, um aluguel baixíssimo, um aluguel totalmente fora de mercado, uma locação de uma empresa que tem relação com uma pessoa que fazia parte de um escritório que fez negócio, dentro da área internacional, quando o senhor é acusado, justamente, de omitir uma cláusula que levou ao lucro de honorários advocatícios do escritório que tinha vínculo com esse Marcelo Oliveira Mello.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está com a palavra o Sr. Nestor Cerveró.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, vou tentar responder na ordem das perguntas. Eu não tenho por que ficar preocupado com delação do Paulo, porque não há esse problema; em Pasadena, não há essa questão.

A questão do valor do mercado é uma questão que pode ser explicada de outra forma, mas também é a sua opinião.

Então, quanto à minha situação – como é que o senhor chamou? – de elo fraco da corrente, é uma opinião sua, Deputado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – O senhor acha que é o elo forte?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não sou nem forte, nem fraco, Deputado. Isso faz parte da decisão. E, volto a insistir, porque se parte de uma premissa equivocada. Parte-se da premissa de que Pasadena causou prejuízo à Petrobras, e não causou. É isso que eu estou querendo dizer.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Deu lucro?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está dando lucro, Deputado.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está com a palavra o Sr. Senador.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Cerveró, a Presidente da Petrobras, a Graça Foster...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou inscrevendo V. Ex^a. O próximo inscrito é o Deputado...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – É um minuto, e eu termino. Eu sou super objetivo.

Ela foi contra a aquisição da plataforma de Pasadena. Ela falou aqui nesta Casa que era um mau negócio. E o senhor, no início, declarou que foi um bom negócio a aquisição.

Eu quero saber, bem objetivamente, qual dos dois está mentindo, porque eu sou pai e sou avô, e o senhor também é. Nossos filhos e nossos netos estão ouvindo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – A sua pergunta é se Pasadena foi... Desculpe, é para entender, sendo objetivo como o senhor foi.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – A Presidente da Petrobras declarou aqui nesta Casa que foi um mau negócio a aquisição de Pasadena...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, sim.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – ... e o senhor declarou aqui que ela deu lucro. Então, eu quero saber qual dos dois está mentindo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Nenhum dos dois está mentindo. A Graça não falou. A Graça falou que, olhando... Porque Pasadena – eu tentei explicar isto, venho tentando – é um negócio que não foi concluído. O projeto Pasadena não foi concluído. O projeto original, que era uma adaptação para petróleo pesado, não foi concluído.

Não se pode analisar um projeto nove anos depois de ele ter sido aprovado, com uma série de mudanças de cenário que ocorreram durante esse período, e esta mudança agora voltou a propiciar um lucro expressivo em Pasadena. Está certo?

Então, a Graça – ela esteve aqui várias vezes também; eu vi – reconhece isto, que o projeto de Pasadena não pode ser avaliado, simplesmente, desta forma maniqueísta: bom ou mau negócio. Pasadena foi um negócio que, na época, tinha todas as condições de ser um excelente negócio, que não foi completado e que agora volta a ser um bom negócio.

Então, eu não acho que nem ela, nem eu estejamos mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos agora voltar à lista dos subscritores dos requerimentos de convocação do Sr. Cerveró.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, autor dos Requerimentos nºs 244 e 271. V. Exª vai usar os dez minutos...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... de forma intercalada.

Está com a palavra V. Exª, Sr. Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, tratando-se aqui do que nós estamos ouvindo hoje e pelo que está acontecendo com a delação premiada, nós estamos diante de um caso que, talvez, seja o mais escabroso da história da República brasileira. E nós não chegamos ainda ao chefe da quadrilha! Nós não chegamos ao chefe da quadrilha, e vamos chegar. Vamos chegar! Vamos chegar, porque isso foi montado no início do governo do Presidente Lula, quando o senhor assumiu a direção da Petrobras, quando tantos outros montaram essa teia que envolveu a Petrobras, e estão dilapidando ao longo do tempo um patrimônio de uma empresa símbolo para nós. Nós estamos falando aqui em nome de 80 mil profissionais que são respeitados por 200 milhões de brasileiros. E meia dúzia tomaram conta, se apoderaram, aparelharam essa empresa para dela tirar proveito. É isso que nós queremos saber. Essa delação premiada que está acontecendo é algo com o que, agora, graças à Mesa e ao trabalho do Presidente, nós estamos avançando para finalmente chegarmos lá. E vamos chegar! Vamos chegar.

V. Sª... Aqui estão os dados. Em fevereiro de 2008, criou-se em Montevideu a empresa Jolmey S.A. Em 28 de agosto, o advogado Marcelo Oliveira Mello recebeu uma procuração para representar e administrar essa empresa aqui no Brasil. O advogado Marcelo também foi sócio do escritório Tauil, Chequer & Mello, parceiro do escritório Thompson & Knight, a mesma empresa responsável pela defesa da Petrobras no processo da compra da refinaria de Pasadena. Veja quanta coincidência! Vai-se amarrando, amarrando, e se chega lá. Vamos chegar lá.

Pergunto a V. Sª o seguinte... Aliás, eu tenho, inclusive, aqui a cópia do *Diário Oficial* do Município do Rio de Janeiro, que mostra exatamente o endereço do apartamento comprado naquele período. Então, é importante saber que nós temos documentos aqui que comprovam isso. A pergunta é: como é que o senhor e a sua família moravam no mesmo apartamento em que uma empresa tinha espaço? Era um quartinho do fundo? O banheiro? Como é que funcionava isso, já que a informação que chega é que o escritório funcionou, nesse período, no apartamento em que o senhor morava?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, essa informação está equivocada.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está equivocada? Mas o que demonstra aqui é o endereço da empresa. O endereço da empresa, registrado...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não sei, não sei. Não...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – ... demonstra que é o mesmo endereço em que o senhor morava.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não morava no mesmo endereço de nenhuma empresa. Eu morava em um apartamento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, mas esse apartamento é o endereço da empresa. Está aqui no *Diário Oficial* do Município do Rio de Janeiro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, pode ser o endereço da empresa porque é uma propriedade da empresa.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pode ser. É. São coincidências.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não acho que seja coincidência. O apartamento pertence à empresa. Então...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas a empresa funcionava lá, e o senhor morava lá.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, a empresa não funcionava lá. Ela tinha... Bom, aí o senhor está...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas, então, vamos adiante. Vamos adiante. Eu estou vendo que o senhor já está até sorrindo, mais relaxado. Isso é bom. Isso é bom.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, é uma ilação que não faz... Desculpe, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, mas faz. Faz! Está o endereço da empresa, e o senhor morava lá. Como é que é ilação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É ilação no sentido de que o fato de o endereço da empresa ser lá é uma questão de registro de endereço. Eu entendo que seja isso. É evidente que eu não morava...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, não é uma ilação. Os documentos estão aqui.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está bom, está bom.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E aí esse advogado, o Sr. Marcelo, também foi quem tocou os negócios de Pasadena, nos Estados Unidos. Aí, eu pergunto: ele atuou em defesa da Petrobras lá, naquele momento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Posso responder?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, é evidente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – É...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não estou perguntando para o advogado; é para o senhor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, o meu advogado está aqui...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Também.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Aliás, eu... Bom. Eu tenho respondido sem o meu advogado. Ele só está trazendo aqui alguns... Ele não está me orientando. Eu queria fazer esse esclarecimento. Eu não estou sendo orientado pelo meu advogado para responder. Eu estou respondendo diretamente às perguntas que os senhores estão fazendo.

Então, o Marcelo Mello – já é a quarta vez que eu repito isso – foi advogado da área internacional da antiga Braspetro, e saiu da companhia em 2003...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor tem conhecimento se ele advogou para a Astra Oil, nesse episódio?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tenho conhecimento, mas se o senhor me permitir responder...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Mas é que eu estou com o tempo aqui... Agora pode dizer, vamos lá.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor me pergunta, e o senhor não quer que eu responda.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se não, o advogado vem com aquele argumento do direito à defesa...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desculpe, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Vamos lá, vamos lá.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não quero entrar em...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Por favor, por favor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mas eu estou respondendo. Estou dizendo: o Marcelo Mello saiu da empresa e foi trabalhar por conta própria. Eu não...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, o senhor falou.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Então, é isso.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, mas responda a pergunta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mas qual pergunta?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – A pergunta que eu estou fazendo é se o senhor pode responder se ele atuava em defesa da Petrobras ou da Astra Oil nos Estados Unidos.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não. Ele não...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está respondido.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Entendi. É que eu não tinha entendido a pergunta.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – E essa nova sede da Jolmey no Brasil, cujo endereço foi mudado para Saquarema? Isso indica que é uma empresa fantasma.

Veja só, o senhor morou num imóvel de uma empresa, que era o advogado que tocava, que é ligado... Aí mudou para Saquarema, que era um...

Afinal esse endereço que o senhor tem aqui, da Rua Nascimento Silva, esse apartamento pertence ao senhor ou a uma outra empresa?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não pertence a mim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ah não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Tanto que eu não moro mais lá. Eu pagava aluguel lá nesse apartamento.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O senhor tem como enviar os comprovantes do aluguel para a CPMI? Do tempo que o senhor morou lá?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Teria que levantar. Isso aí, eu não sei se eu tenho todos os comprovantes.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ah, não sabe?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não sei, eu não sei... Isso é um...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Dos últimos doze meses pelo menos! Dos últimos doze meses. O senhor prestou, o senhor fez a declaração de Imposto de Renda... Está tudo fácil! Tem que guardar por cinco anos! Ou não é isso que manda a lei?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Então, se o senhor tem que guardar por cinco anos, o senhor tem como mandar os comprovantes do aluguel.

Mas vamos adiante.

Eu vi aqui uma declaração sua, que vou ler – está entre aspas aqui. Vou ler, declaração sua, de 16 de abril de 2014, em depoimento à Câmara: “Tenho essa satisfação e esse orgulho de ter dirigido a companhia na área internacional, seguindo uma orientação estratégica, uma orientação do Presidente Lula de internacionalização da Petrobras”.

Pois bem, seguindo isso que o senhor falou, aí eu pergunto:

O senhor tinha poder, sozinho, para tomar a decisão e firmar um acordo de carta de intenções, elaborada pela Astra Oil, ou qualquer outra parte, com relação à refinaria de Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tinha, e tanto não tinha que essa carta de intenções – também já falei sobre isso duas vezes – não tinha um caráter vinculante. Por isso que não havia necessidade de aprovação.

Depois que se fechou o acordo, essa negociação foi aprovada pela diretoria que acompanhava o processo e submetida à aprovação final do Conselho, que é quem tem o poder de decisão, de aprovação de compra de ativos.

Então eu não tenho – já falei sobre isso –, eu não tenho, eu não tinha... Aliás, diretor nenhum pode fechar um negócio... As decisões, Deputado, na Petrobras, são colegiadas, tanto na diretoria como no Conselho.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É, mas quando tem um aparelho, tanto faz ser colegiada, como ser... Porque o colegiado depois, ele simplesmente referenda.

Mas, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-Diretor da Petrobras Ildo Sauer disse que a Presidente Dilma o usou como bode expiatório na questão de Pasadena, pois ela teria dado prejuízos à Petrobras ao trabalhar contra a Revamp.

Isso é verdade?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, ela não trabalhou... Vamos esclarecer. A Revamp era um projeto que fazia parte da estratégia da Petrobras de refinar petróleo pesado brasileiro no exterior. E, quando foi aprovada a compra da participação na refinaria, fazia parte, e foi apresentado dessa forma ao Conselho, fazia parte integrante do projeto o Revamp para petróleo pesado.

Com o decorrer... Aí, é importante essa mudança de cenário. Nós estamos falando de dois a três anos que foram fundamentais na mudança do cenário brasileiro de petróleo.

Quando entra a aprovação da segunda fase, já estavam em pleno andamento os investimentos do pré-sal.

A Petrobras hoje concentra, já desde aquela época, todos os recursos para a construção, ou grande parte dos seus recursos, para a exploração do pré-sal. Daí a decisão de não ir adiante na compra, e também não investir na Revamp da refinaria, porque esse é um valor alto, e o retorno não equivale... O retorno desse investimento, dessa aplicação de US\$3 milhões que seria o custo da Revamp, tem um retorno muito maior se aplicado no pré-sal.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito bem, e ainda disse Ildo Sauer, que foi diretor da Petrobras...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, foi meu colega.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Foi seu colega. E, reconhecidamente, um grande profissional.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sem dúvida.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Ele disse ainda que o ex-Presidente Lula permitiu que grupos de parlamentares se reunissem com diretores da Petrobras para obter “ajuda”. Ajuda entre aspas.

Que ajuda era essa? Existia? O senhor sabe me dizer ou não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não sabe dizer.

E o Paulo Roberto da Costa seria a pessoa que mais ajudou Lula. É verdade isso?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor conclui, Deputado Rubens Bueno?

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno. PPS - PR) – Sim, estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Cerveró) – Não sei. Não sei por que não...

Aí é opinião do lldo. Não posso... Aí, tem que chamar o lldo para responder sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Rubens Bueno. PPS - PR) – É, então está bom.

Mas, Sr. Presidente, só para então fechar, e dizer que nós estamos aqui diante de uma teia, envolvendo uma quadrilha que tomou conta da Petrobras, lamentavelmente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Carlos Sampaio, autor do Requerimento nº 300.

Aí depois nós vamos à lista.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Nestor Cerveró – vou fazer os dez minutos, Sr. Presidente –, o senhor tem clareza de que todas as vezes que o senhor diz aqui para nós e para a imprensa em geral que tudo partiu de uma premissa equivocada de que foi um mau negócio a Petrobras, V. S^a tem clareza de que a primeira pessoa a pronunciar-se no sentido do equívoco da premissa foi a Presidente Dilma, ao dizer: “Se eu tivesse recebido aqui uma coisa mais completa, não teria assinado isso”.

Ninguém inaugurou essa fase da premissa equivocada. V. S^a tem clareza, pelo menos, de que o problema começou com a fala dela? É uma pergunta que faço a V. S^a.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Então, aí a premissa equivocada foi a valorização de cláusulas que não têm referência...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Mas isso foi dito pela Presidente Dilma.

O SR. NESTOR CERVERÓ – É um direito...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu sei, mas V. S^a concorda que, a partir do momento em que ela coloca em dúvida, dizendo “Eu não teria aprovado se eu tivesse mais informações”, ela põe em cheque a postura de V. S^a. Isso está claro?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, ela...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ou o senhor tem alguma dúvida sobre isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não tenho dúvida sobre isso.

O que estou dizendo é o seguinte: é uma opinião dela que pode, perfeitamente, estar equivocada.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Isso. É isto que eu digo, ou seja, a opinião equivocada dela pode ter causado uma série de dissabores ao senhor, a V. S^a.

Essa questão...Por que todos perguntam essa questão do Marcelo que é seu amigo, do advogado.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Uma correção: o Marcelo... – desculpe-me interrompê-lo. Eu conheço o Marcelo por ter trabalhado na Petrobras. Estão colocando como se fosse um amigo de muito... Não é o caso.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Então, eu reformulo: por ser seu conhecido o Marcelo, todos estão colocando em cheque por quê? Marcelo trabalhou com o escritório da Thompson; Thompson advogou para a Petrobras em Pasadena; Marcelo loca um apartamento para sua esposa, onde o senhor morou.

V. S^a concorda que, por mais que seja uma ilação, gera um certo desconforto, ou nós todos estamos equivocadamente num raciocínio sem nenhuma lógica?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, é evidente que esse tipo de ilação e afirmações que estão sendo feitas geram desconforto, principalmente pela exposição. Isso é um problema da mídia, que é muito bem utilizada pelos senhores quando têm interesse...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Ah, o PSDB sempre foi um *expert* em usar a mídia?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, mas é...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sempre foi. O PT, não.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Essa revista é especializada – não vou nem citar o nome – em levantar esse tipo de coisa que propicia esse tipo de... Então, as ilações ficam a cargo de cada um, mas concordo plenamente com o senhor que isso causa um profundo dissabor e desagrado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Desconforto.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, desconforto porque causa, afinal de contas...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Já entendi, já entendi.

Uma outra pergunta, ainda na linha do desconforto: V. S^a concorda que causa um certo desconforto a todos nós e à opinião pública V. S^a dizer assim: “Não tenho nenhum envolvimento criminal ou cível, ou nada debaixo do pano na questão de Pasadena, mas por via das dúvidas estou passando os meus bens para os meus filhos e neto”.

V. S^a acha que causa um desconforto ou não causa um desconforto para quem está ouvindo V. S^a falar?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, eu não passei meus bens para os meus filhos e netos. Eu fiz uma doação – ah, esse assunto também foi bastante explorado –, eu fiz uma doação, que é uma antecipação de herança...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – No meio desse episódio todo. Não foi antes não, né?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Que episódio? Por que...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. S^a sabe a que estou me referindo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu sei o que o senhor está falando, mas estou dizendo o seguinte: eu segui o exemplo – estou lhe dando porque já que tocou no assunto – eu doei três imóveis, sendo que um deles... Eu só tenho um filho, uma filha e uma neta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Para quem o senhor doou eu sei, todos nós sabemos.

Apenas para dizer ao senhor, a V. S^a, que foi doado durante um processo em que seus bens seriam disponibilizados pelo TCU. Gera desconforto, sim.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, desculpe, Deputado. Não!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Por isso mesmo que estou lhe dizendo. Não havia...

O TCU...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não havia decidido.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso, posso?

O senhor não deixa eu continuar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Lógico.

Mas é que eu imagino a resposta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O TCU...

Eu, como diretor da Petrobras, durante cinco anos, tenho vários processos, porque, por ser participante da diretoria, e as decisões são diretoria colegiada, o TCU questiona e tem uma série de...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O senhor me desculpe, mas é que eu tenho só dez minutos...

Não adianta o senhor tentar dizer que houve a transferência dos bens e que nada tem a ver com Pasadena, porque tudo tem a ver, e todo mundo sabe...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tem nada a ver com Pasadena.

Estou lhe dizendo isso: não tem nada a ver com Pasadena.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Então, tá bom.

Então, me diga o tempo em que houve essa transferência. Em que momento houve?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pasadena foi...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não, não. Qual o momento em que houve a transferência dos bens, a doação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Faz três ou quatro meses.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – É, realmente não tem nada a ver com Pasadena.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pasadena...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. S^a tem razão. Eu estou equivocado.

Vamos continuar a pergunta aqui.

V. S^a tem passaporte diplomático ou teve alguma vez?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu tive na época em que eu era diretor internacional.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Em que período V. S^a teve esse passaporte diplomático?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Durante o período em que eu fui...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Durante todo o período?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, de 2003...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Por quem foi requerido esse passaporte diplomático a V. S^a?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Por quem foi requerido? Não, isso é uma... A Petrobras providenciava isso. Eu nunca requeri esse...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. S^a não fez nada, e, de repente, apareceu um passaporte diplomático. Alguém tem que requerer.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Alguém pede.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desculpe, desculpe. Eu, como diretor internacional, visitei, durante cinco anos, mais de 40, 50 países...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu entendo a lógica.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Então, não estou entendendo por que o senhor pergunta quem requereu.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Porque alguém tem que fazer a solicitação. Por exemplo, eu me tornei Deputado e tenho passaporte diplomático.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu fui lá pegar o passaporte diplomático; eu fui lá requerer e assinei. Eu pergunto: todos os que antecederam e sucederam V. S^a tiveram passaporte diplomático automaticamente?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim. Acho que sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não houve requerimento... V. S^a não se lembra disso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É, eu não me lembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não há problema nenhum não se lembrar.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não. Isso era um documento normal que era necessário para facilitar...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu lembro que a gente visitava...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu compreendo, eu compreendo mesmo. Compreendo mesmo a lógica. V. S^a foi testemunha ou arrolado como testemunha do doleiro Youssef. Qual a razão para ter sido arrolado como testemunha de defesa dele?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não faço a menor ideia. Eu estive na sexta-feira passada depondo no Rio, através da Justiça do Paraná, porque o advogado do Sr. Alberto Youssef me indicou como testemunha.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – E que perguntas ele fez ao senhor? De que tipo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ele me perguntou – isso está disponível e saiu até publicado no jornal – sobre os níveis de decisão da Petrobras, o que aliás estou confirmando – as decisões da Petrobras são colegiadas; se eu participava das decisões da diretoria, de refinaria, e eu falei que, da de Abreu e Lima, eu não participei, porque já tinha saído quando começou a obra; como participava das decisões de compra de plataforma, de compra de...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. S^a trocou telefonemas, em algum momento em que esteve como diretor ou logo após, com o Sr. Alberto Youssef?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não conheço o Sr. Alberto Youssef.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Então, nunca trocou, nunca teve relação...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Eu não conheço o Sr. Alberto Youssef.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Deixe-me passar aqui, nestes dois minutos que restam, a impressão com que fico, Sr. Cerveró, com toda a sinceridade.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O episódio que envolve V. S^a está totalmente restrito, pelo menos até o presente momento, antes da delação premiada, a Pasadena. V. S^a tem uma visão a que a Presidente Dilma se contrapôs de uma forma veemente. Evidentemente, quando se contrapõe, na condição de Presidente, ela coloca V. S^a numa posição de defesa absoluta, porque tem que se explicar perante a Presidente e tem que ser educado, cortês e elegante com a Presidente.

V. S^a não teve o seu nome relacionado com o doleiro, não teve o seu nome relacionado com o esquema de corrupção, nem com o eventual pagamento a ser comprovado a Deputados e Senadores. O caso de V. S^a está muito restrito.

Talvez V. S^a e seu advogado, se me permite, poderiam perfeitamente esclarecer um episódio que gerou esse mal-estar para o País numa reunião reservada, numa conversa conosco, porque não pesa nada contra V. S^a do esquema de corrupção da Petrobras que não seja a mal-sucedida ou bem-sucedida venda. E eu vou mais além: ela poderia ficar, por exemplo, no campo do erro. Um mau negócio! Eu não achava, mas talvez tenha sido.

Mas V. S^a saiu numa linha de defesa tão absoluta da Presidente e de tudo que, a cada momento mais, buscam informações até chegar a Thompson...

Aliás, faço um registro aqui para que todos saibam. Essa Thompson, que foi parceira do Marcelo...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – ... que alugou para a sua esposa o apartamento, fez uma coisa, Sr. Relator, que quase não existe na história dos Estados Unidos. O juízo arbitral é correto, é adequado. Quando se recorre? Quando fica comprovado que houve corrupção ou que o árbitro é corrupto. Recorreram. Perdemos US\$72 milhões, porque, evidentemente, não provaram nem um nem outro, nem havia prova. Foi esse escritório que nos fez perder. Pegou US\$7 milhões para ele e perdemos US\$72, recorrendo de um juízo arbitral cujas condições para recurso eram corrupção do árbitro, corrupção na decisão. Absolutamente inócua. E ele é amigo do Marcelo, e o Marcelo locou um apartamento para a sua senhora.

Tudo isso por quê? Porque V. S^a está no campo da defesa desde o momento em que a Presidente Dilma o acuou com a famigerada frase "Eu não tinha conhecimento de nada".

Aliás, ela fala do resumo, se me permite aqui, e já concluindo, Sr. Presidente, do resumo que ela falou um resumo incompleto; uma frase totalmente sem sentido, porque o resumo é incompleto por excelência. Do contrário, não se chamaria resumo; ele seria o todo.

Então, sugiro a V. S^a. que reflita, Sr. Cerveró: V. S^a não faz parte desse mar, dessa lama que está aí toda na Petrobras; o episódio é muito restrito. Pense com carinho nisso e se vale a pena V. S^a comprometer uma trajetória técnica profissional como a sua, que respeito, por causa de um episódio que não lhe diz respeito.

É uma reflexão que sugiro que V. S^a faça.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso Florence, com a palavra, como autor do Requerimento nº 493. Depois, vamos à lista de inscritos, e o primeiro a falar é o Sr. Deputado Imbassahy.

Afonso, dez minutos?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sim, dez minutos. Vou fazer uma intervenção e algumas perguntas.

Bom, Presidente, quero parabenizá-lo pela condução, pelas iniciativas mais recentes, em função do vazamento de informações referentes ao caso da Operação Lava-Jato, posição tomada de consenso no Colégio de Líderes; e saudar também, parabenizar a acuidade, a profundidade, a extensão das perguntas feitas pelo Relator, o Deputado Rodrigo...

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Marco.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Deputado Marco Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Obrigado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Rodrigo está aqui ao meu lado ventilando considerações e fui induzido a, com deferência a ele, citá-lo.

Sr. Cerveró, já estou pela segunda oportunidade ouvindo-o. Na primeira, tive oportunidade de ouvir a sua apresentação e, hoje, as suas considerações.

Tivemos aqui, também, na Comissão, já na CPMI, a Presidenta Graça Foster e o ex-Presidente José Sérgio Gabrielli. Claro, o Brasil, a opinião pública, todos aqui sabem que esta CPMI, e, cada um da sua forma com sua posição política, estamos zelando para investigar, da nossa parte, do PT, do Governo, preservando esse patrimônio nacional com *performance* internacionalmente reconhecida, fundamental para a economia brasileira, para o povo brasileiro.

Portanto, a nossa investigação, as perguntas do Relator, as que vou fazer aqui, têm o fim exclusivo de esclarecer a legalidade, a conveniência econômica dentro do planejamento estratégico da Petrobras, ou a ilegalidade ou inconveniência, obviamente, da compra de Pasadena, que é o objeto de investigação da CPMI.

Da nossa parte, de resto – alguém dizendo que o senhor é acusado, ou já querendo condená-lo, outro dizendo que o senhor é vítima –, é parte do jogo político, para ver se arranca do senhor uma posição distinta daquela que já o tem notabilizado, que é abordagem técnica da tramitação do processo de aquisição.

Bom, é óbvio, também – não podemos deixar de destacar –, que há um pano de fundo, que é o mercado internacional do petróleo. Somos defensores da Petrobras como patrimônio público e do papel que ela tem para a economia brasileira. Outros já consideraram a hipótese de mudar o nome, eventualmente, de privatização. É parte do jogo, e há, obviamente, o setor privado internacional, as petrolíferas, de olho nesse processo.

Então, nós, do PT, do governo do Presidente Lula, do Governo da Presidenta Dilma, apostamos e vamos fazer ato em defesa da Petrobras e vamos continuar a defender o pré-sal e, obviamente, queremos apurar o que aconteceu em Pasadena.

Então, vou fazer uma série de perguntas:

1. A primeira, para nós, muito importante. A sua nomeação para a diretoria executiva da Petrobras ou para alguma outra posição dentro da empresa nessa trajetória recente, teve o apoio ou a influência de algum grupo ou partido político? Foi-lhe feito algum condicionamento político-partidário para essa nomeação?

2. A compra da refinaria de Pasadena era disputada por outras petrolíferas? Caso sim, por que partiu da Astra a iniciativa de oferecer a proposta à Petrobras?

3. Conforme seu depoimento, o refino do petróleo de Marlim era a razão central da Petrobras para aquisição da refinaria naquele ano de 2005/2006.

A descoberta do pré-sal e a crise financeira mundial em 2008, além da descoberta do *shale gás*, do óleo de xisto nos Estados Unidos, configurou um novo cenário para o setor, segundo muitos interlocutores, a Presidenta Foster, o Presidente Gabrielli e V. S^a também. Isso mudou a relação da Petrobras com a Astra? Em quê? Pontue. Comente.

4. Nos termos do acordo firmado para a compra de Pasadena, a Petrobras poderia realizar a *revamp* sem o consentimento da Astra? Pergunta: poderia realizar sem o consentimento da Astra? A obtenção do objetivo estratégico da Petrobras – o refinamento do petróleo do campo de Marlim e a *revamp* – ficou atrelada ao exercício do *right to override*? Isso causou o uso da cláusula Put Option pela Astra? Qual é a sua avaliação do desenlace desse processo? O senhor considera que a paridade nos corpos de administração da refinaria garantia o

acordo de acionistas? Isso inviabilizou a realização da *revamp*? É essa paridade que inviabiliza? Era praxe que o Conselho de Administração da Petrobras decidisse com base no sumário executivo e em esclarecimentos orais dos responsáveis técnicos sem recorrer à leitura da documentação completa dos negócios? Isso é inédito nesse caso ou era uma praxe anteriormente existente? A cláusula de saída no caso de Pasadena apresentava as mesmas condições das existentes nos demais acordos, contratos realizados pela Petrobras?

O senhor já tocou nesse assunto, mas há um aspecto importante. Peço que aumente o som, por gentileza, porque tem muita gente conversando no recinto.

A avaliação da empresa de consultoria Muse Stancil sobre o negócio realizado na compra de 50% remanescente de Pasadena levou em consideração o valor presente líquido na refinaria, incluindo todo o patrimônio, os ativos e as reservas? Onde está a divergência entre essa consultoria e o preço final, finalmente auferido? Qual o conhecimento que V. S^a tem das demais operações da Petrobras que também estão sob investigação da Polícia Civil do Rio de Janeiro: a venda da refinaria de San Lorenzo; a aquisição de participação de 50% no bloco 27/14; e a venda de 27.3 da participação indireta na Edesur, a distribuidora de energia da Argentina?

Essas são as minhas perguntas. Obrigado, Sr. Cerveró.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado, eu vou tentar... Desculpe, mas é que o senhor fez uma série de perguntas. Se por acaso...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Tentando te dar tempo de responder, corri.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, pois é. Mas, se eu por acaso pular, o senhor me corrija ou me peça...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por favor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, Pasadena não... Ela... O que é do conhecimento do mercado é o interesse da Petrobras e de outras empresas americanas, no caso, em investir em processamento de petróleo pesado no mercado americano. Eu desconheço que ela tenha feito negociação com outra empresa.

A questão da...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A sua indicação política?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, sim, desculpe. Não, eu acho... Isso eu já respondi da última vez. Quando eu vou para a diretoria internacional, eu tenho 28 anos de casa. Eu já tinha sido, inclusive, um gerente de destaque, principalmente pela questão do Programa de Geração Termelétrica, que foi um empreendimento fantástico que a Petrobras fez e que foi conduzido por mim.

Então, quer dizer, já tinha um histórico. Eu prefiro acreditar, e acredito nisso, que a minha indicação é uma indicação técnica, indicação de conhecimento. E até pela ligação que havia, porque a diretoria internacional tinha um vínculo muito grande com a Bolívia, com a questão do gás. Então, eu já tinha um conhecimento grande dessa área.

Desculpe, eu anotei aqui... É que eu tenho que... Pode ser, pode repetir...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A relação entre o petróleo de Marlim, a aquisição da refinaria, pré-sal, *shale gas*...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, isso são...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O pano de fundo é: foi mau negócio na época ou é mau negócio a partir da visão de hoje? É esse o pano de fundo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não há... Na época, era um negócio que, não só se levou Pasadena para aprovação, como nós levamos outras refinarias para aprovação. E examinamos uma série de refinarias. Isso atendia a um planejamento estratégico estabelecido em 1999 e 2000 e confirmado em 2004.

Ou seja, nós tínhamos uma produção excedente de petróleo pesado e tinha que se agregar valor a esse petróleo pesado, e somente Pasadena não daria conta desse petróleo pesado. Então, naquele momento, era um negócio bom e teria sido muito melhor se tivesse sido feito a *revamp*. Tanto é assim que o Conselho aprova o negócio, está certo? Então, dada a qualidade do projeto.

A questão do *shale oil* já é um cenário novo. Na época, não existia esse cenário. Na indústria do petróleo isto é muito comum, essas alternativas de mercado, alternativas de melhores condições de refino. O que está acontecendo no mercado americano é fantástico em termos de mudança do cenário de refino.

Os americanos pararam – olha só Deputado, permita isso – de importar gás natural e estão exportando gás natural para o mundo todo. Vários projetos de todo o mundo afora, de gás natural, foram arquivados. Ai é aquela história. Fizeram o projeto de produção de gás natural na Sibéria, que é um projeto sacalina, de US\$ 25 bilhões, e esse projeto “micou”. Deve ter um russo sendo condenado lá, provavelmente, porque fez um mau negócio. Na época em que foi avaliado, era um projeto excelente, era um projeto, imagina, de US\$ 25 bilhões e “micou” na Rússia, por conta da mudança de cenário americano. É isso...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Outra pergunta, só para lembrá-lo, para tentar correr, Sr. Presidente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois não!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A Petrobras poderia realizar a *revamp* sem o consentimento da Astra?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Poderia. Por isso, há a *clausula*. Nós tínhamos o direito do *override*. Pode realizar o investimento, mas estavam estabelecidas as *clausulas* de saída. Essa era a contrapartida que foi colocada no contrato.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sobre a paridade nos cofres de administração? É isso que inviabiliza a *revamp*?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, a *revamp* não foi inviabilizada. Repare, Deputado. A *revamp* não foi inviabilizada. A Astra não quis participar. Isso foi uma decisão dela. A *revamp* foi inviabilizada no momento em que não se aprova a compra da segunda parte, porque precisávamos ter a totalidade para podermos fazer. Tínhamos que ter essa condição. E o Conselho decide não investir mais em *revamp* de refinaria.

Então, não foi a...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Era praxe que o Conselho de Administração da Petrobras decidisse com base em um sumário executivo, esclarecimento orais?

Só lembrando, Sr. Presidente, para poder correr...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, eu estou correndo.

Não, o resumo é elemento complementar de apresentação, quer dizer, é claro que, quando chegam os resumos apresentados, os conselheiros já tomaram conhecimento, há assistente para isto, para fazer análise dos projetos.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – A última, as outras eu vou deixar penduradas.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.!

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Com relação à diferença de preços entre a avaliação feita pela Muse Stancil, essa consultoria, e o preço final pago.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois é. Isso eu já expliquei. Eu creio que há um equivoco. A Muse Stancil fez 27 cenários de preço, com diferentes condições. E a condição para comprar a refinaria é a condição com o maior *as is*. Só que que o *as is* que está colocado, e foi que o que o TCU considerou... Ele considera uma taxa de retorno muito acima do que é uma taxa de retorno que usávamos. Essa é uma grande diferença. Mas os critérios são os mesmos. Mais uma vez esclarecendo: a Muse Stancil não é responsável para a definição de preço. O preço, a negociação quem faz somos nós. A Muse Stancil é uma consultoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Antonio Imbassahy.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, primeiro, mais uma vez, quero lamentar profundamente que a principal estatal brasileira esteja passando por esta situação.

Mas vamos aqui às perguntas.

A primeira consideração é a seguinte, Sr. Nestor Cerveró.

Na delação premiada que o Sr. Paulo Roberto fez e está fazendo, ele reconhece que foi instalada na Petrobras uma organização criminosa, um condomínio de ladrões para saquear e assaltar a Petrobras. Dr. Nestor Cerveró, V. S^a conviveu com Paulo Roberto durante quatro anos como companheiros de diretoria.

A pergunta que faço é a seguinte: Com o seu conhecimento amplo, técnico, com o seu relacionamento com tantos profissionais da Petrobras e de outras empresas que prestavam serviços para a Petrobras, V. S^a nunca percebeu que o Sr. Paulo Roberto era um criminoso? Essa é a primeira pergunta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado Imbassahy, o senhor me desculpe, mas isso é um julgamento. O senhor está querendo que eu faça um julgamento.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Não, não quero julgamento. Ele mesmo já se colocou como criminoso. Ele está fazendo uma delação premiada em que se coloca como criminoso. O Brasil todo sabe disso, e V. S^a também sabe que ele é um criminoso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, isso...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu quero perguntar o seguinte: durante quatro anos, V. S^a não percebeu que ele era um criminoso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não é que... Eu vou me recusar a responder isso porque eu estaria fazendo um julgamento do Paulo, que não foi julgado ainda. Paulo está sendo alvo de um processo. Então...

Bem, eu desconhecia qualquer tipo de atividade, mas não quero concordar, não quero me manifestar porque isso, amanhã, vai ser dito... A mídia a que nos referimos vai dizer que Nestor Cerveró chamou Paulo Roberto de criminoso, e isso é um julgamento que não cabe a mim fazer.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Então, o senhor acha que ele pode não ser um criminoso, ele pode ser um inocente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ele não foi julgado ainda, não é? Pelo que eu saiba, não foi julgado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem. O Sr. Paulo Roberto era chamado pelo ex-Presidente Lula como Paulinho, dada a intimidade que ele tinha, e considerado também um diretor que colaborava,

colaborava muito, para com a política e para com o governo. V. S^a também gozava dessa mesma relação com o ex-Presidente Lula, a ponto de conversar com ele sobre negócios da Petrobras e outras coisas que estão sendo colocadas hoje pela mídia nacional?

O SR. NESTOR CERVERÓ – As oportunidades que eu tive de conversar com o Presidente Lula durante o meu mandato na Diretoria Internacional se restringiram unicamente a informações sobre a atividade internacional da Petrobras, da qual o Presidente Lula era um entusiasta. O Presidente Lula sempre teve uma visão, pelo menos no tempo que eu vivi lá, de que a gente deveria continuar o programa de expansão da atividade internacional da Petrobras. Eu só tratei com o Presidente Lula sobre esses assuntos, inclusive a entrada na África, a entrada no Irã, tudo isso contando com o apoio. Algumas oportunidades em que conversei com o Presidente Lula foram especificamente sobre atividade internacional.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Retomo a primeira pergunta que fiz, o aparte, que não ficou respondida. V. S^a nunca ouviu falar, tendo tanto conhecimento dentro da Petrobras, que haveria uma organização criminosa assaltando a Petrobras? Nunca ouviu falar?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Nenhum auxiliar seu ou algum colaborador, mesmo de fora da Petrobras, nunca comentou nada com V. S^a sobre isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Para começar, o senhor está fazendo uma afirmação de que existe uma organização criminosa.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O Brasil todo sabe disso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, o senhor está dizendo isso. Então, por isso mesmo... Eu nunca ouvi falar isso que o senhor está dizendo. Por não ter ouvido falar, não conheço nenhuma organização criminosa na Petrobras.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem. A Polícia Federal foi quem afirmou isso aí. Foi quem afirmou.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não estou discutindo isso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – A ponto até... Já derivo para outra consideração. A Presidente Dilma foi Ministra de Minas e Energia de 2003 a 2005. Depois ela foi Chefe da Casa Civil de 2005 a 2010. E passou um longo período presidindo o Conselho de Administração da Petrobras, tendo até nomeado diversos diretores da época em que ela estava dirigindo o Ministério. Quatro anos, praticamente, passaram-se, ela como Presidente da República, e, certamente, Sr. Nestor Cerveró, ela tinha sempre acesso às coisas que aconteciam na Petrobras, até porque, se há uma coisa que ela proclama bastante é que ela é ciosa das suas tarefas, das suas atribuições, das suas responsabilidades.

Ela, agora, recentemente, ao reconhecer tantas falcatruas que aconteceram na Petrobras, vem – ela quem fala isso – e diz que não tinha a menor ideia de crimes na Petrobras. Ela está reconhecendo que havia crimes da Petrobras e afirma que não tinha a menor ideia. Sinceramente, vendo, inclusive, matérias anteriores em que ela estava ao lado do ex-Presidente Lula, ao lado do ex-Presidente da Petrobras José Sérgio Gabrielli, acompanhando o Paulo Roberto Costa, no gabinete do Presidente Lula, no Palácio do Planalto, ela tinha essas informações todas. Então, é duro de acreditar nessa afirmativa da Presidente Dilma de que não tinha a menor ideia do que se passava. Isso é coisa que a maioria da população brasileira não acredita. As pessoas acham que a Presidente Dilma – digo isso com tristeza –, que a Presidente da República falta com a verdade ao fazer essa afirmativa.

Gostaria que V. S^a fizesse um comentário. Nós sabemos, Dr. Cerveró, que o ex-Presidente Gabrielli tinha acesso, que levava informações a então Ministra, à Presidente do Conselho de Administração, sobre tudo o que se passava. V. S^a acha razoável que a Presidente Dilma não tivesse a menor ideia de tudo o que aconteceu na Petrobras durante esse período?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tenho comentários sobre isso. O senhor está fazendo uma afirmação.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Foi a própria Presidente que disse que não tinha a menor ideia. E são tantas as denúncias.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor tem de perguntar à Presidente Dilma. Eu não... É uma afirmação dela.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Boa sugestão.

Acho que a população brasileira, certamente, pensa que ela sabia de muitas coisas porque, sinceramente, tantas coisas aconteceram na Petrobras com a Presidente Dilma acompanhando há mais de dez anos, há doze anos praticamente, o desempenho da Petrobras. E ela fala que não tinha a menor ideia de nada o que aconteceu ao ponto, até, de jogar V. S^a, praticamente, no covil das onças ao dizer que na compra de Pasadena foi induzida a erro porque o senhor não levou para ela as informações necessárias para evitar esse grave prejuízo. E o senhor se acomoda.

Não sei, sinceramente, porque o senhor se comporta dessa maneira. Ela jogou o senhor no covil das onças ao dizer que a responsabilidade pela compra de Pasadena... Ela só autorizou porque o senhor não passou as informações para ela. O senhor aqui disse, claramente, que passou todas as informações para ela. Ela, que

foi negligente; ela, que não teve a competência para verificar essa questão da compra de refinaria, não poderia jamais comprar uma refinaria sem ter conhecimento pleno da documentação.

Então, acho que V. S^a se comporta de uma maneira muito arriscada. V. S^a é um homem que tem história, que tem familiares. Está sofrendo, certamente, por estar passando por essa situação e está sendo levado a uma situação muito desagradável. Por isso, é que faço essa pergunta com relação à Presidente Dilma. Não é possível que, em momento nenhum, ela não tivesse sido advertida sobre esses negócios que estavam acontecendo na Petrobras.

V. S^a pode comentar.

O SR. NESTOR CERVERÓ – O que posso comentar, Deputado Imbassahy, é que não me acomodei. Ao contrário, desde que surgiu toda essa versão, fiz questão de comparecer, por convite, à Comissão de Fiscalização, antes da criação da CPI, já em abril. Estava viajando quando surgiu essa informação e esse ruído.

(*Soa a campanha.*)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Fiz questão de comparecer à Comissão, onde fiquei – alguns dos senhores estavam presentes – mais de cinco ou seis horas respondendo a praticamente todas as perguntas que foram feitas, no sentido... Retornei à Comissão presidida pelo Senador Vital do Rêgo, no Senado, mantendo, sempre procurando – e continuo fazendo isso hoje – esclarecer todo o processo de Pasadena.

Quer dizer, não concordo quando o senhor diz que me acomodei.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Muito bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Entendeu?

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Apenas para finalizar, Sr. Presidente, acho que esta CPI entra, agora, em uma nova fase. Ela estava meio devagar. Mas, a partir dessa delação premiada, das informações que chegarão aqui a esta CPML, vamos entrar em uma nova fase que vai permitir averiguar o que de fato aconteceu.

Por fim, uma pergunta rápida, super-rápida.

Gostaria que o senhor dissesse se a venda dos ativos da África foi ou não foi um bom negócio para a Petrobras.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não tenho muito como... Já estou afastado há muito tempo. Isso foi recente. Sei que foi feita uma avaliação. Tenho a satisfação de ter comprado muitos desses ativos. Como falei...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Foi uma boa compra, com certeza.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Obrigado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Mas e a venda?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A venda foi... Pelo que acompanhei, de longe, é que foi feita uma avaliação do mercado e, dentro dessa necessidade... Isso tem a ver, faço uma analogia de novo, mas permita-me repetir essa história. Todos os recursos da Petrobras hoje, quer dizer, todos nesse sentido, tudo aquilo que é possível investir e direcionar para o pré-sal tem de ser feito. Por isso, não foi feito a *revamp* em Pasadena, por isso não foi feita a aquisição de outras refinarias que estavam na fila para serem negociadas também. Essa questão da venda de ativos... Não foi só na África; foram vendidos ativos também no Peru, que eu comprei, e comprei a preço de, entendo que a preço de...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Comprou bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foram campos de gás em que, a convite do governo peruano... Por isso, eu precisava do passaporte especial, eu tinha que me movimentar com frequência. A gente sempre foi muito bem recebido no Peru. Nós temos ativos de grande qualidade, mas que, em face da realidade do pré-sal, eles têm que... Ou seja, a Petrobras hoje é uma nova empresa, o País é um novo país, produzindo, daqui a cinco ou seis anos, cinco milhões de barris por dia. Nos dedos da mão, a gente conta os países que produzem essa quantidade de petróleo. A mesma mudança de cenário americano...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – O senhor não comenta se foi uma boa venda? O senhor não comenta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não... Eu acho que foi uma venda a preço de... Eu não tenho valores detalhados, mas eu acho que a estratégia é a obtenção de recursos para o pré-sal.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Izalci, dez minutos ou cinco?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, primeiro, eu acho que nunca na história deste País vimos tantas coincidências. Eu vou começar de trás para frente aqui em função do que o Francischini falou. Talvez aqui esteja a explicação da questão do apartamento.

Vou deixar de lado o Tribunal de Contas e vou falar da CVM. Sr. Presidente, está taxativo aqui, segundo a avaliação da CVM, que, ainda que a Petrobras sustentasse que o documento elaborado por Cerveró tivesse caráter

preliminar, o que foi confirmado pela sentença proferida, as negociações conduzidas por ele exigiram esforço e investimento da Petrobras para comprovar a sua natureza preliminar. A confirmação disso foi que a Petrobras gastou, somente no que se refere à ação da Astra sobre a carta de intenção de Cerveró, US\$1 milhão referente ao serviço de escritório da Thompson. Coincidentemente, a Thompson é exatamente o escritório que tem relação com o Sr. Marcelo.

Então, eu indago: esse escritório Thompson recebeu US\$1 milhão somente para fazer a defesa dessa carta assinada por V. S^a, que não poderia ter assinado, porque o estatuto proíbe. O estatuto permite apenas que o Presidente ou, no mínimo, dois diretores, conforme está aqui, no art. 26 do Estatuto. A Petrobras, a companhia deve ter sido representada por sua diretoria, individualmente por seu Presidente ou por dois diretores em conjunto. Cerveró representou sozinho a Petrobras sem observar o estatuto da companhia. Para a CVM, as despesas judiciais que a companhia incorreu só ocorreram pelo fato de Cerveró ter realizado uma negociação, ainda que preliminar, sem autorização dos órgãos administrativos da Petrobras.

Então, eu indago a V. Ex^a: V. Ex^a tomou conhecimento dessa confirmação da CVM de que aquela carta assinada por V. S^a, de 700 milhões, sem nenhum respaldo estatutário, causou um prejuízo, só para o escritório, para a Petrobras, com relação a Thompson, de US\$ 1 milhão e que, coincidentemente, agora o apartamento que V. S^a alugou do Marcelo, que era advogado, inclusive, representando a Thompson... Sobre essa correlação, o que V. S^a poderia dizer, talvez para justificar essa questão do valor do aluguel.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mais uma vez, não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas, tudo bem, vamos responder. O senhor está falando da carta de intenção que já mencionei. Isso, o senhor mesmo falou, não foi reconhecido pela justiça americana. A CVM fez um pedido de informação, que já foi respondido pela Petrobras, confirmando esse parecer, e encerrou o assunto.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pois é, mas só para defender isso aqui custou US\$1 milhão.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – A CVM apurou isso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso foi parte dos custos jurídicos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Exatamente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, mas isso não foi para defender. Isso faz parte, porque a Astra entrou com um processo do mesmo jeito que a Petrobras. No processo da Astra – por isso foi uma decisão, coube uma decisão da justiça federal americana –, a Astra queria reconhecer um valor vinculante a essa carta. Então, por não ser uma carta vinculante, eu tinha condições de assinar essa carta. Estatutariamente, pelo jurídico da Petrobras – eu tenho essa afirmação – não havia necessidade de aprovação de instância superior. Haveria necessidade quando essa negociação se transformasse, sim, num valor final. Aí foi para a Diretoria e foi para o Conselho. Então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Não é isso que está no relatório da CVM.

O SR. NESTOR CERVERÓ – A CVM...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – O que está na CVM é que V. S^a não podia ter assinado, e assinou, e, em função dessa assinatura teve que responder. A Petrobras teve o prejuízo de US\$1 milhão...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso é uma...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Só para concluir. Esse US\$1 milhão da Thompson... Foi nesse período que V. S^a conheceu o Marcelo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, já disse aos senhores. Conheço o Marcelo... O Marcelo saiu da área internacional em 2003/2004, muito antes da aquisição de Pasadena e tudo isso. Então, não tem nada a ver com isso. É uma ilação.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Perguntando ainda a V. S^a: nos depoimentos que foram feitos aqui, todo mundo que fez o depoimento até então negou qualquer participação, inclusive nas negociações. O Zelada, que esteve aqui, disse que não participava de nada, que seguia a orientação da diretoria internacional.

Como foi dito aqui pelo companheiro Carlos Sampaio, que disse – e é correto – que você só poderia realmente questionar o conselho arbitral em caso de fraude etc. Todas as operações alegadas para recorrer do conselho arbitral foram em cima de negociações da Astra, de comercialização, mas que a própria Petrobras tinha o seu representante e assinou todas as operações e delas teve conhecimento. Foi V. S^a que determinou que recorresse do conselho arbitral?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, como já foi dito aqui, Deputado, por ocasião dessa questão, já estava há mais de um ano afastado da diretoria internacional.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quando da decisão de recorrer do conselho arbitral.

É evidente que não tenho nenhuma dúvida dessas coincidências, porque todas as operações sempre têm um ex-funcionário da Petrobras. É o caso, por exemplo, da compra da Astra, feita por um ex-funcionário da Petrobras, que coincidentemente era vice-presidente da Astra, que coincidentemente encaminhou para V. S^a

a proposta de parceria. Depois, coincidentemente, da mesma forma, há essa questão agora do advogado que coincidentemente também participa das defesas da Petrobras junto aos órgãos internacionais.

Há uma questão aqui que não foi esclarecida, e V. S^a talvez pudesse esclarecer. Desde o início, há a questão do estoque. Quando foi comprada Pasadena, 42 milhões e mais alguns investimentos, alguém alegou que foram 360 milhões, dos quais 170 milhões foram pagos em razão dos estoques existentes. A própria consultoria BDO, que foi contratada para avaliar isso, registrou em seu relatório que a Petrobras assumiu sozinha todos os riscos do negócio, porque não há nenhum documento que comprove realmente que o estoque tinha exatamente aquele volume anunciado e que esse valor de estoque era exatamente os 170 milhões, que não tinha como comprovar isso, a própria consultoria BDO. V. S^a sabe exatamente qual era o valor dos estoques e onde está registrado isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não não sei. Isso está registrado... Posso responder?

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Pode.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Essa avaliação foi feita recentemente. Não tenho informações detalhadas sobre isso, sobre esse valor. Essa questão dos estoques não houve... A Astra comprou – o que foi feito nessa auditoria, nesse levantamento – comprou a Crown e teve que fazer uma série de investimentos. Agora, do volume de estoque, do valor total realmente não me lembro.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nós sabemos aqui que o Paulo Roberto Costa pertencia ao comitê gestor encarregado inclusive de fazer a análise dos pleitos do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. A Presidenta Graça Fostes, nos seus pronunciamentos, asseverou que desconhecia a existência desse comitê gestor. V. S^a sabe por que ela, como presidenta, poderia não conhecer que existia um comitê gestor e que o Paulo Roberto era realmente o comandante disso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, é simples explicar isso, Deputado. A Graça Foster entrou na diretoria da Petrobras em 2007. Convivi pouco tempo com ela. Essa questão da nomeação do Paulo Roberto foi feita em 2006, quando foi feita a participação, quando foi feita a sociedade. Então, o Paulo Roberto foi nomeado, por ser homem de refino, foi nomeado membro do *superboard*. Então esse *superboard*...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Esse *superboard* só teve atuação uma vez, que foi na questão do impasse, que foi anterior. A Graça não conhecia, porque a Graça não acompanhou. A Graça não fazia parte da diretoria quando essas nomeações foram feitas. Então, por desconhecer... O Presidente da Petrobras não é obrigado a conhecer todos os conselheiros – a Petrobras tem centenas de participações em empresas – principalmente pelo fato de ela ter entrado bem depois na diretoria da Petrobras. Quando a diretoria da Petrobras aprova a compra de Pasadena, melhor dizendo, quando o Conselho aprova, é fevereiro de 2006.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Acho até que a Graça...

O SR. NESTOR CERVERÓ – A Graça só entrou na diretoria um ano e meio depois.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Acho que a Graça evidentemente não deveria conhecer todos...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ...mas Paulo Roberto Costa era chamado pelo Lula de Paulinho. Então, acredito que seja uma pessoa especial dentro da Petrobras.

Mas quero indagar de V. S^a o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concluindo, Sr. Deputado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mesmo sabendo – depois vou me inscrever para continuar – que o art. 26 não dava respaldo a V. S^a para assinar uma carta, qual foi o parâmetro que V. S^a tomou para oferecer US\$700 milhões pelos 50%, se realmente, segundo os levantamentos de até então, não daria esse valor de US\$700 milhões? De onde saiu esse valor?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, de novo – já informei e vou repetir – esse valor foi validado. Contratamos, de novo, uma série de consultorias, e foi confirmado pelo Citigroup. Então, esse valor é aprovado pela diretoria em fevereiro de 2008, esse valor de US\$700 milhões. Foi um valor negociado e confirmado, ou validado, por todas as consultorias que, dentro daquele momento no mercado, atribuíram o valor a esse ativo. E, de novo: eu não tinha nenhuma restrição em assinar essa carta. Sobre isso tenho parecer do jurídico. Tanto é assim que a justiça federal americana, baseada nesse parecer, não reconheceu a validade, ou melhor dizendo, o caráter vinculante dessa carta.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Ela não reconheceu exatamente porque V. S^a não tinha permissão pelo estatuto.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pois é, então...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Tanto é...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – ... que custou para a Petrobras para fazer essa defesa. Vou me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Por ordem de inscrição, o Deputado Mendonça Filho, que permuta com o colega Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, colegas Deputados, eu queria perguntar, em primeiro lugar, ao Sr. Nestor Cerveró: de que ano a que ano o senhor trabalhou na Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – De 1975 a agora, 2009. Não, até 2014.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Até agora. Pois bem. Pergunto a V. S^a, que disse que o negócio de Pasadena não foi um mau negócio – lembro aqui que há precedentes, não foi apenas Pasadena –: o negócio da refinaria no Japão, feito em 2007 (Nansei, Okinawa) também foi um bom negócio?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi, dentro dos objetivos. Posso responder ou o senhor prefere continuar?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Breve, com brevidade porque o tempo é curtíssimo. Eu apenas queria saber se foi um bom negócio.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – É que, permite, V. S^a já disse que foi um bom negócio Pasadena, então, seria razoável imaginar que diria que diria também que Japão foi um bom negócio.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Eu posso fazer um esclarecimento? O senhor me permite?

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Pode.

O SR. NESTOR CERVERÓ – No caso específico de Okinawa, Nansei, a refinaria não era só o objetivo. A refinaria de Okinawa atendia a uma série de objetivos estratégicos: além da expansão do refino, ela pretendia a entrada do álcool no mercado japonês e um *hub* (*hub* é um centro de distribuição), porque a refinaria de Okinawa, na realidade, era uma parque de tancagem com uma pequena refinaria.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Muito bem, muito bem.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Então, por isso o negócio foi bom.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Apenas para que os colegas que não conhecem exatamente do que se tratou a compra dessa refinaria, a mídia tem divulgado, com muita clareza, e ninguém questionou isso, que, quando adquiriu essa refinaria, a Petrobras o fez porque o Conselho omitiu informações. Ou seja: essa refinaria só seria viável se dobrasse a produção de petróleo. Teria que chegar a uma produção diária de cem mil barris quando, na verdade, ela só produz 45 mil barris ou 50 mil barris. Portanto, como não houve essa informação para a Petrobras, para o Conselho, ela adquiriu essa refinaria sem saber que as restrições ambientais no Japão não permitiriam a duplicação da produção de petróleo.

Por isso, a Petrobras, ao comprar essa refinaria por US\$331 milhões, investindo mais US\$111 milhões – são, portanto, US\$442 milhões –, contrariou os técnicos, que sempre afirmaram que não era um bom negócio.

Como V. S^a reafirma que foi um bom negócio Pasadena e que foi um bom negócio Okinawa, eu chego à conclusão de que V. S^a não é aquele profissional tão competente como se referiu aqui. Se é um bom negócio comprar uma refinaria, no Japão, que não dá lucro, porque não pode duplicar a sua produção, o que seria o mínimo para ser rentável, deveria ter havido uma preocupação do Conselho em verificar se haveria a concessão do governo japonês para essa ampliação, uma vez que as restrições ambientais poderiam evitar isso.

Então, sinceramente, Sr. Cerveró, eu chego à conclusão de que as perguntas que lhe são feitas aqui, talvez, já tenham uma resposta predeterminada.

O senhor já fez algum mau negócio na Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Todos foram excelentes?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; nem todos foram excelentes, mas foram todos eles seguindo as normas de aprovação, as normas de avaliação.

E, aí, eu vou fazer um esclarecimento. V. Ex^a há de me permitir falar sobre Okinawa.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Com certeza.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Serei breve.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Pode ser breve, mas esclareça.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Então, deixe-me ser breve.

Okinawa foi comprada e foi informado ao Conselho que era uma refinaria com capacidade de processar 100 mil barris/dia e que não precisava de duplicação. Ela não precisava de duplicação. Ela só processa 50 mil barris/dia porque atende ao mercado local, a ilha de Okinawa. E isso foi feito em completo acordo com o governo japonês, que tinha um programa de implantação de álcool que acabou não indo adiante.

Então, quando nós compramos Okinawa – e não foi por esse valor a que o senhor se referiu, com certeza...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Aliás, é a imprensa que tem dito.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; mas sair na imprensa não quer dizer que seja verdade, Deputado.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Às vezes, nem o que o senhor diz também pode ser verdade.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pode ser, mas o que o senhor está dizendo... Essa refinaria custou muito menos do que isso e continua operando dentro dos limites. E essa limitação foi claramente apresentada ao Conselho.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Muito bem.

Uma pergunta bem objetiva: o senhor conhece o advogado uruguaio Oscar Rachetti?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Conhece a contadora Mari Posa?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – E Paulo Roberto da Costa? Por quantos anos o senhor conviveu com o Sr. Paulo Roberto dentro da Petrobras aproximadamente? Ele esteve lá de 2004 a 2012. Foi por todo esse período?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, porque eu saí da diretoria em 2008. Mas eu conhecia o Paulo Roberto anteriormente, pois ele trabalhava na área de gás e energia e eu fui Gerente Executivo de Energia.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Paulo Roberto afirmou, na sua delação premiada, que o negócio de Pasadena e outros serviam para abastecer propinas para políticos e partidos. O senhor concorda?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Não servia para isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Não servia e não serviu.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu tenho informações, também extraoficiais, de que, na próxima listagem, o nome de alguns empresários serão revelados por meio dessa delação premiada; e, ainda, essas informações extraoficiais dão conta de que o nome do senhor também sairia nessa delação.

Por isso, eu fiz um requerimento, Sr. Presidente, o de nº 738, que protocolei há pouco, com base na nossa Constituição (art. 58, §3º), bem como no Regimento Interno do Senado (arts. 148 e 153), solicitando uma acareação entre o Sr. Nestor Cerveró e o Sr. Paulo Roberto da Costa, até porque há conflito de informações.

Certamente, confirmada a citação do seu nome na delação premiada, seria importante a esta Casa – e eu peço a boa vontade do nosso Relator, que tem se destaque pelo brilhante trabalho que está fazendo... E não é por acaso – vamos puxar a brasa para o nosso assado –, pois nós, gaúchos, não gostamos de colocar as coisas embaixo do tapete – não é, Deputado Marco Maia? Eu tenho a convicção de que o senhor vai avaliar com muito carinho essa hipótese. E, ainda, peço também ao Plenário o apoio para nós aprovarmos, logo adiante, a possibilidade de uma acareação, pois eu acho que alguém não está dizendo a verdade.

E será muito mais fácil para nós, em vez de bancarmos detetives, colocarmos esses frente a frente para questionar eventuais dúvidas que tenham ficado. O senhor se importa em participar de uma acareação, até mesmo porque será convocado? O senhor não tem nada contra isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não tenho... Não sei como funciona isso.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Funciona colocar os dois frente a frente e dirimir dúvidas em relação ao que um afirma do outro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não sei... É, tá bom! Eu não tenho, como eu disse, nada para esconder.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Melhor ainda, então, Sr. Relator e caros Deputados, o próprio Sr. Cerveró concorde. Não vou me estender. Quero agradecer ao Deputado Mendonça pela substituição, eu tenho um compromisso agora, não é, Deputado? Eu lhe agradeço e espero que o Presidente também passe a palavra a V. Exª daqui a pouco.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Deputado Mendonça permutou com V. Exª. Ocupará o seu espaço no momento devido.

Por ordem de inscrição, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, só uma pergunta. O Deputado Afonso Florence falou como titular? Qual foi a condição?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele falou como autor de requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas ele era autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, ele era coautor. O Deputado Carlos Sampaio... É uma decisão da Presidência... O Senador Alvaro Dias era autor de um requerimento, com o Deputado Carlos Sampaio, o Deputado Sibá e o Deputado Afonso. Na eventual ausência do Senador Alvaro e do Deputado Sibá, eles falaram como autores.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu só quero lembrar a V. Exª que eu fui atender à recomendação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Foi, mas V. Exª permutou com... Foi o que foi informado a esta Presidência.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Só para registrar, Presidente.

Nós temos o Regimento omissivo das CPMIs, o do Senado prevalece a primeira assinatura e não prevê a possibilidade, como ocorreu aqui, de várias subscrições.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas o Deputado Mendonça não entrou nessa discussão. Ele mandou um recado a esta Presidência dizendo que não estava de acordo com a permuta.

Bom, vamos ao Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, a minha intervenção vai mais no sentido de clarificar algumas questões que inclusive já foram objeto de pergunta por parte do Relator, mas que eu acho que o Dr. Nestor Cerveró terá condições de melhor explicar.

A primeira delas é: a decisão de não cumprir a sentença arbitral se deu por qual motivo? Eu pergunto: havia segurança jurídica para o cumprimento da sentença arbitral? A Astra se comprometia em desistir das ações que estava executando contra a Petrobras caso tivesse havido o cumprimento, por parte da Petrobras, desse laudo arbitral? Essa é a primeira pergunta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso responder?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Prefere?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Prefiro, porque, senão, eu perco ...

Senador, eu não participei dessa fase, mas a informação que eu tenho, e a dos meus colegas que estão lá, é que a decisão de não cumprir a decisão arbitral é porque a Astra se recusou a retirar todos os processos que ela tinha na Justiça, então não havia segurança... Por isso que quando o Deputado Marco Maia me perguntou se eu concordava com o valor do TCU, embora eu não esteja envolvido, eu não concordo por isto, porque o fato de não haver segurança, de fazer um acordo arbitral e depois permanecer a questão judicial, a Astra se recusou. Só depois de três ou quatro anos. Então, por isso que não foi...

Essa é a informação que eu tenho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Então, isso explica o fato de a Petrobras ter persistido na pendenga...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Na pendência judicial.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – ...com a Astra.

Pois bem! A segunda questão a que V. S^a se referiu, e eu acho que poderia ficar mais claro: qual o valor que a Petrobras pagou em 2012? Não teria sido exatamente... Acho que V. S^a falou, mas eu queria que ficasse mais claro! Não teria sido exatamente o valor estabelecido no laudo arbitral com os devidos ajustes e correções? Ou seja, podemos concluir que não houve prejuízo em decorrência da postergação? Ou seja, o que se agregou a esse valor foi tão somente multas, custos? É isso? Eu pergunto a V. S^a.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, esse é o valor que compõe os 820 milhões. É o valor de referência arbitral mais os custos processuais, multas e tudo isso. É verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – A outra questão que eu gostaria de fazer a V. S^a obviamente que é especulativa, mas eu acho que serve como base para se travar um debate que não fica simplesmente nessa discussão que tem sido reproduzida aqui muitas vezes até, eu acredito, sem muita base. Parece que tem gente aqui que acompanhou o depoimento de delação, porque fala com uma convicção tão forte que nós chegamos à conclusão de que talvez a tenha presenciado ou tenha tido acesso, enfim.

Mas eu pergunto: V. S^a disse que hoje, neste momento, o negócio Pasadena é um negócio rentável, não é? A levar em consideração a colocação que V. S^a faz, eu creio até que, num espaço de tempo muito curto, esse possível prejuízo estará efetivamente coberto. Mas V. S^a disse também que isso se deveu a uma situação inesperada, uma situação surpreendente, que foi o desenvolvimento de novas tecnologias para exploração do gás de xisto. Obviamente que a nossa refinaria, a refinaria de Pasadena, quando a Petrobras a comprou, não tinha esse objetivo nem saberia que isso iria acontecer. Eu pergunto: não tivesse surgido essa nova realidade do gás do xisto, se esse dado novo não tivesse acontecido e, levando-se em conta as flutuações que aconteceram, inclusive por conta da crise de 2008, enfim, não houvesse esse fato, o senhor se arriscaria a dizer que essa refinaria seria rentável também em algum espaço de tempo curto?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Senador, a refinaria, ela é rentável. Só que com uma rentabilidade muito menor do que aquela que estava prevista com o Revamp, com a modificação. E evidentemente a rentabilidade que ela tinha não era uma rentabilidade que justificasse o investimento que tinha sido feito. Isso é verdade. Mas ela sempre foi..., apresentou rentabilidade. A novidade é o que o senhor falou: que com a mudança de cenário, que não era prevista, evidentemente, como também não era previsto deixar de fazer o investimento, hoje, essa refinaria é extremamente rentável. Quer dizer, o negócio de petróleo, o negócio, é o negócio de risco. Não é um negócio que envolve risco... Acabei de citar um exemplo aqui: que petróleo e gás – gás então é mais arriscado ainda... A Rússia tomou um prejuízo de US\$25 bilhões por conta de uma estação de compressão de liquefação de gás que não tem mais mercado. Agora, é um projeto que tem dez anos. Quando foram feitas as análises de Sacalina, era um projeto excelente, tanto que todo mundo queria a Shell, queria participar, a Exxon. Hoje o projeto está micado, esse e outros projetos de gás e outros projetos na indústria de petróleo.

Não é nada de... São feitas estimativas, cenários que não se confirmam. Então, é isso; é uma realidade do negócio. Não quer dizer que o negócio seja um mau negócio. É que ele não teve a rentabilidade, e não teve por conta da não realização da modificação que estava prevista no projeto original.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Eu queria só concluir a minha intervenção fazendo alguns comentários em relação a algumas questões que foram levantadas aqui, até porque se procura estabelecer uma ideia de uma gravidade em determinadas situações que efetivamente não corresponde à realidade. Por exemplo, aqui foi dito que, nessa delação premiada, o ex-Diretor Paulo Roberto teria dito que se encontrava com o Presidente da República, Lula à época. Nada mais comum. Nada mais normal. A diretoria de abastecimento da Petrobras era responsável pelos projetos mais importantes que o Presidente considerava na sua gestão do ponto de vista da área de energia, petróleo, gás, era a responsável pelo projeto de biocombustíveis. É verdade, diretor?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Verdade.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Era responsável pela área relativa ao álcool; era responsável pela implantação das refinarias; era responsável pela mudança na política de utilização de navios no que diz respeito a alocar, alugar ou ter uma frota própria e, como tal, na medida em que era Transpetro, implantarmos novamente a indústria de produção de estaleiros no Brasil, a indústria naval, enfim.

Então, isso é uma coisa óbvia, norma, natural que o Presidente tivesse – se é que teve, porque também isso é outra coisa que está sendo dita, mas eu tenho certeza de que teve ter havido – discussões sobre inúmeros desses projetos.

Era isso que eu queria colocar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O próximo inscrito é o Deputado Lúcio Vieira Lima e, depois, o Deputado Mendonça Filho.

O Deputado Lúcio está aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu sei. *(Risos.)*

Antes, eu queria comunicar que esta Presidência recebeu, há poucos minutos, em resposta ao pedido de acesso às informações sigilosas decorrentes da Operação Lava-Jato, ofício do Supremo Tribunal Federal, através do qual o Ministro Teori Zavascki encaminha cópia integral dos autos da Reclamação nº 17.623 e da Petição nº 5.170, que tramitam naquela Corte.

Informo que os documentos recebidos já estão disponíveis do sítio da Secretaria da Comissão na página do Senado Federal para consulta dos Srs. Senadores e assessoria cadastrada na área de acesso restrito, por se tratar de processo que corre em segredo de justiça.

Esclareço também que as informações referentes aos depoimentos prestados pelo Sr. Paulo Roberto Costa, a título de delação premiada, não constam dos autos dos processos encaminhados pelo STF. O STF ainda não tem esses autos.

O Ministro Teori decidiu, através de despacho, compartilhar todo o material disponível em seu gabinete...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Inclusive a delação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Inclusive a delação quando chegar a seu gabinete, pela decisão do Ministro Teori em despacho a esta Presidência.

O que nós já fizemos? Acabamos de assinar com o Relator um nome expediente ao Ministro Teori comunicando que não vieram nos autos referentes ao processo de delação premiada e ao tempo em que também oficiamos, já hoje, de forma reiterada ao Dr. Juiz Federal que preside o inquérito no Paraná.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Será que não está Procuradoria-Geral da República?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já estamos trabalhando nessa alternativa e já estamos também oficiando ao Sr. Procurador-Geral.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Nesse ofício à Procuradoria-Geral da República, apenas uma sugestão: que V. Exª anexasse a decisão já tomada de compartilhamento autorizado pelo Ministro Teori.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ok. Faremos isso.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Adicionalmente, eu creio que seria importante cumprir a sugestão feita pelo Deputado Carlos Sampaio de requisitar a documentação disponível na Procuradoria-Geral da República. E queria dizer a V. Exª que a nossa assessoria, com relação à parte da documentação de quebra do sigilo vinda para a CPMI, não está obedecendo à leitura correta e a identificação do trânsito dos recursos nas contas investigadas. Seria importante que a Secretaria da Comissão pudesse interagir com cada um dos técnicos que representam os partidos para que a gente possa ter a informação verdadeira. É como se, porventura, os bancos estivessem mandando documentação incompleta, o que impossibilita necessariamente o processo de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A assessoria dos Democratas deve elencar os equívocos ou dados incompletos para esta Presidência, imediatamente, tomar as providências.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Faremos isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pela ordem de inscrição, vejo o Deputado Lúcio Vieira Lima.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de perguntar ao Sr. Nestor Cerveró qual é o conceito que ele tem do Sr. Guilherme Estrella, ex-Diretor de Exploração e Produção de Petróleo; se é tido como técnico competente, como técnico que pode dar informações confiáveis. O senhor decidiria alguma coisa baseado em algum parecer dele?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O Estrella foi meu colega durante cinco anos; eu o conheço. Trabalhei com o Estrella no Cenpes, no Centro de Pesquisas. O Estrella foi, antes de se aposentar, há 20 anos...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Ele é competente? Que ele foi diretor eu sei. Quero saber se o senhor confia nele, se é um técnico competente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sem dúvida.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não pedi o currículo dele. E se é sério?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estou só dizendo de onde eu conheço o Estrella.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Ele é sério?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim. Até onde eu sei, sim.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – O senhor acha que ele é um técnico competente?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ele é um dos grandes especialistas, um geólogo. Na área de exploração e produção da Petrobras, é um dos grandes nomes.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Está aqui na Agência Brasil, postado às 18h, que o ex-Diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme Estrella, afirmou, nesta quarta-feira, que o documento recebido pela empresa sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, não continha todas as informações sobre o negócio. Segundo ele, nem todas as cláusulas do contrato foram analisadas para posterior aprovação. Depois de aprovado pelo Presidente e por todos os diretores, o documento foi apresentado e referendado pelo Conselho de Administração, que reúne representantes dos acionistas, entre eles, Ministros do Governo. Entre aspas: "Aprovamos e depois é que observamos essas cláusulas. Elas complicaram a sustentabilidade econômica do negócio". E conclui dizendo que tem apenas que apurar se houve ou não dolo na ausência dessas informações nos documentos recebidos pela diretoria.

É mais um que diz que foi um mau negócio e mais um que diz que esse mau negócio foi a falta das informações que eram de responsabilidade do senhor. Tem que se apurar, segundo ele, segundo o seu competente e sério colega, segundo palavras do senhor, se houve dolo ou não. Quem está dizendo não sou eu. Quem está dizendo é ele da possibilidade de haver dolo no fato de não ter o senhor encaminhado as informações.

Vamos continuar.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso... O senhor não quer...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não, porque eu não fiz pergunta. A pergunta eu já fiz: se ele era sério ou não. O senhor falou que era sério e competente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Respondeu sua pergunta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está bom.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – A Presidente Graça Foster poderia não ter determinado à Petrobras que não oferecesse o curso de *media training* para vocês? Ela poderia ter suspenso isso, como Presidenta da empresa? Pode ou não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pode. Como Presidente da empresa, pode.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Pode. Ok.

Sendo assim, ela disse que iria apurar essas supostas irregularidades, essas acusações e que não ficaria pedra sobre pedra. Não seria ela, como Presidente, então, de não permitir esse curso, que, na verdade, era um treinamento para que vocês escapulíssem de eventuais apertos de perguntas das CPIs que pudessem, então, ajudar a elucidar o caso, e, aí, sim, não ficaria pedra sobre pedra?

Então, na minha opinião, a Presidenta Graça Foster se equivocou em liberar esse curso para vocês, porque permitiu que, na verdade, as pedras continuassem em pé e não tivéssemos conhecimento se houve dolo ou não.

A questão de transferência dos imóveis para o nome do seu filho foi também vetada, não saiu na imprensa, pela Presidenta Graça Foster. Sobre essa decisão de transferir os bens, sobre essa opinião foram trocadas ideias entre vocês de maneira como preservar o seu patrimônio? Isto também foi matéria do curso que a Pe-

trobras deu: como ex-dirigentes acusados de desvios permanecessem com seu patrimônio? Ou foi uma ideia individual, da sua cabeça e da cabeça da Presidente Graça Foster?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O senhor está perguntando?

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Agora estou; é uma Interrogação.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ah, bom. (*Risos.*)

É difícil...

Não; nunca conversei com Graça sobre essa questão de doação.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Então, é mais uma coincidência em sua vida.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; não é coincidência. Estou dizendo que nunca conversei... O senhor me perguntou se...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Não estou perguntando. Estou dizendo que é mais uma coincidência em sua vida.

O SR. NESTOR CERVERÓ – ... se houve troca de informações. Não.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – A coincidência de a Presidenta Graça pensar da mesma forma que o senhor, porque sua vida é cheia de coincidências, tanto que quem vê novela agora não pode mais dizer que isso só acontece em novela, porque, com o senhor, acontece a toda hora. É só nós vermos, por exemplo: o senhor falou que o Marcelo, o Mello, não era seu amigo; apenas conhecido, companheiro. Afirmou que não era seu amigo. O senhor disse também que o aluguel do apartamento não foi feito através de nenhuma imobiliária.

O senhor viu em anúncio de jornal? Ou foi uma coincidência o Mello ter um apartamento para alugar quando o senhor procurava? O senhor não é amigo dele. Portanto, ele não lhe ofereceu, já que não eram amigos, não frequentava a casa, não tomava uísque. Como foi que esse apartamento caiu no seu colo para ser alugado? Ou é mais uma coincidência?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pergunta?

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Interrogação.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estou dizendo. O Marcelo Mello é meu conhecido, e, através dele, eu tive essa informação. Não há necessidade de ser amigo íntimo para ter informações sobre...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sobre um apartamento?

O SR. NESTOR CERVERÓ – É.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Bom, não é amigo...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; não falei que não é amigo; é conhecido.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Falou. É só o senhor pegar, que afirmou que não era amigo.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não; falei que era meu conhecido há muito tempo. Foi isso que falei.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Então, foi uma coincidência.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – O senhor o encontrou na rua: “Estou precisando de um apartamento”. “Ah, eu tenho um! Acabei de comprar agora”. E aí ofereceu para o senhor alugar.

Sua senhora, a Sr^a Patrícia, trabalha ou é do lar? Ela tem renda? Como é?

Interrogação novamente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Minha mulher está aqui presente. Ela já trabalhou durante muitos anos. Atualmente, ela não... Aliás, estamos os dois desempregados.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sim, então, na época em que alugou o apartamento, ela trabalhava, tinha renda, ou era apenas do lar?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não me lembro agora. Em 2009, acho que já não tinha...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – É; sempre que é preciso uma resposta afirmativa, o senhor nunca se lembra.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não. Estou tentando lembrar, mas...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Mas, vamos lá. Se ela não tinha renda, por que alugou o apartamento no nome dela e não no nome do senhor? Foi apenas para evitar que aparecesse o nome Nestor e, sim, o nome Patrícia?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não é meu nome. Isso foi porque ela foi ver o apartamento, e nós temos comunhão total de bens. Nós somos casados há 39 anos. Então, pelo nosso regime de comunhão, independe se eu assinar ou se Patrícia assinar. Então, foi a mera simplificação; ou seja, como ela estava vendo o apartamento, ela estava negociando – negociando, não –, examinando decoração e tudo isso, ela assinou o contrato, como eu poderia ter assinado. Isso não faz diferença nenhuma, Deputado.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sei.

O fato de o doleiro Youssef colocá-lo como testemunha dele, sem nunca tê-lo conhecido, sem que o senhor nunca tenha estado com ele, a que o senhor atribui isso? Uma coisa do além? Uma coincidência? Como ele pescou o seu nome? O senhor atribui a quê? O senhor pensando de noite, com o seu travesseiro, trocando ideia com sua senhora, não se pergunta: "O que esse rapaz viu em mim para me convocar para testemunhar a seu favor?"

Interrogação.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Obrigado.

Eu também fiquei surpreso, mas fui convocado, fui intimado pela Justiça Federal do Paraná, e, como eu disse – acho que já respondi –, as perguntas do advogado do Dr. Alberto Youssef foi na linha de "como eram os níveis de decisão na Petrobras", e...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Perfeito; mas outra pessoa já o chamou em sua vida para ser testemunha de algum outro processo? Ou foi só o Youssef?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, já...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Porque, no júri, tudo bem: é sorteado para fazer parte do júri popular. Agora, para ser testemunha, tem algum sorteio nesse sentido. Esclareça aí para mim.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu entendo que ele quis mostrar que...

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Que é seu amigo?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Pelas perguntas... Eu não conheço o Alberto Youssef. Estou inferindo isso pelas perguntas que me foram feitas pelo advogado dele. Foi um depoimento de 10 a 15 minutos, e respondi a três ou quatro perguntas do advogado e a mais duas perguntas do Promotor do caso. E foram muito na linha de quais eram os níveis decisórios dentro da companhia. Não sei. Aí, desconheço qual a razão.

(Soa a campainha.)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não conversei com o meu travesseiro ainda sobre isso.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Então, converse hoje à noite, por favor, porque o senhor já veio quatro vezes a este Congresso. Pode ser que venha a quinta.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pode ser.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Então, o senhor converse com ele para ver se ele o esclarece, porque o que não pode mais é o senhor ficar, toda hora, quando se pergunta alguma coisa, fugindo: "Não sei", "Não me lembro", "Deixa eu pensar". Então, converse com ele.

O senhor afirmou aqui perante esta Comissão que pagava em cheque esse aluguel. O senhor reafirma e reitera isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu pagava os aluguéis, sim.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Em cheque?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Em cheque!

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, eu queria pedir pressa no sentido de aprovar o requerimento de quebra de sigilo bancário do Sr. Nestor Cerveró, porque, desta forma, nós poderemos objetivamente começar a ter resultado prático nesta Comissão.

Todos os cheques do pagamento de aluguel deverão estar presentes; os cheques do Sr. Cerveró – certo? – ou os de D. Patrícia, já que são casados com comunhão de bens, e aí já teremos indícios ou não se esse apartamento era efetivamente dele ou não, se está declarado no Imposto de Renda esses pagamentos desses aluguéis.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ok.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – De resto, dou-me por satisfeito, apenas lamentando que, nas quatro vezes em que o Sr. Nestor Cerveró esteve aqui, inclusive eu tive a oportunidade de indagá-lo na Comissão externa que tratava de pagamento de propina na Holanda... Não; perdão, na Comissão de Finanças, eu tive a oportunidade de abordá-lo, e sempre foi nesse sentido, seguindo a mesma linha de todos que aqui vieram para prestar esclarecimento: desde a Presidente Graça Foster, todos nada sabem, nada viram, não foi com eles, não foi com ninguém. Com certeza, o Paulo está preso de maneira inocente, de maneira injusta; aquele rapaz sério, competente e que não desviou recurso nenhum da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça Filho com a palavra.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Por 10 minutos, Presidente.

Saudando V. Ex^a e os demais membros desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, eu vou tentar ser bem objetivo nas minhas indagações ao depoente. No entanto, quero reafirmar minha posição de que lamento muito que o Dr. Nestor, depois de ter vindo a várias comissões técnicas e à própria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, insista na tese da defesa dessa operação de aquisição da refinaria de Pasadena nos Estados Unidos, porque a qualquer pessoa a quem você indague, converse, dialogue a respeito dessa operação e que

entenda um pouco de negócio, não precisa nem ser especialista no negócio de petróleo, sabe que essa operação foi um dos maiores desastres econômicos e empresariais da história da Petrobras e da história econômica empresarial do setor de petróleo do mundo. É um absurdo! Uma empresa privada jamais cometeria um erro como esse, e eu lamento muito que a empresa estatal Petrobras, que pertence a todo o povo brasileiro, tenha sido utilizada para fazer um negócio desastroso e que realmente provocou um rombo terrível no Erário público.

Bom; eu tenho aqui uma primeira pergunta ao Dr. Nestor Cerveró, a respeito de matéria no *Valor Econômico*:

A Presidente Dilma Rousseff afirmou nesta segunda-feira [estou lendo a matéria] que “em nenhum momento” desconfiou que ilícitos [ou seja, atos de corrupção] estivessem sendo cometidos pela gestão da Petrobras. A Presidente, no entanto, admitiu que “tudo indica que houve” corrupção dentro da estatal.

Eu pergunto: o senhor concorda com a Presidente Dilma, que admitiu que houve corrupção na estatal agora? Concorde ou discorde?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Essa é uma opinião da Presidente Dilma.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Estou perguntando se o senhor concorda ou discorda da Presidente Dilma.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não sei, eu não posso concordar nem discordar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pode. O senhor pode discordar.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, porque eu não conheço... Eu não tenho as informações que a Presidente Dilma...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas são públicas, Dr. Nestor. Todo mundo está acompanhando a novela chamada “Petrobras”, o escândalo envolvendo a Petrobras, e a Presidente Dilma admitiu que houve corrupção na Petrobras. Eu estou perguntando se V. S^a acha que houve, concordando com a Presidente, Dilma ou discorda dela.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Pelo que eu...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sim ou não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Aí o senhor não me dá chance...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas é objetivo: concorda ou discorda?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não posso discordar nem...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pode! Permita-me.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não posso discordar nem concordar porque isso...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, o Dr. Nestor Cerveró está convocado aqui para tratar da compra de Pasadena.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu estou na minha hora. Eu fui paciente e aguardei...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou resguardar o direito de V. Ex^a. Por favor.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu gostaria que o Dr. Nestor concordasse ou discordasse da Presidente Dilma. V. S^a não pode ficar em cima do muro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não estou ficando em cima do muro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Está; está em cima do muro.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Desculpe-me, Deputado Mendonça, mas eu não tenho condições de analisar o que a Presidente Dilma disse, porque ela tem informações que eu não tenho. Eu não sei.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor acha que não houve corrupção na Petrobras?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não sei... Que eu conheça, não. Eu não sei. Entendeu?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Bom.

O processo de investigação já estava em curso pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, Tribunal de Conta da União, pela própria CPI, com muito barulho na imprensa, muita notícia nos meios de comunicação.

O senhor e a Presidente da Petrobras Graça Foster decidiram transferir os bens pessoais para parentes. A pergunta é bem objetiva. O senhor acha que é ético uma pessoa, sendo investigada, um agente público sendo investigado por órgãos como o TCU, insisto, MPF, o próprio Congresso, através de CPI, transferir os bens nesse momento, há três meses? O senhor considera ética essa atitude do senhor e da Graça Foster?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Considero uma atitude normal, até porque na minha família isso já foi feito. Um dos imóveis inclusive foi doado do meu pai para mim.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, mas não estou me referindo a um processo de doação, porque isso pode se dar em qualquer família. Estou falando se, depois de instalado um processo de investigação, em curso denúncias mais variadas, questionamentos sobre comportamento da diretoria, estou perguntando se o senhor acha ético ou não o senhor e a Graça Foster tirarem bens que pertencem a sua pessoa e transferir para outros parentes.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Outros parentes, não. Tanto a Graça como eu, passamos para os nossos filhos.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sim, em uma clara ação de proteção do patrimônio, tendo em vista iminente bloqueio, pedido de bloqueio.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não. Esse iminente bloqueio, analisar depois, é inédito no TCU. Tanto Graça quanto eu, fizemos isso muito antes de qualquer decisão...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Três meses atrás.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim, então, mas não havia, há três meses...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor sabe que qualquer pessoa que responda uma ação civil pública está submetida ou passível de ser submetida...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não havia...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ...a um bloqueio de bens?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Deputado Mendonça Filho, não havia nenhuma ação. Eu não estava sendo... Não tinha conhecimento ainda. A questão do bloqueio é uma novidade. Quer dizer, não vejo nenhum problema quanto essa doação.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então, o senhor considera ético?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor não respondeu... Houve uma notícia com relação...

Tenho que repetir parte das perguntas que foram feitas, e o leque de opções é bem restrito, Presidente.

O senhor considera, o senhor pode dizer exatamente como se deu o convite para que o senhor participasse do tal treinamento junto com outros diretores que vinham depor aqui? Quem tomou a iniciativa? Foi o senhor que ligou para Graça Foster: "Olha, quero participar aqui de um *media training*, porque a gente vai ter uma audiência pública e um depoimento na CPI e gostaria de participar." Ou foi a Graça que ligou para o senhor ou algum assessor da Presidência da República. Como se deu a sua ida ao hotel na Tijuca e a participação nesse *media training*? Como se deu... De onde partiu essa iniciativa?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Já respondi sobre isso. Vou repetir a resposta, porque já estão se repetindo muito as perguntas.

Houve um convite do pessoal de treinamento da Petrobras.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas quem é o pessoal? Tem uma pessoa. Não é sujeito anônimo. Tem uma pessoa. Não é sujeito oculto.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, estou dizendo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Quem foi que o convidou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – O pessoal responsável pela área de treinamento...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Nome.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não me lembro o nome, porque...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não é possível.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estou lhe dizendo, porque foi feito um convite, e é um processo, volto a insistir, normal. *Media training* é um processo normal.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor considera normal. O senhor foi demitido da diretoria da Petrobras porque a Presidenta Dilma imputou ao senhor, e toda imprensa do Brasil acompanhou e a sociedade, a responsabilidade por um erro de ter submetido o processo de aquisição de Pasadena, levando a ela informações incompletas que redundaram em um grande prejuízo à Petrobras e ao povo brasileiro. O senhor foi demitido por isso, segundo veiculado por toda imprensa brasileira, em uma decisão clara da Presidenta Dilma, que anunciou isso à República. O senhor considera normal, mesmo tendo sido demitido, ser convidado pela direção da Petrobras, tendo como acionista principal a União, que demitiu o senhor porque não atendeu à cautela necessária na aquisição de Pasadena, para ajudar na explicação em uma própria CPI. É normal isso?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Gostaria que o senhor dissesse o nome. Quem foi que convidou.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu posso... De novo, vou repetir.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não pode ser o pessoal.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, mas faz parte...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não pode ser uma pessoa, uma alma...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Espera aí. Posso...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ...alguém. Nome.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É tão sério assim, Dr. Cerveró?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, porque o nome não tem a menor importância.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Tem! Pode não ter importância para o senhor. Gostaria de saber o seguinte: quais autoridades públicas da República estão atuando para abafar o caso, para segurar V. S^a. V. S^a tem que colaborar com o processo de investigação.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Posso responder?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Pode, por favor, mas objetivamente: foi fulano de tal, José Ramos da Silva, José... Quem foi?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Objetivamente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Objetivamente.

O SR. NESTOR CERVERÓ – ... a *media training* é preparada pelo pessoal de treinamento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas quem o chamou?

(*Soa a campainha.*)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não me lembro. Essa resposta... Se isso é fundamental...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É fundamental. Quem o chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não me lembro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não é possível. O senhor não está com amnésia.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Devo estar. Essa *media training*, esse tipo de apoio...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não desvie, Dr. Nestor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não estou desviando.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero saber quem o chamou. É uma coisa simples. Foi fulano de tal. Foi a Graça Foster quem lhe chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Hein? Não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Foi Graça?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Quem o chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Isso não é uma atribuição da Graça Foster.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então quem o chamou? Foi o Gabinete Civil da Presidência da República?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, isso foi...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então quem o chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Estou lhe dizendo que foi a área de treinamento da Petrobras.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Essa área não é uma pessoa.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Como não é uma pessoa?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Deve haver um cidadão que o chamou. Quem o chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não me lembro do nome.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Ou uma cidadã?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu não vou... Eu não tenho... Eu não posso...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor não está dizendo a verdade.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu estou dizendo a verdade.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O senhor não pode ter se esquecido de quem o chamou para um treinamento há tão pouco tempo, Dr. Nestor.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não faz tão pouco tempo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É uma coisa óbvia. Qualquer criança se lembraria disso. O senhor se lembraria disso.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Bom, eu fui convidado pela área de treinamento...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sim, mas da área de treinamento quem o chamou?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não me lembro. Realmente não me lembro, Deputado.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu lamento, Presidente...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Está bom.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... que o Dr. Nestor não queira colaborar com coisas básicas no processo de apuração.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora vamos ao Senador Aureliano.

Com a palavra V. Ex^a, caro colega.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Ex^{mo} Presidente, Ex^{mo} Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados eu gostaria de fazer uma indagação ao Sr. Cerveró.

Levando em consideração a sua vida pregressa na Petrobras, entrou concursado em 1974, como engenheiro químico e posteriormente teve contribuições técnicas importantes na Petrobras, a minha pergunta é

no sentido de o senhor ter insistido permanentemente aqui que o negócio de Pasadena foi um bom negócio. Eu sei que o senhor é um homem que tem experiência, que tem competência técnica e que faz avaliações, colocou muito bem o que está acontecendo no mercado internacional, o que está acontecendo nos Estados Unidos, as variáveis do mercado internacional, particularmente, o que está acontecendo com o óleo pesado, com o óleo leve nos Estados Unidos e o problema do xisto, que é uma coisa importante, mas, evidentemente, isso tudo... Quer dizer, o que está trazendo o senhor aqui é essa parte técnica que o senhor domina e, fala com muita clareza, tem demonstrado durante a vida do senhor que realmente deu contribuições importantes para este País. Mas, neste momento estamos questionando a ação política de um governo dentro de uma empresa de capital misto onde o Governo é o majoritário.

Então, eu gostaria... Pergunto ao senhor o seguinte... O senhor tem afirmado que foi um bom negócio. O senhor, como engenheiro químico – não só como engenheiro químico, como um administrador que passou por várias diretorias da Petrobras –, é lógico que o mercado modifica, os parâmetros entre máximo e mínimo de qualquer bom ou mau negócio estão no mundo inteiro e o risco acontece, como em todo mercado. Mas o que nós estamos discutindo aqui é, primeiro: o senhor colocou desde o início que em 2003 o senhor entrou na Petrobras como... O senhor foi para a Petrobras na diretoria, que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entusiasta do programa de expansão da Petrobras no que se refere a mercado internacional, com que nós, inclusive, estrategicamente concordamos...

Inclusive, não há problema nenhum Presidente da República conversar com qualquer diretor de qualquer empresa estatal, com qualquer auxiliar, nisso não há nenhuma inibição. A inibição existe – isso em termos constitucionais – em exercer pressão política para que este ou aquele diretor, ou aquele subordinado na estrutura hierárquica do Governo faça alguma coisa que não seja estritamente aquilo permitido pela Constituição e que um Presidente da República não pode extrapolar os seus deveres constitucionais, coisa que, evidentemente, em outros países que não respeitam esta – quer dizer, alguns presidentes, vou citar alguns países como Cuba e Venezuela, isso eles realmente fazem...

A minha pergunta é a seguinte: o senhor tem essa convicção de que realmente, tecnicamente, não houve uma decisão colegiada estritamente técnica levando em consideração que Pasadena era um bom negócio dentro da estrutura da Petrobras e só, unicamente, e que não houve uma ação política direta interferindo nos interesses da empresas.

E há, particularmente, outra pergunta: a atual Presidente da República, Dilma Rousseff, chegou à Presidência da República pelos chamados méritos técnicos. Na história da Petrobras – o senhor, inclusive, pode dizer; não tenho conhecimento, se houver o senhor, inclusive, coloque aqui para esta Comissão –, nunca aconteceu de, às vezes, existir a acumulação de o próprio Ministro de Minas e Energia ser Ministro de Minas e Energia e ser Presidente do Conselho da Petrobras. Se o Ministro de Estado ou qualquer servidor público tem um cargo de Ministro de Minas e Energia, o Ministro de Estado, e faz questão de presidir um conselho, se ele faz questão de presidir um conselho, é para evidentemente estudar minuciosamente cada passo desse conselho. Isso é uma coisa, inclusive, óbvia, clara, ou então não devo fazer parte desse conselho.

Mas o que acontece é o seguinte: a Presidente Dilma Rousseff planejou a matriz energética do País, estabelecendo critérios, controlando e gerenciando toda a matriz energética brasileira. Eu lhe pergunto o seguinte: esta mesma pessoa disse que não tinha a informação, inclusive, de que o senhor aqui nesta Comissão hoje disse que passou de forma resumida e completa a informação para o conselho. A leitura, ou não, e debruçar-se, ou não, sobre o tema, isso é um problema particular de cada gestor, mas o senhor disse aqui que o senhor entregou a forma resumida e o todo.

Então, a minha pergunta objetiva o seguinte: a Presidente Dilma Rousseff tinha condições de fazer uma avaliação pelos elementos que o senhor transmitiu como diretor? Esta é uma pergunta. A outra pergunta é: houve ingerência política diretamente no processo decisório, para decidir a compra de Pasadena?

O SR. NESTOR CERVERÓ – A documentação que foi enviada, as informações que foram dadas, todas elas embasavam e garantiam, ou seja, asseguravam a aprovação unânime do conselho sem questionamentos. O senhor me perguntou se considero que aquele momento atendia à estratégia da companhia, atendia aos objetivos de agregação de valor ao petróleo pesado e atendia ao processo de internacionalização e de entrada no mercado americano, que era um dos objetivos que o próprio conselho – inclusive, eu recebi elogios de conselheiros da época, por ter trabalhado nessa direção. Então, condições de aprovação havia, tanto que foi aprovado, sem questionamentos, porque havia toda uma série de consultorias, de informações, validando o processo de mais de um ano e que se enquadrava perfeitamente dentro do objetivo da Petrobras.

E a segunda pergunta que o senhor me fez, desculpe, que eu não...

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Eu quero saber se a Presidente Dilma, como Presidente do conselho, tinha elementos para ter conhecimento total do negócio Pasadena.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Ela tinha, o que foi apresentado para ela, quer dizer, aí que surgem as cláusulas famosas citadas, aí não são relevantes, não são, foi dito, o termo central para a decisão ou não, para a aprovação da aquisição de um negócio como a refinaria de Pasadena.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Então, o senhor reconhece que a alegação da Presidente Dilma foi uma alegação que, por exemplo, a cláusula de Put Option é uma cláusula natural?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Então, o fato de ela alegar o desconhecimento dessas cláusulas não é suficiente para a decisão do negócio?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, porque essas cláusulas não interferiam, ou seja, não eram cláusulas decisórias.

(Intervenção fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

O SR. NESTOR CERVERÓ – Relembrando o que foi dito, é que não constavam do resumo executivo, essas cláusulas constavam da documentação. Então, no resumo executivo, é verdade.

E não foram colocadas porque, como o nome já diz, era um resumo. Então, um resumo de 2,5 páginas não pode colocar todas as condicionantes, todas as cláusulas de milhares de páginas que faziam, que compunham os contratos de aquisição ou de participação em Pasadena.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Porque o meu questionamento é exatamente por ter a convicção de que, na sua condição de técnico, e dentro de uma avaliação da sua experiência, eu não aceito essa afirmação de que foi um bom negócio. Não foi um bom negócio.

Eu queria só colocar... O senhor colocou que vai provar que foi, dando elementos. Eu gostaria de saber quais são esses elementos.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Eu posso só fazer uma complementação?

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Perfeito.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Lembre-se, Senador, de que o projeto não foi concluído. O projeto que foi aprovado é um projeto que implicava uma modificação na refinaria, que traria resultados muito melhores do que a refinaria... Então, não dá para fazer essa análise agora e dizer que foi um mau negócio. Na época, o projeto era um bom negócio. É esse que é o... Entendeu? Minha posição técnica é essa. Todo o embasamento é com as informações disponíveis naquele momento. No momento em que esse projeto não é complementado, ele já não é o projeto que tinha sido aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Senador Antonio.

O próximo inscrito para fazer uso da palavra é o Senador Fleury.

V. Exª tem o prazo máximo de dez minutos.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Aureliano pela intervenção. Acho que foi, na minha opinião, a grande intervenção desta audiência.

Quero dizer ao Sr. Cerveró o seguinte: o senhor entrou aqui em uma condição que lhe davam de ficar calado. Ao vir para esta Casa, desde três dias atrás, o que eu ouvia era que o senhor não ia falar nada, o que sempre aconteceu aqui. Mas o senhor pode sair daqui, olhar nos olhos dos filhos e dos netos do senhor. O senhor respondeu tudo. A questão de ficar satisfeito ou não... Mas o senhor respondeu. Hora nenhuma o senhor usou de uma prerrogativa que o senhor tinha de ficar calado.

Sou um homem casado, com 38 anos de casado, tenho 4 netos, 4 filhos. A respeito de passar os bens, depois que o Eduardo Campos morreu, que a Marina subiu na pesquisa, os grandes proprietários estão todos tirando os bens e passando para os filhos, porque ninguém sabe o que vai acontecer. Se o senhor olhar hoje, no meio pecuário, que é o meu negócio... Sou um homem do campo, moro há 40 anos em uma propriedade. Nunca morei na cidade, nunca tive um apartamento ou uma casa. Minha casa é na fazenda até hoje. Minha esposa está lá. Mexo com cana, sou produtor de cana em alta escala. Mas estou passando os negócios para os filhos, porque não sei o que vai acontecer após a eleição, o dia 1º de janeiro, se terei ou não terra. Se o pessoal sair para o interior perguntando, vai ver a preocupação com que estão os produtores deste País.

Quero dizer ao senhor que, depois que o senhor se desligou do advogado, a coisa que mais incomodou o senhor aqui foi essa campanha, porque o senhor estava de cabeça erguida. Parabéns por ter respondido tudo sem usar a prerrogativa que o senhor tinha de permanecer calado. O mais feio que existe aqui nesta Casa era quando eu assistia, pela televisão, a pessoa sentar e falar: "Vou usar o direito que eu tenho de ficar calado". O senhor é um homem que vai sair daqui de cabeça erguida e pode sair de braços dados com a sua esposa, porque o senhor tem uma família digna.

Parabéns pelo depoimento.

O SR. NESTOR CERVERÓ – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado ao Senador Fleury.

Agora, temos duas reinscrições aqui: o Deputado Izalci e o Deputado Carlos Sampaio, que são os dois últimos inscritos.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só quero, primeiro, fazer uma pergunta.

Eu fiz aqui uma indagação sobre a questão do recurso da decisão do conselho arbitral. V. S^a afirmou que já tinha saído.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Só para ajustar aqui. De fato, o Deputado Afonso Florence estava inscrito aqui, mas, como já havia falado anteriormente como autor do requerimento, a compreensão que se tem aqui é a de que, quando se fala como autor, depois se reinscreve. Então, estou reinscrevendo V. Ex^a aqui.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quando indaguei a V. S^a sobre a questão do recurso arbitral, V. S^a disse que não estava mais na empresa, mas, quando o Líder do Governo perguntou a V. S^a sobre a mesma questão das negociações, V. S^a respondeu que foi informado de alguma coisa.

V. S^a é afiliado a algum partido político?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Nenhum partido político?

Eu quero insistir aqui, para ficar muito claro, de uma forma muito clara: esse apartamento, de acordo com o Governo do Rio de Janeiro, a base de cálculo do IPTU é R\$7.598 milhões. O valor da escritura, que foi passada para essa empresa, foi de R\$1.532 milhão. Nós sabemos que, quando se passa um valor abaixo do valor de mercado, normalmente é questão de sonegação fiscal, alguma coisa nesse sentido. Mas o valor da propriedade, de acordo com o IPTU, se a gente colocar não 1%, mas 0,5%, que é o valor normal de aluguel, daria em torno, considerando R\$7 milhões, e o valor da escritura, que foi R\$1.532 milhão, dá mais ou menos 20% que foi passado, pelo 20% do valor de mercado. O aluguel colocado por V. S^a também foi em torno de R\$7 mil, R\$8 mil, o que daria, mais ou menos, 20% também do valor de mercado, em função do que foi dito aqui, e é verdade, se colocar 0,5%, daria 37 mil o valor de aluguel. Se alugou por oito, dá mais ou menos 20%, também um valor abaixo do de mercado.

Esse valor abaixo do de mercado não teria sido exatamente por essa relação ou por conhecer o Sr. Marcelo e ter tido negociações com a Petrobras, que é o caso, por exemplo, do próprio escritório da Thompson, onde o Marcelo participou, ou foi porque estava liquidando mesmo o aluguel? Por que R\$7 mil, o preço de mercado era R\$20 mil, acima de R\$20 mil?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Quem negociou esse valor foi V. S^a ou foi a esposa?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi a negociação que foi feita na época. A Patrícia e eu participamos da negociação... Desculpe...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Mas V. S^a tem...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Mas não tem nada a ver com a condição nossa...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas V. S^a sabe que esse preço foi bem abaixo do mercado ou não? Ou não era...?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Foi a negociação que feita, Deputado.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Bem, eu só quero, Sr. Presidente, deixar muito claro aqui para quem nos assiste, para quem está acompanhando a questão da CPMI, eu só quero deixar muito claro, primeiro, que o que nós estamos em busca agora, inclusive na delação premiada, é para onde foi o recurso. Não há nenhuma dúvida mais, tendo em vista os documentos que já recebemos e das centenas e dezenas de empresas fantasmas e superfaturamento, que já está mais do que claro de que houve, sim, bilhões e bilhões de desvios da Petrobras.

O que nós ainda não sabemos da CPI, talvez esse seja exatamente o que nós estamos esperando da quebra de sigilo fiscal e telefônico, é para onde foi esse dinheiro. Mas que houve, sim, o desvio, o superfaturamento na Abreu e Lima está muito claro, inclusive já de acordo com o que foi dito aqui, que o preço de uma refinaria em torno de US\$5 mil, US\$6 mil foi abaixo do mercado; na Abreu e Lima já está quase US\$80 mil o barril. Quer dizer, já está bem acima do preço de mercado.

Então, é só para essa informação.

Acho que realmente houve; independentemente da delação premiada do Paulo Roberto Costa, já temos elementos suficientes para mostrar para a sociedade que realmente já está comprovado que bilhões e bilhões foram desviados da Petrobras. Agora, é de se estranhar que a Presidenta Dilma, como Ministra de Minas e Energia, depois como Presidente do Conselho da Petrobras, e foi dito aqui pelo Líder do Governo que o Presidente da República sempre estava realmente em contato com o Presidente da Petrobras, porque as grandes ações

do Governo eram executadas pela Petrobras... É inadmissível a Presidente Dilma alegar isso aqui: "Dilma diz que não tinha a menor ideia de crimes na Petrobras."

Infelizmente, a estratégia que ela adotou foi a mesma do ex-Presidente Lula de que nunca viu, não sabia. Acho que dessa vez o povo brasileiro não aceitará mais essa desculpa. Acho que ela deve, sim, desculpas ao Brasil em função do que está acontecendo na Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado, Deputado Izalci.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, e o último orador inscrito é o Deputado Afonso Florence.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Nestor Cerveró, na verdade, são colocações feitas pela imprensa, são colocações feitas pela assessoria técnica, então, eu me sinto no dever de fazer essas colocações.

Todo contrato de locação é garantido por fiança ou seguro. V. S^a sabe qual a modalidade adotada nesses contratos de locação? Como é que foi a garantia ofertada?

Também, se não se lembra, é perfeitamente normal...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não me lembro. Realmente, não me lembro.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. S^a poderia se comprometer a nos enviar essa informação?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Os depósitos eram feitos em uma conta bancária específica do proprietário ou não? Quer dizer, houve declaração de Imposto de Renda? Essas informações o senhor poderia também fornecê-las, caso a gente faça um ofício endereçado a V. S^a?

E, por último: sua esposa ou algum membro da sua família seria proprietário ou beneficiário dessa empresa do Uruguai?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não?

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V, S^a...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Não, não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não.

Então, finalizando, Sr. Presidente, eu vou insistir em uma tese: na linha dita pelo Senador Fleury, V. S^a tem a postura de pessoas de bem, age aqui, nesta Comissão, sem receio de responder. E peço desculpas ao advogado se, em algum momento, eu fui ríspido, mas a ideia era dar a V. S^a essa tranquilidade de responder, que, realmente, tirando o barulhinho que o assustava ali, e assusta a todos nós V. S^a não respondeu.

Eu ainda vou entender por que V. S^a insiste em proteger aquela que o inseriu neste equívoco no seu sentimento de que é de dizer que foi um mau negócio, de que ela foi mal informada, de que ela... Porque o seu proceder é de uma pessoa de bem.

Faço esse registro, aqui, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito obrigado.

Deputado...

O SR. NESTOR CERVERÓ – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Deputado Afonso Florence com a palavra, último orador inscrito.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado, Presidente Marco Maia.

Neste momento da reunião, quero saudar o Dr. Nestor Cerveró. Pela segunda oportunidade, vejo seu depoimento.

Quero registrar aqui, da nossa parte, do PT, do Governo, a conduta do Relator, com acuidade, profundidade, extensão das suas perguntas.

Nosso propósito, Dr. Nestor Cerveró, Srs. Deputados e Senadores, a imprensa que nos acompanha, é averiguar o processo de aquisição de Pasadena. Temos eixos estabelecidos pelo Relator, e a limpidez das suas perguntas, da sua apresentação, que acho que, agora, está anexada aos autos desta CPMI para a produção do relatório do Relator, inclusive com o que foi apresentado pela Presidenta Graça e pelo ex-Presidente Gabrielli, nos dão segurança de que, do ponto de vista do mercado internacional de petróleo e das regras vigentes no Brasil, nós temos, cada vez mais, caminhado no sentido de dirimir as dúvidas que possam surgir.

O que nós temos na investigação da Lava Jato e o que nós temos na disputa político-eleitoral, obviamente incidem no processo político, aqui, da CPMI. Mas nós temos tranquilidade de dizer que, com a evolução recente da valorização de ativos da Petrobras, da *performance* de Pasadena, da valorização das ações da Petrobras, do preço de mercado da Petrobras, nós temos condições de, apurando tudo o que está acontecendo, chegarmos a um resultado que preserve esse grande patrimônio do povo brasileiro.

Quem cometeu ilícito responderá na forma da lei, e não haverá, por parte desta Comissão – e tenho a convicção de que por parte de nenhum dos Parlamentares, nem do seu Presidente nem do seu Relator –, qualquer condescendência com o ilícito.

Oportunamente, devemos, obviamente, apurar essas informações, que são contingentes referentes a seus procedimentos familiares, que me parecem bastante justificados neste momento.

Quero registrar que a posição do Partido dos Trabalhadores é aprofundar as investigações, sempre com todo o respeito ao direito de defesa de cada um dos convidados, aqui, nesta Comissão.

Obrigado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Muito bem.

Muito obrigado, Deputado Afonso Florence.

Quero agradecer também a participação do Sr. Nestor Cerveró, a contribuição dada a esta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, está confirmado quarta-feira, então, para o depoimento do Paulo Roberto Costa...

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia. PT - RS) – Não sem antes confirmar que, na próxima quarta-feira, teremos uma oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa a partir das 14 horas e 30 minutos.

Nada mais havendo a tratar, vamos, portanto, encerrar a reunião. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 25 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 17 de setembro de 2014, às 14 horas e 28 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** com a presença dos Senadores **Vanessa Graziotin, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Antônio Aureliano, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e José Agripino**; e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Ronaldo Fonseca, Enio Bacci, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar e Simplício Araújo**. Presentes os parlamentares não-membros Senadores **Fleury, Kaká Andrade**, Deputados **Mendonça Filho, Domingos Sávio, Domingos Dutra e Vicentinho**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Mário Couto, Jayme Campos, e Ataídes Oliveira**; e os Deputados **Sibá Machado, Hugo Napoleão, Aguiinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Arnaldo Faria de Sá**. Na ocasião, foi ouvido o senhor **Paulo Roberto Costa**, ex-Diretor da Petrobras, que usou sua prerrogativa constitucional de ficar calado. Foram aprovados os seguintes requerimentos:

Nº	EMENTA	AUTORIA
684 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Izalci
685 / 2014	Requer a convocação da senhora Meire Bonfim Poza.	Dep. Rubens Bueno
686 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Sen. Vanessa Graziotin
695 / 2014	Requer à Polícia Federal cópia dos depoimentos da Senhora Meire Bonfim Poza nos autos do inquérito da operação "Lava Jato".	Sen. Humberto Costa
696 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Sen. Humberto Costa
699 / 2014	Requer à Polícia Federal cópia do depoimento prestado pela senhora Meire Poza, no dia 7 de agosto do corrente ano, em Curitiba/PR.	Dep. Rubens Bueno
702 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Marco Maia
706 / 2014	Requer seja solicitado à Polícia Federal cópias das planilhas e demais documentos entregues pela Senhora Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Sandro Mabel
707 / 2014	Requer seja convidada a Senhora Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Sandro Mabel

Nº	EMENTA	AUTORIA
720 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Fernando Francischini
724 / 2014	Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza.	Dep. Onyx Lorenzoni

Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da Petrobras.

Inicialmente, a Presidência desta Comissão gostaria de esclarecer algumas questões constitucionais e regimentais relativas à reunião de hoje.

O Sr. Paulo Roberto Costa vem depor a este Colegiado por força dos requerimentos aprovados por esta CPMI e o faz na condição de investigado, uma vez que é réu na ação penal que tramita na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, Paraná. Essa situação lhe assegura o exercício dos seus direitos constitucionais, conforme reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Assim, o depoente poderá responder às perguntas que considerar convenientes, inclusive podendo optar por responder a algumas e a outras não, conforme já decidiu o STF. Ademais disso, o preso tem assegurados os seus direitos constitucionais.

No que tange ao procedimento, esclareço que a oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotados por esta Presidência. Inicialmente o depoente fará sua exposição. Em seguida, será interpelado pelo Sr. Relator e pelos Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se as perguntas e as respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator e, posteriormente, aos autores dos requerimentos, a saber: Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Fernando Francischini, Deputado Rubens Bueno, Deputado Simplício Araújo, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Sibá Machado, Deputado Sandro Mabel. A seguir, aos membros titulares e aos suplentes e aos não membros devidamente inscritos.

A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, conforme dispõem o art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o art. 96 do Regimento da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII, do art. 14, do Regimento Interno do Senado, poderão falar para explicações pessoais em cada reunião apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder é lícito usar da palavra uma única vez em qualquer fase da reunião pelo prazo máximo de cinco minutos para comunicação urgente sem direito a perguntas.

Peço à Secretaria para conduzir à Comissão o depoente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pela ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Determino à Secretaria a suspensão da solicitação.

Vamos ouvir as questões de ordem agora.

Com a palavra Rubens Bueno, Onyx Lorenzoni, Mendonça Filho e Afonso Florence.

Peço ao Senador Gim Argello que anote as solicitações de palavra pela ordem ou para questões de ordem.

Para as questões de ordem, eu gostaria de que V. Ex^{as} nominassem, na forma da explicação anterior, o termo e o artigo do Regimento Interno.

Vamos lá. Pela ordem semiótica da minha apreensão, primeiro Rubens Bueno, depois Onyx, depois Mendonça, depois Afonso.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Ronaldo Fonseca, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens,...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... Onyx, Mendonça, Humberto, Júlio...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me anotar os senhores, por favor. Júlio, Ronaldo – todos, então? –, Izalci, Carlos Sampaio, Vanessa...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A minha questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só posso passar a palavra a V. Exª depois que eu olhar e visualizar todos os interpelantes.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, mas eu não estou querendo fazer neste instante a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...Enio Bacci...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu gostaria de ponderar a V. Exª duas coisas: primeiro, que o eminente Relator, Deputado Marco Maia, pudesse avaliar a possibilidade de abrir mão do interrogatório do Relator no início dos trabalhos desta reunião da CPMI. Evidentemente, essa é uma decisão pessoal do Relator. Temos tido a tradição que de ele tem seguido essa lógica para otimizarmos os questionamentos feitos pelo Plenário, e ele deixaria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator vai se manifestar sobre isso a V. Exª.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A segunda ponderação é a seguinte: como a minha questão de ordem diz respeito ao caráter sigiloso ou não do depoimento – e essa decisão é muito importante e deve ser tomada inclusive pelo Dr. Paulo Roberto Costa –, acredito que eu possa fazê-la com a presença do Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E com o advogado dele em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferida a solicitação de V. Exª.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Para que possa avaliar o fundamento jurídico da questão de ordem que devo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos avançar. Deferida a solicitação de V. Exª.

Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar à Mesa o seguinte – porque temos aqui várias possibilidades –: primeiro é um réu que está dando a sua contribuição à Justiça através da lei, com a delação premiada. E aí, nós temos aqui, diante da situação, a possibilidade de ele chegar, sentar-se e dizer que vai se manter calado, e, por isso, pretende preservar a delação premiada que está fazendo junto à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Mas, Sr. Presidente, eu questiono pelo seguinte: é um direito dele, constitucional, se manter calado. É um direito dele. Mas também é um dever nosso perguntar – não só meu como de todos os demais membros desta CPMI. Então, por isso, estou aqui já fazendo a questão de ordem para assegurar o direito dos membros da CPMI de fazer as perguntas mesmo que ele não queira respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O segundo ponto, Sr. Presidente, é que há aqui uma declaração que chama a atenção. E eu gostaria que o senhor, como Presidente desta Comissão, portanto, Senador da República, e nós, como Parlamentares e membros da Comissão, tomássemos conhecimento dela. Essa declaração, que chama a atenção, está sendo publicada exatamente nestes termos:

“No pré-sal, já houve três pedidos de CPI só na Petrobras. Eu tenho a impressão que essas pessoas [Parlamentares] pedem CPI para, depois, os empresários correrem atrás delas e acharem esses empresários para ganhar dinheiro”.

Declaração do ex-Presidente Lula.

Eu gostaria que a Mesa providenciasse imediatamente algum documento que interpele sobre essa questão como foi colocada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O próximo é o Onyx. Por favor, Onyx, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, a primeira questão de ordem é sobre o art. 198 do Regimento Interno do Senado Federal, que nos dá um comando de que “somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa”.

A segunda é sobre a Lei nº 1.579, de 1952, que estabelece o rito das CPIs, em seu art. 6º que determina que “o processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal”, do Código de Processo Penal brasileiro.

No art. 792 do Código, em seu §1º diz:

Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes.

Estou invocando o art. 198 do Regimento Interno do Senado Federal e o Código de Processo Penal porque não estamos diante de um depoimento qualquer. Estamos diante de um depoimento que pode contribuir, e muito, para o esclarecimento da matéria sobre a qual esta CPMI se debruça, matéria que afeta a vida de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, nós precisamos, Sr. Presidente, definir, pelo menos no meu entendimento, primeiro no âmbito dos membros desta Comissão, deste Colegiado, a definição de sob que regime será recebido o depoente. Creio que, processualmente, pela característica investigativa que esta CPI tem que perseguir e pelos resultados, nós deveríamos caminhar nesse sentido, atendendo o comando do Regimento Interno do Senado (art. 198), que é objetivo, claro, não deixa margem a dúvidas, acatando o que determina o art. 6º da Lei que rege as CPIs, combinado com o art. 792 do Código Penal brasileiro. Desse modo, nós daríamos todas as salvaguardas necessárias.

O comentário, hoje feito na mídia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... pelo Procurador-Geral de Justiça está equivocado, quando S. Exª diz que nem em reunião secreta o cidadão que aqui virá poderia falar.

Eu quero contraditá-lo, uma vez que, dada a origem e a formatação das CPIs, nós estamos aqui como se uma câmara judicial fôssemos. Estão aqui Senadores e Deputados, cada um dos membros desta CPMI, imbuídos, investidos, constitucionalmente e temporariamente, como se juízes fossem. Portanto, não cabe – e peço a consideração de V. Exª – uma manifestação do Procurador-Geral de Justiça do País tentando estabelecer qualquer tipo de limite a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Cabe ao Ministério Público investigar, e cabe investigar o que as Comissões Parlamentares de Inquérito propõem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k., Deputado Onyx.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, pedindo que haja o encaminhamento de uma reunião em que pudéssemos extrair o máximo possível do investigado, ao invés de se prover aqui uma situação em que não teríamos eficácia.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k., Sr. Deputado.

Para contraditar, com a palavra o Deputado Enio Bacci, por um minuto.

Eu peço a V. Exªs, que estão inscritos, que otimizem o seu tempo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Serei extremamente breve.

Apenas para contraditar o que diz o Deputado Onyx, eu concordo, na sua essência, com 90%, mas eu acredito, Excelência, que a opinião pública tem o direito, sim, de saber, principalmente porque os fatos envolvem políticos que são candidatos e, certamente, o eleitor quer votar sabendo de tudo o que está por baixo desse tapete.

Por isso, sugiro que, primeiramente, abramos esta reunião pública e, se ocorrer de ele se negar a falar, que se faça, a partir daí, uma reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Este será o encaminhamento da Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não há nenhuma discordância, Deputado Bacci.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a discordância de V. Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu apenas quis, aqui, Presidente – apenas para ficar claro –, lembrar sob que comando legal nós estamos limitados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, eu só quero reiterar a posição do Vice-Líder Onyx Lorenzoni, lembrando que há um precedente gerado, neste mesmo Colegiado, quando da oitiva do Sr. Osvaldo Vicente Cardoso Perrou, Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União, em 23 de julho de 2014:

Por requerimento do depoente, baseado no art. 144, inciso III, do Regimento Interno do Senado, a reunião, inicialmente pública, foi tornada secreta, sem qualquer manifestação do Plenário.

Eu só queria, Presidente, que nós tivéssemos a oportunidade de informar ao depoente que ele tem o direito de prestar os esclarecimentos a esta CPMI, que é órgão judiciário de apuração, sem que comprometa o processo de delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem querer interrompê-lo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Isso porque está sendo usado o argumento de que se pode comprometer a delação. Contudo, em reunião secreta, está assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem interrompê-lo, ressalto que o precedente que V. Ex^a colocou, de forma muito clara, foi a requerimento do depoente, na reunião passada aqui. E nós precisamos, pelo menos, começar a reunião, para poder ter o direcionamento...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu só queria lembrar que V. Ex^a decidiu de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim; de ofício, a pedido do depoente, ou melhor, a requerimento do depoente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E, neste caso, o requerimento de um Parlamentar pode ser deferido de ofício também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode; não há problema nenhum. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero também me manifestar sobre esse tema na linha de não concordar com a ideia de que seja uma reunião secreta, a não ser que essa seja uma demanda apresentada pelo depoente ou seu advogado na medida em que manifeste o interesse de revelar informações sigilosas. E vou dizer a V. Ex^a por que – aqui eu acho que vale mais a nossa prática do que simplesmente os aspectos regimentais ou legais –: não existe reunião secreta neste Congresso Nacional. Não existe.

Tivemos experiência aqui na Comissão de Ética, quando tivemos o julgamento do Senador Demóstenes Torres e durante a CPI do Cachoeira, e tudo o que aconteceu dentro das reuniões secretas foi revelado lá fora, muitas vezes por Parlamentares que, a cada dez, quinze minutos, vão beber água lá fora ou vão ao banheiro lá fora e apresentam a sua versão do que está acontecendo.

Então, do meu ponto de vista, a não ser que seja uma demanda do depoente, esta reunião deve ser aberta, para que todos possam conhecer o verdadeiro teor do que vai ser dito e discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concordo com V. Ex^a.

Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sem ser redundante, Sr. Presidente, só quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Deputado Júlio Delgado. A inteligência de V. Ex^a é fulgurante, pois absolveu o espírito desta Presidência, para ver se inicia os trabalhos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Então, eu quero dizer que concordo com o Humberto, que seja aberta. Que possa ser, se for vontade do depoente, secreta, desde que ele esteja na preliminar, como disse o Deputado Enio Bacci, desejoso de falar; se essa for a condição. Mas que nós tenhamos, como disse o Deputado Rubens Bueno, o direito de perguntar qualquer que seja a posição.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu confesso que não entendi a tese sobre a audiência ter de ser aberta porque, se for secreta, vaza. Aberta todos falam à luz do dia e, na secreta, vaza. Eu não entendi. Qual a diferença em vazar na secreta para falar na aberta?

Mas, de qualquer forma, eu queria apenas fazer dois registros importantes. Primeiro, eu não estou preocupado com quem vaza a informação, eu estou preocupado com quem assaltou a Petrobras e se há nome de Deputados, Senadores, ministros e ex-governador, eu quero que venham à luz do dia antes das eleições. Não é justo a população brasileira definir o seu voto sem saber quem de fato agiu como político ou, desculpe-me a força da expressão, agiu como marginal surrupiando a Petrobras. Não é justo. Vai contra o interesse da Nação o sigilo apostado a este processo. Nós temos que agilizar a investigação e trazer à luz o nome dos envolvidos antes das eleições.

O meu apelo a V. Ex^a é para que oficie o Procurador-Geral da República, anexando efetivamente a decisão do Ministro Teori, deixando claro que, quando ele diz que quem participa são só as partes da delação premiada, a lei é clara, diz que só as partes – promotor, advogado, réu e a polícia, o juiz não – ele está correto. Ele vai encaminhar tudo ao Ministro Teori só quando terminar tudo. Agora, nós aqui somos parte da investigação, nós temos autoridade investigativa com força judicial. Nós participamos do processo de investigação. Nós não somos juízes para enviar só ao final, nós participamos da investigação. Que V. Ex^a oficie o Procurador-Geral, solicitando que seja encaminhado a esta CPML as informações necessárias. É um pedido que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi feito, Deputado Carlos Sampaio, e vamos reiterar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu gostaria de ter cópia desse ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª sabe que nós já fizemos; vou mandar a cópia do ofício a V. Exª.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou seguindo a ordem de inscrição, por favor.

Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Sr. Presidente, não é questão de ordem, não. Queria fazer apenas uma comunicação. O meu Partido substituiu um dos nomes, o de um membro titular desta Comissão, pelo meu nome. Então, passo a fazer parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Seja muito bem-vindo, querido Deputado.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Já trabalhamos juntos na CPI do Cachoeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já trabalhamos juntos. É um prazer tê-lo novamente aqui.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – ...com maestria por V. Exª.

Queria também, Sr. Presidente, já pedir uma informação. Eu estou acompanhando os trabalhos da CPI e tenho visto que há muitos requerimentos que precisam ser votados. Caso o depoente decida não falar, não seria importante transformar esta reunião, aproveitando o quórum, numa reunião deliberativa para votar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fico a cargo da decisão do Plenário.

Vamos em frente.

Deputado Francischini; depois Izalci.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, pela Solidariedade, pela Liderança, acompanhamos o Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, em gênero, número e grau. Esta reunião tem que ser aberta, Presidente! Só se o depoente alegar que realmente só pode prestar essas informações... Porque somos representantes da população brasileira. A população brasileira já está cansada dos políticos, e a renovação vai ser enorme por causa disso, Presidente. Não dá para a gente lidar com dinheiro público, pessoas públicas, diretores da Petrobras, Deputados, Senadores, Governadores e fazer uma reunião fechada, sem que isso legalmente seja necessário.

Então, temos que trazer primeiro o investigado, Sr. Paulo Roberto Costa, e ouvir da sua boca que ele tem realmente um acordo de sigilo, porque senão vai ser realmente uma CPI que não cumpre o seu objetivo. Vão esconder da opinião pública brasileira quem são as pessoas que estão sendo avaliadas pelo crivo do eleitor este ano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concordo com V. Exª.

Deputado Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, na quarta-feira passada, fizemos uma reunião, onde foi dito, como V. Exª fez, que haveria um requerimento de solicitação de cópia da delação premiada no Supremo. O Ministro Teori já disse que não precisa de autorização judicial para nada. A CPI tem autonomia para isso, autonomia constitucional. V. Exª ficou também de encaminhar para o Janot, nosso Procurador, para que encaminhasse cópia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fiz.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas, em uma semana, não mandaram uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou reiterar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Essa Presidência e o Relator fizeram de fato uma demanda pessoal em busca dessa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fizemos a demanda pessoal...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Porque, hoje, o ideal é que a gente tivesse isso aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fizemos a demanda pessoal, já fizemos a demanda de ofício e, a pedido de V. Exª, vamos reiterar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual é a resposta que houve da Procuradoria?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não houve resposta ainda da Procuradoria. Vamos reiterar, a pedido do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sugeriria a V. Exª que, terminado aqui, pudesse marcar, amanhã mesmo, pessoalmente, para que um grupo de parlamentares fosse e solicitasse cópia dessa delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, a posição do Partido dos Trabalhadores é de que a reunião seja aberta. Há uma distinção fundamental entre vazamento e depoimento aberto. O vazamento vem ocorrendo. Ele serve à disputa política eleitoral. É feito de forma seletiva. Esta Comissão tem atribuição de investigar. Não havendo impedimento legal, precisa ser aberta, porque os argumentos, as acusações, a delação do depoente têm que vir a público e a opinião pública tem que acompanhar, salvo se mantida a dinâmica atual de disputa política...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Eu não cortei V. Ex^a, não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Desligou, então... Só eu registrei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não, querido!

Desligou aqui e eu pedi ao Presidente que garantisse a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem essa garantia.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Então, somos defensores de que o depoimento seja aberto.

Por último, Sr. Presidente, ainda na questão de ordem, similarmente à reunião passada, e tenho em mãos aqui uma orientação da Mesa – assim como o Deputado Carlos Sampaio, eu fui signatário e subsignatário no Requerimento nº 436, de 2014 –, requeiro, como ocorreu na reunião passada, que, no lugar do Deputado Sibá Machado, seja mantida a minha inscrição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faremos assim, Deputado Afonso.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, abro mão da questão de ordem e sugiro a V. Ex^a, como todos estão indo no mesmo caminho, que quem não tiver questão de ordem nova, que, então, V. Ex^a chame o depoente e ele decide...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Assim será feito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... se falará em reunião aberta ou não.

Então, vamos caminhar. E que fale quem tem questão de ordem nova somente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, temos mais dois para...

Deputado Enio... *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PMDB deseja reunião aberta, a menos que haja opção do depoente por fazê-la fechada ou que, no curso do depoimento, V. Ex^a entenda que se esteja tratando de temas sigilosos e queira fazê-lo, senão, como disse, defendemos reunião aberta.

Todavia, há dois detalhes importantes: V. Ex^a, na semana passada, colocou que iria requerer a cópia daquilo que havia sido o teor dos depoimentos já concedidos pelo depoente de hoje. Queremos saber em que estágio está essa situação. Outro ponto, que ficou combinado na semana passada, é que haveria o acompanhamento da Comissão ao processo de delação *in loco*. Esses dois pontos ficaram combinados, na reunião na semana passada, que seriam feitos.

Assim, eu queria que V. Ex^a se posicionasse sobre esses pontos.

Concordo, Deputado Carlos Sampaio, que temos que esclarecer tudo e, mais do que esclarecer tudo, não deixar que sejam difundidas versões que não têm amparo na verdade e que acabam causando prejuízos a quem efetivamente não tenha nenhuma ligação com qualquer fato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Enio Bacci e, depois, Deputado Simplicio.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente, apenas complementando o que já foi colocado e que depende talvez apenas da iniciativa do Relator. Foi sugerido que ele deixasse para fazer seus questionamentos no final.

Caso não seja acatada essa proposta, Relator, eu sugiro – até para viabilizar mais praticidade nos trabalhos – que V. Ex^a faça algumas perguntas, um bloco de perguntas, viabilize a chamada de alguns Parlamentares e depois retome de meia em meia hora, de 20 em 20 minutos. É um critério a se avaliar para não ser cansativo o Relator ficar mais de hora fazendo perguntas e, com isso, para não haver também a repetição de questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Como último interpelante, para assim começarmos efetivamente a reunião, Deputado Simplicio Araújo.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, apenas corroborar com tudo que foi posto aqui e acrescentar que é da maior importância, principalmente para o Brasil, que neste momento está nos assistindo pela TV Senado e pela TV Câmara, que nós possamos passar a limpo essas acusações que foram feitas, que foram trazidas a público pela imprensa.

Nós temos um envolvimento de dois Presidentes da Casa. E esta é uma comissão mista.. O Presidente do Senado e o Presidente da Câmara foram envolvidos por esse cidadão. Então, é importantíssimo aqui, a 18 dias da eleição, que o Brasil possa ter passado a limpo aqui nesta Casa... Eu acho que mais do que ninguém, é um dever nosso, é um dever desta Casa hoje trazer à tona aqui, através desta inquirição, desta reunião, todos os fatos que esse cidadão colocou através da imprensa e que já estão aí de público há muito tempo.

Nós estamos atrasados e ao público, à população brasileira nos cobra uma posição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Agradeço.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – E é importante que a gente dê uma resposta à altura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço, assim, à Secretaria que conduza o depoente à mesa, com a sua advogada. *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra ao depoente, para uma questão de esclarecimento peço a atenção de todos.

Esta Presidência deseja esclarecer que a Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outro órgão de Estado, não deve, não pode interferir ou dificultar o exercício pelo advogado das suas prerrogativas.

Estatuto da Ordem: “Ao advogado cumpre o dever de prestar assistência técnica a seu constituinte, incumbindo-lhe de velar pela integridade de suas garantias”.

Nesse sentido, a decisão liminar do Ministro Celso de Mello é amplamente conhecida: “Admite-se, deste modo, que seja consultado brevemente pelo depoente o seu advogado ou sua advogada e que esta intervenha para evitar a autoincriminação. Não se admite, contudo, que se instruem respostas ou conduza o depoimento”.

Feito esses esclarecimentos, concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Boa tarde a todos.

Queria colocar ao Presidente que eu vou me reservar o direito de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Paulo Roberto Costa, há iniciativas de diversos parlamentares questionando a possibilidade, com o desejo expresso pelo senhor em colaborar com esta CPI, de transformarmos esta reunião em uma reunião secreta, com vistas a tentar, com a presença do senhor nesta Comissão, ter as informações de que esta CPI precisa para a sua investigação.

O senhor, eventualmente numa reunião secreta, colaboraria com esta Comissão?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, só um adendo à colocação de V. Ex^a, no sentido de informar ao depoente e/ou acusado que, em reunião secreta, estão asseguradas todas as prerrogativas pertinentes à legislação que trata da delação premiada, que não comprometerá o processo da delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

V. Ex^a já fez o adendo.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E ele poderá prestar os esclarecimentos à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu questiono ao senhor...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, desculpe. Apenas informar que, mesmo não havendo, foi decidido que as perguntas serão feitas; ou seja, ele vai passar o dia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro.

Sr. Paulo Roberto Costa, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu acho que pode ser a reunião aberta, mas eu permaneço com a mesma posição. Eu não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos iniciar, concedendo a palavra ao Sr. Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está com a palavra o nosso Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Primeiro, boa tarde a todos os parlamentares, Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras presentes. Boa tarde à imprensa e aos assessores aqui presentes.

Primeiro, eu queria expressar... Fui questionado aqui sobre a conveniência, ou não, sobre o procedimento de realizar vários questionamentos, ou de iniciar os questionamentos por este Relator. E é óbvio que, como estamos num processo de investigação, sempre cabe ao Relator a tarefa mais indigesta, que é aquela de fazer as perguntas mais óbvias em determinado momento e mais complexas em outro, porque nós, em alguma medida, temos a responsabilidade de orientar o processo de investigação, permitindo que as contradições em vários temas possam expressar-se, e, ao mesmo tempo, possamos confrontar as informações prestadas por

todos aqueles que passam nas oitivas e também as informações que são levantadas pela equipe técnica que trabalha à disposição da CPML.

Volto a informar aos Srs. Parlamentares que temos uma equipe técnica densa, grande, com representação do Tribunal de Contas da União, com representação da AGU, com representação das nossas consultorias legislativas, tanto da Câmara quanto do Senado, com a participação da Polícia Federal, enfim com vários técnicos especializados, que têm experiência nesse tipo de investigação e que vão orientando as perguntas e os questionamentos a partir da proposta de produção de relatório desta CPI, que estamos vislumbrando ou enxergando para o fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, as perguntas feitas pelo Relator têm exatamente o intuito de, ao final, orientar o relatório que será produzido por este Relator, não que as perguntas formuladas por V. Ex^{as} e que também são perguntas importantes, também não sejam levadas em consideração na produção do relatório. Ao contrário, todas são compiladas, analisadas, confrontadas, porque serão, em alguma medida, utilizadas também na produção do relatório final.

Bom; dito isso, feita essa premissa, eu vou acatar a proposta feita pelo Deputado Bacci e, na verdade, farei apenas algumas perguntas e alguns questionamentos ao depoente, com o intuito de lhe dar a oportunidade de responder a algumas perguntas, a alguns questionamentos nesta CPML.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Uma questão de ordem antes das suas perguntas, nobre Relator...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... se o Presidente me permitir.

Arguo o art. 198 do Regimento do Senado, tendo em vista o fato de que o Regimento Comum é omissivo.

O Regimento Interno do Senado Federal diz o seguinte, Presidente, no art. 198: "Somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer ao Plenário documento de natureza sigilosa".

O mesmo Regimento dispõe, ainda, que:

Art. 144: Quanto ao documento de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das comissões, as seguintes normas:

III - Se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

Então, estou colocando aqui a V. Ex^a que, tendo em vista que o Sr. Paulo Roberto se encontra em processo de delação premiada e a legislação resguarda o sigilo das informações que ele prestou até agora ao Poder Judiciário, e, ainda, tendo em vista o caráter de investigação e de apuração constitucional desta CPML, esta reunião, muito embora eu gostasse que fosse aberta, tem que ser secreta. E só numa reunião secreta se dará garantias ao Sr. Paulo Roberto, e à sua advogada, de que não terá nenhum prejuízo com relação ao processo de delação que está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então, eu pediria a V. Ex^a que, de ofício – não precisa de deliberação do Plenário –, decrete a condição de sigilo e reserva só para os parlamentares, para que possamos indagar o acusado e aquele que está em processo de delação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça, eu reconheço o esforço de V. Ex^a em consubstanciar a ideia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É o Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou iniciando a reunião.

O depoente está, no curso da Justiça Federal, com matéria sob segredo de justiça, mas a vida do depoente e as suas relações com a Petrobras também podem ser inquiridas aí e não são motivo de segredo de justiça. Por isso eu estou começando a reunião.

Fiz o que deve ser feito: perguntei ao depoente se, porventura, na existência de uma reunião secreta, ele teria condições ou se estimularia a falar. Como não, nós vamos continuar com a reunião aberta.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas não é uma decisão do depoente, Presidente; é uma questão de natureza constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta é a decisão da Presidência. Permita-me. Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu posso recorrer ao Plenário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode recorrer ao Plenário.

Com a palavra o Sr. Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Oportunamente vou fazê-lo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Paulo Roberto Costa, mesmo com a sua fala ou expressão de que não responderá às perguntas, aos questionamentos, este Relator gostaria de insistir em algumas respostas, em algumas perguntas. A primeira delas sobre a Refinaria de Pasadena.

O senhor tem o conhecimento de que houve propina ou irregularidades nas tratativas sobre Pasadena? Se sim, quem foi beneficiado, quem pagou e quem recebeu propina no caso da compra deste complexo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sr. Relator, repito aqui. Desculpe novamente, mas eu vou permanecer calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma das questões ainda relativas à Refinaria Abreu e Lima, no Nordeste, amplamente discutida, é de que um dos motivos citados nos depoimentos para o aumento de custos de implantação da Refinaria Abreu e Lima foi a alteração do projeto inicial, com apenas um trem de refino, para dois trens de refino independentes. Essa informação é verdadeira? É possível estimar esse aumento?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sr. Relator, desculpe novamente. Nada a declarar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É verdade que V. S^a delatou à Justiça brasileira a ocorrência de superfaturamentos e pagamentos de propinas oriundos das contratações da Refinaria de Abreu e Lima? A PDVSA tinha conhecimento desse fato? Isso poderia ter levado a PDVSA a desistir do negócio?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Repito aqui, com todo o respeito, mas vou permanecer calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou passar direto às perguntas relacionadas ao tema da delação premiada.

Ao oferecer a denúncia contra o senhor e mais outros nove acusados, o Ministério Público Federal afirmou que o senhor valia-se da condição de Diretor de Abastecimento da Petrobras e de Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima para superfaturar contratos e desviar recursos públicos, que seriam, entre aspas, “lavados pela empresas de Alberto Youssef.

Além disso, têm sido divulgadas por diversos veículos de comunicação várias informações, vazadas, da delação que V. S^a estaria fazendo, e que são sigilosas. O senhor confirma acordo com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para a delação premiada? Já foi concluída a tal delação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Novamente, com todo o respeito, nada a declarar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais os termos do acordo para a delação: redução de pena, perdão da pena ou transformação em pena restritiva de direitos?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Me reservo o direito de ficar calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O senhor sofreu algum tipo de pressão...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Relator, V. Ex^a me permitiria um rápido aparte?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Com toda a sinceridade, a intenção desta CPI é obter as informações necessárias para avançarmos na investigação e conseguirmos, dentro dessa agilidade, talvez chegarmos aos nomes das pessoas envolvidas – repito – antes das eleições. Agora, permanecermos ao longo da tarde com perguntas, expondo o réu a dizer, em cada uma delas, “me reservo o direito de não responder”, eu acho que não é oportuno, não é função desta CPI, e não me sinto à vontade em fazê-lo.

Com toda a sinceridade, se ele não quer, de fato, falar em uma reunião aberta, acho que poderíamos tentar convencê-lo em uma reunião reservada. E a advogada poderia, nessa reunião reservada, nos dizer quais são os motivos pelos quais ele não pode falar. E como é um direito dele, ele seria também dispensado da reservada. Mas tentemos, uma vez na reservada, ao invés de expô-lo publicamente, pergunta a pergunta, porque não é esta a intenção desta CPI, não é esta nossa função primeira.

Eu faço essa ponderação a V. Ex^a e ao Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou tomar uma posição. Eu vou permitir ao Senador José Agripino, rapidamente... Deputado Onyx...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação. Nós não podemos transformar esta reunião, que o Brasil todo está acompanhando, em uma frustração nacional. Nós, do Congresso, não temos o direito de transformar esse encontro em um encontro de frustração nacional. Está claríssimo que o depoente veio aqui determinado a não dizer nada. Está sendo feita aqui a última proposta de uma reunião reservada, em que ele pudesse dar contribuição mínima ao esclarecimento dos fatos que o Brasil quer saber. Se ele não concordar, quero deixar aqui, com V. Ex^a e com a Comissão, a proposta de fecharmos questão em torno daquilo que foi objeto da reunião anterior de, no Supremo Tribunal Federal, obtermos definitivamente o compromisso da remessa imediata do compartilhamento dos depoimentos da de-

lação premiada, para que esta Comissão, aí sim, possa cumprir o seu papel perante o País. Do contrário, o evento de hoje vai manchar, definitivamente, a imagem do Congresso e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Então, quero colocar a V. Ex^a, ao Relator, aos membros da Comissão: se o depoente insistir em não dizer nada, não responder pergunta nenhuma, a Comissão deve ter como meta, como objetivo, obter do Supremo Tribunal Federal o compromisso definitivo de, chegando ao Supremo cada depoimento da delação premiada, a Comissão ter acesso imediatamente para que ela possa, como o Ministério Público e a Polícia Federal, cumprir seu papel constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Agripino, respondendo a V. Ex^a, me permitam os demais interpelantes, nós já tomamos as providências que eram necessárias e cabíveis, e com firmeza. Fizemos ao Procurador-Geral da República, fizemos ao Juiz – mesmo assim, fizemos ao Juiz da comarca de Curitiba, o Juiz Federal –, fizemos ao Sr. Ministro Teori Zavascki. Mas agora, depois desta reunião, vou pedir uma audiência ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, em companhia do Ministro Teori, e convidado V. Ex^a a, comigo, com o Relator e com o Senador Gim, ir ao Supremo Tribunal Federal. Fica certo assim.

Vamos otimizar. Vou colocar o requerimento agora do Deputado Mendonça Filho. Está bom? O.k.? Posso fazer?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero encaminhar, Presidente. Só defender o requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu pedi, eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já defendeu muito.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu gostaria...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Há razões... Há razões...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Um minuto...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Haverá alguém que vai se posicionar contra?

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Me permitam organizar, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor vai ter a questão de ordem. Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu tinha pedido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor tinha pedido e eu estou lhe dando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k., Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, faça em um minuto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em um minuto. Vamos todos em um minuto, está certo? Ouço todo mundo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Todo posicionamento inicial que eu manifestei aqui era porque, sobre tudo o que nos debruçamos e investigamos, é evidente que é um esquema mafioso e criminoso e que seguramente o depoente tinha parte ativa, preponderante e o comandou. Portanto, é muito claro que a delação ainda não é premiada. Acho que é um equívoco aqui o que está sendo dito. Ela está tentando ser construída para... Poderá ou não ser premiada. Por essa razão há a preocupação de investigar profundamente. Por isso a proposta de que a gente possa fechar e incluir esse objetivo.

Nós Parlamentares... tenho dados aqui – e queria perguntar ao depoente – que são retirados de sigilos que estão aí. Como eu verbalizo isso abertamente? Então, em proteção à Comissão e principalmente para investigar e chegar aonde o Brasil quer, nós precisamos interrogá-lo frente a frente e fechados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Um minuto, Simplício, e um minuto, Afonso.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, é apenas para somar as ponderações que foram feitas aqui e aumentar. O Brasil inteiro está, neste momento, esperando uma resposta destas Casas do Congresso Nacional. Os nomes dos Presidentes da Câmara e do Senado estão envolvidos nesse processo, e nós temos que hoje começar a efetivamente dar uma resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar o requerimento.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Nós não podemos fazer aqui uma espécie de encenação. Nós precisamos avançar para dar algum posicionamento real à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso – vamos votar o requerimento – com a palavra. Um minuto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, só para destacar o seguinte: o art. 144 do Senado ressalva as matérias de natureza sigilosa. Até o momento, o depoente vem dizendo que se nega a responder. A minha ponderação é, convindo, que V. Ex^a, de ofício, permita que o Deputado Marco Maia, como Relator, registre quais são as perguntas fundamentais e as faça. Porque nós não sabemos quais são as que ele se nega a responder. Se porventura ele se dispuser a responder a alguma delas, obteremos algum resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, só para encaminhar o requerimento, Presidente. Trinta segundos. Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci. PDT - RS) – A questão não são as matérias sigilosas que ele possa responder, mas que nós possamos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k. Vamos encaminhar o requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O PT quer investigar e quer esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., o.k., o.k. Vamos lá.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O autor do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O autor tem mais alguma explicação fora essa que está consubstanciada no texto? Em um minuto, por favor.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu tenho, eu tenho. Vou ser bem objetivo, Presidente. Talvez em menos de um minuto... Um pouco mais do que um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero dizer o seguinte: defendo a publicidade de todo trabalho legislativo. No entanto, é público e notório que o Sr. Paulo Roberto está hoje em processo de delação premiada e isso corre em segredo. Então, é necessário que se dê a ouvida do depoimento dele nesta Comissão Parlamentar de Inquérito em regime secreto. É por isso que eu peço a V. Ex^a que aprove, submeta a aprovação o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está sobre a mesa...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... para que a gente possa ter o testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Está sobre a mesa depoimento do Líder dos Democratas, Mendonça Filho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depoimento, não; requerimento, desculpe, do Líder dos Democratas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... com o apoio de outros Deputados, com o apoio do Deputado Onyx, com o apoio do Deputado Enio, que está aqui...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Afonso, do PT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... com o apoio do Deputado Afonso. Nós vamos pôr em votação o requerimento de S. Ex^a com esses apoios. Os senhores...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ler os termos do requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ler os termos do requerimento. Por favor, Afonso."Requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e no art. 144, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a V. Ex^a [e aqui estou colocando 'ouvido o Plenário'] a transformação desta sessão aberta em sessão secreta. Assinado: Deputado Mendonça Filho e outros."

Em votação.

Os Srs...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto aberto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Orientação de Bancada, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT pelo voto aberto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Orientação de Bancada pelo PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Orientação de Bancada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT pela sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Orientação de Bancada.

Por favor!

Deputado Eduardo Cunha.

Depois, pelo PT, Deputado Afonso...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Em primeiro lugar....

Sr. Presidente, V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...depois Deputado Julio.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – V. Exª, em questão de ordem, decidiu que a sessão ficaria aberta...assim o desejasse para prestar informações. Então, é um recurso da sua decisão, e não um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É um recurso, é um recurso da minha decisão.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Então, o que há é o seguinte: o PMDB se manifesta contrário ao acolhimento do recurso, a menos que V.Exª, no juízo da Presidência, entenda que informações sigilosas serão divulgadas, e queira fazê-lo administrativamente, ou o depoente o peça. Senão, se estamos aqui para fazer uma ausência de declarações públicas, transformar a ausência em privada, frustrar a todos que aqui estão para assistir, então, o PMDB não concorda, a menos que haja o posicionamento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esse é um recurso...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ouvi-lo.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Com apoio também do Senador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ouvi-lo, vou ouvi-lo, Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Com apoio também do Senador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com apoio de V. Exª, com apoio do Senador Fleury.

Estamos votando um recurso à minha decisão contrariando...

O requerimento é um recurso à minha decisão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, Sr. Presidente, é um requerimento de votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A questão de ordem de V. Exª eu não acei-tei. V. Exª veio com um requerimento, e esse requerimento estou colocando agora em votação...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...ouvindo os encaminhamentos.

Vou ouvir agora o encaminhamento do PT, Afonso, e, pelo PSB, Delgado.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, nós subscrevemos para dar celeridade e não voltarmos a meia hora de questões de ordem. Somos pela manutenção da sessão aberta e queremos apurar todos os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Júlio.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, a sessão estava aberta enquanto as ilações começaram a ser dadas. O Relator fez três perguntas, que foram negadas pelo depoente, a respeito de um tema específico. Se o depoente resolve fazer na Justiça a delação, para proteger a si e a seus familiares. Com relação à sociedade brasileira, temos que proteger o Parlamento com relação àqueles que, por ilações, são citados e não podem se defender.

Quero aqui, muito claramente, dizer que, se for para contribuir e que se esse for o sentido da transformação para secreta como forma de ele contribuir com o povo brasileiros, já que temos eleições daqui a 20 dias, defendendo que a votação se transforme em secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Encaminhamento pelo PSB, apoiando o requerimento. Tenho mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, já foi encaminhado.

V. Exª ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar, Onyx, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar, vamos votar.

Humberto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, o Democratas tem o direito de orientar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Total direito, e, tem um minuto V. Exª para falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E a orientação é a seguinte: há os que querem iluminar e os que querem iludir. Manter a sessão aberta é um jogo combinado. A investigação só tem uma chance: é fechar esta reunião. Se não a fecharmos, vai ganhar quem não quer investigar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imbassahy com a palavra. Encaminhamento rápido.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, rápido.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Protesto, Sr. Presidente, protesto.

Essa é uma acusação que não tem pertinência!

(Tumulto no recinto.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – O PT já encaminhou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imbassahy com a palavra, por favor.

Por favor, Imbassahy com a palavra.

O PT já encaminhou.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, com a sessão aberta, todos sabemos que não via haver nenhuma consequência, porque o Sr. Paulo Roberto se recusa a fazer as respostas, com o direito que tem. Então, acho que devemos fazer uma tentativa com a sessão secreta, até porque, Sr. Presidente, tenho muita curiosidade em saber o que o Sr. Paulo Roberto estava escrevendo aqui atrás do macacão da Presidenta Dilma. A Presidenta já tinha colocado aqui seu autógrafo no macacão do Sr. Paulo Roberto. Eu gostaria de saber o que ele está escrevendo aqui atrás do macacão da Presidente Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa, para encaminhar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi encaminhado, o PT já encaminhou, o Afonso já encaminhou.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Veja bem, alguns Parlamentares aqui...
(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Alguns Parlamentares aqui, Sr. Presidente, estão tentando manipular esta reunião para saírem daqui vitoriosos de qualquer forma.

Eu quero dizer que V. Exª tomou uma decisão, e a ela houve um recurso.

V. Exª se baseou em todas as questões de ordem feitas preliminarmente. E quais foram as questões de ordem? Todas elas, Sr. Presidente, nenhuma oposta a outra: vamos ouvir o depoente. Se ele falar em público, falará em público; se ele disser que falará em reunião secreta, vamos fazer reunião secreta.

Já ouvimos o depoente dizer que não fala nem em reunião aberta, nem em reunião secreta. Então...

Isso aqui não é teatro! Se o povo está sendo frustrado, não é por nós. Mais do que ninguém nós queremos as respostas, o quanto antes melhor, para corrigir todo o esquema que, infelizmente, marca a República. Contudo, não podemos fazer disto aqui um palanque, Sr. Presidente, para as pessoas virem e dizerem: "Ah, se não aprovar isso aqui, ganhou; se não aprovar aquilo, perdeu".

Então, Sr. Presidente, voto com V. Exª, pela coerência, mantendo aquilo que todos propuseram inicialmente. Não há necessidade de se fazer uma reunião fechada se o próprio depoente diz que ficará calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Enio Bacci, pelo PDT; em seguida, Deputado Rubens Bueno, pelo PPS, para que nós possamos ir a voto.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, a questão é simples...

Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Exª e dos Srs. Parlamentares.

Por que essa pressa toda? Eu não entendo porque tanta pressa.

Aqui, Parlamentares receberam cópias sigilosas de toda a Operação Lava-Jato, de toda a documentação. As assessorias estudaram essa documentação, e cada um tem informações que poderiam ser interligadas. Contudo, ninguém poderá falar sobre elas em uma reunião aberta, sob risco de ser responsabilizado penalmente.

Então, uma reunião fechada, no mínimo, daria a nós, Parlamentares, a oportunidade de saber o que cada Parlamentar tem ou o que a assessoria de cada Parlamentar concluiu em cima dessa documentação secreta. Aí, sim, renderia um pouco.

O ideal seria a palavra do Sr. Paulo Roberto, mas ele, que está com um olhar muito sério, certamente deve estar avaliando como cada Parlamentar se pronuncia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra para encaminhar.

Em seguida, Deputado Simplício. Então, a seguir, vamos a voto. O.k.?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas porque eu gostaria de perguntar, em reunião aberta, ao Sr. Paulo Roberto Costa se ele utilizava o telefone celular funcional de nº 8211-9369 e se esse telefone...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens, é para encaminhar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não; eu queria perguntar publicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou pedindo a V. Exª para encaminhar. Então, por favor, encaminhe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu vou encaminhar. Antes, porém, isso eu gostaria de perguntar dessa forma, ou seja, se ele utilizava esse telefone celular funcional da Petrobras e se tinha algum negócio com Alberto Youssef; se fazia com a Petrobras esses negócios por meio desse celular, em Volta Redonda.

Isso eu gostaria de perguntar publicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E o encaminhamento?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O encaminhamento, Sr. Presidente, é o seguinte: do jeito que nós estamos fazendo agora e vendo o encaminhamento que está sendo feito, nós vamos pedir a reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k; reunião secreta.

Deputado Simplício, para encerrar.

Apenas o encaminhamento, por favor.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, é fundamental que nós tenhamos algum resultado desta reunião. Permitir que esta reunião continue de forma aberta é beneficiar quem está por trás desses esquemas.

Nós já sabemos o resultado da reunião aberta. Precisamos avançar para a reunião fechada para tentar colher alguma informação que possamos levar ao conhecimento da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos a voto.

Vou chamar nominalmente os Srs. Parlamentares.

Peço ao meu Vice-Presidente que acompanhe a votação.

Senadores João Alberto, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cyro Nogueira, José Pimentel...

Senadora Vanessa Grazziotin, V. Exª acompanha a decisão da Presidência pela manutenção da reunião aberta?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Acompanho o voto de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vanessa Grazziotin.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Reunião aberta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a decisão da Presidência.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto pela manutenção da reunião aberta, para que o Brasil possa acompanhar transparentemente o transcurso desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Fechada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fechada.

Senadores Mário Couto, Jayme Campos...

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Pela manutenção da reunião aberta, acompanhando a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Gim Argello, Vice-Presidente.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira...

Algum outro Senador presente? Por favor, queira se manifestar.

Senador José Agripino, pelo Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - RN) – Como última chance, Presidente, de se obter alguma coisa desta reunião, voto pela reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fechada.

Algum outro Senador que eu não estou divisando?

Senador Fleury. Está aqui o Senador Fleury ao meu lado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele não é membro. Desculpem. Senador Fleury não é membro.

Vamos à lista agora das Sr^{as} e dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Relator Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Voto com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sibá Machado. *(Pausa.)*

Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Com o senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Lucio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Voto com o senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Hugo Napoleão, José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu acho que esse cidadão devia ter respeito com esta Casa. Vem aqui... Devia ter dito que não ia falar nada antes de fazer com que esta Casa se mobilizasse toda para estar aqui para ouvi-lo. Ele não quer falar. Ora, já sabia que não ia falar. Podia evitar o constrangimento desta Casa e de todos nós. Portanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Lógico! Não só o custo dele como o nosso, do Brasil. Ele saqueou a Petrobras, saqueou o Brasil e aí faz com que esses gastos todos sejam feitos neste momento. Portanto, Sr. Presidente, tanto faz aberta como fechada será a mesma coisa. Ele não vai falar em hipótese alguma. Então, eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – V. Ex^a quer deixar eu votar ou quer votar por mim? *(Risos.)*

Até hoje é direito do Parlamentar é usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Araújo, vote, meu irmão e amigo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Não preciso de interlocutor.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez vou acompanhar V. Ex^a porque não vejo alternativa. Se eu tivesse uma única esperança que ele falasse alguma coisa, eu votaria para a reunião ser secreta. Mas sei que ele não vai falar. Portanto, acompanho V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Só um registro, Sr. Presidente.

A sugestão de uma audiência secreta, sigilosa, ficou muito clara para todo mundo, é uma tentativa de obter informação, porque, na pública, ela não mais virá. Isso todos sabem. Daí por que alguns, em vez de dizer “reunião aberta”, dizem “acompanho V. Ex^a”, para não ficar muito claro aquilo que é evidente: na aberta, não teremos nenhuma informação. Na sigilosa, há uma tentativa. E, por essa razão, sou a favor da sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Na hora que o Deputado fala na questão do voto dos outros, que estão dizendo “acompanho V. Ex^a” como se fosse uma tentativa de esconder algo... O depoente já falou que não vai falar secretamente a não ser que queiram torturá-lo em uma reunião secreta. Ele já disse. Eu não sou adepto da tática de tortura, da prática de tortura; ao contrário, combato energeticamente. Quem mais quer saber é o PMDB. Agora, já dito que não vai falar, eu não sei que prática vai ser adotada secretamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos continuar a votação.

Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Voto pela secreta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Bernardo Santana. *(Pausa.)*

Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, o Brasil todo está aguardando o depoimento do Sr. Paulo Roberto. Mas, ao mesmo tempo, a imprensa já divulgou que ele não iria falar. Então, acho que ele não vai falar nem na aberta nem na fechada. Por isso acompanho o senhor, pela reunião aberta, para se esclarecer o mais rápido possível para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Só reiterando que a tentativa da secreta era para ver se a gente conseguia, do nobre depoente, a sensibilidade de contribuir com a sociedade brasileira. Mas o circo está sendo armado é com a reunião aberta. Por isso eu voto com a reunião fechada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, isto é um trocadilho que estão tentando armar com a opinião pública: dizer que parece que quem está defendendo a reunião fechada está defendendo que a gente esconda as coisas que nós vamos perguntar. É ao contrário. Na aberta, ele já falou que não fala. Na fechada, nós vamos poder... Eu sei que ele não vai poder falar também, mas podemos fazer as nossas perguntas com as quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico. Se eu fizer essa pergunta, estou cometendo crime de quebra de sigilo. E o Governo, a gente já viu, este Governo é ímpar na questão de investigar quem vazou e esquece, varre para baixo do tapete a corrupção.

Eu queria, Presidente, votando, agora, que o nosso depoente pudesse pelo menos confirmar os nomes dos Deputados Federais, Senadores, ex-Governadores, Ministros e os casos em que se envolveram em corrupção, já que jogou a lama para dentro do Congresso, da Esplanada, do País inteiro e essa lama vai ser muito difícil de varrê-la para fora desses órgãos. Publicamente, ele podia confessar agora tudo isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª vota como?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós votamos por reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, também gostaria de, na reunião aberta, obter a resposta das ligações telefônicas do celular funcional da Petrobras, ligações várias que ele fez para o Sr. Alberto Youssef, e saber dos negócios com a Petrobras em Volta Redonda. Se isso não é possível, vamos tentar, na reunião secreta. Lembrando, Sr. Presidente, que precisamos saber da interpelação da Mesa ao ex-Presidente Lula daquilo que ele pronunciou publicamente. Isso é de fundamental importância para o País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª faça o requerimento, por favor.

Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Sr. Presidente, vou dar meu voto, mas estou com uma curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, senhor.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – As informações de que o Brasil tomou conhecimento do depoimento do Sr. Paulo Roberto à Polícia Federal foram em reunião fechada ou aberta? Porque tomamos conhecimento pelos jornais e pelas revistas. Não sei se foi em reunião aberta ou fechada. Como ele não vai falar em nenhuma das duas, estou votando pela reunião aberta, porque, se for fechada, amanhã, os jornais e as revistas vão saber também.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dos membros titulares do PT, há uma ausência, que será compensada pela presença do Deputado Afonso Florence. Como vota V. Exª? Só cabe um. Afonso é... Se Afonso não votar, a gente passa a palavra à Iriny.

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, estamos aqui para revelar a verdade desses fatos ao País depois de uma investigação séria. Se o depoente já disse que não falará nem em uma aberta nem em uma fechada... Não gosto de trabalhar com versões, acho que o Brasil merece que os fatos sejam relatados e comprovados. Uma reunião fechada só serviria para a construção de versões. Acho que isso não serve à democracia do Brasil. Por isso, vou votar pela aberta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, temos três Poderes neste País: Executivo, Judiciário e Legislativo. Entendo que, pela suspeição que se colocou em cima do Presidente do Senado e Presidente da Câmara, possivelmente envolvidos em tudo isso, sinceramente, o Poder Legislativo está sob suspeição também. Vergonhosamente, a população brasileira assiste ao que estamos presenciando. Se ele não quer falar, que venha a cópia e que venha a público o que alguns tentam manter em sigilo. Por isso, voto pela reunião secreta, na tentativa de expormos alguma coisa que está hoje guardado a sete chaves.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Computados os votos, votaram com o requerimento oito Srªs e Srs. Parlamentares e votaram contrário ao requerimento, para manter a reunião aberta, dez Srªs e Srs. Parlamentares.

Vamos continuar com a reunião.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)*

Dez a oito. *(Pausa.)*

Ah, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não havia encerrado os meus questionamentos ainda, mas quero dizer que muito me constrange fazer perguntas e questionamentos sem que haja a respectiva resposta.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Relator, poderia só uma opinião? Ele não responder cada uma. Só quando ele quisesse, então, responder alguma, que ele pudesse vir ao microfone e repetir a mesma frase hedionda que vamos ficar a tarde inteira ouvindo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Com isso, estou abrindo mão, neste momento, de fazer o restante dos meus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, agora, pela ordem de inscrição, com as preferências, o Deputado Onyx Lorenzoni, que é o autor do Requerimento nº 10, de 2004, por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Dez.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dez seriam intercalados.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Está bem.

Presidente, então, com bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom Senso Futebol Clube.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cinco para todo mundo. Está o.k.?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, tudo aquilo que me abasteceu a competente assessoria técnica da Bancada dos Democratas e que poderia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me só pedir licença para uma questão de ajuste técnico administrativo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem um colega meu que está com a máquina exatamente me fotografando neste momento. A sua presença em pé está impedindo que eu veja o relógio. Se você conseguir uma localização melhor para que eu possa ver o relógio para que eu possa administrar melhor...

Obrigado a vocês.

Com a palavra V. Ex^a. Retomo o tempo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente! Presidente! Posso ir?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Bom. Nós temos uma competente assessoria técnica, reconhecida por todos os Partidos aqui na Casa, e a maioria absoluta dos questionamentos que eu teria para fazer é de questionamentos baseados em quebra de sigilo fiscal e bancário, o que impediria que fosse feito diretamente numa reunião aberta, pelas razões já expostas aqui por outros Parlamentares.

Quando nós vínhamos caminhando para cá, eu encontrei com S. Ex^a o nobre Relator, e nós comentávamos que esta já supera a minha décima CPML ... CPI, perdão, existem algumas que não eram mistas. E sempre que bandido veio em CPI, usou desse expediente, ou seja, usou do expediente de não falar. Todos os bandidos que eu tive a possibilidade de verificar depondo em CPIs usou desse expediente. Então, eu quero dizer que nós estamos diante de um bandido. Não é nem V. S^a, muito menos o nobre depoente, é bandido, porque saqueou a Petrobras. E eu, como não posso usar aqui os documentos, quero só usar elementos históricos.

O Sr. Paulo quer voltar a Roberto Jefferson na tribuna da Câmara, que, como muitos Parlamentares que estão aqui vão lembrar, abriu a mão, dos cinco pontos de sustentação do mensalão um deles era a Petrobras. Em 2005! E nós não conseguimos investigar, porque o governo da época não deixou.

Deputado Júlio Delgado vai lembrar do que eu estou dizendo agora: nenhuma nomeação do primeiro governo do Presidente Lula, ainda mais na Diretoria de Abastecimento da Petrobras, passaria sem o amém de José Dirceu. Portanto, para chegar na Diretoria da Petrobras, o bandido que está sentado nesta sala aqui foi suportado, avalizado e bancado por José Dirceu.

José Dirceu é o mesmo homem que rompeu com Roberto Jefferson porque o juiz Sérgio Moro comandava uma investigação chamada Beacon Hill, em que, em agosto de 2004, próximo a vinte e poucos doleiros, entre eles Alberto Youssef, foram presos. E aí, Dirceu não podia mandar o dinheiro para pagar a conta que ele tinha com Roberto Jefferson. E Roberto Jefferson cobra do Presidente Lula e o Presidente Lula manda dar uma diretoria em Furnas. E naquela diretoria Dirceu não quis romper o acordo político existente. E por isso que o mensalão vem à tona.

A minha dúvida é zero, desde o trabalho feito na CPI dos Correios, de que o Sr. Paulo Roberto Costa foi colocado na Diretoria de Abastecimento pelo Sr. Janene, que pilotava naquela época um esquema de corrupção ligado ao mensalão sob comando e supervisão de José Dirceu.

E o que é mais interessante ainda na linha do tempo que nós fizemos é que a Ministra de Minas e Energia referenda e suporta as operações de Paulo Roberto Costa. Depois como Ministra Chefe da Casa Civil vai presidir

o Conselho de Administração da Petrobras e o Deputado Imbassahy mostra uma foto afetiva, carinhosa da Presidente Dilma ao lado de Paulo Roberto Costa. Como é que Paulo Roberto Costa, depois de dois anos atuando na Petrobras, pós-escândalo do mensalão, Deputado Júlio Delgado, é chamado de Paulinho pelo Presidente Lula. Por quê? Porque o esquema das empresas de publicidade foi derrubado, mas se ganhou um esquema mais lucrativo, mais competentemente desenvolvido e que rendia dividendos ao esquema criminoso.

O que quero dizer aqui, publicamente, é que o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma e o PT não aprenderam com o mensalão. Não aprenderam porque lá foram à ação, foram ao Supremo Tribunal Federal, foram condenados, mas o esquema é o mesmo.

Se nós formos aqui... Onde estava Enivaldo Quadrado? Lá no mensalão. Onde está Enivaldo Quadrado? Operando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Operando para a lavagem de dinheiro feita nas operações de Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, Sr. Presidente, eu quero terminar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Termine, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...terminar dizendo o seguinte, Presidente, eu lamento que nós não tenhamos aqui conseguido levar para uma reunião que permitisse minimamente o uso das informações que nós temos aqui que poderiam ser muito úteis ao Relator e à própria CPMI. E quero afirmar que nós estamos diante da continuidade – e do braço indicado por Roberto Jefferson – do mensalão. O mensalão não acabou com Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Deputado Francischini.
O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E eu quero terminar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, Deputado!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...dizendo o seguinte, eu apresentei a convocação de Marcos Valério. Por quê? Porque a conexão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Conclua, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...será direta com o Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Francischini com a palavra, por permuta com o Deputado Simplício.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, também não tenho a mínima dúvida, depois de tantos anos como Delegado da Polícia Federal, de que esse não é o mensalão dois, é o mesmo mensalão. E são fontes diferentes dentro do Poder Público pagando Deputados, Senadores; e agora, mais longe ainda, Ministros e Governadores. E, infelizmente, o operador lá atrás era o Marcos Valério e o atual operador dentro do Governo é o Sr. Paulo Roberto Costa.

O Sr. Marcos Valério demorou e não fez delação premiada, está aí condenado a não sei quantas dezenas de anos de prisão. E o Sr. Paulo Roberto Costa, colaborando com o nosso País, está fazendo a delação premiada.

Acho que ele poderia contribuir muito, Presidente, muito com o futuro do nosso País corrigindo erros do passado; corrigindo até a sua relação com sua própria família, suas filhas, pessoas que com certeza se sentiram humilhadas publicamente com tudo o que aconteceu.

A gente sabe que por trás das nossas atitudes... e por trás dele tem uma família também. Uma família verdadeira, Sr. Paulo Roberto Costa, sente por nós, quando cometemos erros. O senhor está consertando seu erro, tenho certeza. E o senhor poderia consertar muito mais os seus erros, agora, não aceitando a orientação da sua advogada, fazendo uso da palavra e contando para nós quem são esses Deputados Federais, quem são os Senadores, os Governadores, e passando a limpo o nosso País.

A sua colaboração vai ajudá-lo, com certeza, a se redimir não só perante a sociedade, mas com certeza perante suas filhas, sua família que agora a nós assiste, vendo que o senhor tomou uma postura de homem assumindo o erro e trazendo à tona o esquema criminoso do qual o senhor estava no meio.

O senhor era o operador. O senhor não era quem o pôs na função; o senhor não era quem aqui dentro do Congresso o mantinha na função; o senhor não era quem abastecia financeiramente esse esquema, mas o senhor foi usado como o grande esquema. Lucrou? Lucrou. O senhor mesmo disse que tem US\$23 milhões lá no exterior.

Eu tenho certeza, Presidente, de que isso vai ajudar a passar a limpo nosso País. Nós não podemos continuar aceitando tantas autoridades envolvidas. Os nomes, independentemente de serem confirmados ou não, todos aqueles nomes, já que nós não temos um documento até agora, não sabemos se são aqueles nomes. Por isso seria tão importante. Será que todos esses nomes estão realmente envolvidos? E quais são os casos?

Não adianta a gente trazer o nome do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado e de tantas pessoas importantes que merecem ser investigadas, já que são pessoas públicas, se não sabemos qual é o caso de corrupção que envolve cada uma, onde está o dinheiro que lucrou, onde vamos recuperar esse dinheiro? Mas sem dúvida nenhuma é o maior escândalo de corrupção da história do nosso País.

O dinheiro identificado no mensalão não chega aos pés do que a gente tem identificado por baixo; essa ponta do *iceberg* de milhões e milhões que passaram pelas contas: as contas do doleiro Alberto Youssef, as contas do Sr. Paulo Roberto Costa.

Tenho certeza dessa colaboração, principalmente no sentido do Deputado Rubens Bueno identificar – já que a saída dele foi em 2002 –, em 2010, de quem era esse telefone da Petrobras que antes já operava fazendo os contatos com o doleiro Youssef.

Já existiam esquemas também lá na refinaria de Volta Redonda. Isso era uma coisa que existia no Brasil inteiro. Acho que devemos ter o compromisso do Procurador-Geral da República de compartilhar com esta CPMI as informações, porque, do contrário, nós estamos fazendo um jogo contra o sistema político brasileiro, Presidente.

Temos de trazer à tona os nomes, mas muito mais do que isso: as provas, os indicativos de que casos são, porque estamos na véspera de uma eleição. E o que é uma eleição senão um jogo democrático, em que a pessoa avalia quem vai ser o seu representante?

Nós queremos saber também, Presidente, se a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Lula tinham conhecimento,...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ...se o PT autorizou o funcionamento de tudo isso, porque ninguém coloca um diretor de abastecimento da Petrobras, ninguém tem tanta relação de proximidade, ninguém é presidente do conselho de administração que diz que não viu as tais cláusulas... A gente até viu agora o Sr. Cerveró morando num apartamento de R\$7,5 milhões em Ipanema, pagando R\$3 mil de aluguel.

Até onde se estende, dentro da Petrobras? Funcionários, pessoas sérias, comprometidas com a Petrobras, mas cada vez estão mais humilhados lá dentro, ao ver sua cúpula aparelhada politicamente cometendo ilícitos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, eu acabo de usar o meu tempo, Sr. Presidente, deixando uma pergunta para o Sr. Paulo Roberto Costa.

E a pergunta é se ele quer passar a limpo realmente, perante a opinião pública brasileira. E talvez só uma resposta “sim” ou “não”, Sr. Presidente, porque tenho certeza – já ouvi muitos, principalmente acompanhando o Ministério Público em delação premiada – de que foi a família dele, o sentimento dele de pai, de marido, de alguém que tem essas relações que o levou a ver que ia envolver toda a família, isso o levou a fazer essa delação premiada. Nada mais iria fazer, porque acompanhei muitos casos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K., Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se ele não quer, Presidente, um “sim” ou “não” e dizer se ele quer realmente fazer essa colaboração e se ele foi orientado a, numa reunião aberta, não colaborar com esta CPMI.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, há uma pergunta.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Presidente!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, equalize o som do microfone do Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Novamente, colocar aqui que não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, próximo inscrito.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Depois, eu gostaria de ter a palavra como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí, virão os Líderes.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Como Líder.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí, os Líderes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Veja bem: há uma preferência...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É regimental, e os Líderes terão a palavra a qualquer momento durante a reunião. É regimental. Eu não posso fazer nada.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Só os autores do requerimento, então, Presidente? Depois dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os autores dos requerimentos eu estou chamando, mas, se um Líder pede a palavra, eu tenho de ser fiel ao Regimento.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu só peço a V. Exª que, nos que estão inscritos pela ordem, já vá excluindo os autores de requerimento e os Líderes que sucessivamente estejam na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exatamente. Com certeza. Haverá de excluir.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder, em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª será chamado. Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Certo!

Rubens Bueno com a palavra. Depois, virão os Líderes. Eu vou excluindo das próximas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, então, V. Exª me inclua como Líder também, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, eu ouço V. Exª como orador inscrito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, claro. Depois, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª quer falar duas vezes?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É porque o Deputado Júlio Delgado, entendendo, compreendendo que...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, não. Eu vou, na sequência da inscrição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª pode falar. Tem a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª é autor do requerimento. Pode falar. Concedo a palavra ao Deputado Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, estamos aqui diante de um fato que chama a atenção, e aqui vimos a palavra extremamente forte e firme do Deputado Onyx Lorenzoni, que mostra que, nesse período do governo do PT, de 12 anos, a Ministra-Chefe da Casa Civil e Presidente da República foi Ministra de Minas e Energia, de 2003 a 2005; depois, ela foi presidente do conselho, de 2005 a 2010; foi membro do Conselho de Administração da Petrobras e, finalmente, foi Presidente da República. Nesse período de 12 anos, estamos vendo que as nomeações daqueles que hoje estão sendo investigados e já nominados como uma quadrilha que tomou conta da Petrobras tiveram o aval, o apoio do ex-Presidente Lula, da atual Presidente Dilma, durante todo o período. Não só o apoio e o aval, como a assinatura da nomeação.

Nada mais grave do que o Presidente da República nomear um diretor da Petrobras, publicar esse documento no *Diário Oficial* e vermos isso que, de repente, não sabia de nada. Não sabia de nada do mensalão o presidente Lula, não sabe de nada a Presidente Dilma... Se não sabem de nada, o que está fazendo lá? Essa é a pergunta.

Nós temos aqui informações que nos chegaram, e a imprensa já as divulgou, eu as citei no começo, que no dia 25 de maio de 2010, período pré-eleitoral, é hora de correr para arrumar o dinheiro para a campanha dentro do governo, deu no mensalão. E disseram muito bem: não aprenderam com isso. Condenados, na Penitenciária da Papuda, os principais dirigentes do governo do PT, e não aprenderam e continuam o mesmo sistema, o mesmo esquema.

Então, Sr. Presidente, no dia 25 de maio de 2010, do telefone 8211-9369, telefone funcional, celular da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa, falou com o doleiro Youssef e outras pessoas de Volta Redonda para saber qual era o esquema que estava sendo montado naquele momento. Então, estou dando a data e quero perguntar a ele se ele tem algo a responder a respeito disso.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se não tem nada a declarar, nós temos a declarar. Isso é importante. De repente, até suspender a reunião, e aí os membros da Comissão convocar a imprensa e ele dar uma entrevista coletiva. Que tal? Não é? Não tem nada a declarar para a Comissão, que é o Parlamento brasileiro, em que

ele acusa 25 Deputados Federais, acusa seis Senadores, acusa três governadores, acusa ministro de Estado, e parece que a Base do Governo e o PT não se comovem com isso. Não se comovem com isso. Está deixando aqui um legado mais triste da história do País, da história da República brasileira. Isso é o que dói no povo brasileiro: ter uma empresa como a Petrobras, que era a 12ª empresa há quatro anos, hoje é 120ª, e a mais endividada do mundo, porque ela foi aparelhada! Uma quadrilha assumiu a Petrobras e lá está dilapidando o patrimônio do povo brasileiro! É isso que nós temos que perguntar e é isso que ele não quer responder.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se não quer responder, nós vamos deixar aqui, Sr. Presidente, e insistir com a Presidência e com a Mesa, para que os documentos da delação premiada sejam enviados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que nós possamos ajudar a investigar e a avançar nessa investigação dessa delação premiada, para que possamos, efetivamente, discutir e quebrar o sigilo da empreiteiras, dos grandes negócios com o Estado brasileiro. Pasadena não foi diferente. Lá chegou um pacote pronto de empreiteira. Foi aí que a Astra Oil não concordou mais, não quis assumir uma conta de US\$2,5 bilhões, levados pela quadrilha que queria fazer um grande negócio lá fora, e lá deixar o dinheiro, e lá colocar nas contas externas que, nós sabemos, há todo um acobertamento, e que continua nesse momento até a devolução dele. Se ele está fazendo a delação premiada, está colocando, está a serviço do Brasil, eu quero dizer a V. Exª, e quero dizer ao depoente, nós brasileiros temos que, ao lado dele, ajudar a desvendar isso definitivamente e descobrir quem é o chefe dessa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Convido para fazer uso da palavra o próximo inscrito, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, eu quero aqui deixar registrado o fato de que, lamentavelmente, o Brasil assiste a mais um caso gravíssimo de corrupção envolvendo a gestão do Partido dos Trabalhadores. E a Petrobras, que sempre foi tida como uma empresa orgulho para o povo brasileiro, sempre foi referência internacional, infelizmente se transformou em uma casa de negócio, infelizmente se transformou em um organismo para financiar, de forma ilegal, partidos políticos, políticos e ser literalmente assaltada.

O dever constitucional do Congresso, a partir desta CPI, é ir a fundo, investigar, apurar todas as responsabilidades com relação ao que está sendo denunciado. Na verdade, os indícios de graves problemas envolvendo a Petrobras não são de hoje. Nós tivemos aí há alguns meses, o envolvimento ou a denúncia de uma empresa holandesa que alugava, e aluga, plataforma de petróleo, SBM Offshore, para a Petrobras, com indícios muito sérios de pagamento de propina.

Depois, emergiu para conhecimento público o escândalo da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, que vai entrar para a história do Brasil como um dos maiores escândalos políticos da história deste País. Lamentavelmente.

Nós temos aí uma possibilidade real de passar a limpo todo esse quadro, de esclarecer todo esse quadro de corrupção envolvendo a Petrobras: a delação a que se submete o Sr. Paulo Roberto Costa. Ele confessa os crimes cometidos, assume suas responsabilidades e esclarece ao Poder Judiciário, com o acompanhamento do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, quem se envolveu nessa teia de corrupção envolvendo a Petrobras, e tendo como central a Petrobras.

A CPI tem cobertura e amparo constitucional para acompanhar de perto. É evidente que nós temos a ciência de que há sigilo no processo de delação premiada, mas cabe, sim, à CPI atuar, apurar e acompanhar inclusive assuntos sigilosos que estão sendo investigados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e com o acompanhamento muito de perto por parte da Justiça Federal brasileira.

O momento é um momento ainda mais grave porque estamos nas vésperas de uma eleição nacional para governadores, Senadores, Deputados e Presidente da República. E, evidentemente, sem que se comprometa o curso do processo de investigação, a Nação quer saber a verdade sobre o escândalo envolvendo a Petrobras. O delator hoje, Sr. Paulo Roberto, prestará um serviço à Nação à medida que possa desvendar toda essa teia de corrupção envolvendo a Petrobras.

Por isso, Presidente, eu acho fundamental que V. Exª, com o suporte dos Parlamentares que compõem as duas Casas do Congresso Nacional – Câmara e Senado –, possa...

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... fazer chegar ao Supremo Tribunal Federal, ao Procurador-Geral da República, a necessidade urgente de compartilhamento das informações. E que essas informações, cumprido o processo legal, possam se tornar públicas, para que o Brasil tome conhecimento de mais esse escândalo que, infelizmente, envergonha o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu comunico a V. Ex^a e aos demais pares, para que V. Ex^{as} possam agendar, que, em comunhão com o Relator e com o Vice-Presidente, Senador Gim Argello, nós estamos requerendo, oficialmente, em nome da Comissão, uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para a próxima terça-feira, e solicitando que esta audiência seja acompanhada também pelo Ministro Relator, Teori Zavascki. O.k.?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Já foi agendado, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou solicitando o agendamento. Todos serão comunicados no curso da semana, para que cada um e todos possam ser agendados.

Com os Líderes.

Alguém já falou aqui para...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como Líder.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou inscrito como requerente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder. Fleury, é pela ordem de inscrições. Nós temos que obedecer as inscrições. V. Ex^a está inscrito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu estou inscrito como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Imbassahy, com a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, eu estou como autor do requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É, mas os Líderes, regimentalmente, têm preferência. Eu não posso fazer nada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está sim.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Cheguei a partir de 12h30, quando V. Ex^a comunicou que as inscrições estariam abertas, mas poderia também falar como Líder. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A senhora é a segunda inscrita. Pode falar inclusive como Líder. V. Ex^a é Líder do PCdoB.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Poderia também. Entretanto, eu acho que seria melhor, se todos concordassem, que fizéssemos uma alternância.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E é o que estou fazendo. Intercalado agora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente. Um Líder e um inscrito. Seria melhor para todos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estamos fazendo assim, Vanessa. Estamos fazendo assim.

Imbassahy. Depois, o próximo é o Deputado Carlos Sampaio. Depois, o Deputado Afonso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, mais uma vez registrar que a Presidente Dilma, depois de exercer o cargo de Ministra das Minas e Energia, Chefe da Casa Civil, presidir o Conselho de Administração da Petrobras, nomear diretores, acompanhar tudo que se passava da Petrobras, declarou recentemente que não tinha a menor ideia dos crimes cometidos no âmbito da estatal brasileira. Realmente, Sr. Presidente, a Presidente Dilma fracassou ao dirigir a Petrobras e, com isso, também demonstrou a sua incapacidade para presidir o Brasil. O que nós queremos é uma mudança na conduta e ética na política brasileira.

Sr. Presidente, esta audiência, definitivamente, não produziu os resultados esperados pela população brasileira e por todos nós que temos interesse em levar as investigações ao cabo de chegar, inclusive, àqueles pessoas que penalizaram, que prejudicaram, que trouxeram tantos prejuízos e que mancharam o nome dessa empresa que é orgulho de todos nós, a Petrobras. Lamentavelmente, nós não conseguimos alcançar os resultados almejados, mas vejo, com muito agrado, que V. Ex^a e outros companheiros desta CPMI já tomaram as providências para que se obtenha, o quanto antes, o compartilhamento dos autos do inquérito da delação premiada. Enquanto esse material não chegar a esta Casa, praticamente, esta CPMI nada vai poder fazer do ponto de vista de resultados práticos. Então, apelo, mais uma vez – e sei que V. Ex^a tem reiterado as suas providências; sou testemunha, inclusive, do seu empenho, da sua seriedade, da sua competência nessa direção –, para que esses documentos cheguem o quanto antes. Só assim, poderemos avançar e oferecer à sociedade brasileira os esclarecimentos necessários.

Vou contar, como todos nós estamos contando durante todo esse período, com o grande interesse da imprensa brasileira, que está acompanhando esse caso de uma maneira muito detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, são essas as palavras. Eu quero, mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Líder.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – ... vez, me reportar e parabenizar a condução dos trabalhos de hoje, embora não tenha havido nenhum resultado de natureza prática. Vamos buscar o compartilhamento dessas informações para que cheguemos, então, às conclusões finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a, Líder, que tem contribuído sempre com esta Presidência.

Deputado Carlos Sampaio, com a palavra. Cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, primeiro, mais um registro de que não concordo com este formato de como está sendo feito. Eu acho que o papel desta CPMI é buscar efetivamente uma resposta, seja de uma testemunha, seja do réu. Eu acho que o caminho do achincalhe e da humilhação não é o caminho adequado e não nos leva a absolutamente nada. Os réus têm os seus direitos, e não nos cabe aqui sair ofendendo quem quer que seja, achando que, com isso, vai ter uma certa exposição na mídia. Repudio, com veemência, esta postura adotada pela CPMI.

É uma pena que não tenhamos feito uma reunião reservada. O Brasil sabe que, numa reunião reservada, ele poderia ou não falar, mas poderia nos dar os motivos. Nós poderíamos, inclusive, dialogar com a sua advogada para que pudéssemos ter a informação exata sobre o que está acontecendo, inclusive o período da delação premiada, se está ou não por se findar.

Infelizmente, os partidos cujos nomes vazaram – os três grandes partidos cujos nomes vazaram –, coincidentemente, hoje, votaram contra a reunião reservada. Exatamente aqueles que integram o partido cujo vazamento ocorreu! Evidentemente, não é uma decisão tomada com base na coerência lógica, mas, sim, na perspectiva daquilo que lhe convém.

Eu entendo perfeitamente, é uma posição partidária. O que não compreendo – e aqui faço outro registro – é a Presidente Dilma falar à Nação que a prioridade dela é descobrir quem vazou. Sr. Presidente, nós temos, segundo revistas de edição nacional, aproximadamente 49 Deputados e 12 Senadores envolvidos. Se ficar, de fato, comprovado que se envolveram no recebimento de propina, eu retiro o Deputado, retiro o Senador e trato por bandido, marginal de quinta categoria que assaltou a Petrobras. Esses nomes nós temos de saber quem são, não o nome de quem vazou a informação, como pede a Presidente Dilma. Os nomes de quem assaltou a Petrobras! É isso que o Brasil quer fazer. E dar agilidade a essa investigação é atender a um sentimento da Nação. O Brasil tem o direito de saber quem são esses marginais antes das eleições.

Faço um registro a V. Ex^a, o último: na CPI das sanguessugas, na CPI das ambulâncias, que aconteceu no ano de 2006, Sr. Presidente, fui sub-relator. Diziam que não ia acontecer absolutamente nada, por uma razão muito simples, porque era um ano eleitoral. Ficamos aqui eu, Gabeira, Biscaia e Jungmann, e eu subscrevi o relatório no dia 26 de setembro. No dia 26 de setembro, pedi a cassação de 72 Deputados envolvidos no esquema de corrupção com ambulâncias. A eleição foi no dia 3 de outubro, Sr. Presidente, e 67 não se reelegeram. Talvez, essa tenha sido a maior contribuição que eu tenha dado ao Congresso Nacional e ao País. E eles não se elegeram, porque a população, bem informada, soube distinguir o que é marginal e o que é Parlamentar.

É essa a chance que temos de dar à sociedade brasileira antes dessas eleições, e só há uma alternativa, Sr. Presidente: essa reunião com o Supremo e a vinda da documentação da delação premiada. Mas faço uma súplica a V. Ex^a: não joguemos esta reunião para terça-feira que vem, porque perderemos mais sete dias. Que cada um que está aqui, nesta reunião, perca o seu dia de campanha de hoje e de amanhã, mas que marquemos amanhã a reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente. Em mais sete dias, temo que não tenhamos condições de mostrar ao Brasil o nome das pessoas envolvidas, de Ministros, de Senadores, de Deputados e de ex-Governador, o nome de todos que estão envolvidos antes das eleições.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Temo porque não é justo fazer isso com a população brasileira. Ela tem o direito de saber em quem está votando. Não é justo mais uma vez ferirmos o sentimento da Nação.

Esta Casa só vai ter valor, Sr. Presidente, quando souber fazer mídia ou divulgação das suas ações, quando tiver postura política. E o que está faltando agora, neste momento, é uma postura política veemente desta Casa. Ou seja, V. Ex^a deve agendar para amanhã essa reunião com o Supremo Tribunal Federal, para que, se Deus quiser, na sexta-feira, já tenhamos acesso à delação premiada e para que, se Deus quiser, consigamos

concluir as investigações e mostrar ao Brasil o nome desses todos que assaltaram uma das mais importantes empresas do mundo, que é a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Afonso.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, depois, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, há dois líderes.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – ...pedirei a palavra como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, há dois líderes, o Líder Bacci, o Líder Humberto e o Líder Eduardo Cunha.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Quero registrar que nós do Partido dos Trabalhadores e do Governo da Presidenta Dilma e do Presidente Lula temos interesse em que todos os fatos sejam investigados, em que as perguntas sejam feitas, em que os documentos sejam analisados, porque nós não temos dúvida de que o resultado das investigações demonstrará a isenção na condução da Petrobras no período do Governo do Presidente Lula e no período do Governo da Presidenta Dilma, diferentemente do que ocorreu no governo anterior ao do Presidente Lula, quando o Procurador-Geral da República ficou notoriamente conhecido como “engavetador geral da República”.

Todo mundo assistiu pela TV a gravações em que venda de votos pela aprovação da reeleição do então Presidente da República foi veiculada, e não houve investigação, assim como não houve investigação em relação ao mensalão do PSDB de Minas Gerais; à paralisação das obras do metrô de Salvador por mais de 12 anos, por acusações do Tribunal de Contas e do Ministério Público; às acusações relativas ao cartel do metrô de São Paulo no governo do PSDB.

No governo do PT, as acusações são investigadas, e, por isso, diferentemente da ginástica retórica aqui feita pelos que defenderam a sessão secreta, nós fizemos questão da sessão aberta, porque, se está sendo dito que não haverá resposta nesta reunião, é importante que fique nítida para a opinião pública brasileira a posição de cada partido.

Diferentemente do que tem sido feito aqui, um jogo de espetáculo em que, logo em seguida, após a cobertura da mídia, os Parlamentares se retiram desta Comissão, nós temos perseverado nos esforços conduzidos pelo Presidente. Quero parabenizar o Presidente e o Relator pelo trabalho desenvolvido para que as investigações cheguem a bom termo.

Então, dito isso, quero dizer também que nós avançamos com o pré-sal. A Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro. Por isso, a investigação precisa ser levada a cabo, precisa ser concluída, porque nós temos de preservar a Petrobras e o pré-sal.

Com o regime de partilha, 50% do Fundo Social serão destinados para a educação e para a saúde, o que nos permitirá atingir os 10% do PIB para a educação. E nós teremos aproximadamente R\$1,3 trilhão para a saúde e para a educação.

Por isso, eu quero registrar, entre as dezenas de perguntas que teríamos a fazer, aquela que é a mais importante: Sr. Paulo Roberto, houve convite, houve definição de parâmetros, condicionamento para que o senhor ocupasse a diretoria da Petrobras? A sua trajetória progressiva, inclusive durante o governo do PSDB, anterior ao do Presidente Lula, como ocorreu com outro dirigente, o Cerveró, habilitava o senhor a ocupar uma posição de diretoria? É possível identificar, nesse vazamento, um vazamento seletivo buscando atingir parlamentares? O senhor tem notícia de como se deu esse vazamento?

Nós acreditamos, Sr. Presidente, que essas são as perguntas precípuas.

Há ingerência política na indicação? Há condicionamento para que a ocupação do cargo beneficiasse partidos com arrecadação de campanha?

Nós achamos que, a partir daí, uma dezena de perguntas, algumas delas já apresentadas pelo Relator, Deputado Marco Maia, poderão esclarecer essa investigação.

Há o esforço para que o resultado desta reunião e de outras providências no transcurso do processo eleitoral não possa macular o processo de investigação. Nós temos, da parte do PT, um patrimônio, que é enfrentar as investigações...

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...mesmo no transcurso de períodos eleitorais. Nós não temos problema com a investigação. Agora, a espetacularização da investigação, inclusive requerendo audiência secreta, não tem acordo conosco.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por isso, Sr. Presidente, quero registrar a posição do PT: investigar, aprofundar a análise da documentação da Lava-Jato e monitorar, com audiência lá no Supremo, a simultanei-

dade da investigação, com o Ministério Público, com a Polícia Federal e com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Como Líder, Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu sou um adepto de que nós temos que adotar a política da tolerância zero e ouço aqui acusações do PT contra o PSDB e o oposto também, do PSDB contra o PT. Eu acho que não se trata de uma questão partidária nem de governo nem de oposição. Nós temos que atuar com a consciência de que estamos aqui em nome da Nação brasileira, procurando, doa a quem doer, identificar os culpados. E aí pode ser do meu Partido, pode ser de um partido da oposição ou da situação. Isso não vem ao caso.

Eu quero e gostaria muito de poder questionar o Sr. Paulo Roberto... Por exemplo, faria um questionamento que fiz ao Cerveró na semana passada e percebi no Cerveró que ele joga a responsabilidade praticamente sobre o senhor. Ele diz que não sabe de nada, que o senhor disse e o senhor que assuma a responsabilidade ou coisa parecida.

Eu, inclusive, encaminhei um pedido de acareação, mas estou percebendo aqui como a acareação talvez também fosse pouco produtiva. Mas mantenho esse requerimento, que já está protocolado, para que nós possamos colocar frente a frente o Sr. Paulo Roberto e o Cerveró. Afinal, trabalhavam juntos. Há distorções grandes, não só na questão criminal.

O Sr. Cerveró disse que todos os negócios que ele fez ou orientou ou autorizou serem feitos pela Petrobras deram lucro, que ele jamais deu prejuízo para a Petrobras. E aí Pasadena deu lucro; a refinaria do Japão, a Okinawa, também teria dado lucro e tudo mais.

Então, eu percebo aqui, Sr. Presidente, colegas Deputados, que o Sr. Paulo Roberto, ao fazer essa delação, talvez não estivesse preocupado em fazer um serviço para o Brasil, como foi citado aqui. Ele está exclusivamente preocupado em reduzir a sua pena, de preferência ser solto. E não o preocupa a questão de como fica a Nação. Porque, afinal de contas, nós temos uma eleição que se aproxima e, com a citação de um possível envolvimento do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, aí, eu até diria que o Poder Legislativo fica quase sob suspeição se essas afirmações são verídicas, verdadeiras. Eu não estou aqui dizendo que o Presidente Renan ou o Presidente Henrique Eduardo Alves estejam envolvidos, mas isso veio à tona. Se eventualmente estiverem, eu também tenho convicção de que ele tem grandes amigos nesta Casa, inclusive nesta Comissão. E aí certamente a própria Comissão ou alguns membros também estariam sob suspeição.

Então, veja como a situação é delicada. O Poder Legislativo, num momento como este, precisa tirar de suas costas uma responsabilidade gravíssima, e aí essa ida ao Presidente do STF pode nos ajudar. Mas eu também me nego a acreditar que o Judiciário compactue com a hipótese de não nos fornecer cópia de tudo o que foi dito pelo Sr. Paulo Roberto na delação premiada. Eu me nego a acreditar que o Judiciário diga que pretende juridicamente chegar a um resultado, como foi o mensalão, daqui a cinco, seis, sete anos, quando nós sabemos que o eleitor tem o direito... Não adianta fazer campanha na mídia pelo TSE para que o eleitor escolha bem, vote bem – “eleitor, sabe em quem você está votando?” – se o Poder Judiciário e o Legislativo não dão oportunidade ao eleitor de analisar denúncias gravíssimas como essa. Poder-se-ia dizer que fulano e sicrano apenas tiveram o nome citado; beltrano, além do nome citado, tem amparo em tais e tais provas. Então, o eleitor teria a possibilidade de avaliar o que é verídico ou não.

Gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Roberto sobre o meu Estado, o Rio Grande do Sul. Eu acho uma contradição: enquanto a Petrobras comprava refinarias no exterior, vendeu a refinaria gaúcha, a Petróleo Ipiranga. Tínhamos duas refinarias lá. Hoje só temos a Alberto Pasqualini.

(Soa a campanha.)

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Vendeu a Petróleo Ipiranga e fatiou essa refinaria. Vendeu a Copesul, hoje sob o comando da Ultra, Braskem, Odebrecht. Enfim, gostaria de saber dados técnicos, e aqui não é questão criminal, mas saber se isso foi um bom negócio. Como é que foi feito esse negócio, para saber por que não seria uma contradição vender uma refinaria no Brasil, lá no meu solo gaúcho, no Rio Grande, e comprar várias no exterior. Algumas deram prejuízo, como Pasadena e como a refinaria do Japão.

Então, apelo à consciência do senhor. Não para hoje, mas a sua advogada está aqui, orientando-o de forma brilhante. Pensem no que pode ser feito a favor da Nação brasileira, dando ao eleitor a oportunidade de votar, em 5 de outubro, sabendo e podendo avaliar o que é verdade e o que não é, mas sabendo os nomes que estão envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O senhor fez alguma pergunta, Sr. Deputado? *(Pausa.)*

Não.

Agora, o Senador Humberto Costa, como Líder, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de mais nada, falando aqui em nome do PT, quero dizer que temos o total interesse em que possamos avançar nesse processo de investigação, inclusive demos demonstrações cabais em relação a isso. Primeiro porque a data desta reunião e a convocação do depoente aconteceram por absoluto consenso entre todos os Líderes que se reuniram na semana passada, no gabinete de V. Ex^a. Segundo porque defendemos aqui a ideia de que a reunião pudesse ser aberta.

Considero a posição de V. Ex^a absolutamente correta. Caberia única e exclusivamente ao depoente sua defesa requerer ou não a efetividade de uma reunião secreta ou pelo menos a opção de falar ou não numa reunião aberta, ou numa reunião secreta, e ainda que não houvesse o depoimento propriamente dito numa reunião secreta, estariam aí afora várias versões que poderiam ser utilizadas de forma política, como vêm sendo utilizadas até agora.

O fato de nós, hoje, não termos a possibilidade de ouvir o depoimento, as respostas do Dr. Paulo Roberto não significa que haja prejuízo para o processo de investigação. Aliás, a Polícia Federal, o Ministério Público têm se colocado de forma não somente responsável, mas eficaz, no sentido de que tudo que eventualmente possa ser revelado por quem quer que seja seja devidamente apurado e que esteja baseado em provas cabais, exatamente para que se possa fazer justiça.

Infelizmente, o jogo que aqui se faz é o jogo da disputa política. O Deputado Afonso já disse aqui, as imagens da TV Senado estão sendo utilizadas nos programas eleitorais. Então, o discurso radical que muitas vezes é feito aqui tem muito mais um objetivo político. É justo, é lícito, enfim, porém, não vamos aqui dizer que há um *animus* investigatório da parte de todos que aqui estão. Todos nós gostaríamos de saber de uma série de coisas, dentre elas episódios nebulosos que circulam nas discussões aqui em relação a outras CPIs, enfim, mas isto ficará para outra oportunidade, até pelo seguinte... Desculpem-me aqui a ignorância, se eu estiver errado. Eu entendo que a nossa ida ao STF agora pode ser inócua, porque, se há, de fato, um processo de delação premiada, este é um acordo que é feito entre o Ministério Público e o depoente ou entre a Polícia Federal e o depoente. Portanto, só deverá chegar ao Supremo no momento em que ele estiver devidamente concluído. Este é o entendimento. Até para que não possamos ficar juntando frustrações.

Então, seria importante termos, efetivamente, esse esclarecimento, porque é possível que o Presidente do Supremo diga que ainda não está de posse desse processo, se, efetivamente, ele aconteceu ou vai acontecer. E a partir daquele momento, certamente, isso será algo absolutamente público. E aí nós poderemos fazer as investigações que, principalmente, dizem respeito, que têm relação com o Congresso Nacional.

Portanto, estamos absolutamente tranquilos de que a condução está sendo feita de forma correta e que o País terá, no momento adequado, todas as informações que digam respeito às denúncias que foram formuladas. O Governo tem se posicionado dessa maneira, sem qualquer tipo de interferência no trabalho da Polícia Federal ou do Ministério Público, porque o objetivo é que possamos chegar à verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a e comunico à Comissão que acabei de ter um contato telefônico com S. Ex^a o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, por quem temos um apreço muito grande e um respeito por aquele cidadão que hoje preside o Supremo Tribunal Federal. O Ministro Ricardo Lewandowski acabou, também, de conversar com o Ministro Teori e abriu sua agenda para receber a Comissão amanhã, às 18 horas, depois da sessão. Esta foi uma deferência que ele fez à Comissão e que estou comunicando ao Relator e ao Vice-Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão da palavra como Líder, mas gostaria só de fazer uma pergunta a V. Ex^a, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Até para ganhar tempo.

Eu fiz um pedido, na penúltima e na última reuniões, sobre a Sr^a Meire Poza. Ela esteve no Conselho de Ética da Câmara e se dispôs a vir aqui, de bom grado, para ajudar. Então, eu queria pedir a V. Ex^a que agendasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos fazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está bem? Faça-me este favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Eduardo Cunha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, só uma questão também relativa a isso. Por que, até o presente momento, nós não marcamos a vinda do doleiro Youssef, talvez mais importante até, num primeiro momento, que a sua contadora?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Também. Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós não temos o requerimento da Dra Meire. O senhor providencie imediatamente o requerimento para, na próxima reunião, a gente...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, tem requerimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem? Tem requerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Tem requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, tendo requerimento, e está aprovado ainda...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, não está aprovado ainda. Precisa aprovar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro.

Líder Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, em primeiro lugar, lamento que o Deputado Carlos Sampaio já tenha saído, porque eu gostaria de contestá-lo na sua presença, não na sua ausência.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro que o PMDB é o responsável direto pela existência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Se o PMDB não tivesse subscrito, não se teria obtido número para instalação desta CPMI, e a Bancada do PMDB na Câmara assinou na sua quase totalidade, por orientação de Líder de Bancada.

Quero deixar isto bem claro: se nós estamos aqui com esta CPMI instalada, agradeça à participação, ao apoio que o PMDB deu para a sua instalação, porque o PMDB não teme absolutamente nada.

Na semana passada, V. Ex^a promoveu uma reunião com os representantes partidários, em seu gabinete, e, nessa reunião, coube ao PMDB a sugestão de que V. Ex^a não oficiasse, peticionasse, no processo, para que pudéssemos ter acesso por petição, e inclusive agravasse ao Pleno do Supremo, caso o Ministro Relator não concedesse. Também coube ao PMDB a sugestão para que V. Ex^a também peticionasse para que uma comissão de representantes desta Comissão Parlamentar Mista acompanhasse os depoimentos do depoente na tal delação premiada. E quando foi colocado que o depoimento dele poderia ser marcado para hoje, nós, naquele momento, alertamos que era certo que ele não iria nada falar, e que não adiantaria trazê-lo antes de ter o teor completo dos depoimentos. E, no entanto, os Parlamentares que o defenderam, entre eles o nobre Parlamentar, meu amigo Deputado Carlos Sampaio, disse, na sua argumentação, que o Parlamento tinha que fazer a sua parte. Se ele aqui viesse e negasse, não importava, mas perante a opinião pública, nós estaríamos dando uma satisfação.

Chegar agora e querer manipular uma informação de que quem é a favor de esta Comissão permanecer aberta porque não quer investigar é manipular o fato. Porque se o depoente disse que em sessão aberta ou fechada ele nadaalaria, não vamos transformar palhaçada pública em palhaçada secreta.

Então, nós precisamos aqui respeitar os Parlamentares que querem investigar. E o PMDB não tem nada a esconder. O PMDB gostaria, sim, que o Sr. Paulo Roberto aqui confirmasse ou desmentisse os nomes dos Parlamentares que supostamente foram mencionados como participantes ou não da sua suposta delação.

Era isso o que nós gostaríamos que ficasse claro, porque pior do que deixar em aberto nomes de Parlamentares que não foram citados é citar, divulgar ou vazar nomes de Parlamentares que não têm sequer o direito de defesa porque não sabem sequer daquilo de que estão sendo acusados às vésperas de um processo eleitoral.

Então, nós repudiamos a posição declarada pelo Deputado Carlos Sampaio, por quem eu tenho o maior apreço, que cometeu uma infelicidade ao querer misturar o PMDB em situação de qualquer tipo que não seja a de investigar, porque, volto a dizer, sem o PMDB, esta Comissão não existiria.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Um minuto, uma questão de ordem tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A prioridade aqui é minha na organização dos trabalhos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero só, primeiro, alertá-lo e, já de imediato, pedir desculpas. Amanhã, por compromissos inadiáveis, é quase impossível que eu esteja nessa reunião com o Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski.

Por outro lado, eu também acho desnecessário um açodamento tão grande para se encontrar com o Ministro Lewandowski, porque todas as informações que nós temos até o momento são de que as informações da delação premiada do Sr. Paulo Roberto Costa ainda não chegaram ao Supremo Tribunal Federal. Essa informação é a informação inclusive passada pelo nobre Ministro Teori Zavascki, que, quando despachou, na sexta-feira passada, dando autorização ou dizendo, afirmando que o Sr. Paulo Roberto Costa poderia vir até esta CPMI, fez questão de dizer que todas as informações que estivessem sob a sua guarda, seriam imediatamente

enviadas a esta CPMI. E que ele não tinha, em absoluto, nenhuma informação sobre a existência da delação premiada ora ventilada ou dita pelos veículos de comunicação.

Então, eu acharia que nós poderíamos, de forma muito tranquila, marcar essa reunião com o Ministro Lewandowski, Presidente do STF, para a próxima semana, para que ele pudesse, quem sabe, aí sim, com mais informações, nos informar. Não sendo possível isso, eu só gostaria de informar a V. Exª que este Parlamentar, este Deputado e Relator, não poderá acompanhá-lo a essa reunião que porventura possa acontecer no dia de amanhã.

Deputado Marco Maia, sua presença é imprescindível. Eu devo voltar a conversar com o Ministro Lewandowski, com a liberdade e o respeito que ele está dando à Comissão para agendar, proximamente, uma outra data. É fundamental, V. Exª é o Relator, e todo o material desta CPMI passa por V. Exª.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se V. Exª quiser fazer no domingo...

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, uma ponderação com relação...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta. Amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essa é uma decisão administrativa da Presidência. Eu não vou discutir, por favor.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu gostaria apenas de lembrar que, se ele autorizar a entrega, não precisa entregar amanhã. Mas a questão de ordem é outra.

Eu gostaria de fazer uma questão de ordem a V. Exª para que colocasse, pela importância do tema, em votação o requerimento para ouvir a Meire Poza e o Youssef, para que nós possamos, com a maior brevidade, ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos concluir esta sessão e, depois, se for necessário, transformá-la numa reunião administrativa, com anuência de V. Exª, especificamente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu gostaria que V. Exª entendesse que é necessário...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, necessário...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, não é possível marcar audiência com o Procurador? Onde está a delação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sandro Mabel. Vamos fazer; administrativamente, nós vamos fazer.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Paulo Roberto, a pergunta que eu queria fazer para o senhor... O senhor sabe que, à beira de uma eleição... Como o Deputado Carlos disse, no caso dos Sanguessugas, dos 76 que foram falados, 66 não foram reeleitos e, entre este, havia muita gente que não tinha nada a ver com os Sanguessugas. Só que isso foi no dia 26 de setembro, parece-me, e a eleição estava ali na sequência. Foram pessoas que perderam um mandato, porque o nome delas apareceu. No caso do senhor, ninguém sabe se o senhor falou ou não falou o nome dessas pessoas que foram anunciadas, mas tenha a certeza de que ajudaria, como muitos disseram, dizer: "Olha, essas pessoas tiveram um envolvimento como no depoimento ou essas pessoas não tiveram esse envolvimento ou, na delação, não são esses nomes que eu falei". Ou alguma coisa. Por quê? Porque isso daí é a vida da pessoa que está ali, é a vida tanto para que ela possa ser reeleita, como a vida para que ela não possa ser reeleita também.

Então, são dois pontos. Apesar de o senhor não estar respondendo, eu gostaria que, em algum momento, o senhor pudesse responder exatamente se esses nomes que vazaram... Vazar um nome é simples. O senhor sabe que hoje o nome que senhor falar está morto. Morto. Se o senhor falar um nome assim, olhar para aquele caboclo e falar: "Você também".

O que acontece? Nesse ponto, seria importante se se conseguisse uma colocação nesse sentido do senhor, se o senhor pudesse responder, no sentido de que pudesse dizer: "Olha, esses nomes não são nomes que eu..." Pode ser que haja alguns ou não haja e tal. Ou então: "Não, realmente, são todos eles e pronto". E o País vai saber se é ou se não é. Nós gostaríamos de saber se havia a possibilidade de responder nesse sentido essas colocações.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Desculpe, mas reitero a minha posição aqui e me permito ficar calado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – O.k..

Sr. Presidente, eu acho que esta situação... Eu acho que é importante, Sr. Presidente, essa ida ao Supremo, o acesso à questão dessa delação premiada, para se poder ter certeza dos nomes e dos fatos que podem acu-

sar essas pessoas, porque, realmente, é uma situação grave para as pessoas que, em algum momento, foram citadas. O Dr. Paulo Roberto está, na colocação dele, no sistema da defesa de não falar nada, mas, hoje, essas pessoas passam momentos difíceis. Logicamente, adversários usam isso daí, todo mundo usa esse ponto. Nós vamos estar matando algumas pessoas que talvez não merecessem morrer e talvez estivéssemos absolvendo algumas que merecessem morrer, porque estão dentro dessa relação.

Sr. Presidente, eu acho que é premente, sim, que se possa ter acesso a essa questão dos nomes dessa delação, para que pudéssemos colocar em investigação os que merecem ser investigados e pudéssemos não colocar aqueles que não merecem ser investigados.

É isso aí, Sr. Presidente.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Como último dos inscritos como oradores, para passarmos à lista dos inscritos, o Deputado Simplício Araújo.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, caros colegas Deputados que fazem parte desta sessão, eu queria fazer uma lamentação e uma colocação.

Uma lamentação, Sr. Paulo Roberto, de que o senhor, na condução de uma empresa renomada internacionalmente, hoje colocou essa empresa e vários Congressistas na linha de tiro da imprensa nacional e internacional. E o senhor foi criminoso, criminoso na condução da direção da Petrobras. O senhor ali participou, conforme a imprensa já antecipou através dos documentos que o senhor tem lá, de negócios escusos que mantiveram situações escusas. E, hoje, a sociedade cobra desta Casa e do Governo, do atual Governo. O senhor usou de forma criminosa...

O senhor, por pressão familiar, hoje está aqui, mas eu lamento muito, e o Brasil inteiro lamenta muito, que o senhor não esteja aqui como o Paulinho do Brasil. O senhor ainda está aqui como o Paulinho de fulano, o senhor ainda está aqui não usando um objeto que a lei lhe assegura para permitir que o Brasil passe a limpo o que aconteceu na Petrobras. O senhor está aqui para proteger a sua rabichola. O senhor foi pego com a boca na botija! E o senhor continua protegendo tudo o que aconteceu de errado na Petrobras com esse seu comportamento.

O senhor é uma vergonha para a sua família, o senhor é uma vergonha para a sociedade, para a população brasileira, porque o senhor poderia hoje prestar um grande serviço e, a 20 dias da eleição, ajudar principalmente pessoas que estão usando de terrorismo na campanha política quando passam por cima disso aí se sentindo aliviados. Aqui, nesta sessão, hoje, há muita gente aliviada com o comportamento do Sr. Paulo Roberto.

Um acesso, caro Relator, que a gente pode ter agora, neste momento, e o senhor quer deixar para a semana que vem. Nós precisamos dar uma resposta à sociedade.

A minha posição, a minha colocação é de cunho paroquial, sim. Vou dizer que o senhor, juntamente com todos que estiveram com o senhor no Maranhão, cometeu um grande crime contra um dos Estados mais pobres da Federação, um Estado que é dominado há 40 anos por um ditador que levou para o Maranhão uma obra de refinaria que não saiu do papel, em que se gastaram R\$2 bilhões. E a gente agora já sabe onde é que podem ter parado esses R\$2 bilhões.

O senhor contribuiu para que o Maranhão permanecesse na miséria e na mão de um governo que massacra a nossa população. O Maranhão, em 2010, não queria mais continuar com a D. Roseana. E o senhor foi lá tomar uísque com ela, o senhor foi lá para aparecer nas colunas sociais com ela, o senhor foi lá para aparecer com o grupo Sarney, anunciando 150 mil empregos para o Maranhão.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Não se pode usar dessa forma o recurso público, para massacrar o público.

Lamento, Sr. Paulo Roberto, que o senhor use a delação como escudo e não para contribuir com o País. O senhor vai entrar para a história, mas não vai entrar para história como um homem que podia ter ajudado o Brasil a ser passado a limpo. O senhor vai entrar para a história como um covarde, que se escondeu atrás da delação premiada.

É lamentável o seu posicionamento aqui! A sociedade brasileira poderia hoje obter respostas. E muita gente aqui vai para a eleição com essas respostas, como acontece com muitas outras coisas neste País, escondidas debaixo do tapete, o que é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Sr. Relator está com a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu queria responder aqui ao nobre colega Deputado Simplício: aqui, de maneira nenhuma, ninguém falou ou tratou de postergar qualquer encaminhamento desta CPMI. Eu apenas informei que, amanhã, eu não estarei aqui.

Apenas informei que amanhã eu não estarei aqui. Agora, V. Ex^a, que, por exemplo, esta participando da primeira sessão desta CPMI desde que ela se instalou aqui, poderá estar aqui amanhã ou quando for marcada audiência e participar.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Busque nos Anais e o senhor vai ver que não é a primeira vez que participo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas eu não o tenho visto aqui...

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu também não lhe vejo por aqui.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu estou aqui em todas elas, sentadinho aqui, neste mesmo lugar, como Relator desta CPMI.

Então, apenas para seu esclarecimento, porque a intenção deste Relator tem sido, em todos os momentos, investigar à exaustão, fazer todos os questionamentos que têm que ser feitos e produzir um bom relatório que seja capaz de dar as respostas de que a sociedade tanto necessita. E não vir aqui voluntariamente apenas fazer discursos e depois se ausentar, ir embora para a sua cidade, para as suas bases, cuidar da sua campanha eleitoral.

Era isso.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não faça apelo a mim.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Presidente, garanta a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas V. Ex^a não está com a palavra.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu preciso da palavra. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a não está com a palavra. V. Ex^a pode pedir para usar da palavra.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Ele me citou. Eu preciso fazer minha colocação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu não o citei.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu faço um apelo à Mesa: uma vez que esta sessão foi frustrada da forma como foi frustrada... E, realmente, não adianta se for reunião aberta ou fechada... Que a gente vá amanhã até o Supremo atrás das respostas de que o Brasil precisa, e não deixá-las para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Vicentinho com a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, quero saudar todos os Deputados aqui presentes, os membros que compõem esta CPMI, o querido companheiro que está aqui, o nosso companheiro Afonso Florence, minha companheira Iriny, o nosso companheiro Sibá e o nosso Relator, que tem cumprido com muita lealdade o seu compromisso da verdade. Queria agradecer a vocês por cumprirem com tanta dignidade essa missão, que na condição de Líder da Bancada, eu os indiquei.

Segundo, Sr. Presidente: lamento que o Dr. Paulo não fale. Lamento porque, ao não falar, continua o espetáculo; ao não falar, continua a postura enganadora, mentirosa, as nuvens sobre as dúvidas da sociedade.

Eu venho da campanha agora; estava nos assentamentos, nas periferias, nas fábricas. Ainda bem que a isso aqui o povo não assiste muito. O nosso povo está feliz porque saiu da miséria, mais de 36 milhões de pessoas; jovens pobres, índios, negros, indígenas nas universidades. Jamais entrariam se fosse pela nossa elite, representada aqui por muitos Deputados. A fome desapareceu, graças a Deus. O emprego é pleno. Essas coisas para a sociedade, para o nosso povo é uma expectativa muito grande, é uma festa, é uma alegria.

Mas, como o depoente não falou, vai continuar a terra arrasada. E é claro, terra arrasada com apoio de parte da grande mídia. Essa mesma grande mídia que não fala mais da corrupção do PSDB lá em São Paulo – caso grave, envolvendo três Governadores –; que ficou muito silenciosa com referência à retirada do outro representante do mensalão, chamado mineiro, que saiu do Supremo Tribunal Federal; que não fala mais do avião carregado de drogas e de aeroportos feitos na casa de parentes – falou pouquinho, depois desapareceu –; que não fala mais de outros casos que temos acompanhado.

Então, a oposição tem uma grande aliada, que é mais poderosa do que a própria oposição, que é a grande mídia. Nós queremos a verdade em todas as circunstâncias. Isso que é importante.

Conversando com o nosso povo, na comunidade, o que é que nós sentimos? Boa pergunta: por que é que uma revista solta uma bomba tão grande, e as grandes mídias, os Deputados fazem dessa bomba uma

bomba nuclear? Na semana seguinte é um traque. Por que isso? Num ano eleitoral! Espero que o nosso telespectador responda sobre isso.

Estou desconfiado e acho que esses casos, em que querem que venha a verdade, que sejam punidos os culpados... Mas o que está por trás é algo sobre o qual ninguém falou, nem aqui, nem no plenário, nem em lugar nenhum. São os urubus do capitalismo internacional que quiseram no passado privatizar o petróleo, que quiseram privatizar a Petrobras – inclusive no governo do PSDB, até a chamavam de Petrobrax. Não permitiam que nós votássemos a riqueza do pré-sal. Não queriam que o pré-sal tivesse um fundo popular, que não fosse do povo.

Fizeram o salário mínimo pior da história, a US\$70,00, agora está em US\$340,00, Deputado Afonso. Então, o que existe por trás é o interesse de desconstruir uma empresa que queremos tanto bem. E, desconstruindo-a, ela vai para o capital privado.

Eu não acompanhei os anos 40, quando os urubus lá de fora queriam o petróleo, mas acompanhei os lobbies na votação do pré-sal aqui no Congresso. Então, é importante que nós reflitamos sobre isso.

Primeiro, a verdade, nós queremos e, por isso, temos de lamentar, Dr. Paulo, por não ter se pronunciado aqui, em qualquer circunstância, doa a quem doer, porque interessa isso a nós. Essa é a posição da minha Bancada, é a posição do meu Partido, é a posição do meu Governo, é a posição do Lula e da Presidenta Dilma.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Agora, o que está por trás é um jogo muito mais grave, que nós não vamos permitir. Se Deus quiser, a Petrobras continuará a ser uma grande empresa e do povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Deputado Júlio Delgado, como Líder, e, depois, Senadora Vanessa Grazziotin, como a primeira inscrita.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Primeiro, quero dizer que, depois da fala do Líder Vicentinho, se isso aqui não é palanque eleitoral, eu não sei mais o que é esta CPML.

A Petrobras valia, no início do Governo Dilma, R\$400 bilhões; hoje vale menos de R\$180, enrascada em dívidas, com problemas em todos os lugares. E ele disse que está tudo bem.

A Presidente Dilma ameaçou, na eleição em 2010, que ia cuidar direitinho da Petrobras porque ela ia ser privatizada, ela cuidou tão direitinho da empresa que ela está esse desastre. E o Deputado Vicentinho fala que o palanque eleitoral é usado por outros.

Eu sei que o nobre depoente Paulo Roberto deve estar aqui assistindo a isso e pensando assim: “O que eu estou fazendo aqui, já que eu não vou falar? De vez em quando, eu escuto esses debates acalorados do processo de quem quer discutir o Brasil e seu futuro”.

E, por último, como disse o meu amigo Sandro Mabel, eu vou tentar, mais uma vez, já que está muito tempo em silêncio e, às vezes, uma vez ou outra, é bom escutar a sua resposta contínua.

O seu depoimento pedindo a delação, solicitando a delação, tem sido em caráter secreto. Correto? Tem acontecido em caráter secreto, e estão lá a Justiça Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público e os seus advogados. Então, quando começam a vazar algumas coisas da sua delação em alguns órgãos da imprensa, eu lhe pergunto novamente: de repercussões disso que o Sandro lhe disse, o senhor confirma esses nomes, todos os que já foram citados nesses órgãos, ou alguns desses nomes que estão sendo citados, que vazaram desse depoimento que era secreto, são em parte verdadeiros ou não? Desses nomes que vieram à tona até agora, o senhor confirma a participação deles em algum esquema da Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Desculpe-me, mas nada a declarar.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu sabia que V. S^a ia dizer isso. Independente disso... O Sandro Mabel disse o seguinte: “Se o senhor falar o nome de alguém, esse alguém está morto”. Surgiu o nome de alguém que já morreu, que nem o direito de se defender tem. E mais do que isso, não disputa mais eleições, não disputará essas eleições. E, além dessa pessoa ou do processo político, há a sua família, seus filhos, sua mãe. V. S^a está fazendo isso, e eu tenho certeza de que está, para defender a sua família. Disse isso aqui anteriormente. Sei o que deve passar e o sofrimento por que passou no período para poder defender a honra de sua família, para poder diminuir um pouco isso. E algumas ilações são feitas aqui de quem nem mais pode se defender, de quem não tem como nem participa de processo eleitoral.

Dr. Paulo Roberto, nós temos...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – ...pessoas aqui que estão disputando eleições de Deputados, nessa lista – saiu lista de 25; o outro diz que são 30; senadores; ministro tal e tal; governadores, e sai a lista. E a gente fica... Há disputa de governos envolvendo isso em Estados. Os partidos até já foram citados aqui, que têm envolvimento de um lado e de outro porque o nome foi citado.

Tem reflexo no futuro do Estado, como tem a defesa de companheiros, aqui, do Maranhão. Tem reflexo em futuro de Estados, porque nomes colocados de um lado e de outro têm disputas frontais a serem colocadas que definirão o futuro desse Estado para o povo desse Estado.

O Deputado Vicentinho disse da maravilha que está o Brasil.

Paulo, este final de semana eu visitei uma cidade que se chama Comercinho...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Estou terminando.

Comercinho, no interior de Minas, no meio do Vale do Jequitinhonha. Peguei uma menina de 6 anos de idade que tem síndrome de envelhecimento precoce. Ela tem idade física de 70. Ela vai ao médico de dois em dois anos. Não tem recurso na saúde... Enquanto isto...

Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – O senhor está mentindo! Eu não disse isto!

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Não estou falando que... Eu estou falando que isto acontece, que eu vivi.

Enquanto isto, o senhor Youssef forma um laboratório, o Labogen, que, para usar medicamento para saúde, dizer que vai fazer remédio de pressão, que vai fazer remédio para impotência sexual, tira dinheiro do Ministério da Saúde para mandar para o exterior US\$38 milhões. E a menininha lá está precisando, com carência de saúde, de atenção, no interior de Minas Gerais, como acontece no interior de todo o Brasil.

Eu estou dizendo que, em nome dessas pessoas, desse povo brasileiro, a delação pode estar servindo para o senhor – não sei se serve, porque até agora têm que ser comprovados os fatos que contribuem com a Justiça –, mas eu espero que, um dia, antes do tempo e até das eleições, possam servir para o povo brasileiro, para a gente corrigir essas distorções que acontecem no nosso País.

Muito obrigado pela sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, primeiro, eu vou tentar sair deste palanque. Mas eu não posso deixar de iniciar aqui minha rápida intervenção com uma observação: o que este Brasil precisa é de profundas reformas políticas, porque, Sr. Presidente, enquanto um deputado, um vereador, um prefeito, um governador, um presidente ou um senador precisar de dinheiro de empresário para fazer sua campanha, essas coisas se sucederão e se repetirão. Acaba a eleição e a gente começa a discutir a reforma política. Por que nós não aprovamos até hoje, como quer a CNBB, como quer a União Nacional dos Estudantes, como querem os movimentos sociais, a proibição do financiamento de campanha por parte de empresas, Sr. Presidente? Eu acho que nós já tivemos uma grande vitória com tudo isto que está acontecendo. Eu não tenho dúvida nenhuma: no ano que vem nós vamos enfrentar isso, vamos enfrentar essa questão.

Eu não sou adepta... Aliás, concordo com um Deputado que falou anteriormente, não sei exatamente quem... Está aqui o depoente, que foi convocado, não foi convidado, aqui ele está. Eu não acho que o melhor caminho seja o caminho do constrangimento, o caminho da execração pública, o caminho de impor a humilhação a ele. Não! Mas eu quero dizer, por outro lado, que eu me sinto constrangida e me sinto humilhada.

Como V. Exª preside esta CPMI, V. Exª preside também a CPI do Senado, e nós ouvimos o Dr. Paulo Roberto. Ouvimos. O Dr. Paulo Roberto faltou com a verdade perante nós todos. Eu perguntei ao Dr. Paulo Roberto, de uma forma muito simples: "A imprensa toda diz que o senhor é um homem-bomba. O senhor é um homem-bomba? O senhor tem a capacidade de estremecer a República?" Aí o senhor discorreu um rosário dizendo "eu não me considero um homem-bomba..." Está aqui o seu depoimento do dia 10 de junho: "Eu não me considero um homem-bomba. Os contratos de grande valor, como são todos na Petrobras e na Abreu e Lima, não é um diretor que aprova, são os diretores, e passa pela Presidência". O senhor falou da equipe técnica da Petrobras, que eles são, sim, eles são o grande patrimônio da empresa e que eles estão lá a fiscalizar. O senhor falou que é um órgão independente de auditoria interna da Petrobras que fiscaliza absolutamente tudo. Eu gostaria de perguntar muita coisa, mas não vou perguntar porque o senhor vai dizer "desculpe-me, mas não posso responder". Mas eu gostaria de perguntar "a auditoria está envolvida? Quem do corpo técnico está envolvido e, principalmente, que homens e mulheres públicos estão envolvidos nisso?" Porque tudo indica...

Eu não sei, conheço muito pouco, Relator, Deputado Marco Maia, mas tudo indica que o dinheiro saía para a campanha, mas saía também para enriquecer alguns poucos.

Então, quero dizer que lamento, lamento muito. E eu me senti humilhada, como Senadora, pelo senhor ter vindo aqui. O senhor se emocionou aqui perante nós, mas faltou com a verdade. faltou com a verdade. Por outro lado, o senhor ter aceitado esse acordo é muito importante. A sua família é importante, a minha família é importante, mas tem uma família maior chamada Brasil. E essa família chamada Brasil, o povo brasileiro tem o direito de saber tudo, não só para saber, não só para punir quem errou, mas para não permitir que isso aconteça.

Então, o senhor vá fundo na sua delação. Não seja seletivo, não. Não seja não. Fale tudo o que o senhor sabe. Aponte tudo o que o senhor sabe porque o Brasil precisa disso, tanto aquele que está comendo como aquela que não tem medicamento precisa disso.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nós precisamos fundar um novo Brasil. E apesar de tudo o que o senhor fez, o senhor pode nos ajudar muito a melhorar o País que nós temos. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, na ordem de inscritos – vou seguir rigidamente a ordem –, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, vou ser bem objetivo, até porque já tive a oportunidade de fazer uma fala política. Eu queria pedir ao depoente, o Sr. Paulo Roberto, indagá-lo se ele permitiria que a sua advogada respondesse a uma indagação que eu faria neste instante.

O Brasil todo acompanha essa delação premiada com muita expectativa. Há quem diga que abalará a República, quando chegar a público o conhecimento do depoimento do Sr. Paulo Roberto, a comprovação de culpa de vários personagens relevantes do País. E a pergunta é muito simples e muito objetiva para a senhora advogada, naturalmente com a permissão do depoente: Em que estágio se encontra a delação premiada a qual o Sr. Paulo Roberto se submeteu junto à Justiça Federal? Em que ponto estamos? Está concluindo? Está em fase de comprovação e averiguação por parte da Polícia Federal e Ministério Público para referendar as informações prestadas? Em que prazo teremos a conclusão, na sua expectativa como advogada, desse processo de delação premiada? Acho que é uma informação importante que o Brasil quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Regimento não permite a indagação direta à advogada. O senhor está perguntando...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu estou perguntando ao Sr. Paulo Roberto e pedindo a ele que autorize a sua advogada, e não ele, a responder à indagação que faço neste instante. Se ele permitir, naturalmente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, eu acho que não é necessário. E eu também não tenho nada a mais a declarar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, o senhor prescindi da inscrição, mas está aqui na ordem de inscrição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Prescindi da inscrição de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – De Líder. Então com a palavra V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como inscrito, vou usar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Exª.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Prazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Primeiro, reiterar o nosso pedido junto ao Relator e ao Presidente da CPI Mista. O requerimento do Sr. Alberto Youssef, da sua oitiva, já foi aprovado, basta marcar o dia e a hora. E mais uma vez faço o pedido a V. Exª.

A outra questão é da Srª Meire Poza. Ela se dispôs a vir aqui e falar, responder a todos os questionamentos sem nenhuma dificuldade. Então reitero a V. Exª. O requerimento já está aí. Se pudermos votá-lo ainda hoje, faço esse pedido a V. Exª.

E também é importante destacar que pelo que estamos ouvindo aqui, parece que nós estamos no paraíso do PT, hein, Mendonça? Parece. Sabe por quê? Porque eu estou vendo aqui que eles querem apurar tudo quando nunca quiseram apurar nada.

Desde 2012 nós estamos tentando investigar os desmandos da Petrobras; desde 2012! E nunca encontramos apoio. Se não fosse a Bancada do PMDB – e eu rendo aqui homenagem ao PMDB – nós não teríamos esta CPMI, teria a CPI chapa branca do Senado, feita pelo Governo, para colocar a sujeira embaixo do tapete, para não chegarmos a lugar nenhum.

Então, nós estamos aqui diante de um grande discurso de alguém que diz que quer chegar e quer apurar, mas não quer coisa nenhuma, porque desde 2012... Este ano nós tivemos que ir ao Supremo Tribunal Federal para conseguir instalar a CPMI, porque todo o aparato de proteção e blindagem foi feito pelo Governo, pelo Governo do PT, pelo Governo da Presidente Dilma, a principal responsável nesses 12 anos pelos desmandos da Petrobras, porque é ela que autorizava, ela é que decidia, seja no Ministério de Minas e Energia, seja no Conselho da Petrobras, seja como Presidente da República. Ela é a grande responsável pelos desmandos da Petrobras. Bilhões e bilhões de reais desviados de uma empresa que é o orgulho do povo brasileiro, dos seus profissionais que estão envergonhados com o que está acontecendo.

Então, Sr. Presidente, este discurso de palanqueiro: não é palanque, não é palanque! Eu prefiro ficar com o discurso da Oposição, de cumprir com o nosso papel de investigar e cobrar, mesmo que o Governo não queira, porque eles estão desde lá atrás... Desde o mensalão nós estamos vendo o que está acontecendo com o País. Do mensalão foi parar na Petrobras. Resultado disso é o que nós agora queremos saber.

Cadê a delação premiada? Cadê os Parlamentares envolvidos? Cadê os Senadores? Cadê os Deputados? Cadê o Ministro, os governadores envolvidos? Isso é muito importante para o País, antes das eleições. Depois das eleições, o povo, sem informação, poderá ser levado de boa fé a votar em membros dessa quadrilha que assaltou a Petrobras.

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É por isso que nós estamos aqui a cobrar. Esse é o nosso papel, é o papel da Oposição e disso não abrimos mão, no melhor sentido de aqui atender aos interesses maiores do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Domingos Sávio, ausente.

Afonso, ausente.

Imbassahy, ausente.

O próximo da lista é Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, ontem, o ex-Presidente Lula pediu cadeia para aqueles que sangraram a maior estatal brasileira. O Presidente Lula, da mesma forma que fez com o mensalão, também não viu nada, não sabia de nada. Só que Marcos Valério se arrependeu. Em 2012, Marcos Valério disse que o PT usou a Petrobras para levantar R\$6 milhões para pagar um empresário que o ameaçava. Está aqui o contrato nos jornais. O que a gente já sabe é que bilhões e bilhões foram desviados da Petrobras. Nós já sabemos. Estão aqui todas as empresas envolvidas, fantasmas, centenas, dezenas de empresas fantasmas utilizadas por essa quadrilha da Petrobras.

A Presidenta Dilma dizer neste momento que não sabia, que não tinha noção dos desvios da Petrobras, ou é conivente ou é incompetente, porque uma ex-Ministra de Minas e Energia, a Presidente do Conselho de Administração, que é responsável por tudo isso, dizer que não sabia do desvio de bilhões e bilhões, realmente é muita incompetência e conivência.

Agora, o que nós precisamos, Sr. Presidente, é nessa reunião do Supremo Tribunal Federal solicitar a participação do Procurador. Todos nós sabemos que a delação premiada está na Procuradoria. Então, fazer a reunião apenas no Supremo não é suficiente para termos realmente essa delação, para que a população de fato saiba o que está acontecendo na Petrobras.

Mas só para comprovar que essa questão da Petrobras é o mensalão, eu vou dar um exemplo. O Sr. Paulo Roberto Costa contratou a Delta Construções, a empresa Delta. Essa empresa Delta contratou várias empresas fantasmas. Uma delas chama-se Rock Star Marketing Ltda, que era, de acordo com a Receita Federal, uma agência de publicidade da época do mensalão. Essa mesma empresa Rock Star Marketing foi contratada por todas as empreiteiras e, além disso, ela utilizou uma *factoring* chamada Trading Bank, que utilizava também na época do mensalão e hoje continua fazendo as operações da Petrobras. Só que há uma diferença: essa Trading Bank... Um dos principais cotistas dela é exatamente a Petros, que é a pensão dos funcionários da Petrobras.

Então, podem ter certeza – e eu espero que V. S^a contribua – de que mais grave ainda do que a crise da Petrobras nós temos aí. E eu espero que a gente consiga desvendar esse mistério: a questão dos fundos de pensões, que estão todos quebrados, que são fundos de funcionários, de anos e anos de trabalho, e que hoje correm o risco de não ter mais a sua aposentadoria assegurada. Porque também devem ser bilhões e bilhões desviados nos fundos de pensões. Mas eu não vou ficar só nos fundos de pensões, não. Nós vamos também no BNDES, de onde bilhões e bilhões foram desviados.

Eu vou deixar aqui apenas uma pergunta para que o Sr. Paulo Roberto possa nos esclarecer. De acordo com João Augusto Henriques, o contrato firmado entre a Petrobras e a Odebrecht para reforma e reabilitação de refinarias de dez países foi feito mediante um pagamento de US\$ 8 milhões, um caixa dois para a campanha da Presidenta Dilma. Isso em 2010. V. S^a confirma essa informação? Se sim, como o valor foi repassado ao Partido dos Trabalhadores? Porque, na prática, é inadmissível, Sr. Presidente, a Presidenta Dilma dizer neste momento que não sabia, que não participou, e que agora quer apurar os vazamentos que ocorreram com relação à CPML.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu gostaria de perguntar a Vossa... Posso concluir, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode, sim, com o maior prazer.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu gostaria de perguntar ainda a V.S^a se, quando fez o depoimento na CPI do Senado, Vossa Senhoria participou também daquele treinamento, daquele teatro montado pela CPI chapa

branca. O que a gente viu aqui claro –, para compensar o prazo de Vossa Senhoria, Senhor Presidente, que me interrompeu, o que fica muito claro é que o Partido dos Trabalhadores, as lideranças aqui colocadas do PT não querem, sob forma alguma, esclarecer realmente o que está acontecendo na Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Deputada Iriny Lopes. Depois o Deputado Domingos Dutra e o Senador Gim Argello

A SRª IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Parlamentares, eu quero aqui fazer três observações apenas. É a primeira delas do conhecimento prévio desta CPMI de que o convocado, Sr. Paulo, estava negociando a sua delação premiada, e, portanto, sabíamos de antemão que ele não nos daria nenhuma informação. Até porque, dentro da legislação vigente que institui a delação premiada, ainda não há consenso no Brasil, inclusive. Uma das razões é que as partes podem romper o acordo antes da sua finalização.

Portanto, eu acho que nós temos obrigação de fazer as investigações. Deveríamos dar mais atenção aos documentos e à leitura e ao debate dos documentos disponíveis à CPMI, e não transformar as nossas reuniões nesse teatro que nós estamos vendo aqui, onde cada um pode falar o que quiser, sem ter obrigação de comprovar nada. Então, eu temo que a finalização seja uma pizza, que pode ser muito indigesta ao País. Porque, de novo, volto a dizer, a minha opinião é que nenhuma CPMI realizada em ano eleitoral pode produzir aquilo que o País precisa.

Para fechar, eu gostaria só de pegar aqui alguns dados para aqueles que querem incutir na população brasileira um sentimento de derrota e de baixa autoestima, principalmente com a empresa Petrobras, que é uma empresa extremamente querida do povo brasileiro. Nesses 12 últimos anos, era bom que a gente desse a conhecer os números. Em 2002, os investimentos na Petrobras não chegavam a U\$ 5 bilhões. Hoje, são 45 bilhões.

Já no primeiro ano do Governo do Presidente Lula, o valor dos investimentos dobraram para 10 bilhões. Com o estabelecimento do novo marco regulatório – não sei se foi a Vanessa ou o Afonso que tocou nessa questão –, que é o que de fato está por trás deste debate, porque é de médio prazo, em que o Governo Federal sustentará a política de avanço da educação e da saúde – eu concluo aqui, Sr. Presidente –, o valor da nossa empresa hoje no mercado internacional é de 108,5 bilhões, sete vezes maior do que em 2002, quando era 15,5 bilhões.

Então, acho que faltar com a verdade, fazer terrorismo na cabeça dos brasileiros não é um bom método para a gente preservar o que numa democracia é insubstituível, que é o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente quero informar a todos que não sou membro desta Comissão. Lamento profundamente, já estive aqui algumas vezes, mas hoje estou aqui porque interessa ao Brasil, interessa ao Estado do Maranhão. Lamento também que a imprensa tenha tido informações sigilosas de que o Parlamento está privado e sugiro, Sr. Presidente, que se modifique a lei, para que, em casos iguais a este, o delator pode falar em aberto ou secretamente, sem prejuízo do acordo de delação. Acho que isso pode avançar em outros casos.

Eu queria dizer ao Sr. Paulo que sou do Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil, e a pobreza do Maranhão se expressa, Sr. Presidente, em roça no toco: 100% dos trabalhadores rurais do Maranhão continuam fazendo roça é com o machado, com o facão, com cavador, com o chacho; tem que brocar, derrubar, cortar, encoivarar, cercar, plantar cova por cova e capinar moita por moita.

A pobreza do Maranhão, Sr. Paulo, se expressa em pescadores que ainda pescam com jequi e com tarrafa. A pobreza do Maranhão se expressa por ter quebradeiras de coco que vão para o cocal e passam o dia inteiro com o machado e o macete para quebrar dez quilos de coco e trocar por um quilo de carne.

A pobreza do Maranhão, Senador Gim, se expressa por 80% de as cidades do Maranhão não terem água potável; ainda tem gente nas cidades que se banha com cuia! A pobreza se expressa por 90% das cidades do Maranhão não terem esgoto tratado, se expressa por ser o Estado com maior número de famílias morando em casas cobertas de palhas de coco babaçu, onde o leitão entra pela camarinha e sai pela porta da frente.

O Sr. Paulo ajudou uma oligarquia. É a única oligarquia do Brasil, de uma família que apesar de a ditadura militar ter terminado, continua com a ditadura de um Senador do Maranhão com 60 anos de mandato, que só não disputou o cargo de papa porque o Vaticano não é no Brasil. Foi essa família, a família Sarney, que o Sr. Paulo ajudou a manter no poder em 2010, porque anunciaram uma refinaria que estaria inaugurada em 2013, para gerar 150 mil empregos, produzir 300 mil barris. Gastaram R\$2 bilhões! E sabe o que tem lá, Senador Vital? Um buraco, muita tiririca, unha de gato, fedegoso, cobra cascavel. É isso o que tem lá no lugar em que foram gastos R\$2 bilhões!

É revoltante a gente ver este País atolado na corrupção. A corrupção não é algo semântico. É muito bonito para a elite falar na corrupção, ou nós aqui no discurso, mas a corrupção se expressa na pobreza de muitos brasileiros.

E, no Estado do Maranhão, a corrupção se expressa nesses números que eu coloquei aqui, dentro de tantos outros. Nós temos um milhão de maranhenses que saíram do Estado porque não têm emprego, que estão cortando cana em São Paulo, plantando café em Minas Gerais, estão sendo trabalhadores escravos no Norte. Nós, aqui no Congresso, aprovamos a Emenda nº 81, para combater o trabalho escravo, e vemos a lista em que o Maranhão é o Estado que mais exporta mão de obra escrava para outros Estados.

Por isso, eu quero aqui protestar contra o depoente, que faz um acordo...

(Soa a campanha.)

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... ajuda a botar na mídia, mas vem aqui e desprestigia o Parlamento brasileiro.

Eu quero fazer só uma única pergunta, já que, segundo a imprensa, o Sr. Paulo declarou que, do Maranhão, havia alguns políticos que receberam a propina. Eu queria perguntar para ele, o Sr. Paulo: da mufunfa desviada da Petrobras, qual foi o quinhão do Ministro Lobão, qual foi o quinhão da Governadora Roseana e qual foi o quinhão do Senador Edison Lobão Filho? É muito importante, porque são autoridades, que foram citadas não como pessoas físicas, mas foram citadas como autoridades que, no exercício do cargo público, utilizaram essa condição para receber propina.

Queria perguntar ao senhor se o senhor combinou com o Sr. Youssef de ele ir lá para o Maranhão levar uma mala de dinheiro para entregar para a Governadora Roseana, já que o senhor era sócio do Sr. Youssef.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado João Magalhães. *(Pausa.)*

Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Vital do Rêgo, que tão bem conduz esta sessão; Sr. Relator, Marco Maia, Relator desta CPML.

Sr. Presidente, eu também, da mesma forma que os demais, me sinto muito desprestigiado. O depoente vem aqui, avisou, com o Brasil todo aguardando, esperando. Fizemos duas propostas. Uma era de uma sessão aberta. Até concordei em fazer uma sessão secreta, para ver se ele falava alguma coisa, porque acho que isso não ajudou absolutamente em nada. Absolutamente em nada. O que surgiu foram mais denúncias aqui, de valores. Quando se fala em Petrobras, só se fala em bilhão, só em gastos de bilhões. Ele deveria... Eu falo isso olhando para ele. Dr. Paulo Roberto, o senhor devia ter aceitado a sessão secreta, e colocado a todos quem participou, quem é quem, porque fica muito, muito complicado.

Pediram para eu fazer uma pergunta aqui. Eu tinha duas para fazer. Uma era sobre a venda da Petrobras África. O valor da venda da Petrobras África parece que foi uma ninharia. O grupo que comprou... Havia ativos lá perto de US\$8 bilhões, onde havia proposta de US\$6 bilhões, e foi vendida por US\$1,5 bilhão apenas. Depois de seis meses, o resultado, que foi dividido para quem comprou, já foi alguma coisa perto de US\$150 milhões. É mais do que o famoso negócio da China. Pode juntar China, Japão – não teve nenhum negócio no mundo que deu um resultado tão grande como esse. Eu tenho todo o interesse. Foi levantada essa questão outro dia. Mandaram os documentos, falando que é um negócio gritante, quem comprou isso, as pessoas que compraram. Falaram o nome de dois ou três grupos que são sócios disso, grupos nacionais, que compraram e, dentro de um ano ou dois anos, já recuperaram; e, como a operação é na África inteira, venderam apenas um país – me falaram – por mais de US\$3 bilhões. Comprou por US\$1,5 bilhão, já teve lucro de US\$150 milhões. Foi o senhor que falou sobre isso, não foi, Deputado Rubens Bueno? Parece que um dos países, ou um poço que foi vendido, uma coisa assim, foi por duas vezes o valor que eles compraram.

Isso é um absurdo, o que estão fazendo com o nosso País, quando a gente escuta falar de crianças de seis anos no interior de Minas... Aqui em Brasília nós temos quantos? Eu estou circulando no Distrito Federal todo. Nós vemos a dificuldade que é aqui. Quando se fala no interior, então, imagine a dificuldade que nosso País vive ainda. E vemos essas coisas bilionárias acontecendo, e o nosso País só perdendo, só perdendo.

Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre essa venda da Petrobras África, se o senhor tem conhecimento, se sabe alguma coisa sobre a venda da Petrobras África.

(Soa a campanha.)

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – E o outro que eu queria perguntar é que colocou-se na mídia também, e eu já li na mídia, que o nome do Presidente da Transpetro, o Sr. Sérgio Machado, teve foi encontrado na sua agenda por quatro vezes em vários assuntos diferentes.

O Sérgio Machado é tio e financiador de um candidato a Senador aqui em Brasília. Também chegou para mim que o senhor participou de uma compra, que o senhor o ajudou a comprar uma mansão no Lago Sul para

esse determinado candidato por um terço do valor. A escritura estaria em um terço do valor do mercado. O senhor poderia falar um pouco sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nobre Senador, desculpe-me, mas não tenho nada a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, um instante. Não teria como a gente votar, simbolicamente, o requerimento da 684, da Meire? Todos concordaram naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A transformação da sessão administrativa precisa de quórum qualificado, Sr. Deputado.

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, já tive oportunidade de me manifestar como Líder, na minha fala, e fazer as colocações de forma política. A única pergunta que quero deixar registrada é para saber se o depoente confirma a divulgação de nomes que, supostamente, teriam sido citados e, se confirma, qual a condição e qual o fato sobre essa citação.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas. Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que, acima do Governo, está a Nação brasileira. Tenho certeza de que todos estão aqui reunidos com esse mesmo sentimento.

No que se refere ao Sr. Paulo Roberto, evidentemente, ele está num processo de delação premiada, junto com a sua advogada. Naturalmente, sobre a contribuição que ele tem a dar, ele já foi orientado, já estabeleceu critérios para que essa contribuição que ele resolveu dar não só à sua pessoa, à sua família, como ao povo brasileiro também... Porque, na medida em que ele tem absoluta convicção de que não pode ficar sozinho pagando o preço de uma estrutura governamental, num todo, ele sabe muito bem que precisa compartilhar com a Nação brasileira. No momento em que ele se nega a falar, ele já está afirmando o que está fazendo. Por que ele está afirmando? Porque, na delação premiada, os critérios.... Quando começou a delação premiada? Começou na Itália, estabelecendo critérios para acabar com a máfia italiana, diminuir a máfia italiana. A partir daí estabeleceram-se critérios na Justiça e uma relação entre o Judiciário e o Executivo no sentido de viabilizar comprovações para que as pessoas fossem punidas.

O Sr. Paulo Roberto está aqui confirmando que ele está na delação premiada e que não pode falar. Evidentemente que esse é um critério já preestabelecido na delação premiada.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que V. Ex^a está conduzindo muito bem os trabalhos, e todos que estão aqui presentes estão dando uma demonstração clara de que estão perseguindo um objetivo acima de partidos políticos, pensando na Nação brasileira, antes de mais nada, porque, lamentavelmente, temos um Governo atual e um ex-governo, o ex-Presidente Lula e a atual Presidente Dilma, que se confundem, achando que Nação e Governo são de partidos. Esta ação deve ser repudiada por todos. Fico muito feliz em saber que aqui não se está discutindo base de Governo, situação, quem apoia o Governo e quem não apoia o Governo. Todos aqui, tenho certeza, estão procurando apoiar a Nação brasileira. Quero dizer a todos que é fundamental, para agilizar...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Concluindo, Sr. Presidente. É fundamental que cada passo desta CPMI seja o mais urgente, seja rápido, que as coisas aconteçam com rapidez, porque só assim conseguiremos, de forma efetiva, dar a contribuição que todos querem.

O Sr. Paulo Roberto está dando a contribuição dele de forma a se defender e para minimizar a sua pena, mas ele está contribuindo.

No momento em que o senhor resolve delatar, o senhor faz muito bem nisso, porque o senhor não vai ficar num barco onde compactuou com uma série de coisas; tinha muita gente com o senhor, e o senhor não vai ficar sozinho nesse, porque, inclusive isso não é justo com a sua família e com aqueles que têm um relacionamento de respeito com o senhor, independente dos acontecimentos.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que vamos continuar com o máximo de rapidez neste processo, no sentido de elucidar a sociedade brasileira no tocante a esse problema dramático, que nunca aconteceu na história da República. Nunca, desde a fundação da Petrobras, em nenhum momento, um presidente, uma ex-presidente da República, um ex-presidente da República, uma presidente da República, em nenhum momento, em nenhum momento tomou-se uma empresa como sendo sua, da forma como está sendo feita agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K., Senador. Obrigado a V. Ex^a.

Deputado João Carlos Bacelar.

Depois, Senador Fleury.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadoras, queria fazer uma pergunta ao Sr. Paulo Roberto Costa: se ele conhece a Sr^a Monique Braga.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Então, Sr. Presidente, nós vamos aqui convocar a esposa do Sr. Paulo Roberto Costa, junto com a Sr^a Monique Braga, para saber o elo que as duas têm, junto à Petrobras, pergunta 1.

Pergunta 2. Queria fazer uma pergunta ao senhor também: se o senhor, em algum momento, deu uma Ferrari vermelha a um alto dirigente de uma estatal brasileira, que anda pelo Rio de Janeiro, desfilando nos grandes restaurantes, como Gero e outros mais.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, nós vamos fazer aqui, no momento oportuno, um requerimento e trazer umas fotos dessa Ferrari, que foi presenteada, que foi presenteada pelo Sr. Paulo Roberto, junto a um alto dirigente de uma estatal, que anda desfilando...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Qual o nome dele?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – ...que anda desfilando nas altas noites do Rio de Janeiro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Dê o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, concedo a palavra ao Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Eu acredito que vou fazê-lo falar.

Como disse o Deputado Sandro Mabel, o senhor enterrou muita gente. Eu quero fazer a seguinte pergunta: O senhor tem neto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – O homem que às vezes nega o neto, se tiver, não tem dignidade. Esse homem não deveria estar aqui. O mínimo onde ele deveria estar seria na Papuda, porque quem nega a família não merece viver.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de dizer que o silêncio do Sr. Paulo Roberto afeta diretamente o povo do meu Estado de Sergipe. Seguramente, hoje à tarde, as televisões, no canal da TV Senado, estavam ligadas, justamente na expectativa de se obter uma resposta às relações entre o Sr. Paulo Roberto e o Governo de Sergipe.

A dúvida é extremamente prejudicial, notadamente porque estamos num momento político. Além de ressaltar mais uma vez aqui – já que tantos ressaltaram – a minha frustração diante desta sessão, dentro dos projetos de refinaria do Sr. Paulo Roberto, a primeira refinaria que seria construída seria a do Estado de Sergipe. Lá, inclusive, informa-se que o terreno já havia sido adquirido.

O Sr. Paulo Roberto foi recebido em Palácio, em solenidade pomposa; inclusive foi, durante um bom tempo, garoto-propaganda do Governo do Estado, onde fazia a divulgação desse empreendimento, que seria a redenção do Estado de Sergipe. Um empreendimento que geraria milhares de empregos, geraria renda para o Estado, além de empreendimentos associados. Durante muito tempo, o Sr. Paulo Roberto foi garoto-propaganda, inclusive com uma propaganda considerada bastante cara.

Em entrevista, ontem, a uma das televisões locais, o Governador do Estado disse que as tratativas para a implantação da refinaria no Estado de Sergipe teriam sido feitas com o Governador Marcelo Déda, falecido recentemente, em dezembro passado, e que o Governo atual apenas tinha assinado um protocolo de intenções. Bom, como o Governador Marcelo Déda não está vivo, a gente não sabe efetivamente se as tratativas foram feitas com o Governador Marcelo Déda ou se com o atual Governador e a que nível essas tratativas chegaram. O Sr. Paulo Roberto, se falasse hoje, poderia esclarecer e, inclusive, fazer justiça, para que não parem dúvidas sobre o Governo atual, se assim o for.

Eu teria perguntas a fazer ao Sr. Paulo Roberto. Esse terreno foi adquirido? Por quem ele foi adquirido? (Soa a campanha.)

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Esse terreno fez parte do protocolo de intenções que foi celebrado com o Governo do Estado? Essa dúvida, também, vai continuar pairando e é extremamente prejudicial.

Uma outra pergunta que gostaria de fazer é, se esse terreno existe, esse projeto vai continuar? Gostaria de que, pelo menos essas duas perguntas – para o povo sergipano, Sr. Paulo Roberto – o senhor esclarecesse.

O projeto vai continuar? O terreno existe? Quem comprou o terreno? Qual o nível de relacionamento? O que diz esse protocolo de intenções entre essa primeira refinaria e o senhor ter sido usado como garoto-propaganda? Uma propaganda muito bonita, que encheu os olhos do povo sergipano, que encheu de expectativas o povo sergipano – já que produzimos petróleo – de que a gente tivesse o nosso petróleo lá refinado. Quer dizer, as premissas para a assinatura do protocolo de informações foram cumpridas?

Então, são muitas as perguntas que ficaram, infelizmente, e que frustram o povo brasileiro e frustram, também, o povo sergipano, que tinha uma grande expectativa de dirimir essas dúvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Kaká.

Como último orador, estou me entendendo com os Srs. Parlamentares Líderes para tentarmos aproveitar esta reunião e, consensualmente, votarmos o requerimento de convocação da contadora. Estou chamando os Srs. Líderes para tentar esse processo, até porque, como não há quebra de sigilo, manterei a minha posição. Tendo quebra de sigilo só voto nominalmente. Como não há quebra de sigilo, poderemos nos entender aqui.

Vou ouvir Sandro Mabel. Cadê Sandro Mabel? Já foi.

Então, passo à votação das atas das 9^a, 10^a e 11^a reuniões, propondo a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, não teria de dispensar o...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou fazê-lo agora.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo bem. No final. Rapidinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – As atas estão aprovadas.

Tem a palavra o Sr. Relator para esse entendimento consensual com os Srs. Líderes Eduardo Cunha, Izalci, Rubens Bueno – Solidariedade, Democratas e Partido dos Trabalhadores, representado também pelo Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Presidente, acho que poderíamos aprovar aqui, consensualmente, o requerimento de convocação da Sr. Meire Bonfim da Silva Poza, que é de autoria do Deputado Izalci, do Deputado Rubens Bueno, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Humberto Costa e deste que lhes fala, o Relator, Deputado Marco Maia. Além do Deputado Sandro Mabel.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E tem um do Democratas também, Relator, o de nº 724. Peço-lhe para inclui-lo no rol de aprovações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que diz o nº 724?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É sobre a aprovação da Meire Poza.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da Meira Poza. O. K.

Mas eu proporia, ainda, para acordo, que a gente aprovasse aqui os Requerimentos nºs 695, 699 e 706. Eles requerem à Polícia Federal cópia dos depoimentos da Sr^a Meire Bonfim Poza nos autos do inquérito da Operação Lava Jato.

Requer à Polícia Federal cópia do depoimento prestado pela Sr. Meire Poza, no dia 7 de agosto do corrente ano, em Curitiba – PR.

Requer sejam solicitadas à Polícia Federal cópia das planilhas e demais documentos entregues pela Sr^a Meire Bonfim da Silva Poza.

Então todos aqueles correlatos aos depoimentos dados por ela.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a anuência e concordância dos Srs. Líderes, passo à votação dos requerimentos supracitados pelo Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Os Deputados também concordam.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – V. Ex^a citou só Senadores. Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputados.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para dizer que encaminhei à Mesa o requerimento de interpelação do ex-Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O;K. Já está.

Nada mais havendo a tratar, tenham todos uma boa-tarde. Fiquem com Deus.

Está dispensado o depoente. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)

Edição de hoje: 176 páginas
(O.S. 14142/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

